

Segurança Pública:

Indicadores
Conflitos
Criminalidade
Tecnologia da Informação

Organizadores

Wilson José Barp

Luis Fernando Cardoso e Cardoso

Jaime Luiz Cunha de Souza

UNIVERSIDADE
CABO VERDE
uniç



SEGURANÇA PÚBLICA
INDICADORES, CONFLITOS, CRIMINALIDADE E
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

Reitor: Prof. Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor: Prof. Dr. Horácio Schneider

Pró-Reitor de Administração: Prof. Dr. Edson Ortiz de Matos

Pró-Reitora de Ensino de Graduação e Administração Acadêmica:

Profa. Dra. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Raquel Trindade Borges

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão

Pessoal: Esp. João Cauby de Almeida Júnior

Pró-Reitor de Relações Internacionais: Prof. Flávio Augusto Sidrim Nassar

Prefeito do Campus: Eng. Alemar Dias Rodrigues Junior

Chefe de Gabinete: Esp. Maria Lúcia L. Ohana

Reitora: Profa. Dra. Judite Medina do Nascimento

Vice-Reitor para as Relações Internacionais e

Cooperação: Prof. Dr. António Lobo de Pina

Vice-Reitora para a Extensão Universitária:

Profa. Dra. Astrigilda Silveira

Pró-Reitora para a Pós-Graduação e

Investigação:

Profa. Dra. Sónia Silva Victória

Pró-Reitor para a Graduação e CESP: Prof. Dr.

João Gomes Cardoso

Administrador-Geral: Dr. Mário Lima

Director de Gabinete: Salvador Moniz

Editora Brasil

GAPTA

Coordenador da GAPTA

João Marcio Palheta da Silva

Editora Cabo Verde

Edições Uni-CV

Coordenadora Editorial

Elizabeth Coutinho

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. João dos Santos Carvalho

Prof. Dr. Carlos Alexandre Bordalo

Prof. Dr. João Santos Nahum

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Gilberto Rocha UFPA

Prof. Dr. Eduardo Shiovone Cardoso UFSM

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa USP

Prof. Dr. Rui Moreira UFF

Prof. Dr. David Gibbs McGrath UFOPA

Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso UFGD

Prof. Dr. Eliseu Severio Sposito UNESP

Profa. Dra. Maria Célia Nunes Coelho UFRJ

Profa. Dra. Oriana Trindade de Almeida UFPA

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima

UNIFAP

Prof. Dr. Otavio José Lemos Costa UECE

Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio UFU

Prof. Dr. Raúl Vincéns UFF

Profa. Dra. Cynthia Simmons – Michigan

State University/MSU

Profa. Dra. Judite Nascimento – Universidade Cabo Verde/UniCV

SEGURANÇA PÚBLICA
INDICADORES, CONFLITOS, CRIMINALIDADE E
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Wilson José Barp
Luiz Fernando Cardoso e Cardoso
Jaime Luiz Cunha de Souza
(Organizadores)

GAPTA / Edições Uni-CV
Editoras
Brasil / Cabo Verde - 2016

Editor de Publicações do GAPTA e Imagem da Capa
Christian Nunes da Silva

Gerência e Preparação da Revisão e Produção Gráfica
Joyce Caetano

Revisão Final
Albano Gomes

Diagramação
Cleyson Chagas

Ficha Catalográfica:

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central / UFPA – Belém – Brasil

Biblioteca / Uni-CV – Praia – Cabo Verde

Segurança pública: indicadores, conflitos, criminalidade e tecnologia da
informação / organizadores: Wilson José Barp, Luís Fernando Cardoso e
Cardoso, Jaime Luiz Cunha de Souza. - Belém: GAPTA, 2016.
- Praia: Edições Uni-CV, 2016.

392 p.: il, 23 cm

ISBN 9788563117298 (Brasil)

ISBN 9789898707277 (Cabo Verde)

1. Segurança pública - Indicadores. 2. Violência urbana. 3. Crime
por computador. 4. Prisões. 5. Criminalidade. I. Barp, Wilson José,
org. II. Cardoso, Luís Fernando Cardoso e, org. III. Souza, Jaime Luiz
Cunha de, org.

CDD - 23. ed. 363.1

Prefácio

A violência é um fenômeno complexo, resultante e causador de diversas determinações e interpretações sociais e tem ganhado nos últimos anos atenção especial. Sua existência decorre desde os primórdios, assumindo novas formas à medida que o homem vem construindo as sociedades ao longo dos anos.

No campo da Segurança Pública a violência é estudada visando compreender sua dinâmica e os mecanismos adotados pelo Estado e Sociedade em prol de sua prevenção e controle. Neste contexto, este livro foi elaborado objetivando apresentar artigos oriundos de pesquisas relacionadas à Segurança Pública, com ênfase aos seguimentos Indicadores, Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

A experiência e a composição multidisciplinar dos autores no campo da Segurança Pública merecem destaque, pois propicia a compreensão mais profunda de questões relacionadas à Gestão, Violência de Gênero, Violência Urbana, Crimes Tecnológicos, Homicídios, Sistema Prisional, Saúde, Educação, Tráfico de Pessoas e Crimes de Trânsito. Os resultados das pesquisas demonstram ser extremamente necessária a adoção imediata de políticas que visem ao enfrentamento da violência, com o intuito de evitar que esta tome proporções alarmantes.

Finalmente, esta obra é destinada aos agentes de segurança pública e privada, a alunos de graduação e pós-graduação em segurança pública e a todos aqueles que se preocupam em encontrar soluções para os problemas da Segurança Pública.

Os Autores

ISBN

Brasil



Cabo Verde



Prefixo Editorial: 63117

SUMÁRIO

Escravidão moderna: tráfico de pessoas <i>Amaury Suzart Farias da Silva, Wilson José Barp, Angélica Varela de Lima, Sílvia Regina Messias Klautau Miléo</i>	9
A caminho do cárcere: uma breve trajetória de mulheres que se envolveram com tráfico de drogas <i>Nara Cristina Moura Pessoa, Wilson José Barp, Fernanda Valli Nummer</i>	27
Pânico na internet: o caso de Belém do Pará <i>Beatriz de Oliveira da Silveira, Marcos Miléo Brasil, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida</i>	43
Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: uma atuação conjunta de educação, direitos humanos e segurança cidadã da Polícia Militar do Estado do Pará, em 2014 <i>Angélica Varela de Lima, Máurea Mendes Leite, Ivone da Silva Mendes, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	57
Ativismo político LGBT: mobilização e construção da cidadania homossexual na Região Metropolitana de Belém <i>Elson Luiz Brito da Silva, Sílvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Gelilza Salazar Costa</i>	77
O controle interno da Polícia Militar em ação no Estado do Pará nos anos de 2011 a 2014 <i>Clay Anderson Nunes Chagas, Andréa Bittencourt Pires Chaves, Albernando Monteiro da Silva, Flávia Siqueira Corrêa, Tainah Souza do Nascimento</i>	95
Homicídio vinculado às drogas: da polícia à justiça <i>José Eduardo Rollo da Silva, Jaime Luiz Cunha de Souza</i>	115
Caracterização do perfil socioprofissional e queixas de problemas de saúde dos agentes penitenciários no município de Belém (PA) <i>Diego Sá Guimarães da Silva, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo, Monique Kelly Tavares Gomes</i>	133
Planejamento arquitetônico e a prevenção de delitos: estudo de caso no município de Marituba, Pará <i>João Francisco Garcia Reis, Jaime Luiz Cunha de Souza, Marcelo dos Santos Rodrigues, Alex Alfaia de Almeida</i>	155
Georreferenciamento das ocorrências policiais: integração operacional das Polícias Militar e Civil do Pará <i>José Dilson Melo de Souza Junior, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo, José Luiz de Carvalho Lisboa</i>	171
Características comportamentais de alunos envolvidos em atos de bullying escolar <i>Cristiane Nazaré Pamplona de Souza, Adrilayne dos Reis Araújo, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida</i>	191

Perfil das usuárias da carteira de identidade social na Região Metropolitana de Belém - Pará	211
<i>Vicente de Paulo da Conceição Costa, Fernanda Valli Nummer, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	
As atividades laborais do policial do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado do Pará: uma breve reflexão	227
<i>Angélica Varela de Lima, Albernando Monteiro da Silva, Tainah Sousa do Nascimento, Clay Anderson Nunes Chagas, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
A evolução dos homicídios de jovens na Região Metropolitana de Belém	245
<i>Silvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo, Luana Andressa Freitas Ribeiro Peres</i>	
Correlação entre a mineralização dos terceiros molares e a idade cronológica em estados do Brasil para fins periciais	259
<i>Maria Betânia Moraes Lisboa, Silvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
Mortes na semana santa: as estradas e as rodovias federais no Estado do Pará	277
<i>Tainah Sousa do Nascimento, Andréa Bittencourt Pires Chaves, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Amaury Suzart Farias da Silva, Flávia Siqueira Corrêa</i>	
A potencialização do crime de lavagem de dinheiro por meio do uso de bitcoins	297
<i>Marcos Mileo Brasil, Beatriz de Oliveira da Silveira, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Silvia dos Santos de Almeida</i>	
Formação dos soldados bombeiros do Estado do Pará: (re)significações das competências a partir da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública	309
<i>Fernanda Valli Nummer, Sandro Mendes Leal da Silva</i>	
Fatores potencializadores de homicídios em Belém do Pará	329
<i>Monique Kelly Tavares Gomes, Silvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Diego Sá Guimarães da Silva</i>	
Perspectivas da violência no trânsito em quatro tipos penais: uma experiência em Belém do Pará	351
<i>Máurea Mendes Leite, Meyre Esther Mendes Chagas, João Francisco Garcia Reis, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
Perfil do policial da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará	367
<i>Jorge Wilson Pinheiro de Araújo, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Silvia dos Santos de Almeida, Adrilayne do Reis Araújo, Gelilza Salazar Costa</i>	
Índice Remissivo	389

CAPÍTULO 1

Escravidão moderna: tráfico de pessoas

Amaury Suzart Farias da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e perito criminal da Polícia Técnico-Científica do Estado do Amapá. Macapá – Amapá – Brasil. a.suzart@hotmail.com

Wilson José Barp

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. wbarp@uol.com.br

Angélica Varela de Lima

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e advogada. Belém – Pará – Brasil. mariangelica.varela@gmail.com

Silvia Regina Messias Klautau Miléo

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e promotora de justiça no Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. silvia.klautau.mileo@gmail.com

Resumo

Desde os anos 1980, cresce a preocupação com os temas relativos à segurança pública. Atualmente pode-se dizer que, entre eles, destaca-se o tráfico de seres humanos como uma das atividades criminosas que mais se expandiu no século XXI. Os esforços internacionais de enfrentamento a esse crime têm impactado a estratégia brasileira para o tema, impondo aos órgãos de segurança pública atenção a essa modalidade de delito, em especial aos mecanismos e aspectos de sua ocorrência. Com base nesta questão, o presente artigo analisa algumas características que envolvem o fenômeno do tráfico de pessoas e o desenvolvimento da política de enfrentamento dessa modalidade criminosa no estado do Amapá. Para tanto, procedeu-se a uma revisão da literatura sobre o tema, buscando-se a diferenciação conceitual sobre as modalidades do tráfico de pessoas. Abordou-se também a forma pela qual o estado do Amapá buscou institucionalizar a política de enfrentamento ao fenômeno. Ademais, nota-se que, dadas as características muito particulares desse ilogismo, há uma dificuldade para a obtenção de dados acerca do tema, principalmente em unidades onde a frágil organização da política de segurança pública impossibilita a clareza das informações. Defende-se assim que, quanto maior for a compreensão desse fenômeno, tão melhor será o conjunto de informações disponíveis à confiabilidade dos dados, permitindo que a política de enfrentamento a essa prática seja mais eficaz.

Palavras-chave: Segurança Pública. Tráfico de seres humanos. Políticas Públicas.

Introdução

Desde a transição democrática no Brasil que os temas sobre segurança pública têm sido recorrentes no país. Os trabalhos de pesquisadores dedicados à temática, como Luiz Eduardo Soares e Alba Zaluar, entre outros, assinalam também que a insegurança pública é, hoje, uma tragédia nacional, que atinge o conjunto da sociedade.

Atualmente pode-se dizer que as modalidades criminais que passaram a integrar a agenda política foram o narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado internacional e as fronteiras. Particularmente, neste último tópico, passou a ganhar destaque recentemente, o tráfico internacional de pessoas, como um dos ilícitos do crime organizado através das fronteiras internas e externas.

Durante quatro séculos, o comércio de escravos resultou em milhões de africanos sequestrados e levados para vários países com fins de exploração, incluindo o Brasil, o último país na América a abolir a escravatura, em 1888. Esse fenômeno recrudescer atualmente envolvendo novas formas de organização? Quem poderia imaginar que, ainda, no século XXI o comércio de pessoas vendendo pessoas poderia existir? Hodiernamente, mas ainda num cenário de barbárie, as contemporâneas redes criminosas passaram a fornecer seres humanos para mão de obra escrava e outras formas de exploração, como a extração ilegal de órgãos para transplante, trabalho escravo e exploração sexual para fins de comércio.

A chamada escravidão moderna, isto é, aquelas relações de trabalho, particularmente na história moderna ou contemporânea, nas quais as pessoas são forçadas a exercer uma atividade contra sua vontade, sob a ameaça de indigência, detenção, violência e inclusive morte, ocorre por uma das formas hediondas, o comércio de seres humanos; também se confunde com outras práticas criminosas e de violação dos direitos humanos e não serve mais apenas à exploração de mão-de-obra escrava.

Embora essa prática tenha sido abolida oficialmente, a escravidão nunca foi realmente erradicada. Segundo Siqueira e Quinteiro (2013), nunca houve na história da humanidade tanta gente vivendo em situação de escravos como acontece hoje. Tratados internacionais, leis nacionais e resoluções compulsórias podem ser capazes de proibir esse tipo de comércio. No entanto, colocar um ponto final a este tirocínio depende também da realização de um complexo trabalho, onde as políticas públicas estejam pautadas pela lógica do compromisso e da dignidade conferida ao ser humano.

Entretanto, como pautar políticas eficientes que possibilitem repudiar essa prática, quando a informação, elemento fundamental para o tratamento da questão, ainda é obscura? Isso mesmo. A informação sobre o tema, o conhecimento, os dados, ou melhor, a qualidade deles ainda é escassa. Ante essas considerações, o presente artigo se propõe a analisar o cenário de conhecimento e a política sobre o tráfico de pessoas no estado do Amapá.

Tudo é mercadoria

O tráfico de seres humanos é uma das atividades ilegais que mais se expandiu no século XXI. A motriz que alimenta essa “máquina” é a busca por melhores condições de vida, que tem levado milhares de pessoas a serem ludibriadas por criminosos, com promessas de ótimos empregos, alta remuneração e viagens. A logística e o nível de organização garantem a esses “agentes” atuarem em escala regional, nacional e internacional, privando a liberdade de indivíduos que creem nessas promessas e sonham com um futuro melhor.

O tráfico de pessoas implica a mobilidade e o transporte de pessoas de um local para outro com fins específicos de exploração. Este processo “de um local para outro” pode ocorrer de um estado da Federação para outro dentro do território nacional, dentro do mesmo estado, ou entre países distintos. Também, o cruzar de “fronteiras” ou divisas internacionais que, como visto, faz parte da própria definição de tráfico internacional e nacional, sendo a facilitação desta mobilidade elemento do crime de tráfico de pessoas.

Contudo, a identificação ou o reconhecimento das situações de tráfico de pessoas é ainda difícil, em particular em zonas fluídas como nas áreas de fronteira. Pois nela, é o “lugar” onde se iniciam as possibilidades de saída, de concretização da migração. A fronteira também pode ser “lugar de passagem” marcado pelos encontros e desencontros de ordem cultural e social, o que dificulta ainda mais o reconhecimento dessa prática.

A produção de mercadorias já existia antes do capitalismo ter começado a existir, mas foi o sistema capitalista que a generalizou. Ao se expandir, o capitalismo foi estendendo o sistema de *produção para o mercado* às mais diversas áreas. Em certo sentido, devemos dizer que o capitalismo foi o regime que *mercantilizou a vida humana* (KONDER, 1999, p. 121).

O tráfico de pessoas é a modalidade criminosa que guarda iminentemente a agressão aos direitos inalienáveis do ser humano, pois ao transformar o homem em mercadoria, coisifica o ser, isto é, a pessoa passa a ser coisa. Segundo Siqueira (2013), ao perder sua individualidade e suas características ontológicas de pessoa cidadã de direitos, torna-se uma mercadoria para compra e venda, um simples valor de troca.

Portanto, as avaliações reducionistas são insuficientes para explicar tal fenômeno, uma vez que essa prática remonta a repugnantes períodos da história humana, e é atualmente, ainda, um campo onde poucos se aventuram, fazendo-se necessário o aprofundamento dos estudos sobre os aspectos vinculados ao fenômeno do tráfico de pessoas na contemporaneidade.

Caracterização do tráfico de pessoas

Diante dessas considerações, é necessário determinar o que se aponta como tráfico de pessoas. Tanto na lei internacional quanto na lei pátria, de maneira geral, a definição segue o conceito adotado pelo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de mulheres e crianças, do qual o Brasil é signatário. Nestes termos, o tráfico humano é caracterizado como:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração (BRASIL. Decreto-Lei N^o 5.017, de 12 de março de 2004).

Desse modo, tem-se uma série de condutas (recrutar, transportar, alojar e acolher) que devem ser tipificadas quando presentes os meios descritos (ameaça, violência, rapto, fraude, abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade), e para fim de exploração (RODRIGUES, 2012, p. 122).

Siqueira e Quintero (2013) afirmam que, em termos práticos, o tráfico de pessoas envolve três elementos básicos, sendo:

1. O ato de recrutar pessoas ou providenciar o movimento de pessoas ou alojar ou receber pessoas.
2. O controle – a ameaça ou o uso de força ou rapto ou fraude ou engano ou abuso de poder ou da vulnerabilidade, ou a aceitação de pagamento ou benefícios para alguém que tem o controle sobre a vítima.
3. O propósito – a exploração de uma pessoa, incluindo exploração sexual, qualquer tipo de escravidão ou remoção de órgãos.

Embora o Brasil venha implementando medidas para a prevenção desse crime, para proteção às vítimas e para a responsabilização dos envolvidos, segundo Rodrigues (2012), não há no sistema normativo uma tipificação penal que reúna todas essas hipóteses, possuindo dispositivos esparsos que criminalizam algumas dessas condutas. No mesmo sentido, a pesquisa ENAFRON (BRASIL, 2013) aduz que a previsão, em nosso ordenamento, de tipos penais que abarquem as diversas práticas criminosas correntes quando do tratamento de gente como mercadoria ainda é tarefa inconclusa e desafiadora.

O Brasil e o tráfico de pessoas

O tema tráfico de pessoas, nas duas últimas décadas, passou a ganhar importância e mobilizar ações políticas para prevenir esse tipo de crime e dar assistência às vítimas dessa prática. Em 1999, o Brasil tornou-se signatário do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, conhecido também como Protocolo de Palermo; com o compromisso de enfrentar o crime organizado transcontinental, quando por meio do Ministério da Justiça, concebeu o Programa Global de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (GPAT).

A questão do tráfico de pessoas entrou na agenda nacional apenas no início do novo milênio no ano 2000, quando a primeira Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF) foi conduzida por meio de uma articulação de ONG brasileiras e universidades com subvenção internacional e apoio do governo federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).

O tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual comercial, é um fenômeno em expansão.

No entanto, por seu caráter criminoso e eminentemente velado, pouco se sabe sobre o número de vítimas envolvidas e a dinâmica de operação das redes que o mantêm (LEAL; LEAL, 2002. p. 29).

Em 2002, o governo federal, influenciado plenamente pela PESTRAF, orientou a criação de comitês estaduais para a Prevenção e Combate do Tráfico de Seres Humanos, basicamente dentro da estrutura do Programa Federal de Proteção à Testemunhas (PROVITA). Vale salientar que o referido programa se constitui como uma política pública desenvolvida em parceria pelo poder público e organizações da sociedade civil organizada.

O governo federal, a partir desse trabalho, inaugura uma política pública com vistas à criação do Sistema Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao tráfico de Seres Humanos, ação que inseriu o país definitivamente nesse campo temático.

Em 2005, os países que integram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a participação de Chile, Bolívia, Peru, Venezuela e Equador, assinaram a Declaração de Montevidéu contra o Tráfico de Pessoas. Este acordo previa a cooperação policial e o intercâmbio de informações sobre o tráfico humano, especialmente o tráfico ligado à prostituição, troca de informações, capacitação de atores governamentais e não governamentais e assistência às vítimas do tráfico de pessoas, entre outras interações.

Em 26 de outubro de 2006, a Presidência da República promulgou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), embora sem caráter de lei, pela primeira vez na história brasileira, todas as diferentes formas de tráfico humano mencionadas no Protocolo de Palermo, incluindo o trabalho escravo e formas similares à escravidão, bem como a remoção de órgãos, passaram a ser oficialmente consideradas como constituintes do tráfico de pessoas (apesar de à época, a legislação brasileira ainda não refletir esta interpretação).

O conceito de tráfico de pessoas, até então, estava restrito ao artigo 231 do Código Penal, que tipificava o tráfico internacional de pessoas para a prostituição. No entanto, a conceituação do Protocolo de Palermo incorpora também o tráfico de pessoas para trabalho forçado e tráfico de órgãos (MARREY; RIBEIRO, 2010, p. 10).

Cabe ressaltar que as demais e recentes iniciativas do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil também devem ter em consideração alguns aspectos intrínsecos, entre eles: a construção de uma base de dados estatísticos, a transformação dessas informações em conhecimento, além de considerar as especificidades da região geográfica das fronteiras, a fim de que possa apoiar a efetividade das políticas e ações de prevenção, assistência às pessoas traficadas e a repressão ao tráfico de seres humanos.

De acordo com a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), por meio da pesquisa Diagnóstico Sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira (BRASIL, 2012), no que diz respeito à qualidade das informações, observa-se que a principal fonte de informações sobre o tráfico de pessoas ainda são entrevistas com atores estratégicos e as informações veiculadas pela PESTRAF, que estão fundadas em recortes midiáticos, demonstrando a carência de uma base de dados de caráter estatístico.

Com relação ao caráter dos dados sobre tráfico de pessoas, Blanchette e Silva (2014), ao fazerem uma análise crítica do estudo “Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil” (PESTRAF), destacam que, entre uma série de falhas de caráter científico, a origem dos dados é ainda uma questão sensível.

Os organizadores da PESTRAF parecem estar cientes do fato de que esse levantamento da mídia é o calcanhar de Aquiles do estudo, em termos de seu valor científico. Obviamente, as histórias que aparecem nos jornais são dados secundários (na melhor das hipóteses) e não são fontes confiáveis para tratar um tópico tão sensacionalista quanto o tráfico de pessoas (BLANCHETTE; SILVA, 2014, p. 5).

A discutida fragilidade dos subsídios sobre o tema mostra as dificuldades para que as análises, pesquisas e políticas públicas têm para buscar o melhor entendimento da prática de tráfico humano e das representações dos *stakeholders*, em detrimento de abordagens macro analíticas e descontextualizadas que prejudicam a compreensão da complexidade do fenômeno.

O Amapá e o tráfico de pessoas

Em 2004, o Brasil ratificou o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à

Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, do qual era signatário desde 2000. Em 2006, foi criada, no país, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), institucionalizando as ações de combate a essa prática.

De acordo com Marrey e Ribeiro (2010), o ano de 2006 constituiu-se em um marco histórico para o Brasil, no que se refere à construção de uma política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A instituição da PNETP reconheceu o tráfico humano como um problema multidimensional que necessita de ações articuladas, e envolve pela primeira vez todos os diferentes atores e agências governamentais que deveriam estar envolvidos.

Prevendo a formatação de um sistema descentralizado para a integração de ações, programas e formação de comitês, o governo federal incentivou os estados a criarem suas próprias estruturas para confrontar o tráfico de pessoas. Tais comitês foram criados primeiramente em cidades descritas como de importância estratégica por seus grandes aeroportos; alto fluxo de migrantes e por serem portas de entrada e saída das grandes rotas internacionais como Fortaleza, Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro. Para Marrey e Ribeiro:

Tais localidades foram escolhidas por apresentar intensa atividade de recrutamento para o tráfico de seres humanos, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro têm os dois maiores aeroportos internacionais de onde saem muitas pessoas que são traficadas para o exterior (MARREY; RIBEIRO, 2010, p. 54).

A autora também destaca que pessoas são traficadas para o exterior a partir de uma notória rota de tráfico que liga Belém do Pará ao Suriname, e seguindo para a Europa. Neste ponto, em que se chama a atenção para as rotas de tráfico humano para o norte do país é que o estado do Amapá se posiciona nesse contexto.

O Governo do Estado do Amapá, alinhando-se à política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, instituiu por meio do Decreto N^o 0783, de 15 de março de 2012, a criação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá (NETP), subordinado à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública, com os objetivos de prevenir e reprimir o tráfico de pessoas, seja para fins de exploração sexual, trabalho escravo ou tráfico internacional para remoção de órgãos humanos.

A estrutura local, constituída com o formato de “gerência de projeto”, possui vigência por tempo determinado, devendo ser renovada anualmente. Inclusive, sua última prorrogação foi dada pelo Decreto N^o 0041, de 07 de janeiro de 2014, com vigência até 31 de dezembro de 2014, demonstrando que no momento o NETP está inativo por falta dessa prorrogação. Deste modo, cumpre destacar que a necessária integração de ações articuladas, envolvendo todos os diferentes atores e agências governamentais, parece não necessariamente estar funcionando em todos os estados da Federação.

De acordo com a pesquisa ENAFRON - Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira (BRASIL, 2012), observa-se que na esfera estadual, o avanço vem acontecendo pontualmente em algumas unidades da Federação. Contudo, de acordo com o mesmo estudo e as informações disponibilizadas pelo NETP, o tratamento atual do tema pelo governo do Amapá não permite estender tal análise ao Amapá, visto que atualmente o NETP encontra-se desativado.

Segundo demonstra a pesquisa acima, a região Norte do país foi a que mais avançou no sentido de construir os instrumentos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, adequando-se ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP) com vigência de 2013 a 2016. No entanto, observa-se destaque apenas para os estados do Amazonas e do Pará, que já estabeleceram sua política estadual e desenvolveram o programa ou plano estadual, criando o comitê de combate ao tráfico humano.

Embora no Amapá, o comitê estadual de enfrentamento ao tráfico de seres humanos tenha sido criado com atribuições de planejar, monitorar e avaliar as ações de combate ao tráfico de seres humanos no estado, o que se observa é que sua efetivação não se deu na totalidade. Pois, do quadro que estabeleceu inicialmente a alocação de cinco técnicos para sua composição, resta apenas um, que sequer está oficialmente investido na responsabilidade das tarefas inerentes.

O governo do estado, ao extinguir cargos técnicos da gerência de projeto NETP, pelo Decreto N^o 7617, de 11 de dezembro de 2013, reduziu drasticamente aquele quadro de pessoal, que, a partir desta data passou a contar apenas com a figura do coordenador e dois assessores. Ainda no ano de 2013, foi criado o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, pelo Decreto N^o 2420, de 29 de abril de 2013; seguindo-se a nomeação de seus membros, pelo Decreto N^o 0932, de 25 de fevereiro de 2014.

Dado o caráter temporário da gerência de projetos, mecanismo pelo qual se criou todas as estruturas estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, e sua extinção automática se dar ao decurso de um ano; atualmente o NETP encontra-se sem quadro de pessoal, sem coordenação e, conseqüentemente inoperante.

A importância do estudo de tráfico de pessoas

Sobre a efetividade das medidas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, a questão deve estar voltada para as contradições entre os esforços antitráfico, por um lado, e as macro políticas que fertilizam as causas do tráfico humano, por outro – causas que podem diluir as ações de enfrentamento ao tráfico em meros simbolismos.

O tema tráfico de pessoas assume evidente importância, tanto nos campos acadêmico e político; quanto no criminal e no social, fato que exige que se aprofundem as investigações em relação a essa modalidade de crime. Em particular, porque ainda há um vácuo sobre dados e informação acerca do tráfico de pessoas. Além do que, a produção dessas informações deve apoiar as ações de monitoramento, prevenção e assistência às pessoas traficadas, vez que entre os estados que promoveram diagnósticos sobre esse tipo de crime, muitos se encontram entre aqueles cujas informações são incipientes.

A natureza do tráfico humano simplesmente ignora o princípio da dignidade humana, restando à sociedade e ao poder público a promoção de ações para prevenir e enfrentar esse tipo de prática criminosa, pautando suas condutas e decisões pela concretização do respeito à vida.

O incremento na prática desse tipo de crime revela que não há limites à violência contra pessoas frágeis e indefesas do poderio das organizações criminosas globalizadas. O atual cenário político brasileiro vem investindo na construção de políticas voltadas à prevenção e ao enfrentamento ao tráfico de seres humanos.

Proteger os direitos humanos, prevenindo e enfrentando o tráfico de seres humanos é uma tarefa extremamente difícil e ambiciosa. Principalmente no que diz respeito ao tráfico de mulheres, por ensejar lucros altíssimos, superados somente – em termos de atividade criminosa – pelo tráfico de armas e de drogas (MARREY; RIBEIRO, 2010, p. 63).

A pertinência e a amplitude do tema na escala regional amazônica propõem que se avalie como as questões relativas ao tema são tratadas, de maneira que as respostas possam vir a contribuir com a geração de informações e conhecimentos que possam fomentar os debates sobre a dinâmica do tráfico de seres humanos, favorecendo a melhor construção de políticas de segurança pública, prevenção e repressão dessa modalidade criminosa na região e suas áreas de fronteiras.

Soares (2006) aponta que a realidade dinâmica da contemporaneidade de nossos dias é tal, que enfocar os circuitos de transações definidas como ilegal é uma tarefa complexa.

O crime organizado transnacional aumentou em muito a violência em alguns setores [...]. Os que ocupam posições estratégicas nas grandes redes de conexões transnacionais podem ter rápidos ganhos em razão de uma combinação de poucos limites institucionais, violência e corrupção (ZALUAR, 2007, p. 3).

Dentre os mercados ilícitos, o tráfico de pessoas é o terceiro mais lucrativo do mundo, só perdendo justamente para o de drogas e o de armas. A cada ano, esse crime movimentava cerca de 32 bilhões de dólares e faz pelo menos um milhão de novas vítimas (REPÓRTER BRASIL, 2012). Quando se ouve falar de tráfico, pensa-se logo no comércio ilegal de drogas ou armas, e o tráfico de pessoas soa estranho. Parece até uma expressão do tempo do Brasil colônia, que não faz mais sentido. Mas, assim como a escravidão, o tráfico humano é uma prática que infelizmente ainda existe.

O tráfico de pessoas tem diversas finalidades, todas envolvendo violações de direitos humanos. Ele pode estar ligado à superexploração do trabalho rural, urbano e doméstico, à escravidão contemporânea, ao comércio de órgãos, aos casamentos forçados e à adoção ilegal de crianças, por exemplo. Mas a forma de exploração mais comum é a sexual. Um relatório publicado em 2009 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes calcula que, de cada três pessoas traficadas no mundo, duas são mulheres. E, de acordo com a publicação “Tráfico de pessoas: mercado de gente”, de cada 10 mulheres traficadas, oito são exploradas no mercado do sexo (REPÓRTER BRASIL, 2012).

Para combater o tráfico de pessoas, é preciso identificar e punir os traficantes e dar apoio às vítimas, inclusive para que elas tenham coragem de fazer a denúncia. Mas, principalmente, é necessário garantir os direitos fundamentais de todos os seres humanos (como ao trabalho, à saúde, à educação, à habitação e à alimentação, por exemplo), para que eles não se tornem alvos fáceis desses criminosos. Em outras palavras: enfrentar de fato o tráfico de pessoas significa reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres (REPÓRTER BRASIL, 2012).

O Brasil incluiu entre as ações da ENAFRON, estratégias de combate ao tráfico de pessoas, inicialmente como pesquisas diagnósticas sobre a ocorrência desse crime nas áreas de fronteiras do país. Contudo, antes dessa iniciativa, em 2006, o governo já havia aprovado a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dividida em três eixos: prevenção, atenção às vítimas, e repressão e responsabilização, que começou a ser posta em prática em 2008, por meio do Plano Nacional de mesmo nome.

As estimativas apontam para números extremamente altos de seres humanos traficados através de fronteiras internas e internacionais, chegando a quatro milhões por ano, de acordo com a Organização Internacional da Migração (LEAL; LEAL, 2002).

Uma série de esforços, como o trabalho intitulado “Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira no Brasil” (2012), concordam que o Protocolo de Palermo foi o instrumento que tornou possível a punição das pessoas e organizações que lucram com o tráfico de seres humanos no mundo. E, também, reforçou a proteção às vítimas, pois estabeleceu medidas de apoio que devem ser cumpridas pelos países, como o fornecimento de assistência médica, psicológica e a oportunização de emprego.

Alcançar as informações – desafio prático

A complexidade do tema, as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, a sua natureza velada, e os distintos estágios de mobilização e articulação entre os atores governamentais e não governamentais, são desafios para a concretização de diagnósticos do cenário sobre o tráfico de pessoas.

Os estudos têm adotado abordagens que apartam os métodos qualitativo e quantitativo; a coleta de dados secundários e informações midiáticas. O

levantamento de informação em geral envolve a coleta de dados quantitativos oficiais, identificação e análise de casos de vítimas do tráfico de pessoas, bem como entrevistas com atores estratégicos. Contudo, a literatura indica que tais informações não são plenamente confiáveis.

Neste ponto, é importante destacar que as peculiaridades relativas ao levantamento de informações são tantas que Blanchette (2014), ao analisar criticamente os resultados da PESTRAF, afirma que, embora existam muitas críticas gerais sobre o discurso do tráfico, prestou-se ainda pouca atenção detalhada sobre como estudos influentes sobre tráfico de pessoas têm construído seus dados.

Propõe-se que os métodos para obtenção de dados e informação nas pesquisas deverão partir dos registros criminais, apoiados na análise do enquadramento dos casos, uma vez que não há na lei brasileira a tipificação de tráfico de pessoas em único diploma legal, estando esse disperso em vários ordenamentos. Além disso, as instituições que abordam esse tema fazem-no em perspectivas que acabam tangenciando o tráfico de pessoas.

A literatura acerca do tráfico de pessoas, com destaque às considerações de Blanchette (2014), expõe a questionável validade dos dados. Do mesmo modo, a insuficiência deles por subnotificação e a tipificação equivocada. Assim, para buscar equilíbrio frente a esse percalço, as pesquisas podem utilizar a triangulação de informações como método, tratando os fluxos das informações, combinando métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos.

De acordo com esse método de análise, as informações obtidas de uma fonte poderão ter sua confiabilidade confrontada com outras fontes. As informações fornecidas pelas entrevistas, por exemplo, poderão confirmar ou reproduzir as informações provenientes da análise documental, das estatísticas etc., o que demonstrará sua credibilidade, facilitando a compreensão sobre esse cenário criminal. As informações podem ser também contraditadas umas pelas outras, trazendo à pesquisa a riqueza do debate entre os métodos e requerendo uma reflexão sobre o peso atribuído a cada fonte.

Por fim, as informações deverão ser categorizadas, tabuladas e analisadas para a apresentação dos resultados, apoiados pela técnica estatística descritiva, permitindo a síntese do conjunto de dados.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo abordar um tema que parece adormecido num passado distante, bem como os aspectos contemporâneos dessa prática odiosa. Todavia, o fenômeno do tráfico de pessoas se propaga silenciosamente e sob formas modernas. Contudo, segue desconhecendo as fronteiras territoriais, limites legais e reproduzindo os contornos das presentes organizações criminosas.

Como forma de instrumentalização metodológica do tema, utilizou-se a revisão de fontes secundárias, nas quais se perceberam inúmeras abordagens. Ademais, buscaram-se informações oficiais sobre o tratamento político que o assunto vem recebendo do governo central e a institucionalização da política de enfrentamento em nível local, por meio dos documentos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Amapá.

Dada a criticidade dos desafios que é propor ações de identificação, combate e prevenção a essa dinâmica, é que se faz necessário dar visibilidade ao problema e situá-lo com relação à sua dimensão jurídica, geográfica, ao perfil da demanda e das redes de favorecimento, e à caracterização das vítimas.

A literatura sobre o tema está se tornando mais robusta, sobretudo porque essa prática não está adstrita a uma região ou ao grau de pobreza, mas submete vários países do mundo, seja para venda ou para compra de seres humanos para os mais abomináveis fins, seja para a indústria do sexo, para a adoção ilegal, para o trabalho escravo ou mesmo para o tráfico de órgãos.

Embora o Brasil tenha ratificado o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, percebe-se na literatura uma crítica à atenção que os meios político e acadêmico dispensam ao tema. Em geral, porque parece não se dar ao tema a dimensão e o enquadramento adequados. E, no particular, porque o tráfico de pessoas assume diferentes aspectos e fins.

Ao tentar descrever e mensurar o fenômeno do tráfico de pessoas, bem como avaliar as ações de enfrentamento a essa prática, não há como deixar de considerar as dificuldades e os desafios que existem para tanto, mesmo em nível local.

Isto posto, cabe destacar que a situação do estado do Amapá nesse contexto; como citado, pela fragilidade dos dados criminais, se apresenta

ainda como um dos grandes desafios ao estudo e compreensão desse crime na região, em particular por seus aspectos geográficos, sua proximidade com a Guiana Francesa e outras terras estrangeiras. Por ser um crime velado, são muitas as dificuldades de obtenção de dados, assim é cada vez mais determinante buscar compreender a participação dos atores principais (vítimas, órgãos de segurança pública e rede de atenção) nesses acontecimentos.

O enfrentamento ao tráfico de pessoas e assistência às pessoas traficadas requerem esforços multi-institucionais, com ações que permitam o diálogo entre ente local e as macro ações governamentais. No caso do Amapá, observa-se que o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) já não exerce essa articulação desde dezembro de 2014, quando foi encerrada sua vigência. Nesta esteira, perdeu-se um instrumento essencial ao funcionar como promotor de discussões sobre o problema e soluções para o mesmo e como articulador das diversas políticas públicas e ações da sociedade civil que são necessárias para a prevenção e a repressão deste crime e assistência às pessoas afetadas.

A situação local atual, com relação aos instrumentos de articulação com a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas retrocedeu a um *status* de inoperância. Pois, com a desativação do NETP, perdeu-se o único dos cinco instrumentos previstos pela política nacional, que havia sido instalado no estado. Os demais, como a Política Estadual de ETP, o Plano Estadual de ETP, o Conselho ou Comitê de ETP sequer chegaram a ser propostos. E, o quinto instrumento, o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) chegou a ter sua instalação prevista, mas não foi instituído.

Esse cenário permite enquadrar o Amapá como uma área de vulnerabilidade e risco de incidência do tráfico de pessoas. Contudo, além destes instrumentos e equipamentos, a tarefa de enfrentamento a essa chaga, principalmente em nível local, requer o enfrentamento de uma série de dificuldades e carências em nível estadual e local.

Pois, compreender a teia de relações entre a região, a cidade e as redes ilegais não é tarefa fácil, não só pelos motivos óbvios, mas porque o legal e o ilegal são conceitos livres de qualquer ambiguidade somente quando abstraídos do terreno. Por conseguinte, é no terreno, ou seja, na dimensão geográfica dessa 'teia', onde a problemática deve ser situada.

Em que pesem os julgamentos, desde que o país tornou-se signatário do Protocolo de Palermo, alguns avanços significativos puderam ser observados com relação às políticas públicas e à legislação nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Contudo, desafios importantes seguem presentes.

Referências

AMAPÁ. Decreto N^o 0041, de janeiro de 2014. Dispõe sobre a prorrogação da vigência do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá. Macapá, 2014.

_____. Decreto N^o 0932, de 25 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a nomeação dos membros que compõem o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá. Macapá, 2014.

_____. Decreto N^o 2420, de 29 de abril de 2013. Dispõe sobre a criação do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá. Macapá, 2013.

_____. Decreto N^o 7617, de 11 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a extinção de cargos da Gerência do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá. Macapá, 2013.

_____. Decreto N^o 0783/2012, de 15 de março de 2012. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá. Macapá, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos*. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação; organização de Fernanda Alves dos Anjos... [et al.]. – 1. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

_____. Secretaria Nacional de Justiça. *Pesquisa ENAFRON-Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira*. Brasília, 2012.

_____. Decreto N^o 7.496, de 8 de junho de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteira. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm>. Acesso em: jan. 2014.

_____. Decreto Nº 5.017, Art. 3, de 12 de março de 2004. *Institui a Promulga o Protocolo Adicional à Convenção da Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças*. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%205.017-2004?OpenDocument>.

BALESTRERI, Ricardo. *Justiça e segurança pública*. (2003-2010, O Brasil em Transformação). São Paulo: Perseu Abramo, v. 3, 2010.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. SILVA, Ana Paula. As rotas da PESTRAF: empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Ártemis*, v. 18, n. 1, p. 12-27, jul./dez. 2014.

BRITO, Daniel Chaves de. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. 1999. 296f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

KONDER, Leandro. Mercadoria. In: _____. *Marx – vida e obra*. São Paulo: Paz e Terra, p. 121-122, 1999.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (Org.). Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial - PESTRAF: Relatório Nacional - Brasil. Brasília: CECRIA, p. 280, 2002.

LEITÃO, Kleber Luis da Costa; REIS, Hilton Teixeira dos. Teoria Geral da Segurança Pública. *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, n. 38, p. 25-33, jan./jun. 2008.

MARREY, A. G; RIBEIRO, A. B. O enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 6, p. 47-66, fev. 2010.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. *O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*. Belém: NAEA, 2007.

REPÓRTER BRASIL. Organização de Comunicação e Projetos Sociais. *Cartilha Mercado de gente, tráfico de pessoas*. 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/12.-cartilha_trafico_spread_WEB.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

RODRIGUES, Thais de Camargo. *Tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual e a questão do consentimento*. 2012, 204 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SIQUEIRA, Priscila; QUINTEIRO, Maria (Org.). *Tráfico de pessoas: quanto vale o ser humano na balança comercial do lucro? A escravidão no século XXI*. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, 2006.

ZALUAR, Alba. *Dilemas da segurança pública no Brasil*. Desarmamento, segurança pública e cultura de paz. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

CAPÍTULO 2

A caminho do cárcere: uma breve trajetória de mulheres que se envolveram com tráfico de drogas

Nara Cristina Moura Pessoa

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e jornalista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. narapessoa1@hotmail.com

Wilson José Barp

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. wbarp@uol.com.br

Fernanda Valli Nummer

Doutora em Antropologia Social (UFRGS) e professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. fernandanummer@gmail.com

Resumo

O contexto social de vulnerabilidade em que a maioria das mulheres custodiadas no cárcere feminino do Pará encontravam-se antes de chegarem à prisão é pouco conhecido, pois muito se divulga sobre o perfil delas, deixando de refletir sobre a sua trajetória de vida até o cometimento do crime. Nesse sentido, o presente artigo tem o objetivo de compreender como as mulheres explicam a sua participação na prática criminosa, ora apelando para fatores sociais e econômicos, ora assumindo total responsabilidade pelas suas escolhas. Os dados foram coletados no período de um mês, por meio da técnica da entrevista informal realizada com oito mulheres presas por tráfico de drogas e que estão cumprindo a pena em regime semiaberto no Centro de Reeducação Feminino do Pará (CRF). Verificou-se que as mulheres cometeram o crime por envolvimento com companheiros traficantes, por considerar uma alternativa econômica viável, e por falta de melhores opções. Elas apresentaram diferentes posicionamentos para o envolvimento com o tráfico de drogas, ora como vítimas, ora como protagonistas de suas escolhas.

Palavras-chave: Cárcere Feminino. Trajetória de Vida. Tráfico de Drogas.

Introdução

Muito tem se falado sobre o perfil de mulheres que lotam a única penitenciária feminina localizada no estado do Pará, o Centro de Recuperação Feminino (CRF)¹. Mas, pouco tem se destacado o contexto social em que essas mulheres viviam antes de cometerem o crime e a forma que elas têm justificado a sua entrada e permanência na prática criminosa.

No cárcere feminino há mulheres com diferentes trajetórias de vida passando pela mesma experiência, segregadas da sociedade por grades de ferro e muros. Mulheres com muitas histórias de paixão, alegria, medo, sofrimento, dor e a esperança de recomeçar seu caminho de maneira diferente do contexto que as levou à prisão.

Algumas estão no CRF pela primeira vez, outras, são reincidentes na prática criminosa, mas todas com novas expectativas à espera da tão sonhada liberdade. Contudo, este artigo busca compreender o que as levou à prática criminosa, qual a sua trajetória até o crime. Pouco tem se pesquisado para entender o contexto particular no qual mulheres participam de crimes. Apresentam-se algumas dessas motivações a partir de agora, pois cada uma possui suas justificativas que as fizeram seguir tal caminho. É de acordo com essa realidade que se mostra a breve trajetória até o cárcere de oito detentas custodiadas no CRF, que aceitaram fazer parte dessa pesquisa.

Revisão bibliográfica

De acordo com Santana (2012), no ano de 2007 havia em todo o estado do Pará 284 mulheres presas. Ao comparar esses dados com os obtidos por meio desta pesquisa, verifica-se que em junho de 2014 o Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE) custodiava um total de 721 mulheres², em todo o estado. É possível inferir que em oito anos a população carcerária feminina cresceu

¹ Está localizado no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém (RMB). De acordo com as informações fornecidas pela diretora do CRF, a unidade abrigava, em junho de 2014, cerca de 600 (seiscentas) mulheres. Desse total, 420 (quatrocentos e vinte) cumpriam pena em regime fechado e 120 (cento e vinte) no regime semiaberto. A pesquisa foi direcionada para estas últimas.

² Dados obtidos por meio do relatório Susipe em Números. Disponível em: <http://www.susipe.pa.gov.br/?q=node/455>. Acesso em: jun. 2014.

aproximadamente 140%. Santana (2012) afirma ainda que, em 2010, 95% dos crimes cometidos por mulheres eram relativos ao tráfico, prática que continua entre as mulheres presas.

Para Wacquant (2003), a principal causa para esse aumento da população carcerária é a política da “guerra à droga”, política que não merece ter essa denominação, porque vislumbra uma guerra contra os vendedores de rua e perseguição aos jovens das comunidades mais pobres. Ele afirma ainda que a guerra contra a pobreza é substituída por uma guerra contra os pobres, pois as políticas públicas são cada vez mais voltadas para o aparelhamento da polícia, combate à criminalidade e a construção de unidades penitenciárias, tendo como consequência a diminuição nos investimentos a programas sociais mais direcionados às necessidades da população.

De acordo com os dados apresentados, o tráfico de drogas tem se mostrado como fator decisivo no crescimento da população carcerária feminina, isso porque o tráfico se apresenta como promessa de ganhos rápidos, e não faz distinção de classe e qualificação profissional, além de se levar em consideração as vantajosas ofertas não encontradas facilmente em outras práticas criminosas. Daí o dilema nas justificativas para seguir o caminho do crime, segundo verificado nos dados desta pesquisa.

Não se pode afirmar que a pobreza é causa exclusiva da violência e da criminalidade, nem que todo criminoso foi vítima de exclusão social, mas há que se admitir uma conexão entre ambas, o que é refletido na trajetória de vida e perfil da maioria das mulheres em situação de cárcere. São pessoas jovens, com as vidas marcadas por histórias de violência e exclusão social. “A violência foi e, continua sendo, um elemento constante na vida das mulheres entrevistadas (na prisão), tanto do ponto de vista da experiência individual, quanto em relação aos parentes próximos” (SOARES; IGENFRITZ, 2002).

Diante desses contextos, Barcinski (2009) relata que os discursos das mulheres que se envolveram no tráfico de drogas são marcados por dois posicionamentos, um como agentes em suas decisões e atitudes, e outro como vítimas de um sistema excludente (social, econômico e de gênero), impasse “que não lhes deixa outra oportunidade senão o caminho da criminalidade” (BARCINSKI, 2009, p. 580).

Nestes termos, Almeida (2001) aponta que a pouca qualificação profissional e educacional é um dado revelador da condição da mulher com baixo poder aquisitivo, porque ela é limitada a exercer o trabalho doméstico, por falta de melhores opções de trabalho.

A situação da mulher pobre é bem mais precária, sem grau de instrução, com salários menores que os dos homens e sendo “chefes de família” têm que lutar bem mais, trabalhar duro, dentro e fora do lar para garantir o sustento próprio e da família, precisam, ainda mais, transgredir as regras da tipificação feminina para a autoafirmação, e, quando se envolvem em crimes estão condenadas a suportar a discriminação, o preconceito e a injustiça (ALMEIDA, 2001, p. 31).

Em relação ao trabalho doméstico, este é apontado por Almeida (2001) com uma das principais atividades exercidas pela mulher com baixa qualificação. Segundo ele, esta é a tarefa que mais confina a mulher “ao lugar da invisibilidade, destituindo-a do lugar público [...] cujas oportunidades de trabalho e independência são restritas” (ALMEIDA, 2001).

Além da situação de desigualdade, Barcinski (2009) mostra também que a participação da maioria das mulheres no tráfico de drogas é descrita como o resultado da aceitação de conviver com homens envolvidos na atividade criminosa. “Como “mulheres de bandido”, elas afirmam que não tiveram outra opção senão servirem de cúmplices nos crimes cometidos por seus parceiros. Se por um lado o caráter involuntário desta participação é amplamente descrito na literatura, é interessante notar o uso retórico que as participantes fazem desta posição” (BARCINSKI, 2009, p. 584). De acordo com o autor, “não ter opção” é no sentido de estar apaixonada e não conseguir viver longe do companheiro, ou na condição de ser dependente economicamente.

Assim, conhecer o perfil das mulheres em situação de cárcere do Pará e os caminhos que traçaram para chegarem até a prisão torna-se um dado relevante para pensar a temática e dessa forma contribuir com esse debate, visando colaborar com informações para futuras pesquisas sobre essa área, além de despertar nas instituições sociais, criminais e judiciais que é necessário ir mais além nas investigações da realidade da população carcerária para se conhecer a origem do problema e não somente combater suas consequências com um grande número de prisões de mulheres, como tem ocorrido nos últimos anos, pelo crime de tráfico. Não é recomendável mais prevalecer somente o poder punitivo e, conseqüentemente, a superlotações das prisões. É nessa direção que serão apresentados os demais dados da presente pesquisa.

Material e métodos

Este artigo é fruto do desdobramento da dissertação³ de mestrado em Segurança Pública, cujo tema foi *Janela para o mundo: o caso da TV no cárcere feminino no Pará*. Para se chegar a um resultado, a pesquisa foi realizada com oito mulheres que cumprem pena em regime semiaberto e não executavam trabalho ou estudavam fora da prisão, uma vez que se elas sássem para o trabalho não seria possível realizar a pesquisa, pois aquelas que exerciam atividades fora, ausentavam-se às seis da manhã e retornavam às cinco da tarde, horário que os pesquisadores não mais estariam no CRF, pois é o horário em que ocorre a “tranca”⁴.

Quando a pesquisa foi iniciada não havia um número exato de mulheres que iriam participar da entrevista. Então, as conversas com as internas eram feitas até que houvesse repetição de informações, situação ocorrida quando se iniciou a entrevista com a quinta interlocutora. A partir daí as informações eram reincidentes; no entanto, para garantir maior credibilidade ao processo de pesquisa decidiu-se entrevistar mais três mulheres, o que permitiu compreender com maior profundidade o objeto de estudo.

As internas do regime semiaberto foram escolhidas por orientação da equipe de segurança, visto que elas, durante o dia, poderiam circular em uma área livre próxima ao bloco em que estavam sob custódia, local específico para as internas deste regime. Logo, não era viável depender de agentes penitenciários para buscar as internas e trazê-las para as entrevistas, como ocorreria se fosse escolhido pesquisar as mulheres custodiadas em regime fechado, o que demandaria um bom tempo, diante dos poucos funcionários trabalhando no CRF.

De acordo com a equipe de segurança da unidade, é no regime fechado que as internas fazem rebeliões e motins, prática difícil de acontecer no semiaberto, porque elas já estão “a um passo da liberdade”, e se faltassem com disciplina poderiam perder o benefício e retornar ao “fechado”. Então, as orientações da equipe de segurança foram seguidas e optou-se pelo regime semiaberto, afinal qualquer tumulto na rotina da prisão deveria ser evitado.

³ Defendida em março de 2015. A pesquisa abordou o modo como as detentas se relacionavam a partir dos conteúdos veiculados na televisão que elas assistiam de dentro do presídio feminino.

⁴ Palavra utilizada na prisão que significa o horário que todas as mulheres retornam às celas.

O instrumento de coleta de dados que se considerou mais adequado para a investigação do problema foi a técnica da entrevista informal. Assim, os dados obtidos foram analisados de forma qualitativa. Dessa maneira, Lakatos e Marconi (2011, p. 280) destacam que a técnica da entrevista é utilizada para “conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos”. Logo, quando essa técnica é direcionada para a entrevista informal, ele observa que há maior liberdade do entrevistado em revelar suas opiniões e sentimentos.

Indo ao encontro dos conceitos de Gil (2012), a entrevista informal é “uma forma de interação social” e “muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano”. Para ele, essa técnica é similar a uma simples conversa, um diálogo aberto, sem perguntas diretas que pudessem mecanizar a conversa, e só se distingue da conversa porque tem a finalidade de coletar dados. Portanto, a entrevista informal foi escolhida por ser uma abordagem menos formal de tratar as pessoas durante uma pesquisa, principalmente em um local de conflitos como a prisão, cujo dia a dia já é cheio de regras e indagações para a manutenção do controle.

Para a realização das entrevistas, foram feitas visitas no período de um mês⁵, três vezes por semana, no turno da manhã, por volta das 9h. Antes de ir a campo iniciar a pesquisa foi preciso tomar alguns cuidados, porque o cárcere é um ambiente marcado por conflitos e o tema é “tema perigoso” (BARREIRA, 1998, p. 19). Logo, foram definidas estratégias de como adentrar ao cárcere e se apresentar às internas, de forma que elas estabelecessem uma relação de confiança com o tema. O objetivo era “diminuir, ao máximo, a violência simbólica bastante presente na relação entre sujeitos entrevistadores e sujeitos entrevistados” (BARREIRA, 1998).

Então, foram deixados de lado acessórios, palavras difíceis, cabelos muito arrumados, roupas formais. Buscou-se a apresentação da forma mais simples possível, com linguagem simples, de maneira que as interlocutoras se “identificassem” com a pesquisa. Durante a coleta de dados, houve o cuidado de entrevistar no máximo duas internas por dia, pois as conversas duravam em média uma hora e meia. Optou-se por não utilizar o gravador, porque se percebeu que o aparelho inibia as mulheres. Por isso, os diálogos eram anotados imediatamente após as entrevistas.

⁵ Mês de junho de 2014.

Para preservar a identidade das internas que aceitaram ser interlocutoras, pediu-se que elas se identificassem pelo nome de uma flor, assim denominadas: *Jasmim*, *Rosa Vermelha*, *Girassol*, *Lírio*, *Amor Crescido*, *Margarida*, *Alecrim* e *Camélia*. Para algumas o nome da flor foi escolhido por ter um significado especial em sua vida.

Como o caso da *Jasmim* “Minha avó usava essa flor no cabelo, por isso que gosto desse nome”. *Amor Crescido*, por sua vez, relatou que “gosto dessa flor porque para mim representa maturidade, algo bom”. *Rosa Vermelha* escolheu porque “adoro essa flor, ela representa o amor. Já sofri tanto por amor”; e *Alecrim* escolheu ser chamada dessa forma porque “é um nome que representa alegria”.

Resultados e discussões

Durante a realização da pesquisa, verificou-se que das oito mulheres que estão presas cumprindo pena no regime semiaberto, cinco têm idade entre 22 e 30 anos (Tabela 1).

Tabela 1: Faixa etária das internas custodiadas no Centro de Reeducação Feminino do Pará em regime semiaberto – 2014

Faixa etária	Quantidade
22 a 30 anos	5
31 a 39 anos	2
40 a 49 anos	1
Total	8

Fonte: Pessoa (2014)

Em relação à escolaridade, do total de interlocutoras, seis têm o ensino fundamental incompleto, e apenas duas completaram o ensino médio, ou seja, a maioria possui baixa escolaridade (Tabela 1 e 2).

Tabela 2: Escolaridade das internas custodiadas no Centro de Reeducação Feminino do Pará em regime semiaberto – 2014

Escolaridade	Quantidade
Ens. fund. incompleto	6
Ens. médio completo	2
Total	8

Fonte: Pessoa (2014)

No que se refere à educação formal das entrevistadas, o que nos chama atenção é a série em que a maioria parou de estudar. Das oito mulheres, quatro pararam os estudos na sexta série, duas na quarta série e apenas duas concluíram o ensino médio. A justificativa para o abandono dos estudos por volta dos 12 a 13 anos de idade é o envolvimento precoce com companheiros, gravidez, a saída da casa dos pais por motivos de violência física ou psicológica que as mesmas alegam ter sofrido, e a proibição dos pais em algumas atitudes dos filhos adolescentes, conforme verificado abaixo:

Parei de estudar aos 13 anos de idade, porque fugi de casa. Minha mãe não deixava eu ir para a festa com os amigos. Depois que sai de casa me envolvi com um rapaz e engravidei (Girassol, estudou até a 6ª série). Casei aos 13 anos, por isso parei os estudos. Meu companheiro me proibia de ir pra aula, tinha ciúmes de mim e dizia pra que estudar? (Jasmim, estudou até a 4ª série).

Antes de parar os estudos, Jasmim sofreu maus tratos. Aos 10 anos de idade trabalhou como babá. Uma mulher a trouxe para Belém com a promessa de que iria estudar e brincar com as crianças que cuidaria. No entanto, Jasmim começou a ser maltratada e explorada nos serviços domésticos. Após um ano, ela conseguiu retornar para a casa de sua mãe, no município de Concórdia do Pará, localizado no interior do estado. Jasmim, ao retornar, viu no namorado uma possível “melhora de vida” e resolveu “ir morar com ele”, momento em que teve seus estudos interrompidos.

Camélia parou os estudos aos 14 anos de idade quando cursava a 4ª série do ensino fundamental. Segundo ela, porque começou a atuar no crime de tráfico de drogas nesse período.

Fui influenciada pelos meus amigos da rua onde morava lá no bairro do Guamá, era mais rápido e fácil de ganhar dinheiro, e minha mãe não tinha nada pra me dá (Camélia, 22 anos, presa por tráfico de drogas e latrocínio).

Além do tráfico, Camélia já praticou o crime de latrocínio⁶ com a finalidade de adquirir dinheiro para pagar dívida de drogas, porque também é usuária de entorpecente, além de comercializá-lo.

Já Alecrim, 29 anos, também parou de estudar na 6^a série, quando começou a usar drogas. Ela começou no crime de tráfico por influência da família, porque viu o dinheiro fácil e rápido chegar em suas mãos. Sua irmã está no CRF também por tráfico de drogas, porque foi presa junto com o companheiro.

Frente a tal realidade, constatou-se a baixa escolaridade das mulheres em situação de cárcere, então, pode-se inferir que a consequência desse fato social é a ocupação exercida por elas antes da prisão, conforme apresentado na Tabela 3. São ocupações que não demandam uma formação específica, nem qualificação profissional. Antes de ingressarem no Sistema Penitenciário elas trabalhavam nas atividades de babá, garçonete, mototaxista, vendedora, autônoma (venda de confecções femininas), e duas declararam que nunca trabalharam antes de serem presas. Todas estavam exercendo suas atividades laborais na informalidade.

Tabela 3: Ocupação das internas custodiadas no Centro de Reeducação Feminino do Pará em regime semiaberto – 2014

Ocupação	Quantidade
Autônoma	2
Nunca trabalhou	2
Babá	1
Garçonete	1
Mototaxista	1
Vendedora	1
Total	8

Fonte: Pessoa (2014)

⁶ Segundo o Código Penal, latrocínio é crime de roubo seguido de morte.

Diante dos dados acima, pode-se especular que as mulheres em situação de cárcere tiveram, e terão quando saírem da prisão, dificuldades para alcançar posições mais relevantes no atual mercado de trabalho, porque não possuem um nível de escolaridade e qualificação exigidos para as profissões que melhor remuneram. Consequentemente, essas mulheres entram em uma situação de vulnerabilidade social em relação ao desemprego, à baixa remuneração e ao mercado informal de trabalho, fato que pode ser comprovado com o número de mulheres da pesquisa com ocupação do lar e setor informal.

Assim, Espinoza (2004, p. 127) afirma que os dados descritos neste trabalho “reforçam a certeza de que a mulher reclusa integra as estatísticas da marginalidade e exclusão”. Diante dessas informações, observa-se que o perfil das internas do Pará vai ao encontro dos dados divulgados pelo relatório mensal “Susipe em Números”, expedido todos os meses pelo Sistema Penitenciário do Pará (Susipe), e segue o perfil das mulheres presas no Brasil, realidade apresentada por Soares e Ilgenfritz (2002) e Espinoza (2004, p. 92).

Em uma pesquisa realizada por Ramos et al. (2011), que descreve o perfil das vítimas de crimes contra a mulher na Região Metropolitana de Belém, pode-se perceber que este perfil vai ao encontro do perfil das mulheres em situação de cárcere, no que tange a baixa escolaridade; ocupações, que exigem pouco ou nenhuma qualificação; inserção no mercado informal de trabalho; e mulheres com idade média de 30 anos.

De acordo com Soares e Ilgenfritz (2002), mais de 95% das mulheres encarceradas foram vítimas em alguma situação de violência, seja na infância, por parte das pessoas responsáveis pela sua criação; seja na vida adulta, pelos companheiros ou por parte de policiais civis, militares ou federais no momento da prisão.

Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de novos estudos no sentido de verificar se a violência tanto física, psicológica ou moral sofrida por essas mulheres, influencia de alguma forma para o caminho do crime. Sem inocentar, defender ou amenizar atitudes em relação ao crime, mas chamar a atenção para a questão de vulnerabilidade social em que se encontram essas mulheres.

Em relação à prática criminosa (Tabela 4), cinco internas foram presas somente pela acusação do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, e as outras três foram presas pelo crime de tráfico associado a outro crime como latrocínio, tentativa de homicídio e homicídio. Dessas três interlocutoras,

apenas a que cometeu o crime de latrocínio afirmou que esse crime estava relacionado com a comercialização da droga, as outras duas disseram que os crimes são independentes, ou seja, não têm relação.

Tabela 4: Crime praticado das internas custodiadas no Centro de Reeducação Feminina do Pará em regime semiaberto – 2014

Tipo de crime	Quantidade
Tráfico de drogas	5
Tráfico de drogas e latrocínio	1
Tráfico de drogas e tentativa de homicídio	1
Tráfico de drogas e homicídio	1
Total	8

Fonte: Pessoa (2014)

Espinoza (2004, p. 92) adverte que o “crime de maior incidência entre as mulheres, no Brasil, é o tráfico de entorpecentes”, dado que também vai ao encontro da realidade no Pará. Dentre os motivos do aumento de prisões de mulheres por tráfico de drogas está o envolvimento com seus companheiros acusados pelo mesmo crime.

Assim destaca-se que das oito mulheres, quatro perderam a liberdade junto com seus companheiros, realidade apontada por Almeida (2006, p. 610) que afirma “Muitas mulheres vem inserindo-se na criminalidade pelos próprios parceiros. A maioria delas atua constantemente como coadjuvante”. Cenário que se observou na trajetória de algumas entrevistadas.

Fui presa em casa, às 5 da manhã, meu marido conseguiu fugir. Quem mexia com a droga era meu marido. Fui presa por causa dele. Ele fugiu e eu fiquei e me prenderam. Depois, ele foi preso, mas recebeu o benefício pra passar natal em casa, aí foi assaltar e morreu (Lírio, 39 anos, presa por tráfico de drogas, condenada a 10 anos de prisão).

Lírio, mãe de duas meninas e um menino, revela que pelo meio social que vivia e criava suas filhas a mais velha acabou se envolvendo afetivamente com um homem acusado pelo crime de tráfico de drogas. O marido da filha

foi preso e depois morto durante saída temporária⁷ da prisão, porque brigou com um vizinho, que o matou por causa de drogas. Lírio, também lamenta porque seu único filho começou a usar drogas e a se envolver na criminalidade, e afirma que, por estar presa, perdeu o controle da família e dos filhos.

Girassol também teve sua liberdade interrompida pelo tráfico. Ela foi presa no município de Santo Antônio do Tauá, no estado do Pará, junto com o companheiro, quando confeccionava a droga para vender, em uma casa alugada só para esse fim. Girassol afirmou saber dos riscos, mas decidiu seguir esse caminho junto com o companheiro porque era um meio mais rápido e fácil de ganhar dinheiro.

Antes de ser presa trabalhava como empregada doméstica e babá, mas ganhava muito pouco, não dava para sustentar meus filhos, e esse negócio de babá a gente é muito humilhada, não dava pra mim não. Aí eu conheci meu marido que me convidou pra fazer essas coisas erradas e eu aceitei, queria dinheiro né? (Girassol, 39 anos, presa por tráfico de drogas).

Assim como Girassol, Jasmim também foi presa junto com o seu terceiro companheiro, no município de Concórdia do Pará, no estado do Pará. Jasmim estava na sua casa, no período da tarde, junto com seu marido, e no momento em que os dois bebiam cerveja e escutavam música a polícia chegou e os prendeu.

Estou nessa vida porque não escutei minha mãe. Ela me dizia que eu iria me dar mal com esse homem, mas eu não liguei, porque eu amava ele, e fazia tudo para ficar com ele, e ele me enganou dizendo que não mexia mais com drogas, foi quando a polícia chegou, e levou nós dois. Agora estou aqui, não sei nem o que fazer.

Rosa Vermelha, 30 anos, já foi seis vezes presa por tráfico de drogas e a última por tentativa de homicídio do ex-companheiro. Está cumprindo pena

⁷ Saída temporária é um benefício garantido pela Lei de Execução Penal (LEP) para aqueles (as) que estão cumprindo pena no regime semiaberto e possuem bom comportamento. A lei prevê cinco saídas durante um ano. Geralmente ocorrem nas datas comemorativas.

há dois anos no CRF. Rosa estudou até a 6^a série, largou os estudos porque se envolveu com seu companheiro com quem teve dois filhos. Ela afirma que foi presa por causa de seu marido.

A droga era dele e não minha, aí sobrou pra mim (Rosa Vermelha, 30 anos, presa por tráfico de drogas e tentativa de homicídio).

Diante das falas acima, infere-se que o tráfico de drogas é considerado como uma alternativa econômica que apresenta viabilidade para pessoas que possuem pouca expectativa de crescimento profissional, como também para aqueles que acreditam não ter opção. Logo, o tráfico representa um meio de sustento para essas mulheres. Segundo Barcinski (2009, p. 578), a participação de algumas mulheres no crime de tráfico “é resultado da opressão, do medo e da falta de opção que supostamente caracterizam a vida feminina afetivamente envolvida com estes homens”.

Nesse universo de mulheres que são presas junto com seus companheiros e os culpam pela sua prisão, ou mulheres que culpam sua situação econômica e familiar para o envolvimento no crime, há aquelas que entraram para o tráfico de drogas por escolha própria como protagonistas, recusando qualquer justificativa que as leve a uma posição de vítimas de uma realidade com problemas econômicos, sociais e familiares. Como é o caso de Margarida, 46 anos, técnica em administração e contabilidade. Acusada pelo crime de tráfico, ela se considera “alta patente no tráfico de drogas”.

Margarida, mãe de duas filhas, comandava o comércio de entorpecentes no município de Marabá, no estado do Pará. Ela afirma que começou a realizar essa prática criminosa porque ficou “deslumbrada” com a rapidez e a facilidade de retorno financeiro que o tráfico lhe proporcionou e perdeu o controle da situação. Margarida é casada há 15 anos, e afirma que seu marido sabia que ela vendia drogas, mas não a ajudava no crime, ela fazia tudo sozinha.

Só fui presa porque fiquei com o olho muito gordo. Queria comprar uma Hilux (carro) à vista, então comecei a recrutar muitas pessoas para vender a droga para mim. Eu queria sempre mais. Eu gerenciava tudo, gostava disso. Essa situação me levou a ser alvo de investigações policiais. E olha que eu não passava dificuldades financeiras, porque meu marido é dono de uma oficina de carros e eu tinha

uma loja de confecções femininas. Eu era microempresária (Margarida, 46 anos, presa por tráfico de drogas).

De acordo com Barcinsk (2009), as mulheres que se envolvem com o tráfico de drogas evidenciam os dilemas e as contradições que marcam suas identidades, pois adotam posições distintas, ora são protagonistas conscientemente engajadas em suas escolhas, ora são vítimas de um sistema social injusto de parceiros criminosos e violentos.

Em relação à reincidência de mulheres no tráfico, das oito entrevistadas, cinco estão pela primeira vez no CRF (Tabela 5), as outras três são reincidentes, ou seja, já foram presas mais de uma vez, pelo mesmo crime ou por outro. De acordo com as entrevistadas reincidentes, quando elas saem da prisão, geralmente, não encontram oportunidades de trabalho para sustentar os filhos, ou quando encontram é para ganhar muito pouco para um mês de trabalho, em relação ao que elas ganhavam com o tráfico. Assim, nada mais lhes resta a não ser continuar na prática do crime, mesmo sabendo dos riscos.

Tabela 5: Reincidência das internas custodiadas no Centro de Reeducação Feminino do Pará em regime semiaberto – 2014

Reincidência	Quantidade
Não	5
Sim	3
Total	8

Fonte: Pessoa (2014)

Segundo Soares e Ilgenfritz (2002), o aumento do número de mulheres nas prisões estaria associado à centralidade conferida à política de repressão às drogas e ao fato delas ocuparem, em geral, posições subalternas ou periféricas na estrutura do tráfico, tendo poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturadas pela polícia.

Os estudos de Soares e Ilgenfritz (2002) mostram que o lugar que as mulheres ocupam no tráfico refere-se a funções subsidiárias ou a situações equivocadas que as teriam levado à prisão como, por exemplo, estar presente na cena em que foram efetuadas outras prisões, ou no momento de transportar a droga, ou até quando negociava pequenas quantidades no varejo; apenas

uma pequena parte assumiu papéis mais centrais, como: “distribuidora” ou “traficante”, dados e informações que vão ao encontro do que foi constatado na presente pesquisa.

Considerações finais

Este artigo pretendeu apresentar uma breve trajetória de oito mulheres em situação de cárcere que foram presas acusadas pelo crime de tráfico de drogas e cumprem pena em regime semiaberto no Centro de Reeducação Feminino do Pará, bem como refletir sobre os motivos que as levaram ao cárcere. Foi verificado que elas apresentam diferentes posicionamentos, ora como vítimas, ora como protagonistas de suas escolhas, para o envolvimento com o tráfico de drogas. Ressalta-se que a posição de protagonismo existe, mas é a minoria enfatizada por elas. A maioria justifica sua situação de vulnerabilidade para tal prática criminosa.

Mesmo assim, não se pode afirmar que essas são as duas formas para o caminho do crime, nem justificando tal ação negativa, porém entender esse contexto é importante para a elaboração de políticas públicas mais eficazes que possam diminuir a incidência de mulheres presas por tráfico, bem como atuar na raiz da questão que é o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social, pois se pode perceber nos relatos que esse crime começa muitas vezes por “herança” dos pais, ou pela falta de expectativa dos filhos em relação a uma vida melhor que seus pais não conseguirão lhes dar.

Portanto, não se pode afirmar que a pobreza é o caminho da criminalidade, mas também não se pode ignorar que a situação econômica a qual se encontram as classes mais pobres é um ambiente propício para a propagação da atividade de entorpecentes.

Referências

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam*: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2001.

ALMEIDA, Vanessa Ponstinnicoff de. Repercussões da violência na construção da identidade feminina da mulher presa: um estudo de caso. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 6, n. 4, 2006.

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, p. 577-586, 2009.

BARREIRA, César. Entrevistando pistoleiros: as armadilhas simbólicas da pesquisa. In: BARREIRA, César (Org). *Crimes por encomenda*. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1998.

ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCrim, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PESSOA, Nara Cristina Moura. *Janela para o mundo: o caso da TV no cárcere feminino no Pará*. 2014. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

RAMOS, E. M. L. S.; PAMPLONA, V. M. S.; REIS, C. P.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. Perfil das Vítimas de Crimes Contra a Mulher na Região Metropolitana de Belém. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 8, p. 172-192, 2011.

SANTANA, Ana Paula Palheta. *A casa dos dias: a vida no cárcere feminino*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOARES, Bárbara Musumeci; IIGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001; Revan, 2003.

CAPÍTULO 3

Pânico na internet: o caso de Belém do Pará

Beatriz de Oliveira da Silveira

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e delegada de Polícia Civil do Estado do Pará. bosilveira@yahoo.com.br

Marcos Miléo Brasil

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e delegado de Polícia Civil do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. marcosmileo@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Resumo

A rapidez com que as informações são disseminadas na atualidade traz diversas vantagens, como a maior participação das pessoas na política de seu país, mas também traz prejuízos, quando, por não ser completa e/ou verdadeira, atinge a honra de outrem ou, ainda, a paz social, sendo relevante a realização do presente estudo, a fim de analisar os possíveis impactos sociais causados por boatos espalhados por meio de redes sociais na internet. Foi realizada pesquisa bibliográfica e estudo do caso ocorrido no mês de novembro do ano de 2014, em Belém do Pará, após o assassinato de um policial militar. Os resultados apontam que os boatos disseminados pela internet são capazes de causar sérios transtornos a toda a sociedade, como o fechamento de estabelecimentos comerciais e a interrupção de aulas em escolas, por exemplo. Dessa forma, conclui-se pela urgência do esclarecimento da população no que tange às boas práticas no ambiente virtual, bem como acerca das consequências reais, inclusive jurídicas, que podem advir a partir da divulgação de fatos incompletos e/ou inverídicos por meio da rede mundial de computadores.

Palavras-chave: Sociedade. Boatos. Redes sociais. Pânico.

Introdução

A popularização da internet e outras tecnologias da informação e comunicação ocasionou, a partir dos anos de 1990, a chamada Revolução Digital, que marca a sociedade atual, onde a partir da interconexão entre redes, possibilitou-se o surgimento do ciberespaço e suas relações virtuais, incorporando a internet ao cotidiano das pessoas, favorecendo a troca de informações e aperfeiçoando processos produtivos, comerciais, educacionais, culturais, entre outros, em tempo real, sendo que a informação circula em velocidade incontrolável.

O ciberespaço ou sociedade digital caracteriza-se, sobretudo pela redefinição de fronteiras; multiplicidade e instantaneidade. Redefinição das fronteiras, pois hoje é possível estabelecer relações profissionais, empresariais, jurídicas, amorosas, entre outras, com pessoas que estejam em qualquer parte do globo terrestre, desde que possuam acesso à internet; multiplicidade, porque a informação atinge inúmeros interlocutores, e instantaneidade, pois essa transmissão ocorre online, ou seja, em tempo real (SILVEIRA et al., 2014, p. 51).

Destaque-se que, como afirmam Fiorillo e Conte (2013), o presente momento social não pode ser subestimado à mera utilização de computadores nas atividades rotineiras, mas sim deve ser entendido como a reconfiguração dos mais diversos conceitos já firmados pela sociedade, acerca das relações humanas e das tecnologias existentes, aprimorando-os e integrando-os nos mais diversos processos sociais, econômicos, produtivos, políticos, entre outros.

É justamente nesse contexto, em que a informação ganha força e confere poder, que são necessários critérios, bom senso e responsabilidade ao reportar fatos em redes sociais por meio da internet, uma vez que o seu alcance é imensurável, podendo ter grande utilidade pública, se forem verdadeiros, mas também caracterizando conduta criminosa, caso sejam inverídicos. Dessa forma, é fundamental o estudo acerca do suposto potencial lesivo da divulgação de boatos pela rede mundial de computadores e quais as respectivas formas de prevenção e consequências sociais, inclusive jurídicas, especialmente no que se refere à prática de crimes no ciberespaço.

O acesso à internet e a divulgação de boatos

Recentemente foram apresentados os resultados da nona edição da pesquisa TIC Domicílios, realizada em mais de 16 mil domicílios brasileiros, entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014 (BRASIL, 2014). Entre os destaques, observou-se o crescimento da proporção de usuários de internet pelo celular, além do maior acesso a equipamentos portáteis, como *notebooks* e *tablets*.

A pesquisa Brasil (2014) apontou que 85,9 milhões de brasileiros tiveram acesso à internet nos três meses anteriores às entrevistas, dentre a população com 10 anos de idade ou mais, o que totaliza 51% da população brasileira (BRASIL, 2014).

Fator de destaque foi o uso da rede no celular, no ano de 2013, no qual 31% dos brasileiros com 10 anos ou mais acessaram pelo aparelho, o que representa 52,5 milhões de pessoas em números absolutos, sendo que esse percentual mais que dobrou nos últimos dois anos, já que em 2011 era de 15% dos usuários e 20%, em 2012. Quanto às atividades realizadas no telefone celular, constatou-se que 30% dos usuários acessaram redes sociais; 26% compartilharam fotos, vídeos ou textos; 25% acessaram e-mails; e 23% baixaram aplicativos (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, no qual mais da metade da população brasileira tem algum tipo de acesso à internet, observa-se que o fluxo de informações entre pessoas, em tempo real, se intensifica, atingindo múltiplos interlocutores, mesmo a quilômetros de distância. Justamente em razão disso, surge a preocupação acerca da qualidade da informação disseminada, se o que está sendo divulgado é completo, verídico, moral, lícito, uma vez que o que se publica por meio da internet passa a ser aparentemente incontrollável.

Uma forma dessa divulgação de informes em massa é popularmente chamada de boato, que significa, em língua portuguesa, “balela, notícia anônima, sem confirmação, que corre publicamente” (MICHAELIS, 2014), caracterizando-se por ser a propagação de fatos inexatos ou inexistentes, agora intensificada pelo uso da rede mundial de computadores.

O fenômeno do boato é tão antigo quanto a palavra humana. “A mais velha mídia do mundo”, segundo a engenhosa fórmula de Jean-Noël Kapferer, permanece, ainda hoje, uma de nossas fontes de informação, apesar da existência

dos grandes meios de difusão coletiva que são a imprensa, o rádio, a televisão e, agora, a Internet. Quando um ou outro amigo nos pergunta “tu sabes da última?” ficamos curiosos pela novidade, que parece ser interessante e que passa a ser retransmitida por nós. Nosso primeiro impulso é acreditar na informação; primeiro, porque confiamos em nosso amigo, evidentemente; mas, também, porque, de modo geral, é materialmente impossível, na vida cotidiana, checar todas as informações que recebemos. Trata-se, de alguma forma, de uma confiança social obrigatória, sem a qual mergulharíamos em uma paranoia e em uma suspeita sistemática (RENARD, 2007).

Analisando a dinâmica de um boato, observa-se que se caracteriza como um pequeno texto, de origem anônima, cujo conteúdo visa trazer algum impacto, como medo ou comoção, a quem o recebe, que, por esse motivo, o retransmite, acreditando ser verdadeiro, recente e surpreendente. Quando é divulgado em grupos de trocas de mensagens instantâneas e em redes sociais, comumente traz ainda os dizeres “aconteceu com meu primo”, “compartilhem” ou “envie para o maior número possível de pessoas”, por exemplo, estimulando, assim, a circulação da balela. Ressalte-se que normalmente o boato tem conteúdo negativo, seja acerca de desastres, violência, doenças ou visando desmoralizar outrem (BRASIL, 2012).

Alecrim (2012) destaca que os boatos pela internet costumam citar nomes de empresas, marcas, organizações não governamentais, pesquisadores renomados, escritores famosos, entre outros, a fim de repassarem credibilidade, salientando que notícias importantes são divulgadas pela imprensa e não por correntes, logo, na dúvida e antes de repassar o rumor, o indivíduo deve pesquisar o assunto tratado em mecanismos de busca ou em serviços específicos de pesquisa em notícias. Renard (2007) afirma que o sucesso na divulgação de um boato ocorre por motivos bem definidos, sendo eles a revelação de uma situação surpreendente, usualmente tida como advertência a um perigo; o contexto utiliza um problema social real e atual, colocando em cena uma justiça imanente; bem como acaba por resgatar temas folclóricos antigos, onde quanto maior forem a simplicidade e a carga simbólica dessas narrativas, mais forte será o impacto social.

Levando-se em consideração que a própria natureza humana sugere a estruturação da sociedade em redes ou grupos e verificando-se que os

meios tecnológicos passaram a ter importante papel no estabelecimento dessas relações, permitindo a interconexão entre grupos, baseada na troca de informações, a potencialidade lesiva da divulgação de um rumor por meio da internet é grande e de difícil controle, pois não encontra barreiras físicas e atinge diversas pessoas em tempo real.

Destaque-se, também, que aqui se aplica o estudo de Edward Lorenz, acerca do que se chama de “efeito borboleta”, onde a simples batida de asas de uma borboleta no Brasil pode gerar um tornado do outro lado do mundo. Proporcionalmente ao tema ora em estudo, os boatos e as piadas propagados por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais (também conhecidos por *hoax* e *memes*) sobre fatos ocorridos em níveis locais podem levar a repercussões em níveis nacionais e internacionais (DIZIKES, 2011).

Nesse contexto, questiona-se, então, quais os riscos sociais advindos da propagação de inverdades ou notícias incompletas por meio da internet? Qual é essa potencialidade lesiva?

A lesividade reside justamente na massificação do boato, que, por si, já é capaz de causar algum tipo de comoção social, chegando a influenciar pessoas a cometerem atos extremos, sejam de isolamento ou até de violência, como foi o caso amplamente divulgado pela mídia nacional, por meio de redes de televisões, jornais escritos e digitais, em maio de 2014, acerca da Sra. Fabiane Maria de Jesus, linchada por populares no Guarujá, litoral de São Paulo, após a divulgação, em uma rede social, do retrato falado de uma mulher suspeita de sequestrar crianças, que se assemelhava à vítima.

No recente caso de assassinato coletivo com origem nas redes sociais, as supostas denúncias, baseadas num fato real, foram usadas para disseminar temores incorporados ao imaginário popular: o de uma mulher que sequestra crianças. Entre os comentários nos milhares de compartilhamentos da postagem, os mais comuns eram frases como “quem pegar primeiro deve encher ela de pau”. É o tipo de postagem que já deixa subentender o baixo nível de informação comum a quem age dessa forma e o elevado grau de intolerância, ao ponto de conclamar exércitos de justiceiros pela internet (BEGONCHEA, 2014).

Outro exemplo dos perigos do boato ocorreu em 2013, quando atingiram repercussão nacional os rumores sobre o fim do Bolsa Família e,

ainda, acerca da existência de um suposto bônus pelo Dia das Mães, o que gerou filas e tumultos em pontos de saque em ao menos 12 estados entre os dias 18 e 19 de maio, sendo realizados mais de 900 mil saques, totalizando R\$ 152 milhões em benefícios, segundo a Caixa, que libera os pagamentos, destacando-se que o número foi cinco vezes maior que o usual, conforme informou na ocasião o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo programa (G1 POLÍTICA, 2013).

Vislumbra-se que além de causar transtornos e abalos à sociedade em suas relações, por vezes a circulação de boatos por si pode configurar a prática de crimes ou contravenções penais, devendo a análise acerca de a incidência criminal ocorrer de forma aprofundada e caso a caso. Quando o boato é se referindo a alguém, por exemplo, ofendendo a honra e/ou a dignidade ou mesmo imputando a outrem falso tido como crime, tem-se os crimes contra a honra, previstos no Código Penal Brasileiro.

Calúnia

Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.

[...]

Difamação

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. [...]

Injúria

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. [...]

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei Nº 10.741, de 2003): Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei Nº 9.459, de 1997) (BRASIL, 1940).

Em razão dos resultados reais dos crimes virtuais, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República criou um grupo de trabalho com o objetivo de receber e analisar denúncias sobre páginas que promovam

o ódio e a apologia à violência e à discriminação, bem como monitorar e mapear crimes contra os direitos humanos em redes sociais. Conforme a ministra Ideli Salvatti, é assustador o crescimento dos crimes de ódio no Brasil, pois, de acordo com dados da SaferNet Brasil, houve um aumento entre 300% e 600% no registro desse tipo de violação no país entre 2013 e 2014 (CONVERGÊNCIA DIGITAL, 2014).

Outros tipos penais que podem ser caracterizados ao se espalhar boatos pela internet são os previstos no Art. 286 (incitação ao crime), quando publicamente, há a instigação a práticas criminosas, e Art. 287 (apologia de crime ou criminoso), onde há, publicamente, o enaltecimento de fato criminoso ou de autor de crime (BRASIL, 1940).

Sem pretender esgotar o enquadramento penal possível, ainda a título de exemplificação, a divulgação de informação falsa pode caracterizar a contravenção penal de criar alarma, prevista no Art. 41 da Lei de Contravenções Penais, ocorrendo quando se anuncia desastre ou perigo inexistente, ou pratica qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto (BRASIL, 1941).

Dessa forma, observa-se que a facilidade das trocas de notícias pela internet deve ser bem utilizada, sempre com bom senso e responsabilidade, a fim de evitar prejuízos à sociedade e a si próprio.

O caso de Belém, Pará, novembro de 2014

A divulgação de boatos pela internet pode tomar proporções assustadoras, a ponto de causar pânico à sociedade. Em 04 de novembro de 2014, foi assassinado a tiros o cabo da Polícia Militar Antônio Marcos da Silva Figueiredo, do estado do Pará, quando chegava em sua casa, no bairro do Guamá, na periferia da capital paraense. A partir desse fato, começaram a ser propalados em redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens instantâneas, informes de que haveria represália por parte de policiais, chegando a circular gravações de áudios de alerta à população, para que ninguém saísse de casa. Na manhã seguinte foram contabilizadas dez mortes (incluindo a do policial), cujas circunstâncias ainda estão sob investigação.

Um jornal local chegou a publicar em seu site alguns dos áudios, cuja autoria é desconhecida, que estavam circulando na ocasião, abaixo transcritos (DIÁRIO DO PARÁ, 2014):

Muita bala tá na cara deixaram desfigurado. Todo mundo tá ligado que o Pet era safado. Matava inocente, botava terror na gente. No inferno para sempre, vai queimar no fogo ardente. Seu vacilão, hahaha. O Pet vai conhecer o Lúcifer (DIÁRIO DO PARÁ, Polícia, 05.11.2014).

Senhores, sério, por favor, faça o que for preciso, mas não vão pro Guamá, não vão pro Canudos nem pra Terra Firme hoje a noite, é uma questão de segurança dos senhores, tá? Mataram um policial nosso e vai ter uma limpeza na área. Ninguém segura ninguém, nem Coronel das galáxias. Os meninos estão soltos. E por favor, fiquem em casa. Não pra, não fiquem em esquina (DIÁRIO DO PARÁ, Polícia, 05.11.2014).

Aumenta o som. Fala Fábio, fala GP. Põe sal nesse fudido, caralho. Caralho, sal, sal, põe sal, bandido é mau. Sal, caralho. É a resposta do crime pra esses fudidos ai, mermão. Tinha que mais é que morrer mermo (DIÁRIO DO PARÁ, Polícia, 05.11.2014).

Ei galera, o meu tio é da Polícia Militar, ele é major, ele já me deu o papo, moleque, eles estão matando em tudo o que é lugar, os traficantes estão soltando fogos em vários pontos de Belém, a cabeça desse cabo que era da ROTAM tava a prêmio, porque ele matou muita gente, ele fez o terror desses moleques aí, tá entendendo? Os traficantes estão soltando fogos em tudo que é lugar que possas imaginar, em qualquer baixada, Ananindeua, Benevides, Icoaraci, Águas Lindas e os policiais estão todos na rua, não tem um dentro de seccional nenhuma. Estão todos na rua, entendeu, ele disse que estão todos na rua, todos pra matar quantos ladrões forem possíveis, vão matar quantos precisarem, até acharem o cara que matou ele. Que eles disseram que o lema deles hoje é o seguinte: que não se vai ao velório do amigo antes de se encomendar a morte do inimigo (DIÁRIO DO PARÁ, Polícia, 05.11.2014).

Égua, galera, eu tenho uma amiga, que ela mora lá dentro da invasão mermo da Terra Firme, ela acabou de mandar um áudio pra mim. Ela falou: “-Caralho, Inara! Tá muita treta pra cá! Eles estão passando com o carro, eles estão matando todo mundo que tá na porta das suas casas pra cá pra dentro da invasão, tem um monte de corpo no chão atirado que eles mataram. Mataram um lá perto da loja que eu trabalho, caralho, mataram um perto da padaria também,

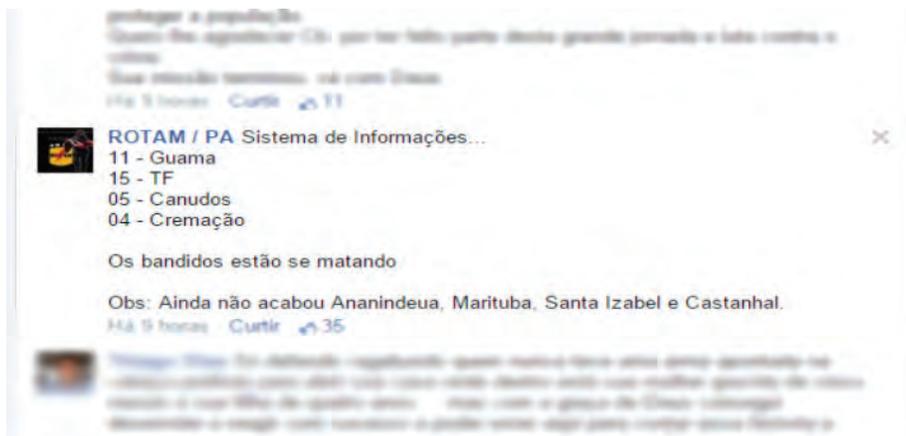
todo mundo diz que não tem ninguém na rua, porque quem tá passando na rua eles tão matando, eles tão doido, mano, doido”. Ela falou “-Égua Inara, eu tô até deitada, já botei o meu marido até pra dormir, que ele tava bebendo, já botei. Muito corpo pra dentro da invasão estirado no chão” (DIÁRIO DO PARÁ, Polícia, 05.11.2014).

Nesse sentido, é necessário esclarecer que os relatos do fato por si não podem ser considerados boatos. Os boatos ou balelas tratam de fatos inverídicos ou cuja narrativa se mostra incompleta.

No caso em tela, foram divulgadas fotos de centenas de corpos enfileirados de pessoas mortas; gravações de sons de tiroteios; gravações de vozes ameaçando atacar escolas, faculdades e outros estabelecimentos empresariais; pequenos textos dizendo que certos locais estavam sob o “toque de recolher” etc.

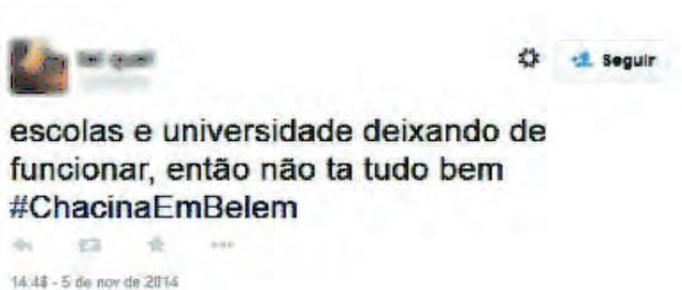
[8h 54min, 05.11.2014]: Galera, quem mora em Belém principalmente galera das faculdades particular e publica, não saiam amanhã, os bandidos vão invadir matando todo mundo, e queimando ônibus, avisem ai para os amigos de vocês Avisem seus amigos que morem no centro de Belém que logo mais no decorrer do dia, após o enterro do policial haverá toque de recolher na cidade, e que eles continuarão matando mais pessoas. Por favor, gente não ignorem! Avise quantas pessoas forem necessárias! (Autoria desconhecida).

Note-se que cerca de 12h após a notícia na imprensa, acerca da morte do policial militar (por volta das 20h do dia 04.11.2014), muitas pessoas já estavam alarmadas, sobretudo pela intensa circulação de boatos, como no caso da mensagem retratada acima, que chegou em seu interlocutor, às 08h 54min da manhã de 05.11.2014.

Figura 1: Exemplo de divulgação de boato em rede social

Fonte: Internet, autoria desconhecida

A repercussão da divulgação dos boatos foi tamanha, que vários setores da sociedade tiveram o seu funcionamento interrompido naquela ocasião, em razão do clamor da população, que temia sair às ruas e vir a ser vítima do “terror” propalado no ciberespaço. Algumas escolas, comércios e universidades tiveram suas atividades suspensas em 05.11.2014.

Figura 2: Exemplo de divulgação de boato em rede social

Fonte: Internet, autoria desconhecida

A fim de esclarecer a população sobre os boatos que foram espalhados, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP) se pronunciou oficialmente acerca dos fatos, confirmando o número real de mortes, bem

como afirmando quais as medidas que seriam tomadas em relação a eles. Quanto à divulgação de fatos inverídicos, foi determinado aos setores competentes que realizassem investigações especializadas, a fim de, em caso de se caracterizar o conteúdo como criminoso, coletar a materialidade e identificar a autoria delitiva (PARÁ, 2014).

Percebe-se, porém, que muitas pessoas repassaram tais mensagens de boa-fé, a título de prevenção aos seus familiares, amigos e conhecidos, sem, no entanto, terem tido a cautela de verificar a procedência e veracidade do que estavam divulgando. Por outro lado, do momento de início da divulgação de rumores pela internet, no final da tarde do dia 04.11, até a nota oficial elaborada pela SEGUP, foi difícil definir quais as reais dimensões da realidade.

Outros indivíduos, sim, por má-fé, divulgaram fotografias de mortos em um incêndio ocorrido em boate no Rio Grande do Sul, além de outras imagens de pessoas falecidas em outros locais, como se fosse em Belém, gravando ainda áudios de ameaças a diversas instituições.

De todo modo, o resultado da divulgação de boatos pela internet na ocasião em análise foi alarmante, urgindo a adoção de medidas de conscientização da sociedade acerca das boas práticas na internet, a título de prevenção.

Entre as medidas de boas práticas na internet, Brasil (2012) elenca manter o navegador e o antivírus atualizados, com a versão mais recente e com todas as atualizações aplicadas; ser cuidadoso ao clicar em links e e-mails; desconfiar de arquivos anexados à mensagem mesmo que tenham sido enviados por pessoas ou instituições conhecidas; não fornecer senhas ou dados pessoais a terceiros, especialmente por telefone; certificar-se da procedência do site e da utilização de conexões seguras ao realizar compras e pagamentos pela internet; desconfie de preços muito abaixo dos praticados no mercado; manter-se atento, avaliando com cuidado as informações divulgadas em sua página *web* ou *blog*; divulgar a menor quantidade possível de informações, tanto sobre si como acerca de amigos e familiares.

Ressalte-se que quanto mais informações as pessoas possuírem acerca do uso seguro e responsável dos meios tecnológicos, mais chances terão de se defenderem de ataques e ameaças no ambiente virtual, conhecendo-os e procurando meios de neutralizá-los.

Considerações finais

Conclui-se, portanto, que a internet, como ferramenta fundamental no processo de comunicação e troca de informações, deve ser utilizada com consciência, bom senso e responsabilidade, a fim de que não sejam desvirtuadas as suas finalidades precípuas, o que ocorre, por exemplo, com a propalação de boatos.

A divulgação de informações incompletas pode trazer tantos transtornos quanto a propalação de mentiras, podendo atingir desde a esfera individual, quando, por exemplo, se trata da exposição de ofensas a uma pessoa, à esfera coletiva, atingindo a paz social de uma cidade, um estado e até mesmo um país.

Observa-se que a conscientização dos usuários de meios de transmissão *online* de informações, como redes sociais e aplicativos de conversação instantânea é fundamental, pois só dessa forma será possível conter a propagação de boatos, ou, ao menos fazer com que haja reflexão prévia à retransmissão de mensagens, cuja autenticidade do conteúdo não seja confirmada.

Dessa forma, é muito importante a divulgação por parte dos setores responsáveis públicos e privados, de orientações acerca das boas práticas na internet e do uso seguro dos meios tecnológicos, compreendendo-se que o que ocorre no ambiente virtual, gera efeitos reais e que é de interesse de toda a sociedade que sejam repassadas informações verdadeiras, úteis e lícitas.

Referências

ALECRIM, Emerson. *Os perigos dos boatos na internet*. 2012. Disponível em: <<http://www.infowester.com/hoax.php>>. Acesso em: nov. 2014.

BEGONCHEA, Jorge. *Do boato ao linchamento*. 2014. Disponível em: <<http://blogdainseguranca.blogspot.com.br/2014/05/do-boato-ao-linchamento.html>>. Acesso em: nov. 2014.

BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil (São Paulo). *TIC Domicílios e Empresas 2013: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil*. 2014. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Centro de Estudos Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. *Cartilha de Segurança para Internet*. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, p. 140, 2012.

_____. Decreto-lei Nº 3.688, de 03 de outubro de 1941. *Lei das Contravenções Penais*. Brasília, 1941.

_____. Decreto-lei Nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Brasília, 1940.

CONVERGÊNCIA DIGITAL. *Crimes virtuais entram na agenda oficial do Governo Dilma*. 2014. Disponível em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=38467&sid=18#.VHXj3YvF_Qg>. Acesso em: nov. 2014.

DIÁRIO DO PARÁ. Áudios acusam que a ordem é para “limpar as ruas”. Polícia. Belém, 05.11.2014. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-308100-.html>>. Acesso em: nov. 2014.

DIZIKES, Peter. *When the butterfly effect took flight*. 2011. Disponível em: <<http://www.technologyreview.com/article/422809/when-the-butterfly-effect-took-flight/>>. Acesso em: nov. 2014.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. *Crimes no meio ambiente digital*. São Paulo: Saraiva, 2013.

G1 POLÍTICA. *PF descarta ação criminosa em boato sobre fim do Bolsa Família*. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/pf-descarta-acao-criminosa-em-boatos-sobre-fim-do-bolsa-familia.html>>. Acesso em: nov. 2014.

MICHAELIS. *Dicionário Escolar Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2014. (Col. Cidadania ao Pé da Letra)

PARÁ. Polícia Civil do Estado do Pará. *Segup tranquiliza população sobre onda de boatos e garante rigor na apuração de mortes em Belém*. 2014. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pa.gov.br/segup-tranquiliza-populacao-sobre-onda-de-boatos-e-garante-rigor-na-apuracao-de-mortes-em-belém>>. Acesso em: nov. 2014.

RENARD, Jean-Bruno. Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 1, n. 32, p. 97-104, abr.

2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3421>>. Acesso em: nov. 2014.

SILVEIRA, Beatriz de Oliveira da; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; ALMEIDA, Sílvia dos Santos; BRASIL, Marcos Miléo. O direito ao esquecimento na sociedade digital. *A Leitura: Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará*, Belém, v. 7, n. 12, p. 51-60, maio 2014.

CAPÍTULO 4

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: uma atuação conjunta de educação, direitos humanos e segurança cidadã da Polícia Militar do Estado do Pará, em 2014

Angélica Varela de Lima

Mestre em Segurança Pública (PPGSP/UFPA) e advogada. Belém – Pará – Brasil. mariangelica.varela@gmail.com

Máurea Mendes Leite

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), especialista em Defesa Social e Cidadania e agente pública do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. maureamendes@gmail.com

Ivone da Silva Mendes

Especialista no Programa Educacional de Prevenção às Drogas e à Violência (IESP), agente pública do Estado do Pará e professora do IESP – PA. Belém – Pará – Brasil. ivonnemendes@yahoo.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

Resumo

A aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência pela Polícia Militar do Estado do Pará, como ferramenta de prevenção primária ao uso e abuso de drogas entre crianças e adolescentes, contribui para que este segmento da sociedade possa se transformar em cidadãos protagonistas de uma cultura de paz, e em contrapartida enfatiza a Polícia Militar do Pará como uma instituição comprometida com a segurança pública, com o bem-estar social, e ente garantidor do Estado Democrático de Direito. O objetivo do estudo é fazer uma análise da aplicação do PROERD, nos municípios paraenses, principalmente após sua consolidação enquanto atividade fim da Polícia Militar, pautada no paradigma da segurança cidadã. Quanto à metodologia, é uma pesquisa de natureza básica, quantitativa, descritiva, transversal, de procedimento técnico documental, os dados obtidos diretamente de documentos registrados pela coordenadoria da Polícia Militar, visando descrever sua metodologia e critérios de aplicação do programa, a trajetória nos municípios do estado do Pará e o alcance de crianças e adolescentes que foram formados. Como resultado houve um crescente alcance do público-alvo e dos municípios paraenses contemplados, o que aproximou a polícia da comunidade, e contribuiu para a formação de jovens em idade escolar. Esta iniciativa da polícia paraense tem se mostrado eficaz no combate às drogas e à violência, sendo aplicada a crianças e adolescentes de escolas públicas e privadas de todos os municípios paraenses.

Palavras-chave: Prevenção. Cultura de Paz. Crianças e Adolescentes.

Introdução

Para compreender a evolução e a importância que os direitos humanos galgaram na sociedade, a partir da promulgação da Constituição de 1988, em especial os direitos humanos de 3ª geração, para a perspectiva de uma sociedade mais justa, livre, igualitária e mais digna, é imperioso estudar sua influência positiva nas atividades desenvolvidas pela Polícia Militar do Pará (PMPA), em especial junto ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que se destina prioritariamente ao cuidado de crianças e adolescentes na atenção primária do combate às drogas e indiretamente à criminalidade. As drogas têm sido a temática mais presente nas discussões devido ao seu apelo junto aos jovens, mas principalmente pelo potencial de destruição das relações familiares e à conseqüente exclusão do ser humano do convívio social, isolando-o de forma definitiva da sociedade. Este tema é um problema de saúde pública, haja vista a facilidade do seu acesso, pois tem se tornado um potencializador da violência urbana, um problema de polícia.

Investir em soluções preventivas tem se tornado senão a melhor, mas a solução mais barata, pois intervir com antecipação é menos oneroso que a prevenção secundária, com pessoas que já fazem uso moderado de drogas. O PROERD é um programa de sucesso reconhecido em nível mundial e tem sido bem aceito na comunidade paraense, apesar das dimensões continentais do nosso estado. A ação do Estado, de acordo com a Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, não é meramente antidrogas, mas sobre drogas, pois o poder público não deve se ater à repressão unicamente e sim agir com antecipação às questões sociais, principalmente à saúde, um direito dos cidadãos, previsto no Art. 196 da Carta Magna.

Este estudo suscita questões pertinentes a esse direito à saúde, discute educação e seus efeitos sobre um público jovem, mas frágil emocionalmente, um campo fértil para as tentações e suas conseqüências. Este tema se justifica pelo crescente consumo de drogas, lícitas ou ilícitas, no ambiente escolar. É possível afirmar que as drogas estão no imaginário e no cotidiano social e cultural dos indivíduos. Não discuti-las implica em falta de comprometimento, de cooperação e de responsabilidade para com a sociedade.

Revisão bibliográfica

A Constituição Brasileira de 1988 foi um marco para a inserção dos direitos humanos no Brasil, sendo responsável pela implantação do Estado

Democrático de Direito, pautada na dimensão de direitos humanos de terceira geração, cuidando de interesses sociais e coletivos, e dando maior ênfase à dignidade da pessoa humana.

No Brasil, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, muito pouco se vivenciou em relação aos direitos humanos, bastando afirmar que essa valorização e atenção por parte do Estado foi mais incisiva a partir de 1988, sendo esta a Constituição mais democrática de todas.

Pode-se considerar que no Brasil passou-se a pensar em direitos humanos e cuidar de direitos sociais, a partir da Constituição de 1934 promulgada no governo de Getúlio Vargas, momento em que o país passava por uma transição entre a República Velha e a redemocratização do país; tal Constituição, na visão de Martins (2008), trouxe cuidados especiais à parcela vulnerável da população, regulamentando os direitos dos trabalhadores concernentes ao salário, jornada de trabalho, atenção à trabalhadora gestante, às mulheres e às crianças.

De acordo com Araújo e Nunes Júnior (2007), o cuidado com os direitos sociais do homem por parte do Estado foi crescente durante toda década de 1950, com interesses voltados para educação e trabalho, porém a partir de 1964, momento em que ocorreu no Brasil o Golpe Militar de 1964, o Brasil passou a ser governado por meio de Atos Institucionais (AI) até que fosse decretada e promulgada a Constituição de 1967, que representou graves retrocessos para os direitos até então adquiridos, principalmente *os direitos individuais*.

Até a promulgação da Constituição de 1988, o país quase nada avançou em termos de direitos humanos abarcando apenas direitos de segunda geração, sendo, sem dúvida, a Constituição de 1988 a mais inovadora no âmbito dos direitos humanos, vez que implantou o Estado Democrático de Direito, garantindo os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, a dignidade da pessoa humana, construindo uma sociedade justa, pluralista e mais fraterna, o que caracteriza os direitos humanos de terceira geração.

Assim, a Constituição de 1988 contemplou todos os princípios dimensionados na terceira geração de direitos humanos, com atenção especial ao direito coletivo, dentre eles o direito das crianças, sendo-lhes garantido o direito à vida, à saúde, à dignidade e à liberdade.

Neste sentido, a universalidade dos direitos humanos não está violada no momento em que o legislador protege ou dispensa tratamento diferenciado

a uma dada classe ou grupo de pessoas, como acontece com a atenção à criança e ao adolescente, pelo contrário, trata apenas de proporcionar a garantia de sua dignidade ante a sua vulnerabilidade; constituindo-se num mecanismo de proteção aos direitos humanos, pois como bem afirma Atienza (2004), a proteção aos direitos humanos e fundamentais dos indivíduos deve ser o principal objetivo de uma sociedade democrática e justa.

Segundo Comparato (2004), a observância dos direitos humanos não está restrita às imposições de leis, normas ou tratados internacionais, uma vez que estão ligados diretamente à dignidade humana, devendo, portanto, serem aceitos e assimilados pela sociedade nacional e internacional, por órgãos oficiais ou não, o que possibilita a aplicação imediata de normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, bem como a validade de tratados e convenções internacionais em que o Brasil seja parte, tornando plenamente válido a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990.

Como forma de proteção dos direitos humanos, a nossa constituição inseriu no ordenamento jurídico o Princípio da Proibição do Retrocesso Social, pelo qual são estabelecidos o mínimo existencial à sociedade e grupos vulneráveis, sendo proibido ao Estado suprimir ou reduzir quaisquer dessas garantias, ficando obrigado a promover o mínimo necessário ao desenvolvimento de uma sociedade livre, justa, solidária e igualitária, tais como: saúde, educação, moradia, segurança, trabalho e dignidade humana.

Seguindo a mesma linha de proteção aos direitos humanos no âmbito da Segurança Pública, a Constituição de 1988 também trouxe novos avanços, pois se em momento anterior à sua promulgação, tinha-se o paradigma da Segurança Nacional, apenas voltado para a proteção e segurança do Estado Nacional, por meio do exercício das Forças Armadas, a partir de então, seguiu-se um paradigma voltado para o indivíduo, a dignidade humana e o Estado Democrático de Direito, com a criação dos órgãos de polícias, entre eles a Polícia Militar como executora de ações que visam a garantia da proteção ao indivíduo e ao patrimônio, além de ações de prevenção e combate à violência.

Com o Estado Democrático de Direito surgiu na América Latina a partir da segunda metade da década de 1990 o paradigma da Segurança Cidadã, tendo como precursor a Colômbia, mas tão logo foi seguido e adotado pelo Brasil. Segundo Freire (2009), o conceito de Segurança Cidadã surge a partir da natureza multicausal da violência e da heterogeneidade de suas manifestações, e

sua base de atuação não está limitada ao controle da violência, mas, sobretudo, às ações preventivas, aliando para isso políticas públicas integradas, ações conjuntas das instituições públicas e da sociedade, em diversas áreas tais como educação, saúde, lazer, esporte, cultura e cidadania.

Para Freire (2009), o modelo de Segurança Cidadã atua nas inclusões sociais com prioridade para a diminuição de fatores de risco como álcool, drogas e armas; ações que visam a melhoria dos contextos urbanos associados ao medo e ao perigo, e a facilitação do acesso dos cidadãos aos mecanismos institucionais e alternativos de resolução de conflitos.

Neste sentido, como forma de primar pelos preceitos constitucionais garantidos, tais como a dignidade da pessoa humana, o mínimo existencial e as ações afirmativas, em especial atenção às crianças e aos adolescentes, e o novo modelo de segurança cidadã, a Polícia Militar do Pará vem desenvolvendo o PROERD, aplicado nas escolas públicas e particulares, com objetivo maior de atuação preventiva do uso e abuso de drogas.

Isto porque na sociedade são constantes as notícias envolvendo a atuação de crianças e adolescentes no mundo das drogas, que em sua maioria tem o primeiro contato ainda em idade escolar. Segundo Bizzotto (2003), o uso de drogas é um dos problemas que mais aflige pais e profissionais nas escolas, exigindo, portanto, uma ação preventiva eficaz a fim de garantir a proteção e a segurança destes menores por parte do Estado, que sai de sua função de mero executor de normas e passa a cumprir com seu papel social.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência tem como modelo o *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) ou DARE América, criado em Los Angeles, nos Estados Unidos, em 1983. Em 1992, surge no Brasil inicialmente com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo como apoio, policiais mentores de Los Angeles (EUA) e a Embaixada Americana, teve sua primeira denominação de Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Em 1993, o programa foi efetivado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, denominando-se “Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência”, mas continuando com a sigla PROERD.

O programa é executado por meio de aulas ministradas por policiais militares devidamente treinados e selecionados a partir de critérios que consideram, entre outros aspectos, sua conduta moral, ética e profissional. E na qualidade de um programa de prevenção deve seguir os princípios de valorização da vida, muito mais do que exercitar olhares moralistas e repressivos,

fortalecendo, com isso, os indivíduos e os grupos sociais para compreender a teia causal do consumo de drogas (CANOLETTI; SOARES, 2005).

O PROERD insere o policial militar no âmbito escolar, participando diretamente do processo educacional de crianças e adolescentes, promovendo o seu desenvolvimento saudável e de bem-estar físico, moral e social, estando condizente com as normas internacionais de direitos humanos como a Convenção sobre os Direitos da Criança, primando pelo direito à vida, à educação e à dignidade.

Neste sentido, entende-se que a aplicação do PROERD pela PMPA, como ferramenta de prevenção primária ao uso e abuso de drogas entre crianças e adolescentes, contribui sobremaneira para que este segmento da sociedade possa se transformar em cidadãos protagonistas de uma cultura de paz, e em contrapartida enfatiza a Polícia Militar do Pará como uma instituição comprometida com a segurança cidadã, com o bem-estar social, e ente garantidor do Estado Democrático de Direito.

A temática das drogas tem estado constantemente em discussão por se tratar de um problema relevante na sociedade atual. Tais discussões envolvem questões como a legalização, o tratamento de dependentes e a prevenção. No entanto, observa-se uma tendência das ações preventivas estarem voltadas ao público já dependente, mas se sabe que os primeiros contatos com as drogas ocorrem em idade escolar e estão cada vez mais precoces, assim, há uma necessidade de trazer essa discussão mais cedo para o contexto escolar, principalmente porque a escola é para as crianças e os adolescentes um local privilegiado de socialização, de desenvolvimento pessoal e intelectual, de formação de opiniões e de atitudes, e tem demonstrado dificuldades em resolver questões relacionadas ao consumo de drogas e à violência (ABRAMOWAY; CUNHA, 2002).

Assim, a escola, como espaço social de convivência, não está à margem dos acontecimentos de sua época e, as questões que acometem a sociedade, de uma forma ou de outra, acabam adentrando seus muros, fato que se estende também ao uso e consumo de drogas, que passa a ser uma grande preocupação sócio-política e de saúde pública (MASSA; BACELLAR, 2007).

Urge desta feita, uma rápida intervenção, qual seja: a prevenção, posto que prevenir é o ato ou efeito que significa evitar, dispor com antecipação ou chegar antes de, e de acordo com o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID) (BRASIL, 2006), as intervenções podem ser feitas em três níveis: prevenção primária, secundária e terciária.

Na prevenção primária o objetivo é evitar que o uso de drogas se instale ou retardar o seu início. A prevenção secundária destina-se a pessoas que já experimentaram drogas ou usam-nas moderadamente e tem como objetivo evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais. Isso implica um diagnóstico e o reconhecimento precoce daqueles que estão em risco de evoluir para usos mais prejudiciais. Já a prevenção terciária diz respeito às abordagens necessárias no processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência.

Nesta trilha do pensar a prevenção, tem-se que a ação do Estado, conforme a Lei Nº 11.343/06¹ não é meramente antidrogas, mas sobre drogas, revelando que o Poder Público não pode se ater à repressão unicamente, mas agir anteriormente à questão social que afeta inclusive o direito à saúde.

O PROERD é posto em prática junto aos alunos do ensino fundamental das escolas da rede pública e privada, por meio do esforço cooperativo entre Polícia Militar, escola, família e sociedade, oferecendo atividades educacionais em sala de aula que ajudam as crianças e adolescentes a visualizarem a necessidade de desenvolver as suas potencialidades e se prepararem para tomar decisões positivas.

O marco inicial do PROERD no estado do Pará se deu por meio da realização do 1º Curso de Formação de Instrutores PROERD, em 2002. Depois de formados, os primeiros instrutores iniciaram a efetiva aplicação do PROERD nas escolas em agosto de 2003, tendo como municípios pioneiros Barcarena, Conceição do Araguaia e Augusto Corrêa.

No município de Belém (PA), a aplicação do PROERD nas escolas iniciou em 2004. Nos anos seguintes até 2007, o programa foi expandido para outros municípios paraenses, mas ainda de maneira tímida, uma vez que o programa não era suficientemente conhecido e não havia previsão orçamentária para sua execução.

No ano de 2008, a PMPA conseguiu com recursos próprios realizar mais um Curso de Formação de Instrutores, o que permitiu atender mais crianças e adolescentes nas escolas da rede pública e particular do estado. Em

¹ Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

2009 foi celebrado convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), possibilitando ampliação do programa, com a realização de novas capacitações de instrutores e aquisição de materiais didáticos.

A consolidação do programa veio em 2011, com a almejada institucionalização do PROERD na Polícia Militar do Pará, o que ocorreu por meio da Portaria N^o 315/2011-Gabinete do Comando, publicada em Boletim Geral da PMPA N^o 78, de 26 de abril de 2011.

Esse fato trouxe reconhecimento e muitos avanços ao programa, pois sua natureza passou a ser considerada atividade-fim da Polícia Militar e constituindo-se em medida proativa e metodologia preventiva de policiamento nas ações de combate ao uso indevido e tráfico de drogas.

Ressalta-se ainda que em 2012, o PROERD passou a integrar as Ações do PROPAZ, que é um programa do Governo do Estado do Pará, criado em 2004, com o objetivo de articular, fomentar e alinhar políticas públicas voltadas para a infância, adolescência e juventude, visando a garantia dos direitos, o combate e a prevenção da violência e a disseminação da cultura de paz. As ações acontecem em parceria com os mais diversos setores da sociedade, governamentais e não governamentais.

A partir de então, o programa foi contemplado no orçamento da Polícia Militar do Pará, o que garantiu recursos financeiros para viabilizar a continuidade do desenvolvimento das atividades do programa e sua expansão ao longo do estado, razão pela qual o presente estudo pretende demonstrar os alcances do PROERD, a partir de 2003 até o ano de 2014, demonstrando quais os municípios implantados, bem como o quantitativo de público alvo atingido.

Material e métodos

Os dados apresentados nesse artigo foram coletados diretamente no sistema de banco de dados da Polícia Militar do Pará, em especial junto à Coordenação do PROERD, e referem-se à apresentação do programa, à metodologia de ensino aplicada e aos materiais didáticos utilizados. Para tanto, será estudada a atuação e a formação educacional do período compreendido de 2003 a 2014. A área de abrangência do estudo consiste em todos os municípios do Pará onde foi implantado o programa.

Foram levantados os municípios que já tiveram o programa instalado, considerando-se no levantamento de dados apenas as turmas que já obtiveram

a conclusão do treinamento e formação educacional, sendo desconsideradas aquelas que estavam em andamento, ou que mesmo tendo concluído, ainda não foram realizadas as cerimônias de formatura.

Quanto à natureza da pesquisa realizada, foi do tipo básica, de forma quantitativa com objetivo descritivo, transversal, de procedimento técnico documental, visando analisar a trajetória do PROERD nos municípios paraenses. Os procedimentos técnico-documentais foram registrados pela coordenadoria do PROERD/PMPA. O método científico adotado foi o dedutivo de pesquisa.

Resultado e discussões

O PROERD, enquanto programa de caráter educacional e preventivo é posto em prática no estado do Pará por policiais militares devidamente selecionados e capacitados, denominados de instrutores do PROERD, e da participação conjunta de educadores, pais e da comunidade. Seu conteúdo pode ser incorporado de forma interdisciplinar no currículo escolar dentro das disciplinas relativas a saúde, ciências, estudos sociais, literatura e outras. As aulas são ministradas, obrigatoriamente, por um policial militar fardado, com auxílio e acompanhamento do professor da classe.

Está dividido em quatro cursos: PROERD para educação infantil e anos iniciais; PROERD para 5º ano e 7º ano do ensino fundamental e o PROERD Pais. Sua aplicação concentra-se prioritariamente em crianças do 5º ano (antiga 4ª Série), cuja faixa etária compreende dos 9 aos 11 anos, e aos adolescentes do 7º ano (antiga 6ª Série), cuja faixa etária compreende dos 12 aos 16 anos; e seus objetivos gerais estão voltados para o desenvolvimento da capacidade de autonomia dos alunos em resistirem ao uso e abuso de substâncias nocivas à saúde.

O programa voltado ao 5º ano é organizado em 10 aulas de 60 minutos, com apoio de material didático, entre eles, o Livro do Estudante “PROERD: uma visão de suas decisões”. As informações, os conhecimentos científicos e as atividades contidas em suas lições são projetadas para construir coletivamente capacidades de resolução de problemas sociais e pessoais relacionados com o uso e abuso de substâncias, bem como para garantir que possam agir em nome de seus melhores interesses diante das situações expostas.

Nas aulas enfatiza-se possibilitar aos alunos acesso a essas capacidades de maneira atraente, usando situações problemáticas que pareçam reais aos

seus olhos. A intenção é que as crianças analisem essas situações, busquem e usem as informações disponíveis, discutam uns com os outros, as alternativas dessas situações e ações que podem escolher com responsabilidade.

O programa direcionado aos alunos do 7º ano também consiste em dez lições, orientando os adolescentes quanto às habilidades de resistência, avaliação de riscos, tomada de decisões, suporte social e resolução de conflitos, além de esclarecer questões legais e de condutas diante do fenômeno drogas. O acróstico “real” é a mensagem central do currículo e ensinar os adolescentes as quatro maneiras de recusar a oferta de drogas: Recusar, Explicar, Abster-se e Livrar-se. As lições incluem modalidades de ensino que objetivam a participação ativa do estudante, tais como: atividades de aprendizagem em grupos cooperativos; questionamentos elaborados de modo a promover um nível mais elevado de pensamento; encenações sobre situações e fatos (BRASIL, 2011).

Em relação ao Programa voltado às crianças da educação infantil, o conteúdo está organizado em 03 (três) seções: a primeira contém lições para a pré-escola da educação infantil; a segunda, lições para os 1º, 2º e 3º anos; e a terceira contém lições para o 4º ano do ensino fundamental. As aulas são ministradas com o auxílio do álbum “Protegendo nossas crianças: ajudando a mantê-las seguras, livres das drogas e da violência”, composto por 20 cartazes coloridos versando sobre segurança pessoal para crianças. Esse material foi desenvolvido pela *Los Angeles Unified School District* (Distrito Unificado de Escolas de Los Angeles) e adaptado para a realidade brasileira pelo Centro de Capacitação PROERD da Polícia Militar de Santa Catarina (BRASIL, 2005).

Por fim, o PROERD Pais é desenvolvido em 05 (cinco) lições, e tem como objetivo capacitar os responsáveis legais a ajudarem os seus filhos a fazerem escolhas positivas, bem como trabalhar a política de proximidade com a sociedade. Para tanto, na primeira lição do programa com as crianças, o instrutor PROERD encaminhada mensagem aos pais por intermédio do aluno. Os pais tomam conhecimento do Programa em que seu filho participará, havendo, ainda, durante os trabalhos, reuniões com os pais ou responsáveis.

O currículo para este programa de educação sobre drogas para os pais foi criado pela Associação para Supervisão e Desenvolvimento Curricular (*Association for Supervision and Curriculum Development – ASCD*) e pela Famílias em Ação Nacional (*National Families in Action – NFIA*). A *National*

Families in Action é um centro de informações sobre drogas que mantém um *website* e publica numerosos artigos, panfletos, livros e um informativo trimestral. Trata-se de uma organização estimada e altamente respeitada entre os educadores e especialistas em pesquisa, a qual coube a responsabilidade de desenvolver o conteúdo do programa para os pais (BRASIL, 2013).

As aulas são sempre ministradas por um policial militar fardado com o apoio didático do “Livro para pais”, com a apresentação de vídeos temáticos divididos em capítulos para que os pais façam análise crítica das situações apresentadas, permitindo uma relação com os fatos do cotidiano social, relatos, trabalhos em grupo socializado e individualizado com dinâmicas e encenações teatrais.

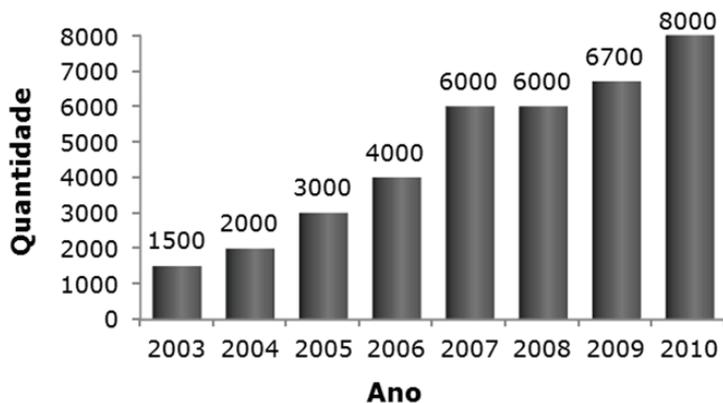
O PROERD Pais é uma atividade educacional preventiva, que busca ajudar a família a ter noções básicas sobre o uso indevido de drogas por crianças e adolescentes, desenvolver e aplicar os fatores de proteção objetivando a valorização da vida, bem como a resolução de conflitos nas situações de violência, contribuindo para o fortalecimento da cultura da paz e a construção de uma sociedade íntegra, mais saudável, feliz e principalmente mais segura.

Ainda sobre o prisma da segurança cidadã, a aproximação das atividades preventivas do PROERD busca uma maior aproximação da comunidade, não apenas propiciando o contato direto de crianças e adolescentes com os policiais militares, o que cria laços de confiança, dignidade e respeito mútuo. Após conclusão do curso do PROERD, ocorre a cerimônia de formatura das turmas participantes, em solenidade aberta à comunidade, perante a qual as crianças e adolescentes prestam juramento a seus familiares, amigos e autoridades presentes, assumindo o compromisso de manterem-se afastados das drogas e da violência.

O PROERD vem sendo desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Pará desde o ano de 2003, atingindo um número singelo de crianças e adolescentes. No total, 31.200 (trinta e um mil e duzentos) crianças e adolescentes foram formados pelo programa, no período compreendido de 2003 a 2010, conforme dados obtidos junto à coordenação do programa, e demonstrados na Figura 1.

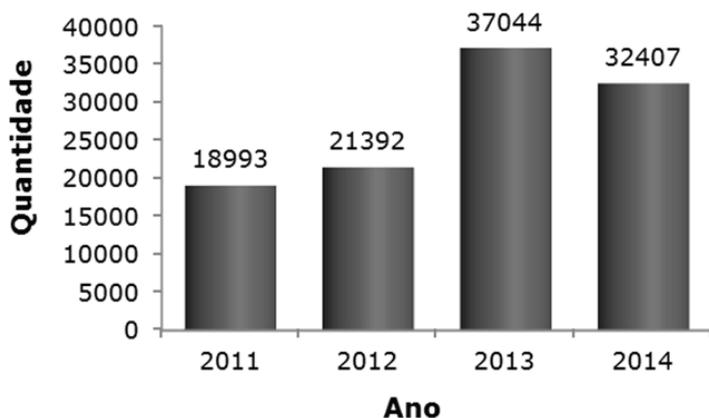
Ressalta-se que os números expressos na Figura 1 são estimados pela coordenação do PROERD, uma vez que o programa era feito de forma assistencial, ainda pouco estruturado e organizado como atividade fim, e gradativamente foi se consolidando.

Figura 1: Quantitativo de crianças e adolescentes atendidos pelo PROERD -PMPA no período de 2003 a 2010



Fonte: Coordenação Estadual do PROERD-PMPA (2015)

Figura 2: Quantitativo de crianças e adolescentes atendidos pelo PROERD -PMPA no período de 2011 a 2014



Fonte: Coordenação Estadual do PROERD-PMPA (2015)

Considera-se que foi no ano de 2011 que o PROERD conseguiu maiores mecanismos para se desenvolver enquanto política pública de prevenção e resistência às drogas entre crianças e adolescentes do estado do Pará. A partir deste momento, passou a ser classificado como uma atividade

fim da Polícia Militar do Pará, possuindo dotação orçamentária específica para investir e ampliar sua área de atuação com formação e capacitação de instrutores. Assim, pode-se observar que foi contemplado um maior número de crianças, com a inclusão da disciplina no currículo escolar, e conseqüentemente tendo contado com orientações e conhecimento acerca dos riscos e dos malefícios do uso de drogas.

Tabela 1: Quantidade de crianças e adolescentes atendidos pelo PROERD nos municípios do Pará, 2013

Município	Quantidade
Belém	3761
Ananindeua	3332
Cametá	3058
Tracuateua	2621
Santarém	2589
Castanhal	2383
Marabá	1494
Barcarena	1400
Bragança	1350
Tucuruí	1079
Salinas	920
Paragominas	908
Soure	855
Santo Antônio do Tauá	808
São Domingos do Capim	770
Oriximiná	727
Santa Izabel do Pará	670
São Domingos do Araguaia	632
Conceição do Araguaia	580
Inhangapi	520
Total	30457

Fonte: Coordenação Estadual do PROERD-PMPA (2015)

Certamente que os números são bastante expressivos quando se analisa o alcance do programa após sua consolidação ocorrida em 2011, a partir da Portaria Nº 315/2011 – Gabinete do Comando, publicada em Boletim Geral da PMPA Nº 78, de 26 de abril de 2011; e ainda com a inclusão nas ações do PROPAZ, no ano de 2012. Foi nos anos de 2013 e 2014 que o programa chegou ao auge de atuação, atingindo um maior número de crianças, perfazendo em 2013 o total de 37.044 (trinta e sete mil e quarenta e quatro) crianças e adolescentes formados; e em 2014, foram de 32.407 (trinta e dois mil e quatrocentos e sete) crianças e adolescentes, números bem superiores desde a sua implantação em 2003.

Ressalta-se que os dados obtidos em 2013 e 2014 além de representarem o aumento na educação de crianças e adolescentes, significam também que um maior número de pais e responsáveis teve conhecimento da importância do trabalho realizado, bem como da conscientização do papel da família e da comunidade na formação de jovens, e seu afastamento de práticas violentas, uma vez que muito mais que disseminadores da violência, são na realidade vítimas.

A Polícia Militar do Pará tem em sua estrutura organizacional o Departamento Geral de Operações dividido em Comandos de Policiamentos, os quais ficam responsáveis por áreas estratégicas para melhor direcionamento das ações e serviços de segurança pública.

Assim, estão distribuídos em: Comando de Policiamento da Capital (CPC), Comando de Policiamento Especializado (CPE), Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), e Comando de Policiamento Regional (CPR) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII, os quais ficam responsáveis pelo monitoramento dos municípios paraenses.

Nas ações do PROERD são os Comandos de Policiamentos, por meio de seus Batalhões, os órgãos diretores e responsáveis pela implantação do programa no município alvo de sua região de comando, assim no período de 2003 a 2014, o programa foi implantado em 76 municípios paraenses, conseguindo-se a adesão de todos os Comandos de Policiamento, muito embora tal processo não tenha ocorrido de forma integral e completa, tendo em vista que estado do Pará é composto por 144 municípios, segundo dados do IBGE (2014), o que representa um alcance de 52,77% dos municípios, dado este que apenas expressa a área territorial de abrangência.

No entanto, considerando-se que nos anos de 2013 e 2014 o programa atingiu o seu auge em relação ao público alvo envolvido, com o maior número

de crianças e adolescentes educados e formados pelo PROERD, buscou-se correlacionar os municípios de maior destaque para este índice, permitindo discriminar o *ranking* dos municípios onde o programa mais se consolidou, conforme as Tabelas 1 e 2.

Tabela 2: Quantidade de crianças e adolescentes atendidos pelo PROERD nos municípios do Pará, 2014

Município	Quantidade
Belém	5158
Barcarena	2489
Cametá	2205
Santarém	2183
Castanhal	1397
Breves	1200
Muaná	1159
Bragança	1041
Ananindeua	951
Tomé Açu	942
Paragominas	924
Tucuruí	891
Santa Izabel do Pará	809
Soure	743
Salvaterra	709
Abaetetuba	553
Inhangapi	551
Ponta de Pedras	523
Xinguara	520
Total	24948

Fonte: Coordenação Estadual do PROERD-PMPA (2015)

Sem dúvida que ao considerar a população de crianças em idade escolar, matriculadas e residentes nos municípios descritos nas Tabelas 1 e 2, e correlacionar com o número total de crianças formadas pelo programa, o resultado será um quantitativo bastante tímido e pouco significativo. Neste

sentido, tomando-se por base os dados do IBGE (2012), referentes ao número de alunos matriculados no ensino fundamental no ano de 2012, englobando a rede pública e privada de ensino, o município de Belém totalizou 197.751 matrículas, que comparadas ao total de 8.919 alunos que obtiveram em sua grade curricular a educação oferecida pela PROERD nos anos de 2013 e 2014, representaria 4,51% do total de alunos matriculados.

Considerando-se municípios de menores índices descritos nas Tabelas 1 e 2, como Inhangapi com 520 alunos formados no ano de 2013, e Xinguara com os mesmos 520 alunos no ano de 2014, comparando-se que segundo o IBGE (2012) Inhangapi contabilizava um total de 1.958 alunos matriculados no ensino fundamental, em ambas as redes de ensino, e Xinguara um total de 7.686 matrículas, observa-se uma melhor expressividade no alcance do PROERD, para o município de Inhangapi representaria um alcance de 26,55% dos alunos matriculados, enquanto que em Xinguara apenas 6,76%.

Certamente que ao analisar e descrever as ações do PROERD é fundamental que se considere todo seu processo gradativo de desenvolvimento e estruturação, principalmente, o fato de não ser a atividade principal da Polícia Militar, mas uma ação de caráter preventivo e secundário da atividade, e que enfrentou e enfrenta dificuldades e barreiras para sua execução, necessitando de parcerias e cooperação técnica com as instituições e redes de ensino.

Nessa lógica, o quantitativo histórico de público-alvo atingido e também a ampliação de municípios contemplados, representa um fator positivo para a consolidação do PROERD, reforçando o diferencial ocorrido nos últimos anos, quando a instituição passou a se empenhar e incorporar os ideais de prevenção. E ainda, o índice de crianças formadas representa uma maior integração social e possivelmente redução da vulnerabilidade para o uso e manuseio das drogas, tendo em vista a execução de trabalho envolvendo a prevenção primária.

O trabalho de prevenção primária torna-se bastante importante se forem comparados os gastos de recursos e esforços apreendidos por parte do Estado para controlar o problema das drogas que atualmente é muito mais uma questão de saúde pública e de regulação social, que uma questão judiciária e criminal. Segundo o entendimento de Lemgruber e Boiteux (2014), criou-se nos países do mundo inteiro uma guerra contra o tráfico de drogas, e despendem-se vultosas somas de investimentos policiais para combater o tráfico, no entanto, não se consegue perceber uma redução nem

no consumo, nem nas vendas e nem na produção, e o aumento da violência e corrupção associada ao narcotráfico é cada vez mais marcante.

Neste sentido, os trabalhos educacionais e preventivos realizados com crianças e adolescentes em idade escolar seria uma alternativa para conduzir o enfrentamento às drogas, principalmente porque trabalham campanhas educativas de resistência com indivíduos em idade de desenvolvimento. Segundo Pimenta (2014), é nessa fase da vida que crianças e adolescentes, principalmente os do sexo masculino, sofrem as maiores pressões para utilizar drogas e se envolver no mundo do tráfico, pois estão em fase de afirmação de sua masculinidade perante os grupos sociais a que pertencem, e comumente a adesão ao uso também está associado a influências dos grupos de amigos, da rebeldia e revolta típica da idade juvenil.

Considerações finais

O presente estudo não se esgota nestas reflexões feitas anteriormente, ante sua vasta fundamentação, necessitando de um debate e aprofundamento mais rigoroso, contudo ficou demonstrado que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência desenvolvida pela Polícia Militar do Estado do Pará é uma ação pautada nos preceitos dos direitos fundamentais previstos no ordenamento maior brasileiro, na legislação infraconstitucional e na norma internacional, todos congregantes das teorias de direitos humanos.

Conclui-se que o PROERD é um efetivo programa de prevenção primária pautado nos interesses do Estado em oferecer a crianças e adolescentes, educação, dignidade, bem-estar social e melhor convívio social, fomentando uma cultura de paz. E para tanto não poderia deixar de trazer o policial militar, enquanto agente da segurança pública e propagador dos direitos humanos, para mais perto da comunidade, contribuindo assim para a garantia dos direitos coletivos e dignidade da pessoa humana.

Por fim, cumpre ressaltar que a prática policial, pautada na dignidade e nos valores éticos e legais, constitui em valioso mecanismo de combate à violência e ao uso indevido de drogas entre crianças e adolescentes, e contribui positivamente para a construção do Estado Democrático de Direito.

Referências

- ABRAMOWAY, Mirian; CUNHA, Anna Lúcia. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2002. 496p. Disponível em: http://www.abglt.org.br/docs/Revelando_Tramas.pdf. Acesso em: abr. 2015.
- ARAÚJO. Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR. Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ATIENZA, Manuel. *El sentido del derecho*. Barcelona: Ariel, 2004. Capítulo 7 – Derecho, justiça y derechos humanos.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado, 2015.
- _____. Ministério da Justiça. *Curso Nacional de Formação de Instrutores do Proerd*. Brasília, 2013.
- _____. Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2006.
- _____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *A prevenção do uso de drogas e a terapia comunitária*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/senad>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Manual do Instrutor Educação Infantil e Anos Iniciais: Proerd/ The Los Angeles Unfied School Dstrict. Trad. coordenada por Bettina G. Becker. Florianópolis: PMSC, 2005.
- _____. Manual do Instrutor do 7º ano: caindo na real/ University of Arizona; PMMG; tradução coordenada por Bárbara G. J. Miranda. Belo Horizonte: PMMG, 2011.
- BIZZOTTO, Antonieta Guimarães. Uma escola mais sedutora que a droga. *Outro Olhar*, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, out. 2003.
- CANOLETTI, Bianca; SOARES, Cássia Baldini. Programas de prevenção

ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v. 9, n. 16, p. 115-29, set. 2004/ fev.2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a10.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 3, n. 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

IBGE. *Cidades@*. Pará. 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=15&search=para>. Acesso em: abr. 2015.

_____. *Pará – Belém / ensino – matrículas, docentes e rede escolar 2012*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150130&idtema=117&search=para|barcarena|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>. Acesso em: abr. 2015.

LEMGRUBER, Julita; BOITEUX, Luciana. O fracasso da guerra às drogas. In: LIMA, Renato Sérgio de (org.); RATTON, José Luiz (org.); AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 357-368, 2014.

MARTINS, Wal. *Direito à saúde: compêndio*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

MASSA, Adriana Accioly; BACELLAR, Roberto Portugal. A interface da prevenção ao uso de drogas e o Poder Judiciário, em uma perspectiva de sustentabilidade. In: SEMINÁRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE, 2. Curitiba, 2007. *Anais...* Curitiba, 2007

PIMENTA, Melissa de Matos. Juventude e Violência. In: LIMA, Renato Sérgio de (org.); RATTON, José Luiz (org.); AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 265-275, 2014.

CAPÍTULO 5

Ativismo político LGBT: mobilização e construção da cidadania homossexual na Região Metropolitana de Belém

Elson Luiz Brito da Silva

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA). Belém – Pará – Brasil. elsomcap@yahoo.com.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Gelilza Salazar Costa

Graduanda em Estatística (UFPA) e aluna de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESPA). Belém – Pará – Brasil. gelilza@gmail.com

Resumo

Trata dos aspectos políticos das lideranças LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) na Região Metropolitana de Belém (RMB), traça um perfil aproximado desses líderes, e consequentemente, vislumbra a participação política no processo de construção da cidadania homossexual, e apresenta dados sobre o registro da violência homofóbica na RMB, por meio dos dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC). Expõe um estudo descritivo a partir de dados secundários e primários, dos quais se pode destacar como principais resultados, que as lideranças são a maioria do sexo masculino e apresentam faixa-etária predominante de 18 a 32 anos, se declaram da raça/cor parda, com escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo. Observou-se que a liderança apresenta um desdobramento de ação em diversos segmentos, como partido político, ONG, associação de moradores, grupo religioso e movimento estudantil. Em relação à violência, destaca-se que as vítimas de violência são a maioria do gênero masculino, e ocorre em residência particular, sendo a injúria a principal ocorrência, seguida por ameaça e constrangimento ilegal.

Palavras-chave: Política. Cidadania Homossexual. Violência Homofóbica.

Introdução

Existe a necessidade de entendimento da dinâmica de atuação das lideranças LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) no processo de mobilização das pessoas que participam do movimento em Belém que pode ser caracterizada de duas maneiras: em primeiro lugar é uma ação política voltada para as demandas mais pontuais na questão da sexualidade que busca dar visibilidade aos grupos diretamente ligados aos conflitos e dilemas enfrentados pela comunidade LGBT em Belém. Em segundo lugar, também é uma forma de dar credibilidade ao movimento por meio de um engajamento na luta social, de um modo geral, que engrandeça os ideais específicos da comunidade LGBT.

Independentemente da forma com que aderem ao movimento LGBT, essas lideranças ajudam a construir uma cidadania homossexual, pautada em uma demanda, que se faz perceber pela sociedade em geral e pelo poder público e que marca sua posição lutando por respeito e por reconhecimento. O caráter plural da luta LGBT é uma ação articulada de forma individual e coletivamente na esfera pública, tanto na dimensão institucional quanto nas arenas informais de embate por direitos, as condições fundamentais da vivência democrática e da transformação dos grupos e comunidades participantes em sujeitos de sua história coletiva e condutores de sua própria vida privada.

Essa dimensão de reafirmação da condição de sujeito tem implicações importantes na busca por reconhecimento de direitos e na conquista da cidadania. De acordo com Touraine (1995; 1996; 1998), a condição de sujeito somente pode ser definida como a expressão do cidadão que experimenta a cidadania, pois sempre que uma coletividade afirma o seu direito à autodeterminação, procura tomar nas mãos seus próprios assuntos e manifesta a sua vontade ativa fundamentada na confiança na sua capacidade coletiva de ação, a condição de constituir-se como sujeito se concretiza efetivamente. Essa concreção – diz o autor - não se realiza individualmente; ela se constitui e se desenvolve nas relações que mobilizam outros indivíduos, na medida em que o sujeito se forma simultaneamente pela luta e pelo respeito do outro como sujeito. Ainda de acordo com Touraine (1995; 1996; 1998), não existe sujeito sem engajamento social, pois é nele que o indivíduo vai opor resistência à lógica dominadora dos sistemas e reafirmar seus particularismos.

Se por um lado o movimento LGBT vem ganhando espaço político em seu *locus* de atuação, pois, congrega uma pauta de demandas bem

diversificada com a sociedade, por outro lado, para as lideranças LGBT, esse caráter político em certa medida se torna prioridade, porque os modos de identificação e de pertencimento têm uma referida importância dentro do movimento para a construção da cidadania homossexual. As demandas dos grupos LGBT têm uma orientação predominantemente voltada para as reivindicações específicas da causa, coexistindo com outras orientações periféricas que contraditoriamente, ao mesmo tempo em que pulverizam o seu efeito político também são o motivo de sua força e de seu crescimento. O fato é que o segmento consegue mobilizar um número cada vez maior de adeptos não apenas entre os LGBT como também de outros grupos. Provavelmente reside nesse aspecto a sua estratégia de sobrevivência e de crescimento, ou seja, o movimento expresso por meio de ações pontuais (parada LGBT) faz com que a luta sobreviva, se expanda e se fortaleça precisamente se projetando sobre as comunidades tradicionalmente arreadas às lutas da comunidade LGBT que passam a assumir essa aproximação na medida em que conhecem e se integram a um processo de mobilização mais amplo. Isso conduz à situação aparentemente paradoxal de afirmação do movimento LGBT.

Nesse sentido, as demandas dos LGBT embora possam ser consideradas *a priori* como motores da mobilização, na medida em que é esse segmento que promove a parada LGBT, o crescimento da visibilidade da passeata deve-se a certa flexibilidade interna que permite a adesão de outros engajamentos, cujo efeito prático é a produção daquilo que Beck (1997) denomina de subpolítica. Como o próprio Beck (1997) argumenta, essa nova arquitetura política se desenvolve porque ocorre um vazio político das instituições cuja consequência é o renascimento não institucional do político, desta feita com o retorno do sujeito individual às instituições da sociedade, mas de uma maneira diferente, na medida em que transforma em político o que antes era considerado não político. Este mesmo autor comenta que o fenômeno social mais assombroso e surpreendente – e talvez menos compreendido – da década de 1980 foi o inesperado renascimento de uma subjetividade política, dentro e fora das instituições. Pelas dimensões e pelas sucessivas adesões dos outros segmentos da luta social que as paradas LGBT experimentaram em todo o mundo, pode-se dizer que são pertinentes as palavras de Beck, quando diz que “não há exagero em dizer que os grupos de iniciativa do cidadão tomaram o poder politicamente” (BECK).

Beck (1997) aponta como uma das principais dinâmicas daquilo que denomina de subpolítica o fato de os indivíduos serem construídos por

meio de uma interação discursiva complexa que é aberta. Tal característica é facilmente perceptível na parada LGBT, pois não existe uma relação linear necessária entre os objetos e os objetivos dos diversos grupos que a compõem e as lutas específicas da comunidade LGBT. Por meio da análise dos contingentes humanos que compõem a parada é possível perceber que a complexidade do campo no qual se desenrolam suas ações e a fragmentação dos objetivos em função da pluralidade dos grupos e de seus respectivos interesses, faz com que o resultado imediato da parada seja um espetáculo comemorativo grandioso, importante enquanto manifestação e expressão da sociedade civil, mas de resultados práticos bastante modestos para os objetivos da comunidade LGBT.

A população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais está entre aqueles alvos de inúmeras violações de direitos humanos em muitas partes do mundo. Há casos, em alguns países, que essa violação é institucionalizada. A vulnerabilidade social desse segmento é imposta por preconceito e discriminação quanto a diversas variáveis, tais como: cor/raça, orientação sexual e outras; buscou-se aqui construir um perfil das lideranças analisando-se algumas características do grupo pesquisado, especulando-se a respeito da lógica interna e das motivações dos indivíduos que o integra.

Revisão bibliográfica

O movimento LGBT operacionaliza sua atuação por conta da defesa contrária aos discursos homofóbicos e culpabilizantes à construção da cidadania homossexual. O reconhecimento político enquanto sujeitos atuantes de uma política nacional, regional e municipal, agora sob o viés dos direitos sociais, desejando um caráter de ação voltado, tão somente, à luta por melhores condições de saúde, principalmente com o aparecimento da AIDS.

A preocupação do movimento LGBT em formular uma estética marcante e peculiar para o seu modo de fazer política não pode ser ignorada por aqueles que querem compreender um pouco da mecânica e de como se deu o processo do *boom* da política LGBT. A ocupação programada dos espaços públicos foi um avanço importante na visibilidade, quer seja por ações ostensivas (paradas do orgulho gay) onde a essência do viés político se evidencia e torna públicas as necessidades LGBT, quer por ações parlamentares com proposições mais incisivas e pontuais dentro do espaço político formal.

A participação dos movimentos sociais que lutaram por direitos de cidadania mais amplos, o processo de construir uma Constituição mais de-

mocrática teve início no final da década de 1980, caracterizado pelo esforço do movimento LGBT de, por meio de ações conjuntas com outros grupos, com parlamentares e intelectuais, onde foi incluída a expressão “orientação sexual” nos Direitos e Garantias Individuais – o que não se concretizou, mas sinalizou para o Congresso Nacional e toda a população de que esta seria sua principal demanda para a próxima década partir de uma estrutura hierarquizada. O movimento LGBT vai se ramificando a fim de ter uma atuação mais cirúrgica nas inúmeras regiões do Brasil; daí a existência de 141 organizações não governamentais, cujo objetivo é promover a cidadania e construir uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, com o intuito de afirmar a livre orientação sexual e identidade de gênero.

A violência e suas múltiplas ações contra a população LGBT são encontradas nas diversas formas de convívio social e constituição de identidades dos indivíduos. Pode ser encontrada no universo familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, bem como nas interfaces institucionais, tais como Polícia Militar, Justiça, entre outros.

Segundo Avelar, Brito e Mello (2010), a superposição indica o agravamento da vulnerabilidade dos grupos sociais, como pobres, negros, mulheres e jovens, cuja discriminação é intensificada quando essa condição se associa a orientação sexual e/ou identidade de gênero estigmatizadas.

A violação dos direitos humanos no que diz respeito à orientação sexual e à identidade de gênero presumidas na RMB e em todo país, constitui um padrão de variadas espécies de abusos e discriminação. A violência é institucionalizada por meio da negação de oportunidades de educação, emprego, discriminações relacionadas ao gozo de ampla gama de direitos humanos, até estupro, agressões sexuais, tortura e homicídios. E tendem a ser agravadas por outras formas de violência, ódio, e exclusão, baseadas em aspectos com saúde, religião, raça/cor, deficiência e situação socioeconômica (BRASIL, 2010).

O cenário de ocorrências que se apresentou no ano de 2013 na RMB, serve inicialmente para tornar visível a violência homofóbica por meio de dados quantitativos e uma análise preliminar, a fim de introduzir uma discussão da necessidade do ativismo político LGBT e suas possibilidades políticas de ação.

Material e métodos

A área de estudo aqui proposta compreende a Região Metropolitana de Belém (RMB) que é composta pelos municípios de Belém, com uma população estimada de 1.393.399 habitantes; Ananindeua, cuja população corresponde a 471.980 habitantes; Marituba que soma 108.246 habitantes; Benevides, com 51.651 moradores; Castanhal, com uma população de 149.918 habitantes e Santa Isabel do Pará, com população de 59.466 habitantes, totalizando 2.084.742 habitantes distribuídos em uma extensão territorial de 3.566.222 km², conforme o Censo Demográfico de 2010.

A Região Metropolitana de Belém é caracterizada por ser banhada por uma extensa área costeira, constituída pelo rio Guamá, baía de Guajará, dentre outras, o que constitui uma grande quantidade de ilhas no entorno da capital paraense (IBGE, 2013).

Para elaboração deste trabalho, optou-se pela adoção de duas linhas de pesquisa metodológica. Inicialmente, procurou-se reunir informações referentes às ocorrências de caráter homofóbico na RMB, tendo como período de estudo de outubro de 2012 a outubro de 2013 por meio de dados secundários (MARCONI; LAKATOS, 2006) obtidos junto a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEDES) do Pará, a partir dos registros armazenados em sua base de dados criminais, que são alimentados pelas seccionais urbanas e delegacias, por meio do registro da ocorrência no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).

A segunda linha metodológica se pautou na busca de dados primários (RAMOS et al., 2008) por meio de aplicação de questionários, cuja coleta ocorreu nos meses de julho a agosto de 2014, a fim de coletar o posicionamento das lideranças LGBT da RMB, e com isso quantificar estatisticamente o processo de engajamento ativista político desses atores sociais.

Esta metodologia possibilitou a utilização de métodos estatísticos (RAMOS et al., 2008), construindo uma análise estatística eficiente, pautada em dados reais que são necessários em todas as áreas do conhecimento humano que envolvam o planejamento de futuras ações governamentais, bem como na construção de modelos de coleta, processamento e análise de dados para futura transformação em informações essenciais e a construção de políticas públicas afirmativas.

Análise estatística

Neste trabalho utilizou-se de análise quantitativa de dados por meio de técnicas de análise estatística de amostragem (BOLFARINE; BUSSAB, 2005) e de análise descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2011).

Método de amostragem

A pesquisa de campo se deu por conta da aplicação de 24 questionários que foram entregues às principais lideranças LGBT na Região Metropolitana de Belém, priorizando os principais movimentos ativos da causa. Há cerca de 40 (quarenta) grupos LGBT em todo o estado do Pará, e a maioria na Região Metropolitana de Belém, onde diversas variáveis (28) foram pesquisadas, dentre as quais se podem destacar: escolaridade, faixa etária, situação socioeconômica entre outros, com objetivo de traçar um perfil aproximado dessas lideranças políticas.

Estatística descritiva

A estatística descritiva pode ser definida como uma ferramenta de organização e descrição de dados de maneira rápida e de simples interpretação. Sendo que para tanto, utilizam-se tabelas, gráficos e medidas resumos (DOANE; SEWARD, 2008).

Para Bussab e Morettin (2011), uma tabela é construída com intuito de apresentar os dados de forma resumida, sendo definida como um quadro aberto nas laterais que possui obrigatoriamente título, corpo e rodapé.

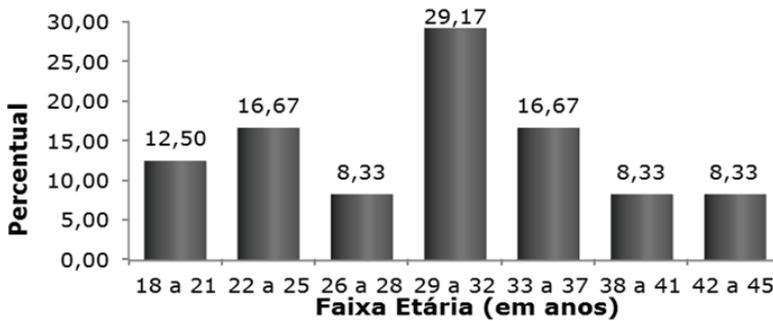
Já os gráficos são utilizados para proporcionar uma impressão mais rápida do que a tabela. O tipo de gráfico a ser utilizado depende do tipo de variável utilizada no estudo. Nesta dissertação utilizam-se os gráficos de coluna e linha, quando a variável relaciona-se a tempo, e utilizam-se os gráficos de barra e setores, quando a variável relaciona-se a categoria/especificidade, podendo-se verificar sua utilização no trabalho de Ignácio (2010).

Silveira Junior (2013) destaca a importância da utilização da estatística na área de segurança pública e afirma que Miranda (2009) já relatava tal importância como ferramenta imprescindível, quer seja na formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, onde se busca o saber da população a respeito dos fatos ocorridos, possibilitando traçar perfis e auxiliar setores diversos da sociedade contra a insegurança.

Resultados e discussões

A Figura 1 traz informações relacionadas à faixa etária das lideranças LGBT. Percebe-se que há uma elevada concentração na faixa de 18 a 32 anos (66,67%). Neste universo, o maior percentual se encontra na faixa etária de 29 a 32 anos (29,17%), ou seja, pessoas que nasceram nas décadas de 1980/1990 e, portanto, em uma geração que se desenvolveu imersa nas transformações que mudaram a face do mundo, principalmente com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e informação.

Figura 1: Percentual das lideranças dos movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém, de junho a agosto de 2014, por faixa etária, em anos



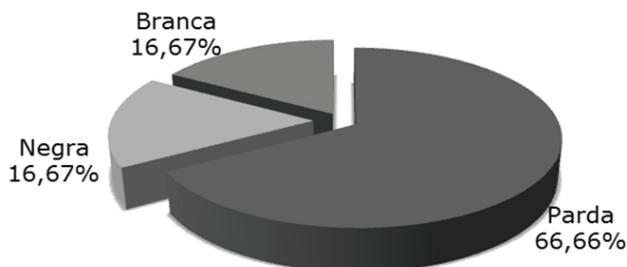
Segundo Castells (1995), o movimento LGBT serviu-se, em seu desenvolvimento, de uma série de estratégias que envolvem a utilização intensa da internet e de meios alternativos de comunicação, e esse movimento aliou-se a outros movimentos sociais urbanos e lutas políticas locais.

A utilização desses recursos tecnológicos otimizou e, ao mesmo tempo, aprofundou a crítica do movimento à sociedade conservadora, produzindo engajamentos muito mais efetivos que construíram ao longo das últimas três décadas (1990, 2000 e 2010) uma pauta de luta cuja expressão mais recente são as batalhas judiciais e culturais em defesa de várias demandas, dentre as quais a parceria homoafetiva e combate à homofobia.

Na Figura 2, observou-se que 66,66% das lideranças LGBT se autodeclararam pardos, seguidos por brancos e negros com o mesmo percentual cada, 16,67%, confirmando assim, tendências do censo 2010

(IBGE, 2013) que, de acordo com esse levantamento a população brasileira conta com a maioria de negros (pretos e pardos totalizam 50,74%), seguida por brancos (47,73%) e amarelos e indígenas (1,09% e 0,42%, respectivamente).

Figura 2: Percentual das lideranças dos movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de junho a agosto de 2014, por raça/cor



A Tabela 1 demonstra que acerca da escolaridade das lideranças LGBT, há uma concentração clara de percentual entre ensino médio completo, ensino superior incompleto e superior completo (66,67%), por se tratarem de lideranças políticas dentro do movimento LGBT, considera-se que este pode ser tomado como percentual adequado quanto à escolaridade, cujo universo de luta e defesa dos direitos da causa gay necessita de uma discussão qualificada e de conhecimento amplo de questões que vão do Direito à Medicina.

Tabela 1: Percentual das lideranças dos movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de junho a agosto de 2014, por grau de escolaridade

Grau de escolaridade	Percentual
Ensino fundamental incompleto	8,33
Ensino fundamental completo	4,17
Ensino médio incompleto	8,33
Ensino médio completo	20,83
Ensino superior incompleto	25,01
Ensino superior completo	20,83
Pós-graduação	12,50
Total	100,00

A partir da Figura 3 observa-se a variável identidade de gênero, ou seja, com que construções sociais de gênero se identificam as lideranças, não levando em consideração o sexo biológico do entrevistado e sim sua autodeclaração. Neste sentido, a Figura mostra que 83,33% têm a identidade de gênero masculino e 16,67% se identifica com a identidade feminina. Os dados demonstram um distanciamento percentual entre os gêneros, invertendo os resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), onde há na RMB um número ligeiramente maior de mulheres.

Figura 3: Percentual das lideranças dos movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de junho a agosto de 2014, por gênero autodeclarado

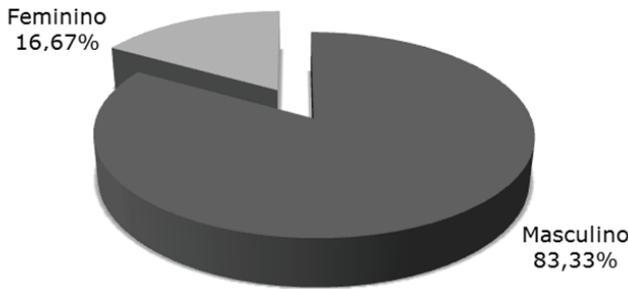
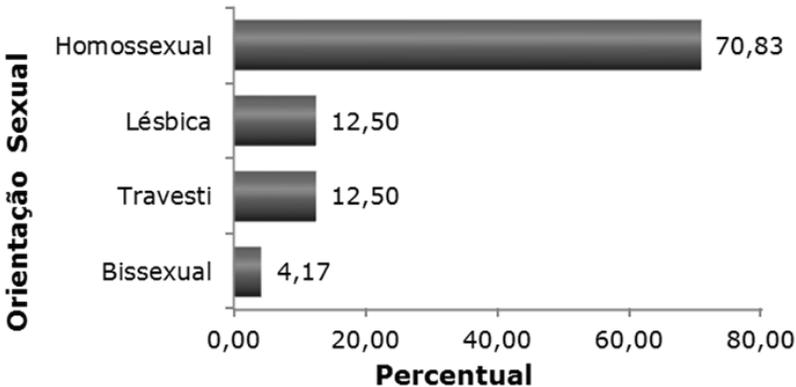


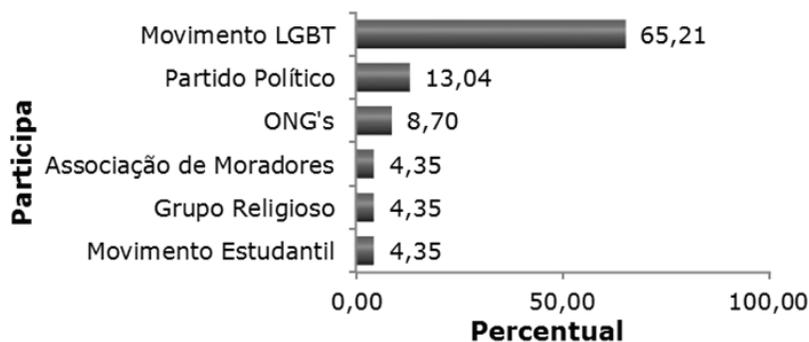
Figura 4: Percentual das lideranças dos movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de junho a agosto de 2014, por orientação sexual



A indagação sobre a orientação sexual das lideranças LGBT aponta a maioria de homossexuais (70,83%), seguido por lésbicas e travestis (12,50%, cada) e, por último a variável bissexual (4,17%) conforme a Figura 4. Assim, propõe-se a adoção do termo “gênero” para se referir a padrões comportamentais tipicamente masculinos e femininos (de acordo com a maior frequência de emissão dos mesmos entre homens e mulheres), “sexo” para a diferenciação genética e morfológica dos organismos em homens e mulheres (tendo a intersexualidade como um desafio teórico de enquadramento) e, por fim, “identidade de gênero” para a forma como um indivíduo se percebe e se classifica como masculino ou feminino.

Pela Figura 5 nota-se um dado otimista e previsível dentro da variável pesquisada, onde 65,21% participam de diversos movimentos LGBT na Região Metropolitana de Belém. Além disso, percebe-se um desdobramento de ação em diversos segmentos, tais como: partido político (13,04%), ONG (8,70%), associação de moradores, grupo religioso e movimento estudantil (4,35% cada variável) possibilitando um empoderamento das principais discussões e dos diversos cenários de luta.

Figura 5: Percentual das lideranças dos movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de junho a agosto de 2014, por participação em movimento social

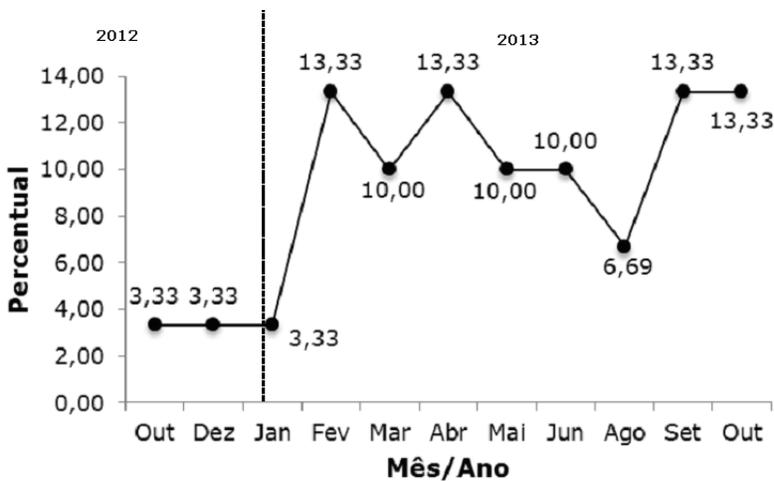


Segundo Sandoval (1997, p. 20), provavelmente as relações entre o indivíduo (e sua identidade pessoal), o ator social (e sua identidade social), o cidadão (e suas identificações sociais) até o ator coletivo (e sua identidade

coletiva) se definem em fluxos de interações de influências diferenciadas conforme o tipo de comportamento político, condições situacionais e contextos sociais.

Isso reforça a necessidade e diversidade de participação nos movimentos sociais na Região Metropolitana de Belém. Há casos em que lideranças pesquisadas formalmente informaram que participam de mais de um movimento social.

Figura 6: Percentual de ocorrências de caráter homofóbico registrada na Região Metropolitana de Belém de outubro de 2012 a outubro de 2013, por mês



Fonte: SISP (jul. 2014)

A informação *mês de ocorrência da violência* (Figura 6) demonstra uma distribuição homogênea, onde em 2012 nos meses de outubro e dezembro e janeiro de 2013 os índices obedecem a um padrão de resultados (3,33%), porém houve uma grande alta (13,33%) no mês de fevereiro de 2013, podendo ser explicada pelo período de carnaval que é de grande agitação cultural para a população LGBT na RMB. Percebe-se, a partir daí um constante aumento que oscila entre 10,00% (abril, maio e junho) e uma queda em agosto (6,69%), crescendo novamente em setembro e outubro (13,33%), meses de preparação e execução da parada LGBT em Belém, onde há uma mobilização com ações de esclarecimentos e incentivo ao combate da

violência homofóbica. Percebe-se a ausência dos meses de novembro (2012) e julho (2013) nos dados repassados pelo SIAC, sem que, tão pouco, houvesse informação por parte daquela secretaria a respeito da falta dessas informações.

A variável *gênero*, apresentada pela Figura 7, demonstra uma aproximação dos resultados para ambos os gêneros, mesmo assim, atende o que pesquisas nacionais afirmam ao destacar que o sexo biológico masculino é predominante entre as vítimas do estudo sobre violência no Brasil (WAISELFISZ, 2011).

Figura 7: Percentual de ocorrências de caráter homofóbico registrada na Região Metropolitana de Belém de outubro de 2012 a outubro de 2013, por gênero da vítima



Fonte: SISP (jul. 2014)

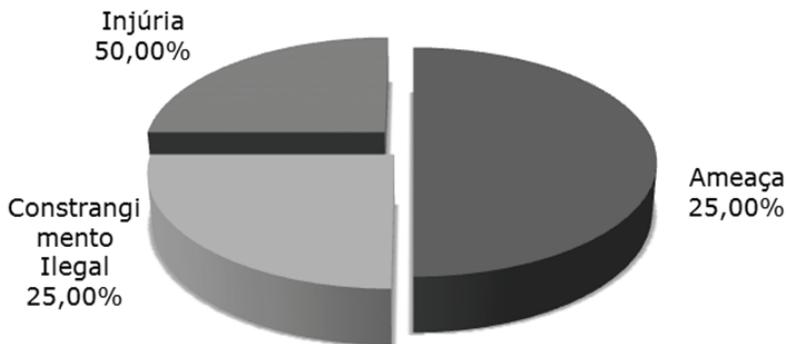
Tabela 2: Percentual de ocorrências de caráter homofóbico registradas na Região Metropolitana de Belém de outubro de 2012 a outubro de 2013, por local de ocorrência

Local de ocorrência	Percentual
Residência particular	36,67
Via pública	33,34
Casa comercial	10,00
Edifício público	3,33
Prédio	3,33
Outros	13,33
Total	100,00

Observa-se na Tabela 2 que a residência particular (33,34%) é o local de ocorrência que se constitui como ambiente privilegiado de violação, pois condensa em si aspectos culturais (moral familiar) que muitas das vezes dificultam a denúncia e apuração dos fatos, onde um familiar mais próximo da vítima se torna o agressor mais comum. A via pública é o segundo local de violência (33,34%). Percebe-se também que grande parte dos outros locais, apresenta o termo público, isso quer dizer que a violência tem um aspecto de visibilidade e possível ação por parte do poder público que no caso não acontece.

A comparação com a pesquisa realizada pelo LASIG/GEPEC (2014), na parada LGBT deste mesmo ano, revela uma diferença entre os locais de maior ocorrência. Enquanto que para as lideranças a residência particular é o local de maior incidência (33,34%), a pesquisa na parada LGBT aponta o local público com o maior percentual (57,58%).

Figura 8: Percentual de ocorrências de caráter homofóbico registradas na Região Metropolitana de Belém de outubro de 2012 a outubro de 2013, por tipo de registro



Fonte: SISP (jul. 2014)

Por não ser tratada como crime, a homofobia é registrada como injúria racial, portanto pode ser caracterizada como violência psicológica, onde a injúria assume a ponta como principal grupo de ocorrência (50,00%), seguida por ameaça e constrangimento ilegal (25,00% cada), conforme mostra a Figura 8. A pesquisa LASIG/GEPEC (2014) aponta agressão física com maior

percentual (60,00%), diferenciando da pesquisa com as lideranças. A falta de criminalização da homofobia dificulta o registro e apuração, tornando diversificado sobre a forma de violência sofrida pela população LGBT.

Considerações finais

O ponto de partida para a realização deste trabalho foram os dados empíricos coletados durante a entrevista com as lideranças LGBT e análise de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública do Pará relativos às ocorrências de caráter homofóbico na Região Metropolitana de Belém, os quais, por meio de análises e comparações sucessivas permitiram construir o perfil aproximado dessas lideranças, bem como entender o contorno político na atuação em prol da construção da cidadania homossexual. Apesar de esse estar consciente da pluralidade e da complexidade das variáveis envolvidas em um fenômeno dessa ordem, ainda assim, acredita-se ter sistematizado um conjunto importante de informações que poderão ajudar no desenvolvimento das investigações subsequentes.

Da análise feita, se pode concluir que: a maioria das lideranças oriundas das décadas de 1980/90 (66,67%) se encontram na faixa etária de 18 a 32 anos, portanto, fruto de uma geração combativa e ligada aos avanços tecnológicos que em muito ajudaram na luta e divulgação da causa LGBT. A variável cor/raça não surpreendeu, por se tratar de autodeclaração, atendeu aos estudos censitários que atestam a cor/raça parda como a mais frequente nessas pesquisas, seguida por branca e negra. Os dados também apontam a variável gênero (homens e mulheres), com um número bem maior de homens (83,33%), que participam ativamente da luta LGBT. Esses números indicam também que embora mais da metade da população brasileira seja composta por mulheres, a pesquisa apontou uma diferença imensa em participação de gênero mulher (16,67%) na discussão LGBT na RMB.

A maioria das lideranças é formada por homossexuais (70,83%) seguida por lésbicas e travestis (12,50% cada segmento) e por último bissexual (4,17%), com uma escolaridade considerada dentro dos padrões para discussão de assuntos polêmicos que exijam conhecimentos variados, ficando entre ensino médio completo e superior completo (66,67%), tendo um alto número que possui pós-graduação (12,50%) em relação aos que tem de ensino fundamental incompleto a ensino médio incompleto (20,83%, as três

categorias somadas). Todos declararam que estão engajados em movimentos sociais, embora militem em movimentos LGBT (65,21%), partido políticos (13,04 %), seguidos por ONG (8,70%) e ainda associação de moradores, grupos religiosos e movimento estudantil, essa militância específica não impede de uma transversalidade de ação, isto é, atuarem em outros movimentos, aumentando assim a participação política dessas lideranças.

Apesar dos avanços na luta LGBT, o movimento lida com dificuldades na direção a proposições mais amplas, o ativismo político indica uma mudança em andamento que aponta para uma verdadeira renegociação do pacto sexual em suas diferentes dimensões e formas de manifestação. Como tal, exige que se compreenda a questão da homossexualidade e do surgimento do movimento organizado LGBT como uma das expressões de liberdade e de busca por cidadania que é fruto, em grande parte, das contradições do mundo objetivo no qual se movimentam esses sujeitos. Nesse sentido, a parada não é simplesmente um movimento em defesa do direito de escolher a quem e como amar. É também a expressão de poderosas identidades que desafiam as estruturas sobre as quais a sociedade está construída.

A discriminação por orientação sexual é, sem dúvida, a principal ocorrência contra a população LGBT, por conta da falta da criminalização da homofobia, o que reforça a impunidade e possibilita o aumento dessas ocorrências. Segundo Bourdieu (1989), a discriminação traz consigo um forte componente, a violência simbólica que é exercida também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro (ZALUAR, 1999). O teor psicológico dessas ocorrências por falta da criminalização está refletida nos resultados, onde se percebe a dificuldade de inferir legalmente culpa aos autores.

Referências

AVELAR, L.; BRITO, W.; MELLO, L. A. *(In)segurança pública que o estado brasileiro oferece à população LGBT: Mapeamento crítico preliminar de políticas públicas*. Goiânia: Sertão, 2010.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). *Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNPCDH-LGBT*. Brasília, 2010.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística básica*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASTELS, Robert. *Les metamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

COSTA, Jurandir F. *A inocência e o vício*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. *Estatística aplicada à Administração e à Economia*. São Paulo: McGraw-Hill Brasil, 2008.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 25 nov. 2013.

IGNÁCIO, S. A. *Importância da estatística para o processo de conhecimento e tomada de decisão*. Curitiba: IPARDES, 2010. (Nota Técnica do IPARDES, 6)

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIRANDA, A. P. M. *Gestão da informação, análise criminal e sentimento de (in)segurança: considerações para a construção de políticas públicas de segurança*. 2009.

RAMOS, E. M. L. S. et al. Atentado violento ao pudor, ato obsceno e estupro, ocorridos na Região Metropolitana de Belém. In: RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. dos S. de; ARAÚJO, A. dos R. (Org.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, v. 1, 2008.

SILVEIRA JUNIOR, Roberto Silva da. *Homicídio em Marabá: a desinformação da informação na construção do perfil da vítima, do agressor e do delito*. 2013. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

TOURAINÉ, Alain. *Podemos viver juntos?* Iguais e diferentes. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

_____. *O que é democracia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

_____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*. Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, jul./set. 1999.

CAPÍTULO 6

O controle interno da Polícia Militar em ação no Estado do Pará nos anos de 2011 a 2014

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

Andréa Bittencourt Pires Chaves

Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. andreachaves@ufpa.br

Albernando Monteiro da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e agente público do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. albernando@ig.com.br

Flávia Siqueira Corrêa

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e agente pública do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. flaviacaju@hotmail.com

Tainah Souza do Nascimento

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e agente pública da União. Belém – Pará – Brasil. tainahnascimento@globo.com

Resumo

O controle interno da Polícia Militar do Pará (PMPA) é executado por sua corregedoria geral e tem como escopo aprimorar a ética e a conduta profissional de todo efetivo que soma mais de 16.000 (dezesesseis mil) integrantes. Este trabalho objetiva demonstrar as atividades do órgão correcional da força pública paraense, expondo os números obtidos por tabelas com informações acerca de procedimentos instaurados, espécies punitivas adotadas e transgressões cometidas. A coleta dos dados foi obtida na Corregedoria da PMPA e se refere a uma série histórica nos anos de 2011 a 2014, cujos números demonstram a instauração de 12.114 (doze mil, cento e catorze) procedimentos investigativos contra policiais militares, enquanto foram aplicadas 1.396 (mil trezentos e noventa e seis) punições depois de devidamente investigados. Conclui-se que não há uma política de controle estabelecida voltada para uma atuação pró-ativa da corregedoria, e, ainda, que as punições de cerceamento de liberdade que somam 1.060 (mil e sessenta) não foram cumpridas por ausência de local adequado.

Palavras-chave: Procedimentos Investigativos. Corregedoria Geral. Punições.

Introdução

A Polícia Militar do Estado do Pará possui como controle interno um órgão denominado Corregedoria Geral cuja circunscrição abrange todo Estado Paraense. Dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios, 13 (treze) foram escolhidos como sedes de comissões permanentes de corregedoria que são constituídas por oficiais e praças, com efetivo total de 135 (cento e trinta e cinco) policiais militares todos sem carreira própria voltada para atividade correcional (PARÁ, 2015).

Os dados que serão apresentados foram obtidos na própria corregedoria em janeiro de 2015, e se referem às atividades desenvolvidas nos anos de 2011 a 2014. Essas ações mensuradas são fundamentais para controle de agentes públicos que trabalham utilizando arma de fogo, e monopolizam o uso da força.

Assim, a análise do esforço desenvolvido pelo órgão correcional possibilita uma compreensão da sua produção, de seus resultados e de possíveis ações de melhorias com escopo de aprimorar as técnicas aplicadas no controle da disciplina tencionando a melhora do agente e do consequente serviço público prestado.

Com esse escopo pedagógico serão expostos neste artigo os dados referentes aos policiais militares quanto às penalidades aplicadas, às principais denúncias registradas em boletins, ao enquadramento das sanções aplicadas pela autoridade administrativa e aos processos e aos procedimentos investigatórios instaurados.

Revisão bibliográfica

As polícias militares brasileiras têm suas origens durante o Brasil Império, momento histórico onde o Estado brasileiro, pós-independência política de Portugal, tentava se estruturar (FERREIRA, 2008).

Essas instituições são submetidas a controles externos e internos. O principal controle externo da atividade policial é exercido pelo Ministério Público¹ em razão de suas atribuições previstas na Constituição Federal. Mas outros órgãos também exercem esse controle externo como os órgãos

¹ Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior.

de proteção dos direitos humanos, ouvidorias do sistema de segurança pública, a própria sociedade civil organizada e outros como, por exemplo, os representantes das minorias étnicas. Em contrapartida, o controle interno é exercido pela Corregedoria Geral, unidade orgânica da própria Polícia Militar destinada a investigar, prevenir e aplicar sanções disciplinares contra seus próprios agentes.

Nos dias atuais, a administração pública se divide em direta e indireta. Esta última se subdivide ainda em autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. De forma contrária, as corporações milicianas estaduais perfazem um total de vinte e sete administrações diretas, ou seja, cada ente federado possui sua própria força pública subordinada aos governadores, sendo seus integrantes denominados militares estaduais, uma vez que exercem atividades típicas de Estado (MEIRELES, 2003).

A Polícia Militar paraense possui cerca de dezesseis mil integrantes, e é regulada, dentre outros mecanismos, pelo seu estatuto disciplinar, Lei N^o 6.833/06², submetendo seu efetivo a um conjunto de regras legais, éticas e morais muito rígidas. Nesse contexto, com o passar do tempo e constante rotina e práxis administrativa³ criou-se uma cultura de controle intenso que se assemelha às instituições totais (GOFFMAN, 2001).

As ações desviantes dos agentes que compõem a Polícia Militar, mesmo submetidos ao estatuto totalizante citado alhures, exigiram um maior controle dessa atividade. Nas suas atuações operacionais é patente o surgimento de diversos grupos que internalizaram uma subcultura policial no que tange à prática de atos de violência e corrupção (COHEN, 1955).

Essa nova realidade culminou com a criação de órgãos correccionais com missão específica de investigação e aplicação de punições disciplinares. Esses órgãos, na realidade brasileira, denominaram-se corregedorias.

A Corregedoria da Polícia Militar do Pará tem como embrião de sua existência, a Portaria N^o 10, de 30 de abril de 1993, publicada em boletim geral da instituição N^o 082, de 06 de maio de 1993 (PARÁ, 1993).

Contudo, antes da criação desse órgão correccional, a disciplina e os desvios de conduta eram investigados e decididos pelos comandantes das unidades operacionais da Polícia Militar. Como não havia órgão central e

² Instituí o Código de Ética e Disciplina.

³ A Polícia Militar do Estado do Pará teve origem em 1818, sendo, portanto, quase bicentenária.

técnico especializado, também não havia produção de estatística voltada para estudo de combate a desvios de conduta dos policiais militares paraenses

Para se analisar os dados estatísticos da Corregedoria da PMPA é necessário identificar sua forma de atuação que está umbilicalmente interligada à sua circunscrição. Para tanto, a organização básica da Polícia Militar do Pará alicerça-se na Lei Complementar Estadual Nº 053/2006 que divide a instituição em integrantes da administração e operacionais. Existe a previsão legal de 91 (noventa e uma) unidades operacionais que estão contidas em grandes comandos como o CPC (Comando de Policiamento da Capital), CPRM (Comando de Policiamento da Região Metropolitana), CPA (Comando de Policiamento Ambiental), CPE (Comando de Policiamento Especializado), CPR (Comando de Policiamento Regional) e o CME (Comando de Missões Especiais) (PARÁ, 2015).

Todas essas unidades policiais são submetidas ao controle interno estatal da Corregedoria Geral que atua nas mesmas circunscrições territoriais das unidades operacionais. Assim, a corregedoria exerce suas atribuições correcionais nas unidades operacionais citadas alhures, ou seja, em todo o Estado do Pará.

A corregedoria se divide em comissões permanentes com fim de que se especializem no trabalho investigativo e não cometam erros processuais que culminem com a anulação do processo causando prejuízos à própria administração pública. Essas comissões são chefiadas por oficiais do posto de tenente-coronel e possuem mais três membros oficiais de qualquer patente, além dos praças auxiliares e voluntários civis, em um total de 135 (cento e trinta e cinco) agentes públicos (PARÁ, 2015).

As denúncias de desvios de conduta praticados por policiais militares são trazidas ao conhecimento da autoridade administrativa pelo relato direto de pessoas na repartição denominada sala de registro, que é chefiada por um capitão da Polícia Militar. Essa denúncia é materializada em um boletim de ocorrência que, logo em seguida, é conduzido a uma das comissões permanentes para imediata investigação via perscrutação oficial. O resultado da investigação pode ensejar seu arquivamento, aplicação de reprimenda disciplinar e encaminhamento ao Ministério Público, caso haja identificação de prática criminosa (PARÁ, 2006).

Outras formas de se iniciar a investigação pela corregedoria são por meio de requisições do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Ouvidoria do Sistema de Segurança, dos órgãos de Direitos Humanos, bem como do

cidadão pessoa física, quer via advogado ou por petição de seu próprio punho (BRASIL, 2014).

Dentre as comissões permanentes que compõem a corregedoria uma se intitula Correção Geral, cujas atribuições são de assessoramento direto da chefia do órgão exercido pelo corregedor geral (oficial do último posto da corporação), bem como aprecia recursos administrativos contra atos disciplinares (PARÁ, 2015).

Esse controle interno exercido pela Corregedoria Geral está presente em 13 (treze) municípios paraenses sedes: Belém, Santarém, Marabá, Castanhal, Tucuruí, Redenção, Paragominas, Capanema, Altamira, Abaetetuba, Itaituba, Soure e Breves.

Esses municípios são sedes da corregedoria que tem suas próprias circunscrições de acordo com as circunscrições das unidades operacionais. Assim, o Comando de Policiamento da Capital (CPC) possui a própria corregedoria e assim por diante.

Controlar a qualidade das atuações policiais e não apenas exercer ação reativa é um dos grandes problemas enfrentados pela corregedoria. Desse modo, orientação, prevenção e fiscalização das atividades funcionais e da conduta profissional, visando ao aprimoramento da ética, da disciplina e da hierarquia entre os integrantes da corporação, são intenções principiológicas distantes da realidade factual no efetivo exercício das suas atribuições (CANO, 2012).

Reside nas sociedades de um modo geral, e também na comunidade paraense uma forte desconfiança de corporativismo no trato disciplinar dispensando pela própria força pública contra seus agentes desviantes, o que implica em uma institucionalizada falta de credibilidade dos mecanismos de controle interno (MONJARDET, 2003).

Mesmo diante desse quadro de incredulidade descrito por Monjardet (2003), os dados da Corregedoria da PMPA são expressivos e traduzem números que inferem uma atuação voltada fortemente contra as camadas mais baixas da hierarquia da instituição, que é eficiente quanto à resposta rápida para esse seguimento de agentes e consequentemente para sociedade.

Este trabalho tenciona externar os dados da corregedoria de todas as circunscrições apresentadas, demonstrando as principais transgressões disciplinares cometidas pelos policiais militares nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, bem como as espécies punitivas aplicadas e as medidas investigativas adotadas, e assim, exercer um cotejo analítico desses desvios de conduta, verificando suas

semelhanças e diferenças, e, dessa forma, propor uma ação preventiva e não apenas reativa como é adotada pela corregedoria desde sua criação.

Material e métodos

Os dados apresentados nesse artigo foram coletados na Corregedoria Geral da Polícia Militar do Pará em janeiro de 2015, e se referem aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. Esses dados foram produzidos no controle interno paraense pelos procedimentos de lavratura de boletins de ocorrência por pessoas que se sentiram de alguma forma cerceadas em seus direitos pela intervenção policial, pelas espécies punitivas aplicadas pela autoridade administrativa competente, bem como por medidas investigativas adotadas pela instituição correcional interna.

Dessa forma, quanto à natureza da pesquisa realizada foi do tipo básica, de forma quantitativa, com objetivo descritivo, pois visa apenas descrever as características e resultados do fenômeno estudado, por meio do procedimento técnico documental registrado no órgão correcional da Polícia Militar paraense. O método científico adotado foi o dedutivo de pesquisa, os dados foram tabulados e os resultados analisados e discutidos.

Os relatos constantes nessas amostras demonstram o indicativo de como as ações planejadas pela polícia são desenvolvidas na ponta pelos agentes operacionais, assim, tem-se a correta compreensão das atividades ilícitas em contraposição aos preceitos éticos do código que regula a conduta desses aplicadores da lei.

Os dados apresentam registros realizados na corregedoria por pessoas residentes em todo Estado do Pará. Esses números, contudo, contêm acentuadas subnotificações em razão de não expressarem a real denúncia das pessoas que residem em todos os municípios paraenses, e sim apenas nas sedes da corregedoria presentes no interior do estado. Assim, são dados incompletos, mas que traduzem de qualquer forma uma realidade desviante nas sedes que concentram maior contingente populacional (AZEVEDO, 2012).

Os dados coletados foram classificados pela Corregedoria da PMPA com a seguinte rotulação⁴ de desvios de conduta: agressão física, abuso de

⁴ Preferiu-se o termo rotulação uma vez que reside certa atecnia nos desvios de conduta elencados pela Corregedoria da PMPA, pois, deveriam conter as transgressões disciplinares previstas em lei, mas em alguns termos constam crimes e em outras transgressões inexistentes.

autoridade, ameaça, violação de domicílio, constrangimento ilegal, conduta irregular, ofensa verbal, disparo de arma de fogo, apropriação indébita, trabalhar mal, furto, exigir ou solicitar vantagem indevida, não saldar dívidas, homicídio, danos materiais, tentativa de homicídio, roubo, tortura, acidente de trânsito, baleamento, desrespeito, abuso contra dignidade sexual, atraso em procedimento, descumprimento de ordem, desistência de denúncia e esbulho.

A partir da análise desses dados é possível que a gestão superior da força pública, bem como os órgãos de controle da atividade interna e externa da Polícia Militar, possam ministrar os mecanismos adequados de controle pró-ativo desenvolvendo capacitação continuada principalmente nos fenômenos de maior incidência de transgressões das normas éticas dessa instituição.

Resultados e discussões

A efetiva realização da missão legal da polícia é assegurar a legítima defesa dos interesses sociais e não deixar de garantir aos cidadãos, os reais destinatários do serviço público, tudo o que as normas éticas e deontológicas da sua instituição preveem (SOUSA, 2009).

Como dever do Estado, a prestação de segurança pública deve nortear a polícia como atividade indissociável da proteção à comunidade, aprofundando-se, efetivamente, na concepção de Estado de direito em detrimento de uma possível ação desvirtuante das condutas que regem a ética e a moral dos policiais militares da Polícia Militar do Pará (DWORKIN, 2001).

Assim, com esteio na teoria deontológica exposta serão apresentados os dados constantes na Tabela 1 que se referem à efetiva aplicação das espécies punitivas previstas no estatuto disciplinar da PMPA⁵, cuja característica principal se refere à forma de cumprimento dessas reprimendas que variam entre uma admoestação publicada em atos oficiais (repreensão), cerceamentos de liberdade (detenção e prisão) e afastamentos definitivos do corpo policial (as demais).

Uma importante distinção das penalidades deve ser esclarecida para a correta compreensão da Tabela 1. As espécies punitivas de repreensão, detenção, prisão e reforma se aplicam a todos os policiais militares sem distinção de sua classe hierárquica, ao passo que o licenciamento e a exclusão se aplicam aos praças da corporação e a demissão aos oficiais.

⁵ Penalidades previstas na lei Nº 6.833/06 que instituiu o Código de Ética da PMPA.

Tabela 1: Quantidade e percentual de penalidades aplicadas aos policiais militares do Pará, nos anos de 2011 a 2014

Penalidades	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Repreensão	26	10,44	83	18,21	55	18,09	58	14,99
Detenção	60	24,10	136	29,82	101	33,22	103	26,61
Prisão	145	58,23	215	47,14	139	45,72	161	41,60
Reforma	0	0	5	1,10	3	0,99	1	0,26
Licenciamento	7	2,81	6	1,32	2	0,66	46	11,89
Exclusão	11	4,42	11	2,41	4	1,32	18	4,65
Demissão	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	249	100,00	456	100,00	304	100,00	387	100,00

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015)

A graduação dos praças inicia com soldado e continua na seguinte hierarquia crescente: cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente, sendo responsáveis pela execução do policiamento. A carreira dos oficiais, em regra tem como início o posto de 2º tenente seguindo-se em 1º tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel⁶, sendo responsáveis pela gestão da instituição.

Como penalidades contidas no gênero de cerceamento de liberdade existem duas espécies que são a detenção e a prisão. Elas se diferenciam pela gravidade e local de cumprimento. Sendo a detenção mais branda devendo ser cumprida em alojamento e a prisão mais grave devendo ser cumprida em local designado como xadrez.

No entanto, das 660 (seiscentas e sessenta) prisões e 400 (quatrocentas) detenções aplicadas nos anos de 2011 a 2014, totalizando 1.060 (mil e sessenta) cerceamentos de liberdade, nenhuma foi efetivamente cumprida, e isso decorre de alguns fatores factuais como não haver local adequado e digno a esse cumprimento, mesmo em Belém, capital do Estado do Pará, e

⁶ Último posto da corporação polícia militar em todo Brasil, em razão do decreto-lei 667/69 que foi recepcionado pela Constituição de 1988 e continua em vigor.

também não haver contrato administrativo firmado com qualquer pessoa física ou jurídica destinada a fornecimento de alimento aos policiais segregados disciplinarmente. Assim, não há como aplicar essas reprimendas sem se atingir a dignidade humana do agente público, em razão disso, nenhuma foi cumprida.

Ainda não existem estudos que possam comprovar se essa falta de cumprimento da sanção disciplinar de maior incidência (1.060 (mil e sessenta)) está contribuindo para uma sensação de impunidade e crescente indisciplina na instituição.

Observa-se ainda que no interregno temporal demonstrado, nenhum oficial da Polícia Militar foi demitido, ao passo que 105 (cento e cinco) praças foram excluídos ou licenciados da corporação. Esse dado representa uma forma diáfana de corporativismo com os agentes que são responsáveis pela gestão da corporação, mesmo que ontologicamente não haja diferença entre agentes públicos, pois, todos pertencem ao Estado burocrático (WEBER, 1982).

No ano de 2011, 249 (duzentos e quarenta e nove) reprimendas foram determinadas pela autoridade administrativa, com 58,23% delas classificadas como prisão e 24,10% como detenção. Em 2012, houve um aumento considerável de punições, assim, constata-se um acréscimo de 83,13% que representa um total de 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) penalidades. Semelhante ao ano de 2011, as maiores incidências foram as espécies punitivas de prisão e detenção, com respectivamente 47,14% e 28,82%.

Ocorreu uma diminuição de 33,33% no total de sanções aplicadas no ano de 2013, em comparação ao ano de 2012, mas a incidência de prisões e detenções continuaram sendo as mais elevadas espécies punitivas aplicadas. Já no ano de 2014, volta a ter um novo acréscimo de 27,30% em relação a 2013, continuando as maiores incidências na escolha discricionária dos cerceamentos de liberdade, que nesse último ano somaram 68,21%, ou seja, continuaram sendo as mais aplicadas reprimendas disciplinares.

A correta análise dos dados apresentados permite inferir que os sucessivos aumentos e decréscimos na quantidade por anos das reprimendas disciplinares não condizem com um significativo aumento das denúncias formuladas, conforme demonstra a Tabela 2, posto que ocorreu uma diminuição de 18,56% nas denúncias registradas em boletim de ocorrência do ano de 2013 para o ano de 2014, e, nesse mesmo período houve um acréscimo de punições disciplinares, como bem demonstrado alhures. Dessa

forma, dois procedimentos podem explicar esse fenômeno. Um deles seria o julgamento mais rigoroso por parte da autoridade administrativa, ou a prática de transgressões gravosas que ensejaram uma maior gradação de penalidade, pois, não houve nesse período significativo emprego de medidas pró-ativas ou mesmo políticas públicas voltadas para o fortalecimento dentro do órgão de recebimento de denúncias ou o adequado tratamento delas com maior rigor ou parcimônia.

A Tabela 2 apresenta dados referentes às denúncias registradas em boletim de ocorrência por pessoas que se deslocaram até a corregedoria quer em Belém ou nos municípios sedes e materializaram suas insatisfações.

Tabela 2: Quantidade e percentual das principais denúncias registradas em Boletim de Ocorrência Policial Militar (BOPM) na corregedoria nos anos de 2011 a 2014

Boletim de ocorrência	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Agressão física	370	34,00	342	28,00	262	23,00	209	23,00
Abuso de autoridade	180	17,00	243	20,00	204	18,00	164	18,00
Ameaça	171	16,00	220	18,00	182	16,00	151	16,00
Violação de domicílio	100	9,00	123	10,00	107	9,00	71	8,00
Constrangimento ilegal	66	6,00	77	6,00	87	8,00	44	5,00
Outras denúncias	203	18,00	239	18,00	289	26,00	282	30,00
Total	1.090	100,00	1.244	100,00	1.131	100,00	921	100,00

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015)

As cinco primeiras incidências dos fatos narrados nesses boletins foram classificadas pelo órgão correccional como graves condutas que violam a dignidade humana em sua própria condição física e intelectual. Assim, estão classificadas como: agressão física, abuso de autoridade, ameaça, violação de domicílio e constrangimento ilegal; que juntas somam 81,38% de tudo que é registrado pela população na própria corregedoria.

No ano de 2011, percebe-se que a maior queixa da população paraense (34%) está representada na ação delituosa intitulada “agressão física”, e somente essa incidência chega a ser maior que todas as outras contidas no termo “outras denúncias” que apresenta o percentual de 18%. Esse mesmo fenômeno ocorre no ano de 2012, e, também de forma semelhante nos anos de 2013 e 2014.

Mesmo que se conclua ser o uso da força qualificada uma ferramenta ou mesmo uma opção tática dos agentes policiais no seu labor diário, resta preocupante ser esse desvio de conduta apontado pela população que usa do serviço policial ou dele é destinatário, uma prática recorrente e ordinária nas ações policiais. Souza e Reis (2013) afirmam que as instituições policiais têm dificuldade em se adequarem às regras do Estado democrático de direito, e, assim, por vezes, atuam em desacordo com o devido respeito aos direitos humanos.

Nesse contexto, ainda na Tabela 2, as classificações de “abuso de autoridade” e “ameaça” nos anos de 2011 e 2012 têm percentuais bem próximos do termo “outras denúncias”, chegando no ano de 2012 a apresentar uma classificação superior ou igual, ou seja, 18% desta contra 20% e 18% daquelas, respectivamente. Destarte, infere-se que as ações policiais no Estado do Pará têm como características próprias serem violentas, segundo relatos da sua própria população.

As Tabelas 2 e 3 apresentam semelhanças nos seus dados, pois ambas demonstram um rol das principais transgressões cometidas por policiais militares nos anos de 2011 a 2014. Contudo, se diferenciam em razão da primeira conter o universo de denúncias feitas por pessoas que se sentiram atingidas por ações policiais e registraram suas insatisfações em boletins de ocorrência; e a segunda, de outra forma, contém o mesmo rol das principais transgressões, porém se referem às penalidades aplicadas pela autoridade administrativa julgadora.

Esse rol de transgressões apresentadas nas Tabelas 2 e 3 é muito mais amplo. Na sua totalidade abrange as seguintes classificações: agressão física, abuso de autoridade, ameaça, violação de domicílio, constrangimento ilegal, conduta irregular, ofensa verbal, disparo de arma de fogo, apropriação indébita, trabalhar mal, furto, exigir ou solicitar vantagem indevida, não saldar dívidas, homicídio, danos materiais, tentativa de homicídio, roubo, tortura, acidente de trânsito, baleamento, desrespeito, abuso contra dignidade sexual, atraso em procedimento, descumprimento de ordem, desistência de denúncia e esbulho.

Conforme demonstrado, as cinco primeiras classificações da Tabela 2 somam 82% de todos os registros feitos pela população em geral contra as ações policiais com a respectiva classificação do órgão correcional. Assim, no momento que denunciam, narram apenas os fatos circunstanciadamente, cuja primeira informação se refere à identificação pessoal em razão da vedação constitucional do anonimato, em seguida informam a possível identificação dos policiais acusados, dia, hora e local do fato, por fim, narram a ação policial desviante. Após registradas essas informações, a autoridade administrativa classifica o fato narrado em uma das espécies contidas nas Tabelas 2. Dessa forma, compreende que o fato se consubstancia em agressão física, abuso de autoridade, ameaça, violação de domicílio, constrangimento ilegal e outros.

Após a formalização das denúncias são instaurados procedimentos perscrutadores que garantem o devido processo legal aos policiais militares identificados como autores de ações desviantes lhes proporcionando a ampla defesa e o contraditório.

Enfim, julgado seu processo pela autoridade administrativa, a penalidade aplicada (Tabela 3) é diferente da Tabela 2. Agora os dados apresentados se referem às efetivas punições sofridas pelos policiais militares paraenses depois das apurações realizadas. Constam nesses novos dados que 61% das reprimendas disciplinares se referem à falta de serviço, trabalhar mal, descumprimento de ordem e agressão física.

É um fenômeno interessante a inferência no cotejo entre as Tabelas 2 e 3, uma vez que a população do Estado do Pará se queixa na corregedoria de ações que correspondem a ilícitos administrativos e penais e recebem como resposta um resultado com maior incidência no controle interno do que externo, uma vez que há uma diferença destoante entre a violência física representada na Tabela 2 e a punição de falta ao serviço, conforme a Tabela 3.

Percebe-se por esses dados que os desvios de conduta, em tese, não são somente aquelas ações que contrariam as leis pátrias, mas também o próprio regramento da Organização das Nações Unidas (ONU) que, por meio de resolução, demonstrou que a atividade policial deve centrar-se no cidadão, e nele se ter todo respeito assegurado segundo os direitos humanos. Para tanto, foi criado assim um código de conduta para os encarregados pela aplicação da lei, em que pese ser ilustre desconhecido da maioria dos policiais (ONU, 1979).

Não obstante, alguns policiais insistem em infringir tais regras, de maneira bastante acentuada, como se fossem verdadeiros juízes e executores

de um ordenamento fictício alicerçado na vingança e em camadas socioeconômicas diferenciadas (BAYLEY, 2006).

Na Tabela 3 ainda, a Polícia Militar paraense demonstra uma preocupação em penalizar seus agentes que infringem normas de conduta burocrática e que afetam diretamente a disciplina institucional voltada para sua solidificação interna de controle do próprio serviço, não demonstrando assim uma atenção mais devotada aos anseios da população que se sente vitimada pela ação violenta policial.

Tabela 3: Quantidade e percentual dos enquadramentos de transgressões aplicadas a policiais militares, nos anos de 2011 a 2014

Transgressões	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Falta de serviço	138	28,00	138	33,00	55	19,00	78	22,00
Trabalhar mal	53	11,00	57	13,00	51	18,00	53	15,00
Descumprimento de ordem	67	14,00	40	10,00	13	4,00	11	3,00
Agressão física	38	8,00	29	7,00	23	8,00	44	12,00
Demais transgressões	193	39,00	158	37,00	147	51,00	173	48,00
Total	489	100,00	422	100,00	289	100,00	359	100,00

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015)

Por essa razão, em 2011, houve um percentual de 28% de penalidades classificadas como “falta de serviço”, seguindo-se de “descumprimento de ordem” com 14% e “trabalhar mal”, com 11%. Nos anos seguintes essa tendência se torna muito semelhante, com exceção do ano de 2014, momento em que a classificação “demais transgressões” chega a um percentual de 48%, mesmo assim, muito inferior ao que fora registrado pela população local conforme registrado na Tabela 2.

Rocha e Souza (2013) afirmam que a legalidade necessita de uma ação conjunta de esforços entre os cidadãos e a força policial. Assim, se torna imprescindível a cooperação pública para que o controle da legalidade e os esforços para esse fim sejam alcançados, por tanto, devem ser esses dados tornados

públicos para o fim de controle da própria população e cobrança no sentido de se verificar o destoante registro referente aos dados apresentados nessas tabelas.

Traduzem, enfim, esses dados a insatisfação do público-alvo da atividade policial militar, ou seja, o cidadão paraense, que se dirige até o órgão correcional com a finalidade de denunciar o que entende ser desvios de conduta da atividade policial militar.

Por procedimentos se entende as investigações oficiais instauradas para apurar desvios de conduta de qualquer policial militar, sem a necessidade de assegurar uma defesa, pois, são instrumentos inquisitivos e preparatórios. Assim, a sindicância é preparatória para o processo administrativo disciplinar, ao passo que o inquérito é preparatório para o processo penal que se desenvolve com a judicialização da ação policial investigada (MEIRELES, 2003).

Na PMPA, os processos administrativos disciplinares compõem um gênero que contém as seguintes espécies: Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS), Conselho de Disciplina (CD) e Conselho de Justificação (CJ), conforme outorga a Lei 6.833/06 que instituiu o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar paraense (PARÁ, 2006).

O CD é destinado aos praças com estabilidade assegurada, que no caso da força pública paraense ocorre com dez anos de serviço, e tem a finalidade de verificar a possibilidade de suas exclusões da corporação, cuja autoridade administrativa com competência para tal feito é o comandante geral da PMPA. Já o CJ é aplicado aos oficiais com fim de se analisar a possibilidade de demissão ou não desses agentes públicos, tendo como autoridade administrativa com essas atribuições condenatórias o governador do estado. Portanto, o uso do CD ou CJ se baseia em critérios de hierarquia (PARÁ, 2006).

Um dado importante apresentado na Tabela 4 se refere à tendência de diminuição da quantidade total de processos e procedimentos instaurados desde o ano de 2011 até o ano de 2014.

Esse fenômeno ocorreu em razão da atuação pró-ativa incipiente do órgão correcional que criou uma cartilha com lições sobre o que seria agressão física, abuso de autoridade, ameaça, violação de domicílio e constrangimento ilegal. Tais capacitações foram executadas por oficiais da própria corregedoria com o fim de atingir um público-alvo composto por policiais militares operacionais, aproveitando os dados da Tabela 2, ou seja, as denúncias formuladas pela população por meio de BOPM, contra atos de policiais militares em todo o Estado do Pará.

É inadmissível a reação individual desligada da legalidade, da ética e da técnica, já que normalmente resulta em lesão a direito daquele que sofre a intervenção. Não existe, por exemplo, o dever legal para os policiais de lesionar um infrator, e essa informação como tantas outras deve ser trabalhada em constante capacitação como forma de prevenção de desvios de conduta (CARVALHO NETO, 2000).

Para tanto, em 2011, observa-se que a opção discricionária da autoridade administrativa ocorreu na instauração de 54,48% do total das perscrutações na modalidade sindicância. Nos anos de 2012, 2013 e 2014, esse fenômeno se repetiu, assim respectivamente houve o registro de sindicâncias nos percentuais de 49,76%, 37,45% e 33,86%. Compreendem-se esses dados na perspectiva de que a sindicância pode ser arquivada pela própria administração pública, sem o necessário envio à Justiça ou ao Ministério Público (PARÁ, 2006).

Mais ainda, entende-se que urge o direcionamento de ações anteriores à prática de atos contrários à ética com fim de diminuir as incidências dos ilícitos, bem como das investigações instauradas que limitam a atividade policial e são verdadeiros gastos orçamentários do Estado Paraense, uma vez que o custo de um processo administrativo disciplinar, segundo dados da Corregedoria Geral da União, pode chegar a R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) (ALVES, 2013).

Nessa compreensão da responsabilidade e razoabilidade de serem instaurados os procedimentos adequados face ao custo suportado pelo erário público, observa-se que o Processo Administrativo Disciplinar Simplificado foi a segunda opção mais presente no interregno temporal deste estudo. No ano de 2011, ele foi instaurado no percentual de 29,76% com bastante proximidade ao ano de 2013 que foi mensurado em 29,62%. Em 2012 e 2014 essa incidência aumentou, respectivamente, para 30,33% e 32,79%. Outra importante ilação se faz necessária nesse sentido, posto que a Sindicância é inquisitiva e preparatória para o processo, momento em que é assegurada a ampla defesa e o contraditório. Por essa razão, nos anos pesquisados, constata-se que a Sindicância esteve presente em maior percentual do que o Processo Administrativo Disciplinar.

Os Inquéritos Policiais Militares (IPM) instaurados nos anos de 2011 e 2012, respectivamente, foram 562 (quinhentos e sessenta e dois) que representa o percentual de 14,71%, e, 568 (quinhentos e sessenta e oito),

representando 18,48%. Ocorre que o IPM tem por escopo a investigação de prática criminosa, diferentemente da sindicância que tenciona a comprovação de materialidade e autoria de ilícitos administrativos apenas. É ainda patente que a menor opção discricionária da autoridade administrativa em instaurar inquéritos policiais militares se deve ao fato de necessariamente ter que enviá-los à justiça, diferentemente da sindicância. Por esse motivo, atende interesses pessoais contrários ao interesse público, e, assim, o número de IPM é menor (MACAULAY, 2012).

Tabela 4: Quantidade e percentual de procedimentos e processos instaurados contra policiais militares nos anos de 2011 a 2014

Instaurações	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Sindicância	2.081	54,48	1.529	49,76	1.085	37,45	787	33,86
IPM	562	14,71	568	18,48	894	30,86	680	29,26
PADS	1.137	29,76	932	30,33	858	29,62	762	32,79
CD	37	0,97	40	1,30	57	1,97	88	3,79
CJ	3	0,08	4	0,13	3	0,10	7	0,30
Total	3.820	100,00	3.073	100,00	2.897	100,00	2.324	100,00

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015)

PADS: Processo Administrativo Disciplinar Simplificado; IPM: Inquérito Policial Militar; CD: Conselho de Disciplina; CJ: Conselho de Justificação

Destarte, conclui-se que nos anos de 2013 e 2014, os policiais militares paraenses praticaram mais crimes do que nos anos anteriores, posto que houve o registro também respectivo dessas investigações em 894 (oitocentos e noventa e quatro) que perfazem 30,86 %, e, 680 (seiscentos e oitenta), ou seja, 29,26%.

Considerações finais

Os dados constantes nas Tabelas de 1 a 4 foram obtidos na Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado do Pará e apresentam uma somatória de

informações que compreendem os anos de 2011 a 2014, já exaustivamente discutidos no decorrer deste artigo científico.

O exercício do cotejo analítico desses dados e o contato com os policiais corregedores possibilitou a constatação de que mesmo sendo legalmente aplicada a reprimenda de cerceamento de liberdade em 1.060 (mil e sessenta) casos, em nenhum deles houve a real segregação em local destinado para esse fim, em razão da não existência de edificações apropriadas para cumprimento e ainda não oferecimento de alimentação adequada, pois, mesmo submetidos à custódia do Estado os policiais militares não perdem seu direito à dignidade humana.

Assim, por mais que seja questionada a finalidade pedagógica de se cercear a liberdade de agentes públicos no atual estágio do Estado democrático de direitos, ainda é constitucional e legal a aplicação dessa sanção administrativa, tornando-se temerária uma sistemática falta de seu cumprimento, o que implicaria numa sensação de impunidade e consequente ausência de credibilidade dos policiais militares na ação persecutória do Estado Paraense nos desvios de conduta praticados.

Por outro lado, a constatação da divergência entre os ilícitos que se queixam a população do Estado do Pará (agressão física, abuso de autoridade, ameaça, violação de domicílio e constrangimento ilegal) e do que são efetivamente punidos os policiais militares (falta de serviço, trabalhar mal, descumprimento de ordem e agressão física), estabelece uma preocupante dúvida acerca da seriedade das apurações efetuadas ou controladas pela corregedoria e ainda o real interesse desse órgão, no que se refere à manutenção da disciplina interna como atividade fim ou servir diretamente à população solicitante que se expõe a riscos decorrentes do não anonimato exigido pela lei.

Quanto ao universo apresentado de procedimentos instaurados contra policiais militares, constatou-se que houve uma diminuição sistemática de investigações oficiais entre os anos de 2011 e 2014. Dentre os fatores responsáveis por essa realidade reside a ação pró-ativa incipiente de contato com a tropa numa tentativa de levar conhecimento voltado à capacitação e consequente diminuição de atos desviantes.

Essa conduta pró-ativa existe, mas é incipiente, uma vez que não há uma política de controle estabelecida de forma legal com fim de trabalho preventivo. É na sua maioria repressiva a atuação da Corregedoria da PMPA, assim, seu fim está voltado para apurar e aplicar punições, e não há o

estabelecimento de ações visando à melhoria do serviço e do agente. Prefere-se a segregação compulsória do serviço público, ou mesmo aplicar punições do que se proceder a uma série de atividades pedagógicas e de acompanhamento, pois não dispõe o órgão correcional de equipe multidisciplinar para esse fim, não existindo pessoas capacitadas nas diversas áreas do conhecimento humano que colaborem numa sinergia voltada à atividade preventiva.

Referências

ALVES, Léo da Silva. Apostila ajustamento de conduta e poder disciplinar. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JURISTAS, 10. 2013. *Anais...* Lisboa e Coimbra, 2013.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de. *Uso das estatísticas criminais e planejamento das atividades policiais: um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10171/Tese%20Ana%20Lu%20c3%adsa%20V.%20de%20Azevedo%20Vers%c3%a3o%20Definitiva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: abr. 2015.

BAYLEY, David Harold. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: EDUSP, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado, 2014.

CANO, Ignacio. *Police Oversight in Brazil*. Disponível em: http://www.altus.org/pdf/b_ic_en.pdf. Acesso em: abr. 2015.

CARVALHO NETO, Inácio de. *Responsabilidade do Estado por atos de seus agentes*. São Paulo: Atlas, 2000.

COHEN, Albert K. *Delinquent boys: the culture of the gang*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1955.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREIRA, Ramiro dos Santos. *Homens de azul*. São Paulo: Clube dos Autores, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MACAULAY, Fiona. Problems of Police oversight in Brazil. Centre for Brazilian Studies. Institute of Latin American Studies, University of London. 2012. Disponível em: http://www.brazil.ox.ac.uk/_data/asserts/pdf_file/0011/9398/Macaulay33.pdf. Acesso em: abr. 2015.

MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia*: Sociologia da Força Pública. São Paulo: EDUSP, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Código de Conduta para Encarregados pela Aplicação da Lei*: Resolução 34/169, da Assembleia Geral da ONU, de 17 de dezembro de 1979.

PARÁ. Lei Complementar N^o 053 (2006). Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 2006.

_____. Lei Ordinária N^o 6.833 (2006). Dispõe sobre o código de ética e disciplina da Polícia Militar do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 2006.

_____. Polícia Militar do Estado Pará. *Boletim Geral da Polícia Militar*, Belém, n. 82, 06 maio 1993.

SOUSA, Antonio Francisco de. *A Polícia no Estado de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; REIS João Francisco Garcia. Trabalho Policial, Violação dos Direitos Humanos e as Respostas da Corregedoria. In: BRITO, Daniel Chaves; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de (Org.). *Na periferia do policiamento: direitos humanos, violência e práticas policiais*. Belém: Paka-Tatu, 2013. p. 41-86.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; ROCHA Cibele Cardoso. Polícia e Controle Interno: a corregedoria da polícia federal no estado do Pará. In: BRITO, Daniel Chaves; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de (Org.). *Na periferia do*

policimento: direitos humanos, violência e práticas policiais. Belém: Paka-Tatu, 2013. p. 87-111.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução: Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

CAPÍTULO 7

Homicídio vinculado às drogas: da polícia à justiça

José Eduardo Rollo da Silva

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA). edwardrsilva@hotmail.com

Jaime Luiz Cunha de Souza

Doutor em Ciências Sociais (UFPA), professor do Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA). jaimecunha@ufpa.br

Resumo

Aborda o trâmite de um processo de homicídio relacionado ao comércio de drogas em um dos bairros da periferia de Belém. O foco da investigação é o fluxo de tal processo desde a fase do inquérito policial até a sentença final. A metodologia utilizada foi a análise documental, cuja fonte foi um dos processos que faz parte do acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA). O processo analisado foi selecionado por meio de forma aleatória, obtida mediante sorteio entre os casos de homicídios dolosos relacionados com drogas encerrados no ano de 2013. Os resultados indicam que houve pouca preocupação em alcançar o criminoso ou em fazer justiça, sendo o principal objetivo da tramitação, o simples cumprimento de prazos e de formalidades legais. A negligência técnica e o pouco empenho em praticamente todas as fases, desde o inquérito policial até a sentença final, fizeram com que o resultado do julgamento fosse pela absolvição do réu, apesar da sua confissão inicial e de uma série de outros indícios de sua culpa.

Palavras-chave: Inquérito Policial. Fluxo. Processo. Negligência Técnica.

Introdução

O aumento do número de homicídios em consequência do incremento de ações relacionadas à venda e ao consumo de drogas, principalmente nos bairros periféricos das grandes cidades, é um fato que o cotidiano das delegacias de polícia parece confirmar (WERB et al., 2011). De acordo com dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP, 2014), somente no ano de 2013 ocorreram em torno de três mil e quinhentos homicídios no Estado do Pará, grande parte dos quais direta ou indiretamente relacionada ao comércio de drogas.

Os trabalhos que investigam questões relacionadas a homicídios, em geral costumam focalizar aspectos quantitativos. Essa forma de analisá-los tende a deixar fora de alcance a percepção mais detalhada dos trâmites dos processos que envolvem esse tipo de delito, os quais cumprem um extenso fluxo, desde a data de sua chegada ao conhecimento da polícia até a sentença final dada em juízo. Este texto busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna ao analisar, sob uma perspectiva essencialmente qualitativa, os dados contidos em um processo de homicídio, e apresentar seus desdobramentos. Trata-se de um caso vinculado à droga ocorrido no bairro do Utinga, situado na periferia da cidade de Belém, no qual houve confissão do indiciado na fase do inquérito policial, mas que, ao final do processo, resultou na absolvição do réu, sob o argumento de negação de autoria.

O texto inicia com uma abordagem geral a respeito de homicídios relacionados com drogas. Em seguida, apresenta dados relativos à movimentação processual do homicídio anteriormente mencionado, com o intuito de indicar a forma como atua a dinâmica institucional, da polícia à justiça, e de apontar de que modo tal dinâmica contribuiu para a sentença final. Por último, tomando como referência o processo em questão, tece algumas considerações à luz dos teóricos que discutem as peculiaridades do inquérito policial e do fluxo dos processos criminais, para explicar as implicações decorrentes da forma como os casos de homicídio são investigados nas instituições ligadas ao sistema de justiça criminal do Brasil.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a análise documental, tendo como objeto de estudo o processo N^o 00098094420088140401, relativo a homicídio doloso vinculado com drogas, que foi encerrado e arquivado, definitivamente, no ano de 2013 e, atualmente, faz parte do acervo do

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA). Este processo foi selecionado por meio de uma amostra aleatória, obtida mediante sorteio entre os casos de homicídios dolosos motivados por conflitos relacionados com drogas que se encontram disponíveis no mencionado arquivo do TJE/PA.

O envolvimento com drogas e a prática de delitos

Um dos problemas mais desafiadores, tanto para os operadores da segurança pública quanto para quem se dedica ao estudo da questão das drogas, é a identificação adequada das causas do envolvimento de jovens com as drogas e a prática de delitos graves. Estudos levados a efeito por Werb et al. (2011) demonstram que a relação entre jovens, drogas e crimes violentos é, especialmente, presente em ambientes urbanos e que a violência armada existente nesses espaços é responsável pelas altas taxas de homicídio. Para os autores, o aumento da violência letal, principalmente em locais de alta incidência de comércio de drogas, é uma consequência inevitável da dinâmica que envolve esse tipo de atividade.

Abramovay (2002), ao discutir o envolvimento de jovens com o mundo das drogas, ressalta a leitura negativa de muitos desses jovens acerca do trabalho lícito, que não é visto por eles como um meio eficiente para assegurar sua sobrevivência e satisfazer suas necessidades. Para alguns desses jovens, o trabalho não é visto como fonte de satisfação em si mesmo nem como atividade construtiva, oportunidade de sustento e realização pessoal. Eles têm uma noção mais ou menos clara de que sua qualificação profissional, ou a falta dela, não oportunizam um emprego com boa remuneração. De acordo com a autora, para grande número de jovens, o trabalho, além de não propiciar um salário digno, também não é garantia de velhice confortável e prazerosa, tal como seria o esperado para pessoas que trabalham a vida inteira, pois não há como economizar para garantir um futuro tranquilo, isso porque mesmo quando possuem emprego formal, sua renda mal consegue suprir as necessidades básicas.

Paralelamente a essa visão negativa, Abramovay (2002) aponta a existência de uma percepção positiva da malandragem que emerge como possível alternativa de uma vida mais curta, porém mais fácil, gratificante e com menos sacrifício do que a vida sustentada com trabalhos em atividades lícitas, formais ou informais. Segundo essa lógica, a inserção em atividades

ilícitas se apresenta como uma possibilidade de escapar ao círculo vicioso de muito trabalho e pouca remuneração. Tais atividades ilícitas oferecem alternativas que necessitam de menor esforço e oferecerem maiores ganhos, apesar dos riscos que as acompanham.

Entre as alternativas apontadas por Abramovay (2002), a que apresenta maior poder de atração sobre os jovens, pela possibilidade de ganhos maiores e mais rápidos que oportuniza e pelo reconhecimento que tais jovens adquirem entre seus pares, é o comércio de drogas. O problema é que a inserção no mundo marginal, seja fazendo parte do comércio ou apenas como usuário, os coloca em uma dinâmica de violência que, em um número significativo de casos, converge para o risco de se verem como vítima ou como autor de homicídio, na medida em que os expõem às mais variadas formas de conflitos que são comuns neste meio.

A condição intrínseca dos riscos inerentes ao envolvimento com o mundo das drogas é pontuada por Souza (2006), que indica a existência de fortes vínculos entre o tráfico de drogas e os homicídios, e também mostra como a dependência química potencializa o cometimento de crimes contra o patrimônio, praticados pelos usuários. De acordo com o autor, a violência associada à droga envolve guerras por territórios entre traficantes rivais, agressões, homicídios, roubos de drogas com retaliações violentas por parte de traficantes e de seus patrões, além da eliminação de informantes ou punições quando estes não conseguem quitar débitos. Nesse sentido, a opção por ingressar no mundo do tráfico de drogas tem sido fatal a muitas pessoas, sobretudo aquelas residentes em espaços urbanos periféricos das grandes cidades.

A influência que o tráfico e o uso de drogas exercem sobre os índices de criminalidade e de violência em locais periféricos é percebida e corroborada por Castro (2009), para quem as altas taxas de crimes violentos decorrentes desse tipo de atividade são geradas pelo fato de as pessoas envolvidas na venda ilegal de drogas costumarem resolver questões relacionadas à divisão de territórios, distribuição e liderança, com a utilização de extrema violência, que culmina na supressão de vidas.

Felson e Bonkiewicz (2013) indicam que o alto grau de letalidade é causado pela naturalização da posse de arma de fogo por pessoas envolvidas no mercado de drogas, principalmente entre as entrelaçadas aos mercados de crack, cocaína e maconha. Embora sejam as mais propensas a possuir armas, especialmente se são traficantes em nível de rua, tais pessoas não são

as únicas, pois, entre os traficantes de barbitúricos e anfetaminas também há grande incidência de posse de armas.

Ainda de acordo com Felson e Bonkiewicz (2013), igualmente alta é a incidência de posse de arma entre traficantes que lidam com esconderijos nos quais são armazenados os carregamentos de drogas, de produtos com grande valor utilizados na fabricação de entorpecentes, ou onde se refugiam lideranças do tráfico com papel central no comércio ou que sejam membros importantes de organizações criminosas.

Kuhns e Maguire (2012) consideram absolutamente clara a vinculação entre o mundo das drogas e os casos de homicídios. Eles constatam que tanto o motivo quanto o tipo de arma utilizados nesses crimes variam conforme as características demográficas da vítima. De fato, ao se tomar como referência as variáveis espaciais e demográficas relacionadas ao fenômeno em questão, será possível inferir que um campo fértil para o recrutamento de mão-de-obra para o tráfico são os bairros periféricos das grandes cidades onde jovens com poucas oportunidades reais de melhoria de qualidade de vida e de mobilidade social veem no universo das drogas uma ocasião de ganhos e, no pertencimento às gangues, uma possibilidade de proteção.

Para Taniguchi e Ratcliffe (2011), a dinâmica espaço-demográfica e o fenômeno das gangues são fatores importantes para a compreensão da questão em pauta, tendo em vista que o espaço da gangue dentro de um bairro pode ser objeto de disputas e palco de homicídios. É comum que, nesses locais, os índices de criminalidade sejam mais elevados, porque também é neles onde ocorre a distribuição de drogas. A possibilidade de desfecho violento, portanto, se faz onipresente, principalmente quando um mesmo espaço é ocupado por vários grupos de traficantes que disputam entre si a hegemonia pelo controle local. Ainda de acordo com esses autores, a incidência de homicídios é maior nos momentos de disputas e se dá, essencialmente, pelo domínio dos pontos de venda de drogas, mais precisamente pelos locais onde esta atividade é feita ao ar livre.

A referida dinâmica espacial que conecta o comércio de drogas com várias modalidades delitivas, de acordo com Briceño-Leon (2012), ocorre em todos os ambientes, porém suas consequências mais letais não são homoganeamente distribuídas, pois mudam de acordo com as zonas geográficas e a concentração de certos segmentos da população em determinadas áreas. Este fato leva o autor a afirmar que a pobreza, a desigualdade social e a forma como a sociedade

está institucionalmente organizada influenciam a criminalidade em geral, e mais especificamente os homicídios, ainda que de maneira indireta.

No mesmo sentido são as palavras de Koury (2004), quando aponta o crescimento da vulnerabilidade dos jovens em bairros populares de várias capitais brasileiras e as ameaças que isso representa a sua segurança pessoal e cotidiana. Para o autor, essa questão ganha contornos ainda mais nítidos aos jovens, por estar associada a um distanciamento maior do seu poder de consumo e de sua inserção no mercado de trabalho de forma precoce e cada vez mais difícil.

Na mesma linha de raciocínio, Zaluar (1994) comenta que é justamente no processo de transição social no qual novas agências de socialização ainda não se configuraram que o crime, em especial o narcotráfico, captura jovens moradores dos bairros populares ou das favelas. A autora esclarece que essa captura ocorre por meio de atrativos oferecidos pela sociedade de consumo e pelas possibilidades de afirmação de uma identidade associada à honra e à virilidade. Para os jovens, tais atrativos e possibilidades são entendidos como modos concretos de inserção e de localização social em um contexto caracterizado pelo cerceamento das opções de escolha pessoal. Zaluar (1994) ainda acentua que o resultado desse processo não é a instituição de regras de solidariedade entre pobres e excluídos que são constituídas em torno do narcotráfico, porém a explosão do individualismo. Isso, para os jovens, se traduz na valorização de bens, como arma, fumo, dinheiro no bolso, roupas bonitas e disposição para matar, ainda que as mortes violentas associadas ao uso de substâncias entorpecentes não se restrinjam apenas ao homicídio, pois, ao lado deste tipo de crime, há também o suicídio e outras consequências igualmente graves como o furto, a desestruturação familiar e a exposição a diversos tipos de enfermidades, que também lhes causam morte. O fato é que a inserção nesse universo marginal interfere negativamente na vida do usuário ou de quem lida com o comércio de drogas.

Apesar de não haver estudos sistemáticos sobre a delinquência entre jovens pertencentes às classes média e média alta da população, a citada modalidade de criminalidade também existe nesse segmento da sociedade. Todavia, as informações a respeito dos crimes cometidos por tais jovens não chegam a público porque seus familiares entram em cena de modo a impedir que seus filhos ou parentes ingressem em uma das instituições destinadas a jovens infratores; da mesma forma, a mídia colabora com essa espécie

de acobertamento; em geral, as notícias mais polêmicas são as de crimes praticados por adolescentes oriundos da periferia, principalmente se forem cometidos contra a classe média.

Para Silva (2004), no interior do universo da violência relacionada ao uso de drogas está presente a tendência de aumento na escalada de crimes contra o patrimônio, nos quais os usuários estão envolvidos. Consoante, o autor, talvez por isso os índices de mortalidade entre usuários de drogas são bem superiores se comparados aos índices de mortalidade constatados entre o conjunto que forma o restante da população. Segundo Silva, em cada vinte casos que envolvem dependentes químicos, um tem relação direta com o homicídio.

Jaramillo-Scobar, Arias Echavarría e Jaramillo Morales (2011) chamam atenção para o fato de que a ausência do Estado abre espaço para que regulações e normatividades sejam criadas por grupos ilegais. Além disso, os autores sublinham que a ausência efetiva do Estado e especialmente do Poder Judiciário contribui para que os ciclos de violência e paranoia associados a certa sensação de êxito em meio a um ambiente extremamente empobrecido, se torne um importante fator ao recrutamento de pessoas para participar de atividades e de grupos delinquentes.

Com o intuito de mostrar de forma mais detalhada como todos os fatores acima mencionados se conjugam com um sistema de justiça criminal ineficiente e indiferente em relação à necessidade de prover justiça, será analisado, a seguir, o caso concreto ocorrido na periferia da cidade de Belém.

O homicídio e o trâmite dos processos

O caso em análise, neste artigo, refere-se ao homicídio ocorrido em 01.05.2008. A vítima, que será designada como M.A., a fim de ter sua identidade resguardada, foi assassinada em via pública, no bairro do Utinga, localizado na periferia da cidade de Belém. À época, M.A. tinha uma companheira, não tinha filhos e era usuário de substâncias entorpecentes. Era conhecido naquela área por realizar pequenos furtos com o objetivo de obter recursos para adquirir drogas nas “bocas¹” situadas no bairro.

¹ Refere-se aos locais onde ocorreu a venda de substâncias ilícitas tais como maconha, cocaína e crack.

O fato de o mencionado homicídio ter ocorrido em via pública, em um bairro com alta incidência de episódios de violência, é indicativo da vinculação pontuada por Minayo (2012) entre o ambiente e o desfecho fatal. As características do caso mostram aquilo que a autora chama de articulação entre o sistema local em suas interconexões internas, a interpenetração da dimensão social mais ampla e as subjetividades. Segundo a autora, essa interpenetração multidimensional vinculada a determinados contextos socioespaciais contribui para que, em localidades com altas taxas de homicídio, exista uma sinergia entre ambiente externo, o sistema social e a subjetividade.

A vítima foi assassinada por um homem, neste artigo designado M.T., com vários golpes que lhe foram aplicados com a utilização de uma pedra de basalto (paralelepípedo), golpes esses que esmagaram seu crânio e o feriram gravemente, levando-o à morte. De acordo com o depoimento de testemunhas constantes nos autos do processo, M.A. era usuário de pasta base de cocaína e costumava comprar e consumir a droga em um dos becos² do bairro, denominado “Buraco Quente”. Ainda segundo depoimentos, o autor do homicídio é morador do mencionado “beco” e seria o responsável pelo comércio de drogas naquela área. Na ocasião, o desentendimento teve como causa a cobrança de uma dívida de drogas que a vítima contraía com M.T., o autor do homicídio.

O local onde o homicídio ocorreu apresenta características semelhantes às observadas em ambientes desassistidos pelo Poder Público na cidade de Belém. Ou seja, possui ruas estreitas, mal iluminadas, é desprovido de calçamento e apresenta esgoto a céu aberto; os casebres mal cuidados, de madeira ou alvenaria, margeiam as laterais das ruas, dando ao ambiente um aspecto típico de lugares onde a dignidade das pessoas e a cidadania são usurpadas a cada momento.

A condição degradada da área onde aconteceu o homicídio se coaduna com as assertivas feitas por Burgois et al. (2013), autores segundo os quais o tráfico de drogas se apropria de determinados espaços residenciais ou comerciais em estado de degradação, para realizar comércio a céu aberto e, dessa forma, aproveita-se da disponibilidade de grande número de jovens, em situação de fragilidade social, que passarão a ter como clientes outros jovens também oriundos do mesmo segmento social e com o mesmo status

² Rua estreita e curta, às vezes sem saída, e pouco própria para o trânsito; viela.

socioeconômico. Os autores comentam que, nesses ambientes, a capacidade de mobilizar a violência assegura o êxito da economia das drogas. Assim, residentes nas regiões periféricas das cidades, envolvidos com esse tipo de atividade, passam a atuar em conflitos pelo domínio dos territórios onde estão localizadas as chamadas “bocas” e na defesa do monopólio que seus chefes tentam manter nessa economia subterrânea.

Os jovens pauperizados, recrutados para integrar os níveis mais baixos do comércio ilícito, apesar de viverem em espaços sociais totalmente desassistidos pelos serviços públicos, se veem imersos em ambientes com fluxos de recursos muito maiores do que aqueles que puderam algum dia perceber se dedicando a atividades lícitas. Dessa forma, o risco de sofrerem ou praticarem violência letal se converte em aposta de risco aceitável e base prática de sustentação econômica que reafirma relações de poder capazes de garantir o funcionamento das regras explícitas e implícitas de tal atividade. Concorre para o desenvolvimento dessa economia ilícita, a extrema desestruturação do local, mas também das instituições encarregadas do enfrentamento às drogas e aos delitos que as acompanham.

A referida desestruturação se expressa, por exemplo, desde a fase do inquérito policial até a sentença final da justiça. No caso do homicídio em questão, a abertura do inquérito ocorreu no dia 21.05.2008, cerca de vinte dias após o homicídio. Este dado requer atenção pelo fato de que existe orientação explícita da corregedoria da polícia civil para que a abertura de processos, em caso de homicídio, ocorra, no máximo, em 24 horas após o delito. No caso em análise, o fato delituoso ocorreu na madrugada de 01.05.2008, dia em que ocorreu o registro do boletim de ocorrência policial e a realização das oitivas de uma das irmãs e da companheira da vítima. Esta última alegou nada saber sobre o crime, mas aquela primeira apontou M.T. como autor do homicídio. Vale ressaltar que esta foi a primeira vez que o nome do autor do homicídio foi citado nas investigações. Em síntese, apesar de o homicídio ter ocorrido no dia 01.05.2008, o inquérito policial somente foi instaurado no dia 21.05.2008, e o autor do homicídio foi formalmente indiciado no dia 28.05.2008, data em que foi levado até a Delegacia de Polícia para prestar declarações. Nesta ocasião, M.T. confessou o crime, alegando legítima defesa.

A incongruência de datas confunde qualquer pessoa que não opere no sistema de segurança pública. Embora essa prática seja menos comum que antigamente, ainda se faz presente no cotidiano das delegacias de polícia.

Antes de a corregedoria de polícia civil estabelecer prazos rígidos para a abertura de inquérito policial, era comum que, no intuito de ganhar prazo, um fato criminoso acontecesse em determinado dia e a instauração do procedimento policial fosse realizada alguns dias depois. Nesse meio tempo, os investigadores da polícia procuravam colher provas ou novas evidências para, então, instaurarem o inquérito policial.

Diante dos aludidos trâmites, é possível inferir que a discrepância entre a data do acontecimento, o respectivo registro de ocorrência e a data da instauração do inquérito policial, esteja relacionada com alguma decisão do delegado responsável pelo inquérito. Atualmente, esse tipo de procedimento pode, eventualmente, acarretar ação administrativa contra a autoridade policial que deixar de cumprir o prazo de vinte e quatro horas para a abertura do inquérito, de acordo com as recomendações da instituição policial.

Não houve registro do crime em análise pela Polícia Militar (PM) e, conforme mencionado, a data do registro de ocorrência na Polícia Civil foi 01.05.2008, o dia do homicídio. Entre os documentos juntados ao processo não consta ter ocorrido atendimento da PM no local da morte, embora seja difícil imaginar que o contingente policial militar responsável pelo patrulhamento da área não tenha se feito presente, tendo em vista se tratar de um crime de homicídio. Da mesma forma, não há documento que comprove o atendimento da perícia no local do crime. Ou seja, no processo, não há registro de como, nem de quando foi feita a remoção do corpo pelo Instituto Médico Legal (IML).

Entre os dias 02.05.2008 e 06.06.2008, foram feitas oitivas de cinco testemunhas consideradas de fato³ e duas testemunhas de caráter⁴. É importante ressaltar que as testemunhas começaram a ser ouvidas bem antes da abertura oficial do inquérito, que só ocorreu em 21.05.2008, tendo terminado pouco mais de um mês após a data em que ocorreu o assassinato. Como o processo só foi aberto cerca de vinte dias após o homicídio, os prazos para a

³ São as testemunhas que presenciaram o fato ou tomaram conhecimento acerca do fato.

⁴ De caráter são as testemunhas que prestam apenas informações sobre o comportamento do réu, sem entrar no mérito da ação penal. Em alguns casos, estas testemunhas apenas revelam ao juiz que os conhecem como profissionais dedicados. Ou ainda que nada sabem sobre fatos que abalem suas personalidades. Se condenados, os réus podem usar os bons antecedentes para ganhar regalias no cumprimento das penas.

sua conclusão passaram a contar a partir desta data, quando foram solicitadas duas perícias. A perícia denominada “levantamento de local de crime” foi solicitada no dia 17.06.2008, quarenta e sete dias após a ocorrência. O laudo retornou da Polícia Científica, para ser juntado ao inquérito, somente no dia 10.07.2008, portanto mais de dois meses após o homicídio.

Para qualquer observador, mesmo os pouco familiarizados com os trâmites dos inquéritos policiais, o referido fato causará perplexidade ao imaginar que tipo de precisão técnica e consistência legal pode apresentar um levantamento de local de crime solicitado quarenta e cinco dias após o homicídio. Da mesma forma, parece um tanto confuso que o “exame de necropsia”, solicitado no dia 01.05.2008 tenha sido liberado pela Polícia Científica em 20.05.2008, ou seja, um dia antes da abertura oficial do inquérito policial. Em depoimento prestado à polícia, o autor do homicídio confessou o crime e alegou que a vítima ameaçou matá-lo momentos antes, enquanto o acusava de “cagueta⁵” e o ter denunciado à polícia pelo furto de um veículo.

Nessa fase, não houve participação do Ministério Público nas investigações nem solicitação de dilatação do prazo. O inquérito foi encerrado em 20.06.2008, ou seja, aproximadamente cinquenta dias após a data em que ocorreu o homicídio, sendo o suspeito indiciado ao término do inquérito policial pelo crime de homicídio relacionado com tráfico de drogas.

Após a conclusão, o inquérito foi encaminhado ao Tribunal de Justiça em 24.06.2008. O Ministério Público solicitou à Polícia Civil coleta de informações complementares para oferecimento da denúncia, quais sejam: “localização de testemunha”, “inquirição de testemunha” e “outras diligências cabíveis”, mas, destas três diligências solicitadas, nenhuma foi realizada.

Em 29.09.2008, o Ministério Público ofereceu denúncia contra o acusado modificando a capitulação do delito o qual, de homicídio qualificado, foi alterado para homicídio simples. Em 03.04.2009, a denúncia foi aceita. A primeira audiência de instrução e julgamento ocorreu somente em 31.05.2010, pouco mais de um ano após o aceite da denúncia e mais de dois anos após o homicídio. Nessa fase, não houve oitiva de testemunhas *de fato*, nem *de caráter*. Ou seja, os depoimentos de testemunhas colhidos na fase policial foram totalmente desconsiderados durante a audiência de instrução e julgamento.

⁵ Corruptela de alcaçute, significando delator, dedo duro.

Durante a coleta de declarações à justiça, o indiciado modificou o depoimento prestado na fase policial. Ele negou a autoria do crime, alegando que não matou a vítima e que não mantinha qualquer relação com o tráfico de drogas, pois trabalhava como jornalista. Cabe reiterar que, no depoimento na fase policial, o indiciado havia confessado a autoria do crime, ocasião em que alegou legítima defesa em um suposto assalto tentado pela vítima. Vale ressaltar que só neste momento a versão do assalto apareceu nos autos do processo.

Silvério (2013) explica que mudanças no teor de depoimentos são possíveis porque as declarações de um indiciado, no Processo Penal, não constituem meio de prova. Em outras palavras, indiciado não assume a posição de testemunha, obedecendo, as suas declarações, a uma disciplina própria e uniforme com as normas constitucionais relativas às suas garantias de defesa. De acordo com o autor, o indiciado, ao ser interrogado, tem a oportunidade de ser ouvido para apresentar a sua versão dos fatos e exercer o seu direito de autodefesa, como também de optar por se calar, sem que isso seja usado contra ele.

A data da sentença da primeira audiência de instrução e julgamento foi 18.05.2012, quando ficou decidido pela pronúncia do réu, com base nas provas produzidas pela polícia consideradas como indicações da responsabilidade do réu no crime de homicídio. Nesta ocasião, não houve marcação da data do júri, nem foi impetrado recurso. A data da sessão do júri ocorreu em 10.09.2012, mais de quatro anos após o crime. Em plenário, o acusado foi defendido por defensor público, o mesmo da fase da pronúncia. Houve oitiva de seis testemunhas em plenário, uma das quais era a mesma da fase policial, mas também não houve apresentação de provas periciais. A sentença do júri saiu em 10.09.2012, a qual foi pela *absolvição do réu*, em razão da negativa de autoria.

O resultado da sentença em análise é, no mínimo, estranho, tendo em vista que o réu confessou sua autoria na fase do inquérito policial. Todavia, este resultado seria o esperado ao se considerar que, desde o inquérito policial, o caso já tramitava com uma série de procedimentos inadequados, com estrapolação de prazos e a realização de investigações e de laudos em momentos anteriores à abertura do inquérito. Tais incongruências, inevitavelmente, seriam exploradas pela defesa em benefício do réu.

Como não houve apresentação de provas periciais e somente uma das testemunhas da fase do inquérito policial foi ouvida na fase judicial, o processo

resultou na absolvição do acusado. O trânsito em julgado da sentença ocorreu em 18.09.2012 e o arquivamento definitivo do processo, em 17.01.2013. Ou seja, o caso que começou com um homicídio e uma confissão de autoria, devido a falhas de apuração e de formação do conjunto probatório, terminou quatro anos depois com a negação da autoria e com a absolvição do acusado, mesmo sabendo-se que o réu, enquanto respondia a esse processo, também foi coautor da morte, a facadas, de um adolescente de 14 anos, quando, então, foi preso em flagrante. Convém destacar que, após fugir da colônia penal, o réu foi o autor de ameaça a uma juíza. Tudo isso ocorria enquanto tramitava o processo que, ao final, levou à sua absolvição.

Do inquérito ao processo

Ao analisarem a dinâmica que envolve processos criminais, sua extrema complexidade e o caráter absolutamente formal no qual estão envoltos, Zilli e Vargas (2013) destacam o visível descompasso entre a crescente complexidade do fenômeno criminal, as práticas e os procedimentos legais previstos para a investigação dos homicídios. As palavras de Misse (2011) são extremamente esclarecedoras a respeito dessa complexidade quando afirma que, no inquérito brasileiro, reúnem-se atribuições próprias à polícia e atribuições que, em outros países, são cumpridas sob o controle direto do Ministério Público ou do instituto do Juizado de Instrução. Essa forma de proceder contribui para que, no Brasil, o inquérito se torne um extraordinário dispositivo de poder nas mãos dos delegados de polícia, uma peça que tende a prevalecer durante todo o processo legal.

Embora as palavras de Zilli e Vargas (2013) e de Misse (2011) sejam no sentido de reafirmar o poder nas mãos dos delegados de polícia - o que é verdade em vista da liberdade e do controle discricionário que os delegados exercem em toda a fase do inquérito policial - na prática, esse poder sofre limitações, tendo em vista a possibilidade de que, na fase judicial, todo o conjunto probatório formado na etapa do inquérito policial seja total ou parcialmente desconsiderado pelo Ministério Público. O caso em análise é um exemplo típico dessa pouca importância que, em determinadas situações, reveste as investigações realizadas na etapa policial. O réu foi absolvido sob a alegação de negativa de autoria, embora tenha confessado o crime na fase do inquérito, conforme mencionado.

Os referidos motivos, provavelmente, levaram Vargas e Rodrigues (2011) a considerarem o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro frouxamente articulado. A validade deste sistema passa a ser questionada quando a crença na capacidade do Estado de controlar o crime é abalada e substituída por demandas de eficiência e de maior articulação na administração da justiça. Convergem para a mesma direção as assertivas de Azevedo e Vasconcelos (2011), segundo as quais o modelo de investigação criminal pré-processual adotado no Brasil tende a reforçar um perfil burocrático e bacharelesco em detrimento das atividades mais efetivas de investigação policial. Todavia, é preciso considerar que esse caráter não é característico apenas da investigação criminal, mas é a lógica que permeia o trabalho de todas, ou quase todas, as instituições que fazem parte do Sistema de Justiça Criminal, o qual está muito mais preocupado em dar respostas corretas do ponto de vista formal, mesmo que estas estejam em desacordo com as aspirações da sociedade em seu desejo de segurança e proteção. Por exemplo, o fato de o acusado ter cometido outros crimes e até mesmo ameaçado uma juíza durante o processo, e de tal episódio ter sido totalmente ignorado durante a análise do processo em que foi absolvido, é uma amostra característica desse formalismo.

Convém assinalar, no entanto, que o citado modelo produz impactos significativos sobre o valor probatório dos atos realizados durante o inquérito policial. Embora Llantada e Lopes Junior (2013) destaquem a importância da atividade policial no cenário social e jurídico, quando guiada de acordo com os preceitos técnicos, legais e éticos, eles reconhecem que, na fase do inquérito policial, os procedimentos invasivos à esfera privada dos cidadãos são relativamente comuns e contribuem com que, muitas vezes, estes fiquem a mercê de preconceitos de toda ordem. Apesar dos inconvenientes, os autores realçam a importância que o material probante, inclusive o colhido na fase investigativa, possui na resolução do fato criminoso, com forte capacidade de resultar na condenação ou na absolvição do réu na fase processual, desde que expurgada de suas mazelas costumeiras e sejam adequadamente conduzidas e devidamente acolhidas nas demais etapas do processo criminal.

De acordo com Misse (2008; 2010), diante da precariedade de meios, boa parte das previsões legais que estabelecem os procedimentos a serem realizados durante o inquérito policial não são seguidas, tendo como justificativa a necessidade de lidar com as dificuldades cotidianas e de responder à demanda imediata. A afirmação do autor foi constatada no

processo em análise, tendo em vista que, no caso em questão, o Ministério Público solicitou pelo menos três diligências e nenhuma delas foi realizada, consoante mencionado. Para Misse, esses são aspectos de práticas correntes que atravessam a fronteira de uma legalidade antiquada. Tal legalidade anacrônica, segundo o autor, no intuito de imprimir-lhes maior eficiência, causa, muitas vezes, efeito inverso, porque, ao se utilizarem de procedimentos questionáveis, acabam comprometendo a pretendida eficiência, na medida em que diminuem as garantias de direitos dos acusados. Isso se reflete em investigações que, ao final, não formam um conjunto probatório suficientemente legítimo para permitir a condenação do réu, quanto não tem se demonstrado capaz de aumentar a eficiência investigativa da polícia.

Nas palavras de Costa (2011), delegados, promotores e juízes estabelecem critérios para selecionar inquiridos e processos que requerem maior atenção. Segundo o autor, se não houvesse seleção, o funcionamento do Sistema de Justiça Criminal ficaria ainda mais caótico. O problema é que essa seletividade não atende a uma política criminal e os diferentes filtros que existem em cada instituição seguem diferentes lógicas, cujo resultado, em boa parte dos casos, não atende aos anseios da sociedade no que se refere à segurança, por exemplo, e evidencia ausência de coerência e articulação entre os procedimentos das diversas instâncias, que vão da polícia à justiça. A consequência mais evidente é o crescimento da descrença por parte dos cidadãos com relação às instituições do Estado em geral, e isso é especialmente grave em sociedades democráticas que precisam ter como suporte o funcionamento de instituições fortes e confiáveis.

Considerações finais

O caso analisado, neste texto, evidencia a vinculação entre o envolvimento com drogas e a maior possibilidade de o indivíduo envolvido se tornar vítima ou autor de homicídios. É possível inferir que a natureza das relações estabelecidas entre pessoas que circulam nesse universo é extremamente violenta e qualquer conflito em consequência de cobrança de dívida relacionada com droga, mesmo de pequeno valor, pode gerar um desfecho letal.

Por sua vez, este tipo de desfecho é muito mais comum em bairros periféricos onde um contingente humano pauperizado, capturado pelo vício e incapaz de obter recursos financeiros para seu sustento se lança à prática

de outras modalidades delitivas a fim de obter tais recursos, e quando esta alternativa não funciona, entram na perigosa condição de devedores para o tráfico, um universo marginal que possui seus próprios códigos e os aplica de forma implacável, de modo que uma dívida é sempre paga, nem que seja com a vida.

Além do crime propriamente dito, o que mais causa impacto, no caso analisado, é a incapacidade do Estado de construir um conjunto probatório suficientemente consistente e que pudesse permitir que o autor do crime fosse devidamente responsabilizado.

A sentença final parece evidenciar que, como se trata de um membro qualquer, de uma comunidade pobre, basta cumprir determinadas formalidades legais, sem muita preocupação em alcançar o criminoso ou em fazer justiça. Somente isso pode explicar a negligência técnica e o pouco empenho para que o resultado do julgamento fosse pela absolvição do réu por negação de autoria, mesmo após a sua confissão nos momentos iniciais do processo e sem nenhum indício de que ele tenha sofrido qualquer constrangimento ou violência durante sua confissão.

Referências

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.

AZEVEDO, Rodrigo G. de; VASCONCELOS, Fernanda B. de. O inquérito policial em questão: situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, jan./abr. 2011.

BOURGOIS, Philippe et al. Habitus furibundo en el gueto estadounidense. *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 22, n. 2, p. 201-220, abr./jun. 2013.

BRICEÑO-LEON, Roberto. La comprensión de los homicidios en América Latina: ¿pobreza o institucionalidad? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3159, dez. 2012.

CASTRO, L. B. de A. *Drogas ilícitas e homicídio juvenil: um estudo acerca dos determinantes socioeconômicos da criminalidade no Brasil*. Rio de Janeiro:

UFRJ, 2009. Disponível em: <[http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php? \(arquivo código 1452\)](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?arquivo_codigo=1452)>. Acesso em: jun. 2013.

COSTA, Arthur T. M. É possível uma política criminal? a discricionariedade no Sistema de Justiça Criminal do DF. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 97, 2011.

FELSON, R. B.; BONKIEWICZ, L. Guns and trafficking in crack-cocaine and other drug markets. *Crime & Delinquency*, v. 59, n. 3, p. 319-343, abr. 2013.

JARAMILLO-ESCOBAR, Lukas; ARIAS ECHAVARRIA, Cristina; JARAMILLO MORALES, Juan Diego. Orden en tiempos paramilitares: violencia, política y lucro en un barrio del Caribe colombiano. (Report). *Revista Desafios*, v. 23, n. 2, p. 123-25, jul. 2011.

KUHNS, Joseph B.; MAGUIRE, Edward R. Drug and alcohol use by homicide victims in Trinidad and Tobago, 2001-2007. *Forensic Science, Medicine, and Pathology*, v. 8, n. 3, p. 243-251, 2012.

KOURY, M. G. P. Cultura da violência e o medo do outro: observações sobre medos, violência e a juventude no Brasil Atual. *Revista de Antropologia Experimental*, España, n. 4, 2004.

LLANTADA, Bolívar dos R.; LOPES JUNIOR, Aury C. Lima. *Valor probatório dos atos do inquérito policial: com ênfase no crime de homicídio doloso*. 2013.

LLANTADA, Bolívar dos R. *Valor probatório dos atos do inquérito policial: com ênfase no crime de homicídio doloso*. 2013. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de S.; CONSTANTINO, Patricia. Visão ecossistêmica do homicídio. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3269, dez. 2012.

MISSE, Michel. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 15. 2011.

_____. *O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro: Brooklink, 2010.

_____. A construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação
In: MISSE, Michel (Org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: REVA/FAPERJ, 2008

SILVA, L. A. M. da S. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SILVÉRIO, Diana H. M. *O silêncio como garantia de direitos fundamentais das vítimas e dos arguidos no Processo Penal Português*. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Autónoma de Lisboa, 2013.

SOUZA, R. S. R. Políticas públicas e violência. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 33, out/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org.br>>. Acesso em: maio 2013.

TANIGUCHI, T. A.; RATCLIFFE, J. H.; TAYLOR, R. B. Gang set space, drug markets, and crime around drug corners in Camden. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 48, n. 3, p. 327-363, ago. 2011.

VARGAS, Joana D.; RODRIGUES, Juliana N. Lopes. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, v. 1, p. 77-96, 2011.

WERB, Dan. Effect of drug law enforcement on drug market violence: a systematic review. *International Journal of Drug Policy*, v. 22, n. 2, p. 87-94, 2011.

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao Paraíso*. Campinas: Escuta, 1994.

ZILLI, Luis F.; VARGAS, Joana D. O trabalho da policia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 621, mar. 2013.

CAPÍTULO 8

Caracterização do perfil socioprofissional e queixas de problemas de saúde dos agentes penitenciários no município de Belém (PA)

Diego Sá Guimarães da Silva

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. diegofisio@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Monique Kelly Tavares Gomes

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e chefe de Pesquisa e Informação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Belém – Pará – Brasil. moniqueufpa2007@gmail.com

Resumo

No Brasil, grande parte dos estudos no ambiente prisional foram realizados com presidiários. E ainda que os agentes de segurança penitenciária desempenhem importante papel na vida cotidiana das prisões, caracterizações e análises acerca da saúde e trabalho dos mesmos foram poucas vezes investigadas. O objetivo do estudo foi a verificação do perfil socioprofissional e das queixas de problemas de saúde em agentes penitenciários, aspectos que podem auxiliar medidas preventivas e de saúde ocupacional para essa clientela. Para tanto, utilizou-se a técnica estatística análise descritiva, para descrever o perfil socioprofissional e as queixas de problemas de saúde relacionados ao trabalho dos agentes penitenciários do município de Belém (PA). A partir da análise aplicada, pôde-se caracterizar a percepção dos agentes penitenciários do município de Belém, Estado do Pará, e diante desse contexto, observar que, predominantemente são do gênero masculino, com faixa etária de 40 a 50 anos, e possuem ensino médio completo, sendo que a maior parte possui tempo de profissão de 5 a 10 anos, trabalham de 5 a 7 anos na atual instituição e mudariam de profissão. Os problemas de saúde prevalentes foram os problemas respiratórios, o consumo excessivo de bebida alcoólica e o estresse. Acredita-se que o mapeamento das condições de trabalho dos agentes possa nortear a atuação preventiva de agravos decorrentes da exposição aos riscos ocupacionais inerentes à profissão e na promoção da saúde por meio de políticas públicas.

Palavras-chave: Saúde Ocupacional. Percepção. Ambiente Prisional.

Introdução

A saúde do trabalhador pode ser definida como o processo de saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com as condições de trabalho e ambientes laborais (SÊCCO et al., 2008). Para os autores, os acidentes de trabalho são agravos ou danos à saúde dos trabalhadores decorrentes da atividade laboral, interferindo no processo saúde-doença de modo abrupto ou insidioso, com repercussões pessoais e sociais expressivas na vida do profissional.

Durante o tempo que o homem passa desempenhando seu trabalho, ele está exposto a diversos riscos, pois o local de trabalho é um ambiente propício para o surgimento de diversos problemas de saúde ou o acontecimento de acidentes de trabalho (FERREIRA; ASCARI; FARIAS, 2013).

Sendo assim, um dos principais trabalhadores, que estão sujeitos aos agravos na saúde decorrentes do trabalho, são os da segurança pública, bem como os ligados ao sistema penal, como é caso do agente penitenciário (VASCONCELOS, 2000). Pois esses profissionais têm contato direto com os internos durante a manutenção do seu confinamento, e estão expostos a diversas situações geradoras de problemas de saúde, tais como agressões (durante as rebeliões), contaminação com material biológico (durante a revista de presos e celas), entre outros.

Diante deste cenário, ainda existe pouco interesse em estudos sobre agentes de segurança pública e principalmente do Sistema Penal. E segundo Mendes (2003), essa carência pode ser reflexo de um ressentimento histórico da população e intelectuais em oposição ao período de ditadura militar no Brasil.

Comprovando tal afirmação, Mendes (2003), a partir de um recorte de 1950 até 2002, constatou que nesse período foram encontradas 860 dissertações ou teses com os descritores “saúde do trabalhador”, “higiene ocupacional”, “ergonomia”, “toxicologia”, “saúde ocupacional”, entre outros. E apenas 5 eram estudos referentes à saúde do policial.

Já Sousa (2013) realizou uma revisão bibliográfica sobre a atenção à saúde no Sistema Penitenciário Brasileiro no período de 2002 a 2011 utilizando os descritores “atenção à saúde”, “prisões”, “saúde pública”, entre outros. Foram encontrados 8 artigos, 2 trabalhos de conclusão de curso e 1 que é uma dissertação de mestrado, embora nenhum contemplava profissionais do Sistema Penal, apenas a população carcerária.

A partir do exposto acima, percebe-se a importância da continuidade e do aprofundamento de investigações sobre a relação do trabalho com os agravos na saúde do agente penitenciário. E desta forma, este estudo visou caracterizar o perfil socioprofissional e as principais queixas de problemas de saúde dos agentes penitenciários no município de Belém (PA).

Revisão bibliográfica

Na perspectiva marxista, o trabalho é a transformação da natureza para benefício do homem, com intenções e desejos. Por outro lado, na lógica capitalista, a matéria-prima do trabalho deixa de ser a natureza e passa a ser o próprio trabalhador e a sua força de trabalho. Como consequência desse processo de alienação do trabalho, ocorrem a desvalorização, o estranhamento do trabalhador ao produto do seu trabalho e a perda da liberdade (MARX, 1844/2004).

Para Lacaz (1996), foi da Medicina Preventiva que emergiram as bases para enunciação da Saúde Ocupacional pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização Mundial da Saúde (OMS), ao usar termos como prevenção, proteção, riscos, adaptação, visando intervir na saúde dos trabalhadores. E o paradigma da causalidade dos agravos à saúde se dá pela precedência das condições de trabalho, em uma visão histórica e contextualizada das relações econômicas, político-ideológicas e sociais que influem nos nexos entre trabalho e saúde-doença.

Lacaz (1996) assinala que a abordagem da Saúde Coletiva e da Medicina Social Latino-Americana permitiu ampliar a compreensão teórica e prática, em vários níveis de complexidade, das relações entre o trabalho e a saúde com a incorporação do conceito de processo de trabalho, extraído da economia política, na sua acepção marxista.

Aguiar, Mickaell e Araújo (2013) alertam que o trabalho pode provocar sérios danos à saúde e desencadear alterações no organismo e no estado emocional, tais como: Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT), cansaço físico, dores musculares, problemas da coluna, hipertensão arterial, alteração do sono, doenças nervosas, taquicardia, ansiedade, diabetes etc. Sinalizam também que para evitar que estes riscos comprometam as atividades e a saúde do trabalhador, é necessário um ajuste entre as condições do trabalho e o homem, sob os aspectos de praticidade e conforto físico e psíquico.

Neste contexto, Arruda (2011) salienta que é enriquecedor para a estratégia da empresa conhecer detalhes e características do seu ambiente de trabalho ao mapear seus postos de trabalho, principalmente como forma de alimentar bancos de informações para elaboração de estratégias dos sistemas de gestão de segurança e meio ambiente do trabalho. Estas informações são extremamente úteis para a elaboração de diagnósticos, implantação e acompanhamento de mudanças preventivistas.

Apesar de existirem poucos registros acerca da história profissional dos agentes penitenciários, a função, desde a sua instauração nos sistemas prisionais, sempre esteve ligada à segurança e à detenção, associada a situações de vigilância, violência e, até mesmo, tortura, necessárias para promover a ordem e disciplina no interior das prisões. Dessa forma, poucas são as pessoas que querem, por vocação, exercer essa atividade (LOPES, 1998).

Foucault (1995) salienta que é importante notar que tanto carrascos quanto guardas e, mais tarde, agentes penitenciários, representam a última barreira de contato social e a mão do Estado na aplicação das sentenças. E que o carrasco tinha o artifício do capuz, que lhe cobria a cabeça, e assim preservava parte importante de sua identidade. Diferentemente de hoje em dia, que pode ser reconhecido por eles não apenas por uniformes, mas por seus rostos e nomes.

De acordo com Lopes (1998), no Brasil, o primeiro documento a descrever a função do agente penitenciário foi o Decreto Paulista N^o 3706, de 29 de abril de 1924, o qual estabelecia que o mesmo realizaria três tipos principais de atividade: as atividades práticas ou rotineiras, as atividades de vigilância ou investigação, e as atividades humanas ou sociais.

Reis et al. (2012) afirmam que uma das características do trabalho do agente penitenciário é sua má reputação social ou a representação negativa que essa atividade carrega, visto que o desconhecimento das pessoas em geral em relação ao trabalho do agente produz pré-julgamentos negativos que fazem com que os mesmos sejam quase sempre percebidos como corruptos ou torturadores.

Conforme dados da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE, 2014), a população carcerária do Pará é formada por 10.514 mil presos e presas custodiados somente pela SUSIPE. E por 11.193 mil custodiados pela SUSIPE mais a Polícia Civil. Ocupando com isso, a 13^a colocação nacional com relação à população carcerária, com média de crescimento, entre 2008 e 2013, de 5,11%.

Santos, Conceição e Bacelar (2014) destacam que a formação do agente penitenciário é feita com frequência ao nível do senso comum, de passar conhecimentos de uma geração mais antiga de agentes para os novos que chegam, dada a falta de uma orientação geral baseada em um conhecimento sistematizado. Assim, os agentes necessitam de uma formação sólida, e continuada em diversas áreas como: psicologia, assistência social, direito, saúde, relações públicas, mediação de conflitos, defesa pessoal, entre outros.

Ainda segundo Santos, Conceição e Bacelar (2014), o cotidiano e as rotinas do trabalho dentro de um sistema prisional não são tão simples de executar. Essa relação se dá de forma conflitante e estressante, porque todas as queixas do sistema recaem no agente, que muitas vezes, também sofre a precariedade no seu alojamento, na alimentação, no seu estresse físico e psíquico, e nas condições de trabalho.

O sistema punitivo e repressivo do trabalho carcerário expõe esse profissional a rebeliões, onde esse agente é um refém em potencial devido a sua permanência com os presos. E dificilmente os presos se rebelarão sem aproveitar a oportunidade de terem um refém ao seu controle como barganha de alguma regalia. Pois ameaçando os reféns perante as autoridades governamentais, que se tem alguma possibilidade de serem atendidas algumas, senão todas as reivindicações dos presos ora rebelados (SANTOS; CONCEIÇÃO; BACELAR, 2014).

E de acordo com Diuana et al. (2008), segundo um processo de adaptação à realidade carcerária, os conflitos e as tensões entre os diversos atores impõem aos sujeitos uma tendência a dar prioridade aos problemas ligados à segurança e à sobrevivência imediata para agentes de segurança penitenciária e presos, respectivamente, em detrimento das questões relacionadas à saúde, desencadeando muitas vezes, processos de adoecimento e doenças ocupacionais. Para tanto, a seguir é caracterizado o mapeamento da pesquisa, elencando as unidades prisionais de atuação do agente penitenciário do município de Belém (PA) e os questionários aplicados durante a investigação.

Material e métodos

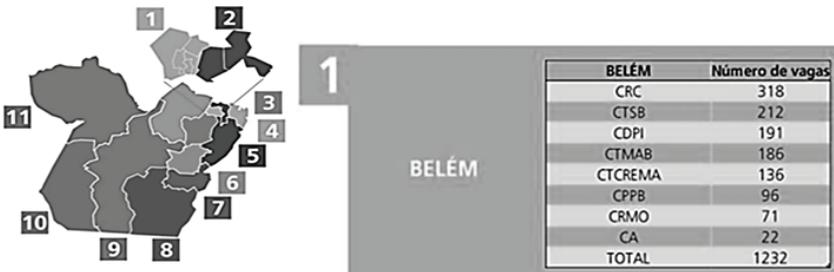
De acordo com o Relatório Anual da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE, 2014), o Pará é o 9^o em população carcerária e o 13^o em população carcerária absoluta. O Estado é dividido em 12 regiões de integração, com 42 unidades prisionais e população carcerária

de 12.186 presos custodiados somente pela SUSIPE. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2014), o Estado do Pará possui 2.169 agentes penitenciários para custódia desses presos, sendo que na 1ª região, a Metropolitana de Belém, há um total de 14 unidades prisionais registradas, e população carcerária de 3.497.

Especificamente o município de Belém possui um Centro de Monitoramento Eletrônico e 8 unidades prisionais assim distribuídas: Centro de Recuperação do Coqueiro (CRC); Centro de Recuperação de Mosqueiro (CRMO); Centro de Progressão Penitenciária de Belém (CPPB); Centro de Detenção Provisória de Icoaraci (CDPI); Central de Triagem de São Brás (CTSB); Central de Triagem da Marambaia (CTMAB); Central de Triagem da Cremação (CTCREMA); Casa do Albergado (CA) e o Centro de Monitoramento Eletrônico (CME). A população carcerária dessas unidades prisionais somam 1.232 detentos, com 409 agentes penitenciários para custodiá-los (Figura 1).

Para o presente estudo foi selecionada por conveniência a amostra de 115 (cento e quinze) agentes penitenciários do município de Belém que realizavam capacitação profissional no Instituto de Segurança Pública do Estado do Pará (IESP) no mês de abril de 2012. Onde, inicialmente realizou-se a explanação dos objetivos do estudo e foi esclarecido o teor dos questionários para as turmas de agentes que realizavam a capacitação no referido instituto.

Figura 1: Unidades prisionais do município de Belém, Pará e respectiva população carcerária



Todos os questionários foram aplicados em um único momento, com a presença do pesquisador no mesmo espaço físico para possíveis esclarecimentos ou dúvidas durante o preenchimento. Para participar do estudo, os agentes foram informados que sua participação não lhes causaria danos ou prejuízos

de qualquer ordem e que para participação necessitavam assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE) para autorização da divulgação acadêmica de suas respostas, obedecendo com isso, os aspectos éticos conforme a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996), no que diz respeito à pesquisa com seres humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997).

Análise descritiva

Para Bussab e Morettin (2013), a técnica de análise exploratória de dados consiste na apresentação e caracterização de um conjunto de dados, a fim de organizar e descrever as características deste conjunto, por meio de tabelas, gráficos e medidas descritivas. Para descrever de maneira abreviada, sob a forma de números, os dados em questão, consistindo portanto, em um resumo dos dados para uma visão abrangente das informações, objeto do trabalho (AYRES, 2012).

Ainda de acordo com Ayres (2012), esta técnica dispõe de inúmeras ferramentas descritivas, como gráficos, tabelas, medidas de tendência central (média, mediana e moda) e de variação (variância, desvio-padrão, erro padrão, entre outros) para descrever de maneira abreviada, sob a forma de números, os dados em questão.

As medidas centrais são importantes, mas não fornecem a informação completa sobre o conjunto de valores. Assim, há a indicação sobre a dispersão desses valores, que é denominado de desvio-padrão, que é a raiz quadrada da variância.

Neste estudo foi aplicada essa técnica de análise de dados com o objetivo de descrever o perfil socioprofissional dos agentes penitenciários do município de Belém, Estado do Pará, e descrever os problemas de saúde provocados ou agravados pelo trabalho de agentes penitenciários do município de Belém, no ano de 2012.

Resultados e discussões

Perfil socioprofissional dos agentes penitenciários do município de Belém, Estado do Pará

A Tabela 1 apresenta a análise descritiva do perfil socioprofissional dos agentes penitenciários do município de Belém, Estado do Pará. Nela, verifica-se que a maioria dos agentes penitenciários é do gênero masculino

(69,57%). Corroborando com os achados de Ferreira, Menezes e Dias (2012) que constataram que existem mais homens do que mulheres entre os agentes penitenciários de Belo Horizonte (Minas Gerais), pois, de um total de 628 agentes prisionais das três unidades prisionais analisadas, 433 eram homens e 195 mulheres. Oliveira, Pinho e Walter (2013) também constataram em agentes penitenciários da Paraíba que a maioria era do gênero masculino (80,80%).

Tabela 1: Percentual das variáveis socioprofissionais dos agentes penitenciários do município de Belém, Pará, em abril de 2012

Variável	Categoria	%
Gênero	Masculino	69,57
	Feminino	30,43
Faixa etária (em anos)	20 30	4,59
	30 40	30,28
	40 50	44,95
	≥ 50	20,18
Escolaridade	E. fund. completo	3,51
	E. méd. incompleto	2,63
	E. méd. completo	77,20
	E. sup. incompleto	8,77
	E. sup. completo	7,89
Tempo de profissão (em anos)	01 05	5,10
	05 10	47,96
	10 15	26,53
	15 20	16,33
	20 25	4,08

Bourbonnais et al. (2007) também assinalaram que na pesquisa realizada com agentes penitenciários em Quebec (Canadá), 53,00% eram homens e 46,00% eram mulheres. Assim como Konda, Reichar e Tiesman (2012), em Morgantown (Estados Unidos), onde 89,00% dos agentes eram homens.

Tabela 1: Percentual das variáveis sócio profissionais dos agentes penitenciários do município de Belém, Pará, em abril de 2012 (Continuação)

Variável	Categoria	%
Tempo na instituição (em anos)	< 01	3,51
	01 03	8,77
	03 05	7,89
	05 07	30,71
	07 09	10,53
	09 11	11,40
	≥ 11	27,19
Postura no trabalho	Alternado	54,39
	Em pé	40,35
	Sentado	5,26
Realizar pausas programadas	Sim	43,86
	Não	56,14
Trabalho monótono	Pouco	94,19
	Muito	5,81
Trabalho repetitivo	Pouco	47,06
	Muito	52,94
Rodízio de atividades	Sim	55,75
	Não	44,25

Os agentes penitenciários do município de Belém, Estado do Pará, são mais velhos quando comparados com outros estudos nacionais, pois a maior parte possui idade de 40 e 50 anos, não incluso (44,95%) (Tabela 1). Contrastando com estudos de Reichert et al. (2007) em agentes de Londrina (Paraná), em que a média de idade da amostra foi de $32,9 \pm 6,2$ anos, Ferreira, Menezes e Dias (2012), em agentes penitenciários de Belo Horizonte (Minas Gerais), em que a média de idade encontrada foi de $33,5 \pm 5,9$ anos, e Oliveira et al. (2013) na Paraíba, onde constatou que 67,3% tinham idade inferior a 35 anos, enquanto apenas 11,50% tinham mais de 46 anos.

Os achados do presente estudo se assemelham a faixa etária dos agentes penitenciários da França, onde 35,00% apresentavam mais de 45 anos (BOURBONNAIS et al., 2005), e do Canadá, em que os agentes

em Quebec também possuíam faixa etária de mais de 45 anos (35,00%) (BOURBONNAIS et al., 2007).

Segundo Sabaini (2012), no ano de 1986, a partir da Lei Complementar Nº 498, foi instituído o cargo de Agente de Segurança Penitenciária (ASP), substituindo o de Guarda de Presídio (GP), criado por um decreto de 1946, data do primeiro registro de regulamentação dessa profissão. E como exigência para admissão ao cargo de ASP, o candidato deve completar o ensino médio para poder assumir o cargo. Este aspecto foi confirmado na presente investigação, pois 77,20% dos agentes penitenciários pesquisados possuem o ensino médio completo, seguido de ensino superior incompleto (8,77%) (Tabela 1).

Dados semelhantes às investigações de Fernandes et al. (2002), em Salvador (Bahia) onde 73,00% têm o ensino médio completo, e Rocha (2003) no Paraná, em que 75,00% dos agentes possuem ensino médio completo. Já no âmbito internacional, percebe-se que o agente da cidade de Belém, Pará, apresenta um maior grau de escolaridade quando comparado ao estudo de Bourbonnais et al. (2005), em Quebec (Canadá), onde 52,00% dos agentes investigados tinham o ensino primário e secundário, equivalentes aos ensinos fundamental e médio brasileiros. Este é o mesmo percentual do estudo de Bourbonnais et al. (2007) no Centro Social de Santé et de Services Sociaux de la Vielle-Capitale, na França.

A maior parte dos agentes penitenciários possuem tempo de profissão de 5 a 10 anos não incluso (47,96%) (Tabela 1). E tempo médio de profissão de $10,41 \pm 4,89$ anos. Além de tempo mínimo de 1 ano e máximo de 24 anos na profissão. Dados semelhantes ao tempo médio dos agentes pesquisados por Rocha (2003) no Paraná, em que 90,00% dos agentes investigados tinham tempo de profissão de 5 a 10 anos, Lourenço (2011) em Belo Horizonte (Minas Gerais) em que a média de tempo de serviço foi de 6,2 anos, Ferreira, Menezes e Dias (2012) em Belo Horizonte ($4,8 \pm 3,8$ anos), e nos agentes avaliados por Oliveira, Pinho e Walter (2013) na Paraíba, onde 73,10% tinham entre 1 e 5 anos de trabalho.

Bourbonnais et al. (2005), na França, e Bourbonnais et al. (2007), no Canadá, constataram que os agentes investigados apresentavam mais de 12 anos de trabalho, tempos de profissão semelhantes aos de agentes da pesquisa.

A maior parte dos agentes penitenciários investigados trabalhou de 5 a 7 anos não inclusos (30,71%), na atual instituição, seguido de 9 a 11 anos

não inclusos (11,40%) (Tabela 1). Semelhante aos dados de Fernandes et al. (2002), em Salvador (Bahia), onde o tempo médio dos agentes na unidade penitenciária pesquisada foi de 5,8 anos e de $7,5 \pm 6,2$; de Reichert et al. (2007), em que o tempo médio de serviço nas unidades do Estado do Paraná foi de $5,9 \pm 5,9$ anos. E Lourenço (2011), em Belo Horizonte (Minas Gerais), onde 22,40% dos agentes tinham mais de 8 anos dentro da instituição.

Observando-se o processo de trabalho e sua organização nas unidades prisionais do município de Belém, Estado do Pará, constatou-se que a maioria dos agentes penitenciários trabalham alternando o tipo de postura no ambiente de trabalho (54,39%) (Tabela 1). Entretanto, há uma alta porcentagem de agentes que trabalham em pé (40,35%) em função das atividades desenvolvidas.

A maioria dos agentes pesquisados não realizam pausas durante as atividades exercidas (56,14%). E tal achado é reforçado pelo fato de a maior parte dos mesmos afirmarem que o seu trabalho é muito repetitivo (52,94%), ou seja, rotineiro e contínuo. Características que corroboram com os achados de Bourbonnais et al. (2005) e Bourbonnais et al. (2007), visto que 69,00% dos agentes trabalham o dia todo, variando a escala entre os diferentes turnos.

Segundo Bezerra, Minayo e Constantino (2013), o trabalho em determinadas atividades policiais está vinculado a fatores causadores de estresse como o trabalho repetitivo que exige concentração constante, em turnos, isolado e sob ameaça constante de violência.

Para tanto, Queiroz e Maciel (2001) assinalam que a ausência de pausas, rodízios e as posturas inadequadas aumentam os riscos de queda do rendimento do profissional e de fadiga. Desse modo, a adoção de ginástica laboral e rodízio de atividades nas empresas são medidas de prevenção contra doenças ocupacionais (VIEGAS, 2005).

E tal aspecto positivo foi relatado pelos agentes penitenciários, pois a maioria afirmou ter rodízio de atividades (55,75%) (Tabela 1), oferecendo com isso, a possibilidade de alternar os grupos musculares utilizados, minimizando o cansaço e a fadiga precoce.

Problemas de saúde relacionados ao trabalho dos agentes penitenciários do município de Belém, Estado do Pará

Dentre os problemas de saúde indicados pelos agentes penitenciários do município de Belém, Pará, as queixas mais prevalentes foram o estresse (59,29%), a dor em membro inferior (45,13%), a lesão da coluna (38,05%)

e as varizes (36,28%) como mostra a Tabela 2. Já a Tabela 3 evidencia o percentual do número de queixas relatadas, onde 13,27% afirmam não ter nenhuma queixa, 43,37% de 1 a 2 queixas, 31,86% de 3 a 4 queixas, e 11,50% afirmam ter mais de 5 queixas.

A maioria dos agentes penitenciários afirmam que o seu trabalho não provocou contaminação com material biológico (96,46%) (Tabela 2). Reforçando tal dado, a maior parte dos agentes afirmaram não possuir problemas respiratórios provocados pelo trabalho (84,96%). E apesar da baixa prevalência de contaminação por material biológico e problemas respiratórios encontrados no presente estudo, segundo Sánchez (2005), a taxa de incidência de tuberculose nas prisões da cidade do Rio de Janeiro foi cerca de 35 vezes superior à média do Estado. O Ministério da Saúde assinala que a tuberculose é uma doença infecciosa e contagiosa propagada por meio do ar, por meio de gotículas contendo os bacilos (bacilo de Koch), expelidos ao tossir, espirrar ou falar em voz alta.

Short (1984), Robles et al. (1993) e McIntyre et al. (1999) orientam sobre os riscos que os agentes têm de contrair AIDS nos ambientes prisionais. Para tanto, LeBlanc (1993) afirma que o alto grau de infecções está relacionado ao baixo nível de educação e conhecimento dos agentes nos Estados Unidos.

Tais achados alertam para programas de medidas preventivas nas unidades prisionais, visto que no ambiente confinado das prisões, os agentes penitenciários estão em contato cotidiano e direto com a população carcerária e expostos, como eles, a riscos de infecção, especialmente à tuberculose (FERNANDES et al., 2002). No estudo de Konda, Reichard e Tiesman (2012), em Morgantown (Estados Unidos), constatou-se que os agentes podem ser acometidos de doenças provenientes de infecções e agentes parasitários.

Em relação ao consumo excessivo de bebida alcoólica, a maioria dos agentes afirmam que não consomem excessivamente bebida alcoólica (78,38%) (Tabela 2), sendo que, dos 23,01% dos agentes que consomem, a maior parte (91,67%) afirma que o trabalho provocou o consumo excessivo. Diferentemente dos estudos de Ferreira et al. (2002), em Belo Horizonte, onde a maioria da amostra faz uso excessivo de bebidas alcoólicas (68,50%), de Reichert et al. (2007) no Paraná, onde 71,20% dos agentes relataram ingerir bebidas alcoólicas regularmente, e Fernandes et al. (2012), em Salvador, que verificaram que 68,50% dos agentes consumiam bebidas alcoólicas regularmente.

Tabela 2: Percentual das variáveis referentes aos problemas de saúde dos agentes penitenciários do município de Belém, Pará, em abril de 2012

Problemas de saúde	Percentual				Total
	Não	Sim	Provocou	Agravou	
PR	84,96	15,04	82,35	17,65	100,00
Varizes	63,72	36,28	100,00	-	100,00
CEBA	76,99	23,01	91,67	8,33	100,00
CMB	96,46	3,54	100,00	-	100,00
Estresse	40,71	59,29	100,00	-	100,00
DMI	54,87	45,13	100,00	-	100,00
LC	61,95	38,05	100,00	-	100,00
PA	82,30	17,70	100,00	-	100,00
UEM	42,11	57,89	-	-	100,00
TP	42,11	57,89	-	-	100,00

Nota: PR: Problemas Respiratórios; CEBA: Consumo Excessivo de Bebida Alcoólica; CMB: Contaminação com Material Biológico; DMI: Dor em Membro Inferior; LC: Lesão da Coluna; PA: Perda Auditiva; UEM: Último Exame Médico; TP: Treinamento e Palestra

Tabela 2: Percentual das variáveis referentes aos problemas de saúde dos agentes penitenciários do município de Belém, Pará, em abril de 2012 (continuação)

Variável	Categoria	%
Queixas	Nenhuma	13,27
	1 a 2	43,37
	3 a 4	31,86
	5 ou mais	11,50
Tempo de afastamento	Nenhum	84,09
	Até 15 dias	7,96
	> 15 até 30 dias	2,65
	> 30 dias até 3 meses	1,77
	> 3 a 6 meses	0,88
	> 6 meses	2,65

A maioria dos agentes penitenciários afirmam não sentir dor nos membros inferiores (54,87%), apesar da alta prevalência de agentes que relataram sentir dores provocadas pelo trabalho (45,13%) (Tabela 2). A maior parte dos agentes (63,72%) também afirmaram não possuir varizes provocadas pelo trabalho.

No estudo realizado por Correia (2006) no Paraná, 92,59% dos agentes relataram sentir dores na cabeça, abdominais, pernas e costas. Correia (2006) relata que em uma das unidades penais investigadas, um grupo de 6 (seis) agentes penitenciários realizava mais de 250 (duzentas e cinquenta) movimentações de presos em um único dia de trabalho. E essas movimentações são para fornecimento de alimentação, para atendimentos a visitantes, advogados particulares, para o horário em que tem acesso ao exterior das celas para sol. Caracterizando sobrecarga de trabalho principalmente em membros inferiores, podendo acometer dores e/ou varizes nessa região do corpo.

A maioria dos agentes penitenciários pesquisados afirmam não possuir lesão na coluna (61,95%); e entre os que afirmam possuir (38,05%), todos informaram que o trabalho provocou o problema (Tabela 2).

Salem Neto (2000) descreve que as doenças do trabalho são doenças degenerativas, como artrites, lesões de coluna etc. Que não provocam incapacidade instantânea, mas podem gradativamente tornar o indivíduo incapaz para as atividades laborais. Para tanto, a maioria dos agentes penitenciários também afirmam que não possuem perda auditiva (82,30%) e entre os que afirmam possuir (17,70%), todos informaram que o trabalho provocou o problema. Nesse contexto, Gonçalves (2009) assinala que o risco de desenvolver perda auditiva em razão de exposição a ruído no ambiente de trabalho aumenta conforme o tempo de exposição em anos. Havendo a necessidade do controle do ruído e do monitoramento auditivo anual.

A maioria dos agentes penitenciários afirmam que sofrem de estresse provocado pelas condições de trabalho (59,29%). Prevalência superior à encontrada por Fernandes et al. (2002) em Salvador, onde 31,00% dos agentes apresentavam distúrbios psíquicos menores e 22,00% tinham estresse intermediário ou persistente. Além de Reichert et al. (2007) no Paraná, que reforçam que 20,00% dos agentes do seu estudo foram classificados como tendo sofrimento psíquico. Esses dados indicam um possível desgaste na saúde mental destes trabalhadores oriundos da insegurança no trabalho desta categoria profissional.

Na pesquisa de Rocha (2003) com 48 agentes no Estado do Paraná, 41,00% afirmaram que a causa de estresse é devido à desvalorização profissional e o ambiente de trabalho. Ou seja, baixo reajuste salarial e deficiências no local de trabalho, que vão desde a estrutura do prédio em si, sendo incompatível com a realidade e necessidade, e o número insuficiente de funcionários, facilitando motins e rebeliões.

No estudo de Bourbonnais et al. (2007), os autores relacionam o problema de estresse com as altas demandas psicossociais para desempenhar a função (40,00% em ambos os sexos); utilização da força (54,20% homens e 48,60% mulheres); violência interpessoal no trabalho (intimidação, intimidação psicológica) 40,00% em ambos os sexos.

Kissil (2008) também afirma que nas últimas décadas houve um aumento considerável de doenças ocupacionais, principalmente de ordem psicológica, causadas por stress excessivo e depressão, oriundas do ambiente de trabalho; cujos riscos precisam ser analisados com extremo cuidado, uma vez que podem acarretar afastamento temporário indeterminado do funcionário de suas funções ou até mesmo sua total incapacidade para o trabalho, interrompendo assim sua carreira profissional e desestabilizando completamente sua vida particular.

A maioria dos agentes penitenciários investigados afirma ter participado do último exame médico (57,89%) (Tabela 2). Conforme Couto (2002), é importante o envolvimento dos trabalhadores de forma que os mesmos possam manifestar os pequenos problemas operacionais e/ou de organização do trabalho que causam sobrecarga ou problemas de saúde.

Outro aspecto positivo encontrado é que a maioria dos agentes participam de treinamentos e palestras de saúde e segurança do trabalho (57,89%). Corroborando com o estudo de Fernandes et al. (2002) em Salvador, onde 44,00% dos agentes penitenciários pesquisados realizaram treinamento para a função.

Pode-se ver que em Konda, Reichard e Tiesman (2012), os agentes penitenciários americanos recebiam na Penitenciária Federal Morgan Town treinamento de autodefesa, segurança pessoal, treinamento de respostas táticas e de situações de perigo.

A maioria dos agentes penitenciários da pesquisa nunca se afastaram por motivos de problemas de saúde relacionados ao trabalho (84,09%) (Tabela 2). Diferentemente do estudo de Correia (2006) no Paraná, em que 70,23% dos agentes pesquisados já se afastaram para tratamento de saúde.

Considerando a observação feita por Mendes e Ferreira (2007), de que nas estatísticas gerais 2,00% dos trabalhadores têm risco de adoecer, o que já deve ser considerado um número significativo em se tratando de vidas humanas. O percentual de afastamentos por mais de 15 dias até 6 meses encontrados no presente estudo somam 5,30% e por mais de 6 meses (2,65%), indicando que é necessário um gerenciamento estatístico de progressão temporal e controle de absenteísmo a partir de programas preventivos de saúde do trabalhador.

Considerações finais

Para o Instituto Nacional de Saúde e Segurança Ocupacional (NIOSH), os fatores psicossociais relacionados ao trabalho dizem respeito a uma série de condições e inúmeros fatores que exercem influência sobre a condição de saúde e o desempenho no trabalho (MONTEIRO, 2009). Sendo que condições inadequadas do trabalho (incluindo o ambiente, a organização do trabalho e os fatores psicossociais) e o não respeito aos limites psicofisiológicos dos trabalhadores repercutem diretamente no desenvolvimento de problemas de saúde.

Dessa forma, a partir da técnica de análise descritiva, foi caracterizado o perfil socioprofissional dos agentes penitenciários que desenvolvem suas atividades nas unidades prisionais no município de Belém. Para tanto, observou-se que predominantemente são do gênero masculino (69,57%), com faixa etária entre 40 e 50 anos (44,95%), e possuem ensino médio completo (77,20%). A maior parte dos agentes investigados possuem tempo de profissão de 5 a 10 anos (47,96%) e trabalham de 5 a 7 anos na atual instituição (30,71%).

Ainda com relação ao perfil socioprofissional, a maioria dos agentes trabalham alternando o tipo de postura no ambiente de trabalho (54,39%) classificando o mesmo, como pouco monótono (94,19%) e muito repetitivo (52,94%). Sendo que, a maioria não realiza pausas durante as atividades exercidas (56,14%) e afirmam ter rodízio de atividades (55,75%).

Os resultados também mostraram que em relação aos problemas de saúde relacionados ao trabalho, as queixas mais prevalentes foram o estresse (59,29%), a dor em membro inferior (45,13%), a lesão de coluna (38,05%) e as varizes (36,28%), sendo os mesmos, provocados por suas atividades laborais.

A maioria dos agentes penitenciários afirmaram ter participado do último exame médico (57,89%) e treinamentos e palestras de saúde e segurança

do trabalho (57,89%), além de que, a maioria nunca se afastou por motivos de problemas de saúde relacionados ao trabalho (84,09%). E a maior parte dos agentes afirma que mudaria de profissão (49,56%).

A caracterização da percepção de trabalhadores acerca de sua saúde ocupacional proporciona uma importante ferramenta de gestão participativa na interface saúde e trabalho, visto que norteia medidas preventivas que minimizam os riscos ocupacionais nos locais de trabalho que atuam, bem como orientam programas de educação em saúde e capacitação permanente. Já a limitação da presente investigação concentra-se no aspecto do mapeamento ter sido realizado em 8 unidades prisionais, não contemplando as outras 34 unidades distribuídas nas 12 regiões de integração do Estado do Pará. Percebe-se também, que pesquisas de saúde dos profissionais da segurança pública, como policiais e agentes penitenciários, são recentes e escassas, visto que nos últimos dez anos somente onze estudos abordaram essa temática.

Referências

AGUIAR, C. H. A.; MICKAELL, F. C. N.; ARAÚJO, M. O ambiente e as doenças do trabalho: percepção dos principais sintomas de desconforto/dor, relacionados aos aspectos ergonômicos na prática odontológica. *Revista Tecnologia & Informação*, v. 1, n. 1, p. 7-20, 2013.

ARRUDA, A. F. V. *Aplicação dos Princípios Ergonômicos nos Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho*: Uma proposta de modelo conceitual na Mineração Subterrânea. 2011. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

AYRES, M. *Elementos da Bioestatística*: a seiva do açaizeiro, 2. ed. Belém: Ione Serra, 2012.

BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013.

BOURBONNAIS, R.; MALENFANT, R.; VÉZINA, M.; JAUVIN, N.; BRISSON, I. Les caractéristiques du travail et la santé des agents en services de détention. Work characteristics and health of correctional officers. *Rev. Epidemiol Sante Publique Masson*, Paris, v. 53, p. 127-142, 2005.

BOURBONNAIS, R.; JAUVIN, N.; DUSSAULT, J.; VÉZINA, M. Psychosocial work environment, interpersonal violence at work and mental health among correctional officers. *International Journal of Law and Psychiatry*, v. 30, p. 355–368, 2007.

BOURGUIGNOM, D. R. *et al.* Análise das Condições de Trabalho e Saúde dos trabalhadores da polícia civil no Espírito Santo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 24, p. 95-113, 1998.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*, 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acessado em: 24 maio 2013.

CORREIA, A. P. *Uma análise dos fatores de risco da profissão do agente penitenciário: contribuições para uma política de segurança e saúde na gestão penitenciária*. Paraná: EdUFPR, 2006.

DIUANA, V.; LHUILIER, D.; SÁNCHEZ, A. R.; AMADO, G.; ARAÚJO, L.; DUARTE, A. M.; GARCIA, M.; MILANEZ, E.; POUBEL, L.; ROMANO, E.; LAROUZÉ, B. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1887-1896, 2008.

FERNANDES, R. C. P. NETO, A. M. S.; SENA, G. M.; LEAL, A. S.; CARNEIRO, C. A. P.; FERNANDA COSTA, P. M. Trabalho e Cárcere: um estudo com agentes penitenciários da região metropolitana de Salvador, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, v.18, n. 3, p. 807-816, 2002.

FERREIRA, R. E. B. MENEZES, L. C.; DIAS, J. C. Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte-MG. *Rev Bras Ativ Fis e Saúde*, v. 17, n. 1, p. 57-63, 2012.

FERREIRA, L. E.; ASCARI, R. A.; FARIAS, A. A. P. Perfil dos acidentes de trabalho registrados pelo instituto nacional do seguro social (INSS) de 2007 a 2009. *Revista Científica CENSUPEG*, v. 1, n. 2, p. 162-173, 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

GONÇALVES, C. G. *Saúde do trabalhador: da estruturação à avaliação de programas de preservação auditiva*. São Paulo: Roca, 2009.

KONDA, S.; REICHARD, A. A.; TIESMAN, H. M. Occupational Injuries among U.S. Correctional Officers, 1999-2008. *Journal of Safety Research*, v. 43, n. 3, p. 181-186, 2012.

LACAZ, F. A. C. *Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical*. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, 1996.

LEBLANC, A. Examining HIV-related knowledge among adults in the U.S. *Journal of Health and Human Behavior*, v. 34, n. 1, p. 23-36, 1993.

LOPES, R. *Atualidades do Discurso Disciplinar: A representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária*. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1998.

LOURENÇO, E. A. S. Agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil: Alguns nós críticos. *Revista Pegada*, v. 12, n.1, p. 3-33, 2011.

MARX, K. Trabalho alienado. _____ *Manuscritos econômicos - filosóficos* (A. Martins, Trad, p. 110-122). São Paulo: Martin Claret. (Original publicado em 1844), 2004.

MCINTYRE, D.; MARQUART, J. W.; BREWER, V. Toward An Understanding Of The Perception Of Hiv/Aids-Related Risk Among Prison Officers. *Journal of Criminal Justice*, v. 27, n. 6, p. 525-538, 1999.

MENDES, R. Produção Científica Brasileira sobre Saúde e Trabalho, Publicada na Forma de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, 1950-2002. *Revista Bras. Med. Trab.*, v. 1, n. 2, p. 87-118, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde - Diretrizes e normas para pesquisa envolvendo seres humanos. Resolução CNS 196/196. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas.

Revista Administração, São Paulo, v. 2, n. 3, Jul./Ago./Set. 2001. Disponível em:<http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: maio 2013.

OLIVEIRA, J. S.; PINHO, M. A. B.; WALTER, F. Qualidade de vida no trabalho: um estudo sobre a avaliação por agentes de segurança penitenciária. *Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração*. v. 5, n. 2, p. 63-77, 2013.

QUEIROZ, M. F. F.; MACIEL, R. H. Condições de trabalho e automação: o caso do soprador da indústria vidreira. *Rev. Saúde Pública*, v. 35, p. 1-9, 2001.

REICHERT, F. F.; LOPES, M.; LOCH, M. R.; ROMANZINI, M. Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina-PR. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 12, n. 3, p. 4-11, 2007.

REIS, J. F. G.; SOUZA, J. L. C.; CARDOSO, L. F.; BRITO, D. C. Agentes Prisionais: Percepções e Conflitos de uma profissão de risco. In: *Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil*, v. 15, Teresina, UFPI, 2012.

ROBLES, R.; COLON, H.; MATOS, T.; REYES, J.; MARRERO, C.; LOPEZ, C. *Risk factors and HIV infection among three different cultural groups of injection drug users*. In: Handbook of risk of AIDS, eds. B. Brown and G. Beschner. Westport, CT: Greenwood Press, 1993.

ROCHA, E. R. *A motivação do agente penitenciário para o trabalho*. 2003. Monografia (Especialização em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

SABAINI, R. *Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina – SP*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

SALEM NETO, J. *Direito Acidentário do Trabalho*. São Paulo, ed. jurídica Brasileira, 2000.

SÁNCHEZ, A. R.; MASSARI, V.; GERHARDT, G.; BARRETO, A. W.; CESCIONI, V.; PIRES, J.; ESPÍNOLA, A. B.; BIONDI, E.; LAROUZÉ, B.;

CAMACHO, L. A. B. A tuberculose nas prisões do Rio de Janeiro, Brasil: uma urgência de saúde pública. *Caderno de Saúde Pública*, v. 23, n. 3, p. 545-52, 2005.

SANTOS, M. O.; CONCEIÇÃO, N. C.; BACELAR, P. R. *Promoção da segurança e cidadania prevenção da violência e segurança pública: um olhar sobre a atividade do agente penitenciário em Salvador-BA*. Monografia (Especialização *latu sensu* em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SÊCCO, I. A. O.; ROBAZZI, M. L. C. C.; SHIMIZU, D. S.; RÚBIO, M. M. S. Acidentes de trabalho típicos envolvendo trabalhadores de hospital universitário da região sul do Brasil: epidemiologia e prevenção. *Revista Latino-Am. Enfermagem*, v. 16, p. 824-31, 2008.

SHORT, J. The social fabric of risk: Towards the social transformation of risk analysis. *American Sociological Review*, v. 49, p. 711-25, 1984.

SOUSA M. C. P.; NETO, F. J. A.; SOUSA, P. C. C.; SILVA, C. L. C. Atenção à saúde no sistema penitenciário: revisão de literatura. *Revista Interdisciplinar*, v.6, n.2, p.144-151, 2013.

Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado Pará – SUSIPE/PA. SUSIPE em números, Relatório anual. Jul/2014. Disponível em: < http://issuu.com/acssusipe/docs/relatorio_julho_2014_20.08.2014>. Acesso em: agosto 2014.

VASCONCELOS, A. S. E. A. *Saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro*. 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

VIEGAS, C. Ritmo frenético no abate e processamento de carnes adoecia trabalhadores. *Proteção*, São Paulo, v. 18, n. 160, p. 32-47, 2005.

CAPÍTULO 9

Planejamento arquitetônico e a prevenção de delitos: estudo de caso no município de Marituba, Pará

João Francisco Garcia Reis

Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA) e professor do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). Belém – Pará – Brasil. garcia36911@gmail.com

Jaime Luiz Cunha de Souza

Doutor em Ciências Sociais, professor do Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA). Belém – Pará – Brasil. jaimecunha@ufpa.br

Marcelo dos Santos Rodrigues

Arquiteto e urbanista (UNIFAP) e aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amapá no IESP. Belém – Pará – Brasil. marcelosaro@hotmail.com

Alex Alfaia de Almeida

Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amapá no IESP. Belém – Pará – Brasil. alexalfaiaamapa@hotmail.com

Resumo

Busca entender a percepção da população sobre a relação das características urbanas e residenciais com o crime; o objetivo é identificar problemas na infraestrutura urbana que podem facilitar o aumento do índice de criminalidade no município de Marituba, estado do Pará, especificamente nos bairros Centro e Mirizal. Para tanto, faz-se uma abordagem bibliográfica acerca de conceitos inerentes ao tema como a prevenção do crime por meio do planejamento da arquitetura ambiental e uma pesquisa de campo, onde se identifica a percepção da população. O método empregado foi o quantitativo e o qualitativo; utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica (para delimitar conceitos e percepções sobre o tema), entrevistas a partir da aplicação de questionários, previamente estruturados, que fundamentaram uma pesquisa quantitativa por meio do método dedutivo com alguns suportes numéricos, ou seja, dados estatísticos relacionados ao objeto de estudo, e para completar a percepção realizou-se levantamento fotográfico visando caracterizar o espaço em estudo. Os resultados apontam que mais de 70% dos entrevistados entendem que os aspectos arquitetônicos do espaço urbano e as características residenciais são intervenientes da ocorrência de crimes, bem como declaram não perceberem esforços da administração pública com a prevenção do crime.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Criminalidade. População.

Introdução

Ainda se percebe uma cultura geral acerca da prevenção da criminalidade, que foca cegamente nas ações da polícia como forma de reverter o quadro de crise da segurança pública e da sensação de insegurança, que já se faz presente na sociedade brasileira. É necessário ter clareza que a violência e a criminalidade têm causas múltiplas, dentre as quais se destaca neste texto a estrutura dos espaços públicos urbanos.

Ocorre que os espaços públicos urbanos de grande parte das cidades brasileiras apresentam formas/características que facilitam a atividade criminosa, quiçá induzem à prática de delitos, havendo ainda poucos estudos notáveis em relação a este tema, se fazendo desta forma de suma importância enfatizar essa problemática no âmbito da sociedade e de forma especial nos ambientes de aprendizado acadêmico para que assim se multiplique a discussão.

Objetiva o trabalho identificar problemas na infraestrutura urbana que refletem e facilitam a prática do cometimento de delitos no município de Marituba, bem como identificar a percepção da população sobre as características urbanas locais e residenciais e suas repercussões na segurança pública.

Revisão bibliográfica

Segundo Bondaruk (2007), a prevenção do crime por meio da arquitetura ambiental teve seus primeiros estudos desenvolvidos na década de 1960, nos Estados Unidos com Timothy Crowe com o livro “Crime prevention through environmental design”. Também neste país a antropóloga Jane Jacobs publicou o livro “Vida e morte das grandes cidades”, em 1961, no qual destaca a importância da identidade territorial dos bairros e da vigilância natural.

Na tentativa de aprofundar o entendimento, “em 1973, Oscar Newman propôs a teoria do espaço defensável com o livro *Defensible Space: Prevention Through Urban Design* (Espaço Defensável: A prevenção do Crime Através do Desenho Urbano)” (BONDARUK, 2007, p. 34). Neste livro enfocam-se as diferenças entre os limites do espaço público e privado, por meio da arquitetura ambiental, como forma de prevenção do crime e do medo (BONDARUK, 2007).

No Chile também se desenvolveram importantes estudos acerca do combate ao crime via planejamento arquitetônico como relata Amaro (2005):

A partir de 1985 conceitos de Arquitetura contra o Crime passaram a ser praticados no Chile, principalmente em Santiago. Na Estação Central, por exemplo, reduziram-se os índices de delitos de 450/mês para apenas 87/mês, graças a alterações do desenho urbano no local, seguindo-se princípios de Arquitetura Contra o Crime (AMARO, 2006, p. 22).

Posteriormente em outros países como o Brasil foram inseridas, ainda que timidamente, estratégias ligadas às alterações arquitetônicas e urbanísticas em prol da prevenção contra algumas modalidades de crime, tal como roubo a transeuntes em ruas com iluminação pública precária.

Oscar Newman expõe as propostas de projetos com criação de espaços públicos (ruas), semipúblicos (calçadas), semiprivados (pátios) e privados (quintais); Bondaruk (2007) apresenta em seus estudos preocupação com os projetos arquitetônicos residenciais, e em linhas gerais recomenda que: As janelas devem ser colocadas de forma a serem pontos de fácil vigilância; as áreas externas dos edifícios devem ser facilmente visualizadas do edifício; os corredores devem permitir visualização, tendo um lado aberto ou envidraçado; em áreas semiprivadas deve haver a utilização de degraus, muretas, desníveis, iluminação, varandas e arbustos para delimitar simbolicamente; deve haver número de entradas limitadas; os edifícios devem ser posicionados junto à rua; para contribuir com o conceito de territorialidade e identidade espacial, deve-se fazer o uso de texturas e cor nos pavimentos para diferenciar áreas, e, deve haver um número limitado de famílias por acesso.

Segundo Crowe (1999), do *National Crime Prevention Institute* (Instituto Nacional de Prevenção do Crime), em Louis Ville, Kentucky, nos Estados Unidos, ao longo dos tempos, o conhecimento de como modelar o comportamento humano tem sido usado por arquitetos, engenheiros, urbanistas e moradores para tentar estabelecer padrões de condutas em determinadas situações de interesse. Os antigos templos gregos, por exemplo, construídos na antiguidade clássica, permitiam a entrada de pouca luz para estabelecer um sentimento de medo. Ainda segundo Crowe, as cores também influenciam, de certa forma, o comportamento humano. De maneira que Crowe (1999, p. 105) cita:

As cores afetam o comportamento. Algumas respostas são aprendidas, como as respostas a luzes vermelhas e

luzes verdes. O uniforme policial azul causa respostas socializadas, que tendem a ser associadas com a autoridade. Algumas parecem ser mais naturais [...] Luzes vermelhas produzem mais atividades dentro de grupos. As pessoas (individualmente) passam o tempo não tão bem na luz vermelha. O vermelho induz a um aumento na pressão sanguínea, na respiração e no piscar dos olhos. O azul tem efeito oposto. Este parece suprimir atividade. O tempo passa melhor. A pressão sanguínea, respiração e o movimento de piscar de olhos são reduzidos. [...]

Com base nas relações entre os seres humanos e o meio ambiente que os cerca, haverá sempre reações psicológicas adversas entre os usuários normais de um determinado local e o delinquente em potencial ali presente. Isto é, são as condições ambientais que fazem o usuário normal se sentir seguro e que podem fazer o potencial delinquente se sentir inseguro. Por outro lado, as condições de insegurança da pessoa normal, proporcionarão sensação de segurança ao delinquente, para suas possíveis ações. Segundo Crowe (1999), há três estratégias de abordagem da arquitetura contra o crime: controle natural de acesso, vigilância natural e o reforço territorial.

O controle natural de acesso é dirigido primeiramente para reduzir a oportunidade de ocorrência de delito. Seu objetivo é impedir o acesso ao elemento delituoso, por criar a sensação de risco para a atuação dele. As estratégias de controle de acesso são tradicionalmente classificadas como: organizadas (guardas, porteiros e vigilantes); mecânicas (trancas, correntes e fechaduras) e naturais (definições do espaço).

A vigilância natural acontece por meio de processos naturais da vida urbana, criando uma barreira psicológica importante, como dissuasória de atitudes antissociais ou ilícitas. Deixa o delinquente com a sensação de que está sob vigilância. É o famoso conceito do “ver e ser visto”. A vigilância natural é tradicionalmente classificada: organizada (exemplo: policias em patrulhamento), mecânica (exemplos: iluminação e câmeras) e natural (exemplos: janelas e portas de vidro).

O reforço territorial surge da percepção de características comportamentais, como afirma Bondaruk (2007), em que a maioria dos animais possuem certo espaço aéreo ao seu redor que reivindicam como seu espaço pessoal. A amplitude do espaço dependeria das dimensões de onde o animal vive e a densidade populacional do local.

Os autores afirmam que, como a maioria dos animais, o ser humano carrega consigo um espaço pessoal seu, que é chamado pelos autores de “sua própria bolha de ar portátil”, cujo tamanho dependeria da densidade da população de onde foi criado. Seguindo a mesma tese, os espaços são determinados psicologicamente e culturalmente e, segundo os autores: A zona íntima, também chamada de zona imediata, vai de 14 cm a 46 cm de distância do corpo, nela só pessoa com maior nível de intimidade pode penetrar; zona pessoal, de 46 cm a 1,20m, é a distância que as pessoas ficam em reuniões sociais; zona social, 1,20m a 3,60m é a distância que mantida de estranhos e, zona pública, mais de 3,60m, quando estando na presença de um grupo maior de pessoas desconhecidas, esta distância é considerada segura.

Esta constatação é importante, posto que dá orientações dentro dos conceitos de arquitetura contra o crime. Neste sentido, duas vertentes se formam: nas zonas mais íntimas, com isso tende-se a reagir de forma mais agressiva, e a outra coloca que mesmo as zonas além de 3,60m são consideradas como território seu (reforço territorial). O reforço territorial ou territorialidade significa que cada pessoa deve abranger as áreas próximas do seu domicílio ou residência, cuidando, vigiando e coibindo atitudes antissociais ao seu alcance, ou então acionando a polícia para fazê-lo, quando se sentir insegura pelo nível de agressividade dos invasores. O que não pode ocorrer é o abandono desta área, posto que isto signifique não apenas perda desta área, mas um risco maior de invasão na sua própria residência.

O comportamento do ser humano em relação ao ambiente possui a maioria das respostas involuntárias. Tais respostas seriam tanto metabólicas quanto inatas ou ainda respostas aprendidas que variam naturalmente. São tão automáticas que ocorrem em nível subconsciente. Por outro lado, nossas respostas ao meio ambiente podem, em alguns casos, ser uma reação puramente associada ao instinto de sobrevivência, mas outras podem ser estimuladas de acordo com nosso processo de socialização ou treinamento (CROWE, 1999). Analisando o sistema humano, Crowe (1999, p. 100) afirma que “o sistema metabólico é composto de mecanismos biológicos inatos, que gerenciam várias funções vitais ao organismo e é influenciado constantemente por determinados fatores do ambiente que envolve o ser humano”, conforme se especifica a seguir.

Iluminação: 90% (noventa por cento) dos estímulos externos no organismo humano vêm das percepções visuais. Pode-se perceber assim a importância da luz como influenciadora de muitas funções do organismo

humano, entre elas o seu comportamento. A iluminação apresenta dois propósitos para a arquitetura contra o crime: uma para iluminação de atividades humanas e a outra para a sua segurança. A luz faz as pessoas se sentirem mais seguras, principalmente à noite, em função da sensação de controle visual do que ocorre à sua volta, notadamente quando esta luz atinge os limites do local onde a pessoa se encontra.

Temperatura e umidade do ar: a temperatura é uma variante que afeta drasticamente o comportamento humano. Um ambiente quente induz a ansiedade e o estresse. Um ambiente frio, também, mas de forma diferenciada. Igualmente a umidade relativa do ar, quando alta provoca sensação de sufocação, além da ansiedade e estresse como no caso anterior.

Cores: as cores também influenciam de forma importante no comportamento humano. Por exemplo, os casos de algumas danceterias pesquisadas em Curitiba pela Polícia Militar, que apresentam maior índice de criminalidade, têm suas paredes internas pintadas de preto e/ ou manchas vermelhas cor de sangue. Já outras que são pintadas em cor de bege, ou outras cores claras, apresentam menores índices de ocorrências policiais.

Textura: é importante notar que texturas nas paredes internas provocam reações fisiológicas e, conseqüentemente, no comportamento do ser humano. Paredes que possuem texturas que pareçam agressivas podem gerar um sentimento de ansiedade e estresse. Um exemplo de parede com aspecto agressivo é a parede com textura formada por farpas, pontas ou saliências que pareçam afiadas, é o caso de paredes com acabamento em concreto “chapiscado”, onde há a sensação de que a pessoa poderá se ferir se tiver um contato com a mesma. Isto é agravado quando o espaço disponível no ambiente é pequeno, aumentando a sensação de que a pessoa poderá ser “espremida” contra a parede.

Paisagismo: o paisagismo pode ser ao mesmo tempo um aliado e um vilão quando se trata da arquitetura contra o crime. Em síntese, usado de forma correta, o paisagismo pode ser barreira natural ou reforço às barreiras artificiais existentes, podendo servir de proteção para as atividades antissociais, como pichação, depredação, dentre outros; por outro lado, reforçar a imagem de lugar limpo e organizado, além de servir como elemento de reforço territorial, pode ser utilizado como área de lazer para os moradores locais, o que reforça a vigilância natural (a partir da presença de pessoas no local). Mal utilizado, o paisagismo pode servir de abrigo para delinquentes; incentivar o acúmulo de

desocupados; servir para a ocultação da prática de crimes ou do produto destes; reduzir a vigilância natural ao encobrir a visão das áreas livres; dar aspecto de desordem, se não devidamente conservado, encorajando e facilitando a ação dos delinquentes e, servir como auxílio para a transposição do sistema de controle de acesso ou acesso aos pontos elevados e desguarnecidos.

A partir das concepções teóricas observadas, “vimos” que existe uma relação entre as características arquitetônicas e a ocorrência de crimes, onde a utilização dos espaços, as características de cor, textura, espaço externo, acessos, interferem com maior ou menor facilidade de atuação dos criminosos no tocante ao cometimento de furtos, roubos, dentre outros atos que podem ser oportunos. Assim, realizou-se uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários junto à população, que apresentou os resultados descritos à frente.

Metodologia da pesquisa de campo

Utilizou-se a técnica de observação direta por meio de entrevista para dar suporte e compor informações sobre o assunto, auxiliando na investigação de dados e no diagnóstico do problema, o que se justifica dado que, segundo Marconi e Lakatos (2002), a entrevista “é um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. As entrevistas foram realizadas com proprietários de residências na comunidade em que se localizam os bairros objeto de estudo deste trabalho, tendo em vista que a simples análise dos dados oficiais, na maioria das vezes, não nos traz a real dimensão do problema.

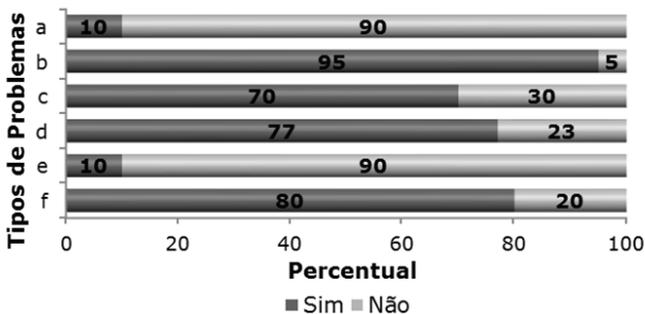
O referido trabalho foi realizado no município de Marituba (PA), especificamente no bairro do Mirizal, dando ênfase à rua Alfredo Calado; e no bairro do Centro, destacando a rua Fernando Guilhon, onde foram observados diversos aspectos, como: deficiência de iluminação pública, praças, sinalização de trânsito, pavimentação das ruas, análise do aspecto arquitetônico das residências, protocolos de segurança por parte dos moradores, dentre outros elementos e sua influência para o cometimento de crimes como roubos e furtos nos locais pesquisados. Os locais específicos estudados foram as próprias residências dos moradores e o ambiente em torno destas, tendo por objetivo identificar os locais que trazem um maior risco e vulnerabilidade/facilidade para ação de criminosos de maneira a alertar os munícipes bem como os próprios moradores de Marituba acerca desta problemática.

Com relação aos sujeitos da pesquisa, foram selecionados entre os próprios moradores das residências do bairro Mirizal e Centro, 389 proprietários (que garante uma margem de erro de 5%) de residências localizadas nos já referenciados bairros, aplicando-se questionários semiabertos, para subsidiar a pesquisa auxiliada ainda pelo levantamento fotográfico bem como o levantamento de dados estatísticos referentes aos crimes de roubo e furto coletados junto ao Sistema Integrado de Segurança Pública/PA no ano de 2014.

O município pesquisado é um dos mais novos do Pará. Nasceu em 1994, desmembrado do município de Benevides, mas a Lei N^o 6.255, de 16 de novembro de 1999, de autoria do deputado estadual Martinho Carmona dá outra redação ao texto da Lei N^o 5. 857, de 22 de setembro de 1994, que passou a dizer: “Art. 1 – Fica criado o município de Marituba, com área desmembrada dos municípios de Benevides e Ananindeua”. É um dos menores do estado, com 111,09km² de área, e possui a terceira maior taxa de densidade demográfica do Pará (443,24 hab./km²).

Resultados

Figura 1: Percepção dos munícipes de Marituba por (a) Planejamento urbano oferece possibilidade de prevenção do crime; (b) Relação entre arquitetura e criminalidade; (c) Organização dos espaços urbanos e a redução da criminalidade; (d) Manutenção dos espaços públicos e níveis de segurança; (e) Implantação de projetos para melhorar a segurança; (f) Ocorrências de crimes em função da debilidade urbana. Marituba, Pará, 2014



Fonte: Pesquisa de campo

Os resultados foram tabulados em valores numéricos e dispostos em forma de figuras que representam as participações percentuais das respostas

obtidas junto aos atores pesquisados (residentes nos bairros estudados). A tentativa foi de captar o entendimento geral do problema.

Os munícipes (90%) entendem que nas ruas pesquisadas, em termos de planejamento urbano, sob os aspectos arquitetônicos e urbanísticos, os bairros não oferecem condições de prevenção contra o crime.

A maioria (95%) entende que os detalhes arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos dos bairros possuem uma relação direta com os níveis de criminalidade. Cerca de 70% dos moradores percebem que medidas como construção de mais escolas, postos policiais, praças iluminadas e seguras, pavimentação, iluminação e sinalização podem refletir diretamente na redução dos índices de criminalidade.

Como resultados percebeu-se que 77% dos munícipes declararam que não há manutenção, inserção ou reformas de elementos públicos (escolas, postos policiais, praças, pavimentação e iluminação), como parte de medidas da administração pública local, e planejamento estratégico ligado à segurança residencial ou pública visando a coibir a criminalidade.

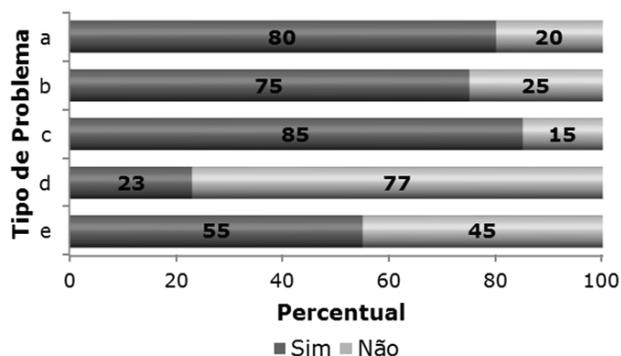
Quando questionados se já houve ou há sinalização de alguns projetos para os bairros em questão, como um conjunto de ações e medidas que têm por objetivo proporcionar uma melhor sensação de segurança por meio da prevenção, bem como diminuir a probabilidade de ocorrências de delitos no espaço urbano via uma intervenção técnica nessas áreas, 90% dos moradores indicam que inexistem tais projetos.

80% dos pesquisados indicam que há alta incidência de crimes praticados no bairro, e mais especificamente na sua rua, pela facilidade criada pela debilidade urbana.

No que diz respeito à identificação de comportamentos facilitadores de crime, cerca de 80% dos pesquisados sempre identificam alguns vizinhos que deixam seus portões abertos ao sair para ir comprar pão, por exemplo. Identificam ainda que algumas pessoas, inclusive as entrevistadas, caminham desatentas algumas vezes utilizando o celular, ou não percebem pessoas estranhas às das redondezas, dentre outros.

Para uma parcela de 75% dos moradores pesquisados, existe uma ligação direta do crescimento urbano do município com a ocorrência de determinados tipos de crimes, tais como roubo e furto.

Figura 2: Percepção dos munícipes de Marituba sobre: (a) Identificação de comportamentos facilitadores do crime; (b) Relação entre crescimento urbano e crime; (c) Aspectos arquitetônicos residenciais tem relação com crimes; (d) Existência de projetos para melhorar a segurança; (e) Submissão de sua residência ao crime. Marituba, Pará, 2014



Fonte: Pesquisa de campo

Na pesquisa que aborda os aspectos arquitetônicos ligados ao planejamento urbano, principalmente em nível residencial, verificou-se nos questionários que 85% dos entrevistados acreditam que estes aspectos têm relação e podem colaborar diretamente para o cometimento de crimes, bem como de forma inversa, quando atendidos os requisitos de segurança podem atuar de forma a prevenir a ação de criminosos.

Na conversa com os moradores, percebe-se que entendem que uma das formas mais eficazes para inibir determinados crimes em suas residências, como medidas preventivas individuais são a instalação de grades, adoção de alguns protocolos de segurança tais como: manter sempre as portas fechadas independente da hora do dia, manter contato com os vizinhos melhorando assim a vigilância natural no bairro, pois uma vez que se conheça os moradores, logo se identificará pessoas estranhas ao local, possivelmente mal-intencionadas, possuir os números de telefone dos vizinhos para um possível e breve contato em caso de emergência, planejar a construção dos muros e portões contemplando elementos vazados, ou envidraçados, que possam proporcionar visibilidade da movimentação da rua e esta por sua vez possa visualizar a parte interna ao muro, para que sempre que precise um vizinho possa identificar alguma movimentação suspeita e logo acionar a polícia.

Na pesquisa realizada, percebe-se que 77% dos moradores argumentaram que não há ou desconhecem programas nos bairros, visando elaborar proposições para a otimização da segurança pública, em prol do bem-estar da sociedade local.

No universo pesquisado, 55% dos moradores disseram que, particularmente, já tiveram suas residências submetidas a crimes em consequência do descaso com alguns elementos estruturais e/ou medidas preventivas que tenham deixado de se tornar efetivas no seu bairro ou em sua rua.

Configuração espacial dos bairros Mirizal e Centro

O espaço urbano dos bairros objeto deste estudo apresenta inúmeras características em sua configuração espacial, em seu traçado urbano e em sua dinâmica de uso do espaço, que favorecem as ações criminosas, ou seja, que despertam o interesse de agir por parte do criminoso, e ainda por conta dos hábitos dos moradores locais. É necessário utilizar os espaços favoravelmente à proteção das residências, “calçadas defronte à residência devem ser convidativas para que as pessoas passem por ali. Para que pela presença delas se aumente a vigilância natural e haja mais segurança” (BONDARUK, 2007, p. 143).

Na análise fotográfica realizada nas ruas Alfredo Calado (principal rua do bairro Mirizal) e Fernando Guilhon (principal rua do bairro Centro), muito facilmente é possível encontrar problemas relacionados às características da arquitetura urbana como facilitadores do crime em Marituba.

Figura 3: Residência facilmente escalada e terreno baldio



A Figura 3 é um exemplo de residência do município de Marituba que apresenta ausência de grades de proteção nas janelas laterais diferentemente

da parte frontal da residência; muro frontal concebido de maneira a ser facilmente transponível, bem como a arquitetura servindo de auxílio a uma possível escalada para se ter acesso ao pavimento superior, utilizando-se o telhado da residência vizinha. A residência, apesar de proporcionar controle visual de grande parte da movimentação da rua, aumentando a vigilância natural (ver e ser visto) em relação ao pavimento superior, não permite com eficiência a mesma visão de quem possa estar imediatamente abaixo, no pátio do pavimento térreo em especial, e, ao lado observa-se um terreno baldio proporcionando esconderijo e palco para possíveis crimes.

Figura 4: Rua sem calçamento



A Figura 4 é um exemplo de ausência de calçamento nas ruas atrapalhando a livre circulação de pessoas, reduzindo a vigilância sobre as ruas durante a maior parte do dia e da noite.

Figura 5: Visibilidade comprometida pela arborização



A Figura 5 é um exemplo da área de estudo de visibilidade comprometida pela arborização de grande porte e sem a devida poda e ainda servindo de trampolim e homizio para possíveis criminosos.

Figura 06: Arborização servindo de homizio



A Figura 6 é um exemplo de arborização que pode servir de homizio (proteção, camuflagem) para possíveis meliantes.

Com base na análise dos dados, bem como das entrevistas feitas com moradores da área, pode-se observar que a maioria das pessoas atribui o alto índice de crimes de roubo e furto a aspectos relacionados principalmente ao deficiente espaço urbano no que tange a pavimentação das vias, iluminação, ausência de policiamento durante grande parte do dia, dentre outros elementos que não possibilitam a prevenção em termos de planejamento urbano e aspectos arquitetônicos. No entanto, esta percepção não chega a modificar as características estruturais das residências, dado que se observa um grande número de imóveis com características facilitadoras da ocorrência de crimes, a partir da facilidade do acesso dos meliantes.

Considerações finais

O tema relacionado a controle e prevenção do crime por meio de alterações efetuadas no ambiente urbano ainda é um estudo com poucas literaturas no Brasil, como se viu ao longo da pesquisa. Porém, convém destacar que há muitos anos se aplica este tema de estudo nos países tidos como de primeiro mundo, bem como medidas fundamentais influenciadoras

no aumento da segurança nas cidades eminentemente urbanas, medidas estas que muitas vezes são simples e baratas.

Percebe-se a necessidade de cobrar cada vez mais uma boa administração pública feita com responsabilidade e bom senso, pois, muitas vezes, mesmo sem identificar como medidas preventivas ligadas à segurança pública, a administração cumprindo minimamente sua função básica, tal como construção de uma praça, escola, ou pavimentando as ruas da cidade, contribui diretamente para a prevenção ao crime.

Pelos resultados da pesquisa, observou-se que quase todos os aspectos pesquisados apresentaram em mais de 70% das respostas uma análise negativa no que tange ao espaço urbano e seus aspectos arquitetônicos aliados à prevenção do crime. Um percentual muito elevado, que reflete a nítida sensação de insegurança enfrentada pelos moradores e o descrédito diante dos órgãos responsáveis pelo planejamento urbano e combate ao crime.

Com o desenvolvimento da pesquisa, aplicação dos questionários, do levantamento fotográfico juntamente com a análise destes e dos dados referentes aos crimes de roubo e furto nos bairros do Centro e Mirizal no município de Marituba (PA), foi possível perceber o claro posicionamento da população local em relação às questões ligadas à segurança pública e ainda patrimonial, que na ocasião os moradores se demonstraram em sua grande parte insatisfeitos com os aspectos pesquisados. Estes resultados refletem claramente a insatisfação da população quanto ao poder público municipal quando se refere às medidas tomadas por este no que concerne a projetos relacionados a melhorias na infraestrutura do município e especificamente nos bairros em questão, em prol da ampliação e otimização da prevenção contra o crime.

Buscou-se despertar a atenção dos próprios órgãos de segurança pública, e outros setores ligados a este assunto, especialmente a comunidade local, de maneira a envolvê-la diretamente nesse contexto de combate à criminalidade por meio do planejamento urbano. Reitera-se ainda que, segundo Bondaruk (2007), os maiores idealizadores de projetos e estudos relacionados à arquitetura contra o crime não são policiais, e sim engenheiros, arquitetos e urbanistas, vislumbrando-se dessa forma a grande importância do seu envolvimento em tal frente de pesquisa. Contudo, percebe-se uma tímida atuação do poder público nos aspectos relacionados à prevenção do crime por meio da arquitetura urbana. As deficiências no espaço público

mencionadas no decorrer desta pesquisa permanecem em sua maioria, fato este que tem contribuído decisivamente para que os crimes, objetos de estudo deste trabalho, continuem ocorrendo.

Por outro lado, quando se debate as medidas preventivas individuais sendo adotadas pelos moradores por conta do descaso do poder público frente aos serviços essenciais, de maneira geral, os moradores acabam por criar as próprias condições para prevenção contra o crime, de modo que, na maioria das vezes, são medidas criadas pelo próprio senso comum e que não atendem aos aspectos técnicos para a eficiência das ações. Ficou claro que a falta de informação para adoção destas medidas é o principal motivo do não uso das mesmas.

Na análise dos espaços arquitetônicos e urbanísticos observou-se, por meio de levantamento fotográfico e por meio das entrevistas feitas aos moradores, uma deficiência nos aspectos relacionados à utilização destes elementos para a prevenção do crime, de modo que, na dinâmica do espaço urbano, este espaço não oferece condições de prevenção social, atuando de forma contrária, ou seja, motivando ainda mais a prática de delitos.

Durante a pesquisa foi possível perceber que as características apresentadas pelos bairros selecionados, se repetem em toda área municipal, nos indicando que as conclusões apresentadas podem ser entendidas como também presentes em todo município de Marituba. Portanto, foi possível ao longo desta pesquisa identificar problemas na infraestrutura urbana que refletem e viabilizam a prática do cometimento de crimes como roubo e furto no município de Marituba, entendendo, a partir dos munícipes, que a ausência do poder público ou a ineficiência de suas ações, tem contribuído para que a prática delituosa permaneça.

Referências

ACOMPANHANDO a realidade atual de Alagoas. *Arquitetura contra o crime*. Brasil. 08 de março de 2013. Disponível em: <http://alagoasatual.wordpress.com/page/3/>. Acesso em: jan. 2015.

AMARO, Marcos Antônio. *Arquitetura contra o crime*: PCAA – Prevenção do crime através da arquitetura ambiental. Rio de Janeiro: Marcos Antônio Amaro, 2005. 100p.

ARQUITETURA e Segurança Patrimonial. Brasil. 2006. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aut0579/Patrimo . Acesso em: jan. 2015.

BITENCOURT, Cezar. Roubo: uma visão conceitual. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 50, n. 293, mar. 2002.

BONDARUK, Roberson Luiz. *A prevenção do crime através do desenho urbano*. Curitiba: Roberson L. Bondaruk, 2007.

CROWE, Timothy D. *Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts*. 2. ed. Louisville: National Crime Prevention Institute: University of Louisville, 1999.

FAG; FDB; FAQ. *Manual para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos*. Cascavel-PR, 2006.

GRANHEN, Jorge. *A verdadeira História de Marituba*. Marituba: Book, 2002.

_____. *A verdadeira História de Marituba*. Marituba: [. n.], 2002.

IBGE. *Censo Populacional 2010*. Disponível em: <www.ibge.org.br> Acesso em: 26 jan. 2015.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARRA, M. L. M. P.; BART, W. J. Violência e transgressão na periferia de Belém: sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação Riacho Doce. In: BRITO, Daniel C.; SOUZA, Jaime L. C. (Org.). *Na periferia do policiamento*. Belém: Pakatatu, 2013. p. 165-187.

SILVA, Luciano. *Políticas públicas de segurança, controle e medo social*. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade da Amazônia, Belém, 2003.

UnB - Universidade de Brasília. *Prevenção de crimes através do projeto ambiental*. Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br/fau/planodecurso/graduacao/12008/Crime.pdf>>. Acesso em: jan. 2015

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

CAPÍTULO 10

Georreferenciamento das ocorrências policiais: integração operacional das Polícias Militar e Civil do Pará

José Dilson Melo de Souza Junior

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social. Belém – Pará – Brasil. tceldilsonjr@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestra em Estatística pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

José Luiz de Carvalho Lisboa

Graduando em Estatística (UFPA) e aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. 07joseluiz@gmail.com

Resumo

A criminalidade e a violência no Brasil têm alcançado níveis alarmantes nas últimas três décadas. Desta forma, a sociedade exige das autoridades políticas públicas eficazes para fazer frente a esta demanda social. A insegurança, amplamente divulgada pelos meios de comunicação nacionais brasileiros, encontra-se mais crítica ainda nas áreas periféricas das grandes cidades. Identificar as áreas de maior incidência criminal é uma forma primordial de policiamento proativo e moderno para qualquer gestor de segurança pública, propiciando o aperfeiçoamento do emprego de seus recursos disponíveis, bem como se constitui num mecanismo moderno para aumentar a eficácia e a produtividade operacionais, de modo a atender os anseios de serviços de segurança cada vez mais prementes na sociedade moderna. Assim, a delimitação dos pontos críticos de criminalidade, por meio do mapeamento criminal, deve nortear ações preventivas e repressivas de grande parte dos departamentos de polícia pelo mundo afora, e, no Brasil. Neste contexto, este trabalho objetiva criar um tutorial para criação de mapas criminais, para diagnosticar com maior precisão possível os dados de crimes, unificando-se na plataforma *web* a visualização georreferenciada dessas ocorrências e, principalmente, integrando os dados de ocorrências das polícias estaduais, focando a prevenção e não somente na reação ao crime. Com isso, este procedimento pode vir a tornar-se padrão em ambas as polícias, haja vista que estas informações, que permaneciam restritas aos gestores da PMPA e da PCPA, passarão a ser de conhecimento de todos os policiais das Áreas Integradas de Segurança Pública, melhorando o planejamento operacional e a execução das missões diárias.

Palavras-chave: Web. Mapeamento Criminal. Segurança Pública.

Introdução

A questão da insegurança, amplamente divulgada pelos meios de comunicação brasileiros, encontra-se mais crítica ainda nas áreas periféricas das grandes cidades (ZALUAR, 2004; GAWRYSZEWSKI; COSTA, 2005). Nestas áreas mais carentes de serviços públicos e infraestrutura das regiões metropolitanas, onde os crimes mais violentos são identificados, como o homicídio, dificilmente conseguem ser elucidados e, portanto, as demandas por políticas públicas eficazes no controle da criminalidade são mais clamadas pela população, constata-se que o estado não tem alcançado seus objetivos, porque se desvia do combate à causa da criminalidade, focando-se, quase sempre, nos seus efeitos e mesmo assim, de maneira ineficaz.

No Estado do Pará, as Polícias Civil e Militar traçam suas estratégias operacionais preventivas com base nos dados de crimes registrados pela Polícia Civil do Estado, por meio do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) (REMÉDIOS, 2013). Estes registros de ocorrências integram um banco de dados do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), que por sua vez dispõe da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) para a utilização de técnicas estatísticas, mapear a dinâmica criminal do Estado e assim subsidiar os gestores de cada unidade para otimizar o emprego dos efetivos operacionais das polícias, em especial da polícia preventiva, que é a Polícia Militar, com a finalidade de reduzir o medo e a insegurança supracitados.

O policiamento proativo realizado pela Polícia Militar, focado na prevenção do crime, implica numa polícia presente ostensivamente nos locais de maior incidência criminal. Entretanto, a presença física do policial, seja a pé ou motorizada nestes locais necessita de supervisão, de controle e da delimitação de áreas a serem policiadas, bem como de padronização na adoção das práticas policiais comprovadamente exitosas e de metas a serem alcançadas, visando avaliar o trabalho da polícia pelo mal que conseguiu evitar e não mais pelos resultados alcançados após o crime consumado, esses são os parâmetros de uma organização policial moderna. A reforma das polícias é um empreendimento muito complexo e perpassa por intervenções simultâneas em diversas esferas, especialmente no que tange à modernização da tecnologia empregada na atividade policial (SOARES, 2006).

Neste contexto de inovação das práticas policiais, este trabalho visa criar um tutorial para criação de mapas criminais, fundado em diagnosticar

com maior precisão possível os dados de crimes, unificando-se em uma mesma plataforma *web* a visualização georreferenciada dessas ocorrências e, principalmente, integrando os dados de ocorrências das polícias estaduais, com foco na prevenção e não somente na reação ao crime.

Revisão bibliográfica

A identificação das áreas de maior incidência criminal, tanto em números absolutos quanto relativos, é uma forma primordial de policiamento proativo e moderno para qualquer gestor de segurança pública, propiciando a utilização racional dos escassos recursos disponíveis. Trata-se de uma medida que visa aumentar a eficácia e a produtividade operacional, de modo a atender os anseios de serviços de segurança cada vez mais prementes na sociedade moderna.

Neste entendimento, a delimitação dos pontos críticos de criminalidade, por meio do mapeamento criminal, deve nortear as ações preventivas e repressivas de grande parte dos departamentos de polícia pelo mundo afora, e, principalmente, no Brasil, país caracterizado pela alta incidência criminal, especialmente nos centros urbanos, potencializados pela desigualdade social, cada vez mais presente nas metrópoles e nas cidades médias. A polícia deve estar presente nos locais em que se evidencia a maior incidência criminal, o que demanda um estudo estatístico das ocorrências atendidas e registradas no sistema de defesa social, de tal forma que permita ao gestor o redirecionamento do aparato policial, de acordo com os horários, locais e características dos crimes distribuídos no território a ser policiado. O correto georreferenciamento dos delitos, em determinada área geográfica, permite a formulação de políticas públicas mais eficazes:

Por outro lado, o tratamento espacial da criminalidade também subsidia políticas públicas de segurança e combate à criminalidade. A identificação de áreas mais propensas a determinadas modalidades de crime, bem como os seus determinantes, permite, não apenas compreender melhor o fenômeno da violência urbana, mas, sobretudo, intervir, de forma consciente, na realidade. [...], o mapeamento do crime pode auxiliar o combate à violência urbana nas mais diversas instâncias: na investigação dos delitos, no gerenciamento de recursos humanos e materiais das polícias, na construção

de ações específicas para recortes espaciais distintos, na distribuição espacial de centros de correção criminal, bem como no policiamento comunitário (DINIZ; RIBEIRO, 2005, p. 79-80).

Atualmente a PMPA utiliza as estatísticas de ocorrências registradas na PCPA, por meio do Sistema de Registro de Ocorrências Policiais (SISP/WEB) via web, para identificar estes *hot spots* e, com base nesses pontos, executa todo o seu planejamento operacional. Contudo, as ocorrências atendidas pela própria Polícia Militar, mas que não geram procedimentos na PCPA, não são incluídas nessa demarcação das áreas de maior risco, fato que se pretende corrigir com o georreferenciamento utilizando-se a ferramenta *Google Maps*, a partir do presente trabalho.

Segundo Rolim (2006, p. 63), o policiamento a partir de *hot spots* constitui-se em importante estratégia preventiva, haja vista que:

O policiamento a partir de *hot spots* tornou-se bastante comum nos EUA e em outros países – o que foi muito influenciado pelas novas tecnologias de mapeamento do crime com o uso de recursos de georreferenciamento. Uma pesquisa da Police Foundation nos EUA demonstrou que 7 em cada 10 departamentos de polícia usam atualmente esses recursos (WEISBURD et al., 2001). Inúmeras pesquisas têm demonstrado que medidas proativas de policiamento com foco bem determinado, prioridades estabelecidas e abordagens orientadas para a resolução de problemas podem ser, de fato inibidoras da criminalidade.

Enfim, podemos concluir que a polícia terá mais chances de reduzir a criminalidade se concentrar suas atenções em áreas de risco, em determinados horários, no perfil de certos infratores potenciais e também no das vítimas.

A implantação e padronização da utilização da ferramenta gratuita *Google Maps*, via web, para o georreferenciamento das ocorrências policiais registradas em uma AISP, tanto daquelas atendidas pela PMPA que geram procedimento na PCPA, como por exemplo, o roubo de veículos, quanto daquelas que não geram procedimento na PCPA, como é o caso de uma averiguação de um indivíduo em via pública em atitude suspeita, mas que, da mesma forma, são atendidas pela PMPA, poderá trazer inúmeros benefícios para toda a população do estado do Pará, haja vista que poderá propiciar

uma integração das informações de que dispõem as polícias estaduais e, portanto, maior eficácia no emprego dos escassos recursos humanos e materiais disponíveis, na medida em que os *hot spots* ou pontos de maior incidência criminal poderão ser identificados com maior precisão.

Segundo Bornhofen e Tenfen (2009, p. 85-86), a vantagem da utilização da ferramenta *Google Maps* seria imensa:

A importância do Google é algo inegável, pois, além de constituir uma ferramenta de buscas, oferece uma gama de aplicativos para as mais diferentes áreas ou necessidades. Como o acesso e o uso do *Google Maps* são gratuitos, e o próprio sistema incentiva para que se desenvolvam novas formas de utilização, por meio do oferecimento dos chamados códigos fontes, optou-se por utilizar esta plataforma para a criação do mapa criminal de Blumenau. Assim, foi eliminada a necessidade da aquisição de um mapa georreferenciado, o que geralmente envolve um grande investimento pelo poder público [...] a utilização do *Google Maps* apresenta uma vantagem econômica muito grande.

Ao se implantar o georreferenciamento das ocorrências policiais da PCPA e da PMPA, a título experimental, no âmbito do 20^o BPM-3^a CIA, pretende-se, além de tornar a gestão do policiamento diário muito mais eficiente facilitando a tomada de decisão por parte dos gestores quanto à localização dos *hot spots*, capacitar e informar melhor o policial que atua na ponta do sistema de defesa social. Como os policiais de rua terão acesso, mediante a visualização de mapas crimes confeccionados com o *Google Maps*, às preleções diárias realizadas no início de cada turno de serviço, pode-se disponibilizar também o acesso aos dados estatísticos via web para cada policial civil ou militar durante seu turno de serviço, por meio de *tablet's* ou *smartphones*.

Outros benefícios que a utilização do georreferenciamento com mapas digitalizados das cidades proporciona aos agentes de segurança que se dedicam a utilizá-los:

A utilização de tecnologias mais rápidas e que simplificam o trabalho, realizando em fração de segundos e com maior precisão o que levaria horas ou dias para concluir (BORNHOFEN; TENFEN, 2009, p. 84-85).

Com base nos argumentos apresentados e nas referências bibliográficas colecionadas, entende-se que seja de grande importância para a modernização das polícias estaduais (PM e PC) não só a integração de dados estatísticos de produtividade de ambas as corporações, mas, principalmente, a utilização de um aplicativo *web*, gratuito, que permite ao policial de rua, o acesso a estes dados de modo georreferenciado, via internet, facilitando, seu desempenho profissional.

Materiais e métodos

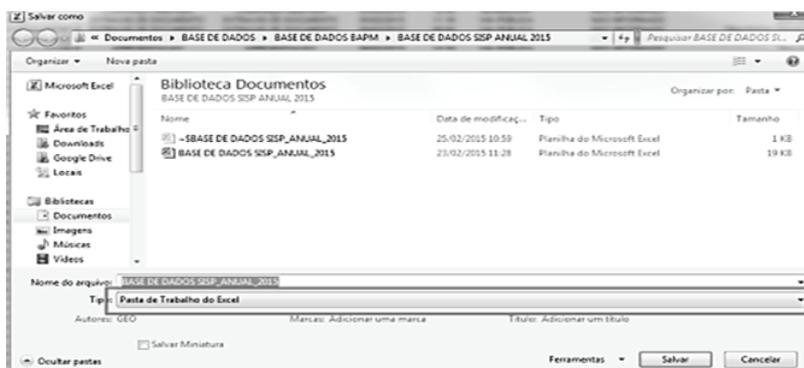
Criar base de dados

Para padronizar as informações para a criação do banco de dados a ser utilizado para a confecção do mapa, deve-se seguir os seguintes passos:

(i) Elaborar tabela relacional (variáveis); (ii) Criar tabela anual (data do fato); (iii) Estilo da fonte: simples, Arial, normal, tamanho 12; (iv) Texto: MAIÚSCULA; (v) Preenchimento: sem preenchimento; (vi) Bordas: sem bordas; (vii) Alinhamento: alinhar ao meio e centralizado; (viii) Formato de número: geral.

Posteriormente a isso, é necessário salvar o arquivo no formato “.xlsx” (pasta de trabalho do Excel), para isso, siga os passos: (i) Clique em arquivo, (ii) Salvar como e salvar (Figura 1).

Figura 1: Salvando a pasta de trabalho Excel no formato .xlsx



É necessário também determinar os atributos (nomes das variáveis). Os atributos correspondem as variáveis, aos assuntos de interesse. Colocam-se as variáveis na linha do banco de dados e as categorias na coluna das respectivas variáveis. Além disso, deve-se considerar atributos específicos para a pesquisa

de informações nos Boletins de Atendimento Policial Militar (BAPM) e Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) Operacional Internet, sendo que, cada atributo possui categorias específicas (Figura 2).

Figura 2: Atributos do banco de dados para criação do mapa

	A	B	C	D	E	F
	TIPO DE OCORRÊNCIA	ACIONAMENTO	Nº DE REGISTRAÇÃO	DATA DO FATO	HORÁRIO	VTR
1	ADVOGAÇÃO	ATO PREVENTIVO	BOPM 2243303	04/12/2015	09:15	2015
2	AMEAÇA	PMPA	BOPM 2243303	04/12/2015	10:43	2015
3	ADVOGAÇÃO	ATO PREVENTIVO	BOPM 2243303	04/12/2015	16:00	2015
4	RUBICO	CCO-03	BOPM 2243303/2243354	04/12/2015	17:00	BASE COMUNITÁRIA GUIMARÃES VTR2015
5	ABORDAGEM A TRANSEUNTE	ATO PREVENTIVO	BOPM 2047301	04/12/2015	22:30	BASE COMUNITÁRIA LUFA 2º PELOTÃO
6	INTERMEDIÇÃO	CCO-03	BOPM 2047300	04/12/2015	21:00	BASE COMUNITÁRIA LUFA 2º PELOTÃO
7	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CCO-03	BOPM 2243309	04/12/2015	09:43	BASE COMUNITÁRIA LUFA 2º PELOTÃO
8	ADVOGAÇÃO A CARRO	ATO PREVENTIVO	BOPM 2244201	04/12/2015	21:00	2015

Atributos para BAPM – PMPA

O banco de dados a ser utilizado para a criação do mapa da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), deve conter os seguintes atributos (variáveis):

(i) **Tipificação:** natureza da ocorrência, por exemplo: roubo a transeunte; (ii) **Acionamento:** se foi via CIOP (190) ou iniciativa do policial em ato preventivo, ou ainda mediante acionamento direto da população em via pública; (iii) **Nº BOP/BOPM/CIOP:** é necessário identificar os números de registro da ocorrência no CIOP, do próprio BAPM e se a ocorrência gerou procedimento na PCPA, o número do BOP; (iv) **Data do fato:** fundamental para se individualizar a ocorrência; (v) **Horário:** fundamental para se individualizar a ocorrência; (vi) **VTR (Número de identificação da Viatura):** fundamental para se individualizar a ocorrência; (vii) **Pelotão:** fundamental para se identificar o pelotão a que pertence a guarnição que atendeu a ocorrência. Geralmente cada companhia é composta por quatro pelotões (A, B, C e D); (viii) **GU:** fundamental para se identificar os policiais que efetivamente atenderam a ocorrência. Essa identificação facilita a contabilização de pontuação de produtividade e avaliação individual no sistema de meritocracia; (ix) **Turno:** 1^o turno – (08:00h às 19:59h); 2^o turno – (20:00h às 07:59h); (x) **BPM/AISP/Cia:** identificação completa da unidade que atendeu a ocorrência, por exemplo: 20BPM/ 5^a AISP / 3^a CIA; (xi) **Descrição do fato:** é a descrição da situação vivenciada no local do fato com as próprias palavras do PM que atendeu à ocorrência; (xii) **Vítima:** identificação completa com nome, endereço, identidade e telefone de contato;

(*xiii*) **Acusado**: identificação completa com nome, endereço, identidade e telefone de contato; (*xiv*) **Logradouro**: é a rua principal onde se deu a ocorrência. Exemplo: av. José Bonifácio, nº 1382; (*xv*) **Complemento**: demais informações que facilitam o georreferenciamento, tais como o perímetro, por exemplo: entre rua dos Pariquis e rua dos Caripunas; (*xvi*) **Cidade**: Belém; (*xvii*) **Estado**: Pará; (*xviii*) **País**: Brasil.

Atributos para o SISP - PCPA

Os atributos para o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISPE) e Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA), devem conter as seguintes variáveis:

(*i*) **Unidade responsável**: delegacia/unidade responsável pelos fatos ocorridos na sua circunscrição; (*ii*) **Unidade cadastrada**: delegacia/unidade onde o cidadão registrou a ocorrência; (*iii*) **Nº BOP (Número do Boletim de Ocorrência Policial)**: número que identifica a ocorrência cadastrada de forma única; (*iv*) **Tipificação SISP**: forma como as ocorrências são cadastradas pela autoridade policial ou pelo próprio cidadão através da Delegacia Virtual; (*v*) **Fato real**: depende da análise do pesquisador, visto que algumas ocorrências cadastradas apresentam erro de tipificação; (*vi*) **Data do fato**: dia exato que o fato ocorreu; (*vii*) **Hora do fato**: hora exata que o fato ocorreu; (*viii*) **Turno**: 1º turno – (08:00h às 20:00h); 2º turno – (20:01h às 07:59h); (*ix*) **Local do fato**: refere-se ao local que o fato ocorreu (residência, via pública, transporte coletivo, etc.); (*x*) **Outras informações**: são elementos adicionais que chegaram ao conhecimento da autoridade policial; (*xi*) **Logradouro**: é a rua principal onde se deu a ocorrência. Exemplo: av. José Bonifácio, nº 1382; (*xii*) **Complemento**: demais informações que facilitam o georreferenciamento, tais como o perímetro, por exemplo: entre rua dos Pariquis e rua dos Caripunas; (*xiii*) **Cidade**: Belém; (*xiv*) **Estado**: Pará; (*xv*) **País**: Brasil.

No banco de dados deve conter obrigatoriamente os atributos: logradouro, complemento, cidade, estado e país.

Inserir registros na tabela anual

Informações obrigatórias que devem ser inseridas no banco de dados (Tabela 3)

Figura 3: Exemplo de atributos: logradouro, complemento, cidade, estado, país

LOGRADOURO	COMPLEMENTO	BARRIO	CIDADE	ESTADO	PAÍS
AVENIDA JOSÉ BONFÁCIO, GUAMÁ	RÓXIMO A PASSAGEM SANTA FI	GUAMÁ	BELEM	PARÁ	BRASIL
TRAVESSA BARÃO DE MAMORÉ, 08, GUAMÁ	RÓX. A PASSAGEM PEDREIRINH	GUAMÁ	BELEM	PARÁ	BRASIL
TRAVESSA TRÊS DE MAIO, GUAMÁ	COM PASSAGEM MUÇAJÁS	GUAMÁ	BELEM	PARÁ	BRASIL
TRAVESSA QUATORZE DE ABRIL, GUAMÁ	COM PASSAGEM PAULO CÍCERC	GUAMÁ	BELEM	PARÁ	BRASIL
AVENIDA PERIMETRAL, GUAMÁ	I FRENTE AO 2º PORTÃO DA UFI	GUAMÁ	BELEM	PARÁ	BRASIL
AVENIDA PERIMETRAL, GUAMÁ	EM FRENTE AO RACHO DOCE	GUAMÁ	BELEM	PARÁ	BRASIL
TRAVESSA FRANCISCO CALDEIRA CASTELO BRANCO, GUAMÁ	TRAVESSA QUATORZE DE AB	GUAMÁ	BELEM	PARÁ	BRASIL
TRAVESSA BARÃO DE MAMORÉ, GUAMÁ	I PASSAGEM NAPOLEÃO LAURE	GUAMÁ	BELEM	PARÁ	BRASIL

Tabela anual completa integrando as ocorrências e informações retiradas dos BAPM e do SISP Operacional Internet

Figura 4: Exemplo de registros

Compartimentar tabela anual em tabelas diárias

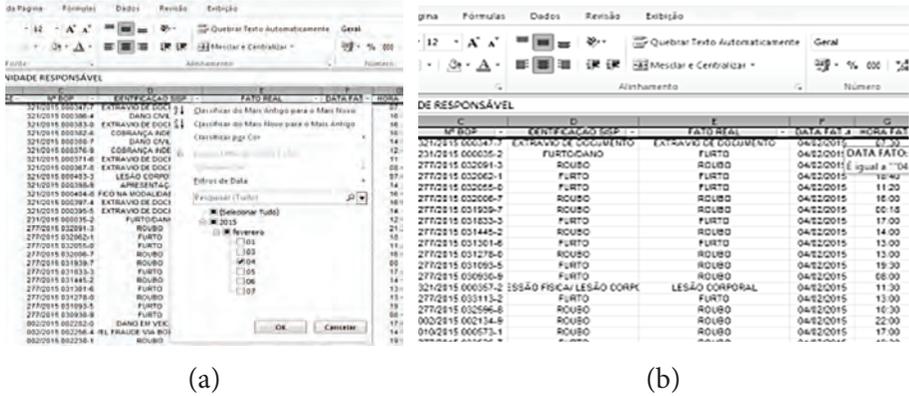
Figura 5: Exemplo de filtragem das colunas de atributos

HORA FATO	LOCAL	OUTROS	LOGRADOURO	COMPLEMENTO	CIDADE
07:20	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM JUNHO DE DEUS, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
16:00	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	TRAVESSA BARÃO DE MAMORÉ, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
18:10	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	AVENIDA BERNARDO SAYÃO, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
16:00	OUTROS	NÃO INFORMADO	RUA SALVA CASTRO, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
14:00	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	TRAVESSA VINTE E CINCO DE JUNHO, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
12:00	RESIDÊNCIA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM SUPURINHA, 399, GUAMÁ	VINTE E CINCO DE JUNHO E PASSAGEM A	BELEM
11:16	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	RUA BARÃO DE GABRIEL VIEIRA, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
08:00	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	TRAVESSA FRANCISCO CALDEIRA CASTELO BRANCO, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
07:00	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM BRASLIA, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
14:30	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	TRAVESSA BARÃO MAMORÉ, GUAMÁ	ATRAS DO CEITEIRO SANTA IZABEL	BELEM
16:04	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM MARCELO DIAS, GUAMÁ	ISSA BARÃO DE MAMORÉ E TRAVESSA I	BELEM
18:06	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	AVENIDA JOSÉ BONFÁCIO, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
14:14	VIA PUBLICA	NÃO INFORMADO	RUA SALVA CASTRO, GUAMÁ	NÃO INFORMADO	BELEM
19:48	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	BARRIO DE SANTA IZABEL, GUAMÁ	EM FRENTE A PÁVIA ESPERANÇA	BELEM

Criando filtro no banco de dados para poder visualizar informações específicas (Figura 5).

Filtrar atributo DATA DO FATO (Figura 6) e em seguida a tabela filtrada pela data do fato (Figura 7)

Figura 6: Exemplo de filtro do atributo data do fato (a) e (b)



Selecionando uma informação específica no banco de dados (Figura 6a) e visualizando as informações filtradas (Figura 6b).

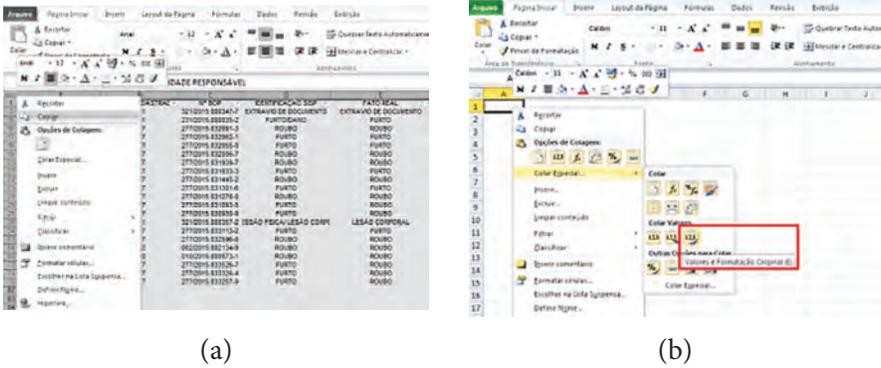
Criar novo documento para a tabela diária

Para criar um novo documento clique em página iniciar, clique em copiar e colar (Figura 7 e 8).

Figura 7: Criar novo documento para tabela diária



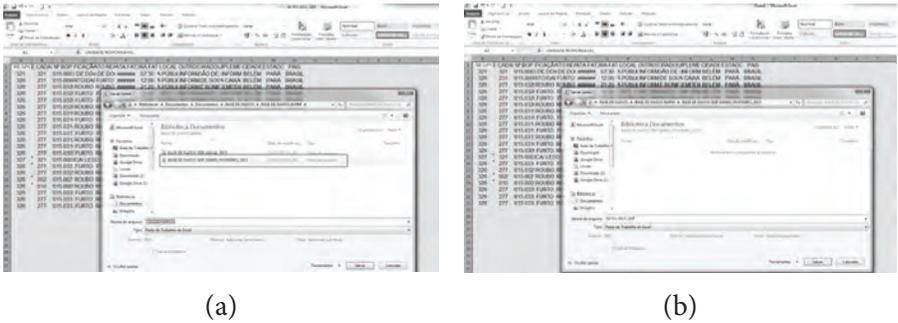
Figura 8: Copiar Tabela para criar um novo documento (a) e colar tabela filtrada (b)



Salvar a tabela diária na pasta de destino

Após copiar as informações de interesse, basta salvar o arquivo (Figura 9a e b).

Figura 9: Exemplo de pasta de destino (a) e salvando tabela diária (04 fev 2015 SISP) na pasta de destino (b)



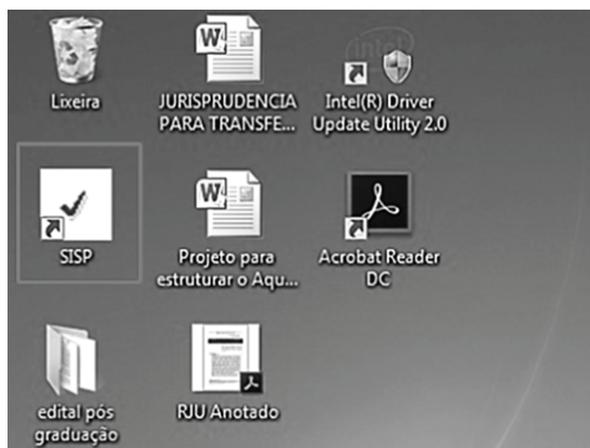
Pesquisar e filtrar informações nos BAPM e no SISP Operacional Internet

(i) Pesquisa e filtro das informações dos BAPM, em seguida selecionar os BAPM dos dois turnos de serviço; (ii) Pesquisa e filtro das informações dos SISP Operacional Internet, em seguida filtrar os dados do SISP que contemplem os dois turnos de serviço.

Login no SISP

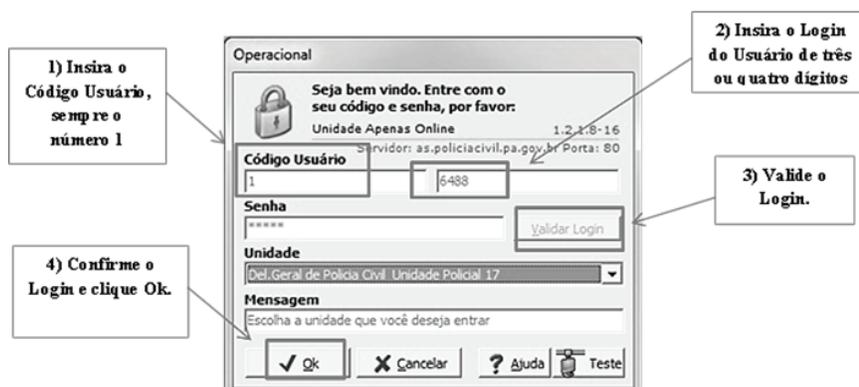
Para logar no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), execute o programa SISP localizado na área de trabalho do computador (Figura 10).

Figura 10: Salvando tabela diária (04 FEV 2015 SISP) na pasta de destino



Em seguida, insira os dados pessoais do usuário (Figura 11).

Figura 11: Inserindo dados pessoais do usuário no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP)



Ambiente virtual do SISP

Após entrar no ambiente virtual do SISP, inicie suas pesquisas, por meio dos menus ocorrência e correção, respectivamente e, por fim, clique em executar (Figura 13).

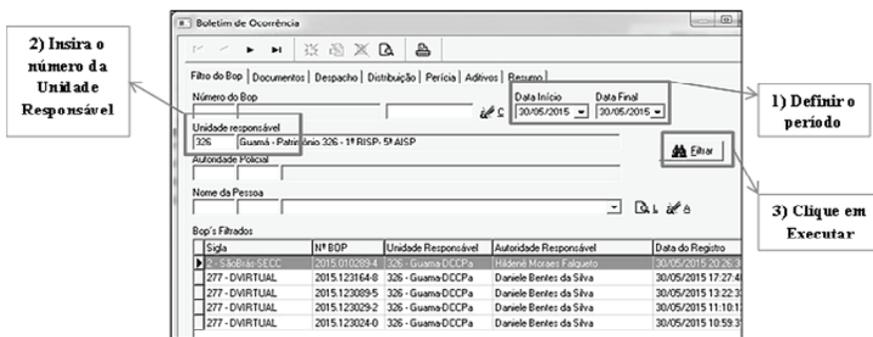
Figura 12: Iniciando as pesquisas por meio dos menus de ocorrências



Estabelecendo o filtro de pesquisa no SISP

Para iniciar sua pesquisa das ocorrências policiais, defina o período, insira o número da unidade responsável (delegacia) e clique em filtra (Figura 13).

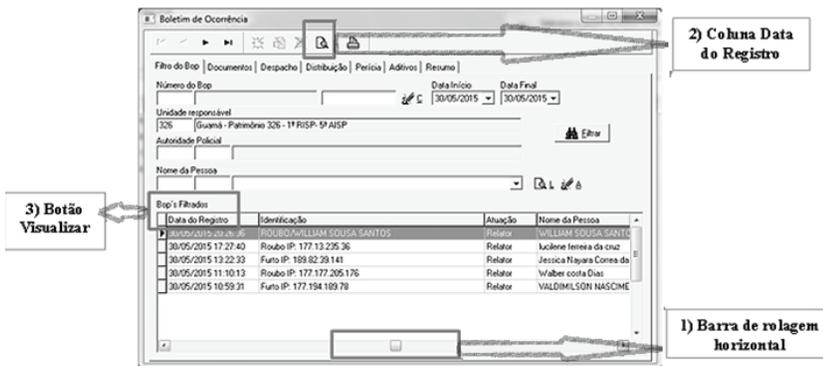
Figura 13: Iniciando as pesquisas por meio dos menus de ocorrências



Abrindo um Boletim de Ocorrência Policial (BOP)

Centralize a barra de rolagem horizontal até a coluna data do registro e clique no botão visualizar (Figura 14).

Figura 14: Visualizando as pesquisas por meio dos menus de ocorrências



Coletando as informações para inserir na planilha do Excel

Clique no botão fato para visualizar o nº do BOP, data do fato, hora do fato, rua do fato (principal), complemento, o bairro e insira as informações na planilha do Excel (Figura 15a). Clique no botão relato e visualize o relato da ocorrência e insira na planilha do Excel (Figura 15b).

Figura 15: Visualizando as informações da ocorrência (a) e visualizando o relatório das ocorrências policiais (b)

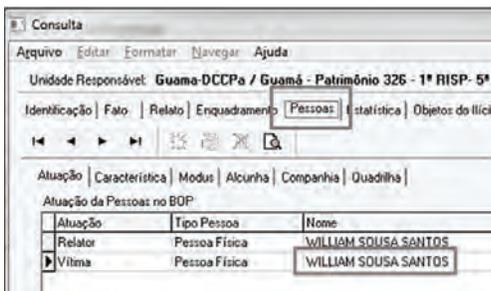


Clique no botão enquadramento e visualize a tipificação da ocorrência e insira na planilha do Excel (Figura 16a). Clique no botão pessoas para visualizar o nome da vítima e acusado (se houver) e insira na planilha do Excel (Figura 16b).

Figura 16: Visualizando a tipificação das ocorrências policiais (a) e visualizando o nome das vítimas e acusado das ocorrências policiais (b)



(a)



(b)

Digitação de dados retirados dos BAPM e do SISP Operacional Internet na tabela anual

(i) Salvar base de dados; (ii) Compartimentar a tabela base em tabelas diárias.

Elaborar mapas criminais no Google Maps/My Maps.

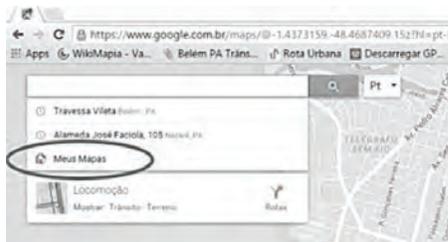
Siga os passos abaixo para a criação do mapa:

(i) Criar conta no Google com o endereço “xbpm_mapas@google.com” (Onde “x” é o número do Batalhão); (ii) Selecionar a opção “meus mapas” (Figura 17a). Após a criação da conta, acesse o aplicativo *Google Maps* para a criação do mapa (Figura 17a), após clicar em meus mapas (Figura 17b)

Figura 17: Acessando o aplicativo Google Maps (a) e selecionando a opção meus mapas (b). Selecionar a opção “criar”, será aberta uma nova aba com um “mapa sem título” (Figura 18)



(a)



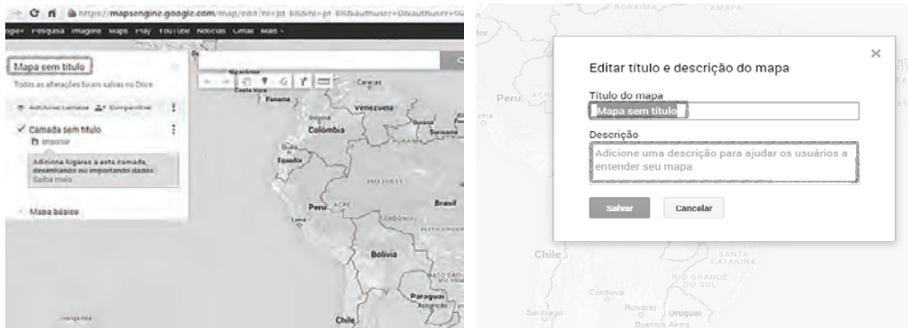
(b)

Figura 18: Selecionando a opção meus mapas



Editar o título clicando em “mapa sem título” (Figura 19a) e descrição do mapa (Figura 19b).

Figura 19: Selecionando a opção meus mapas



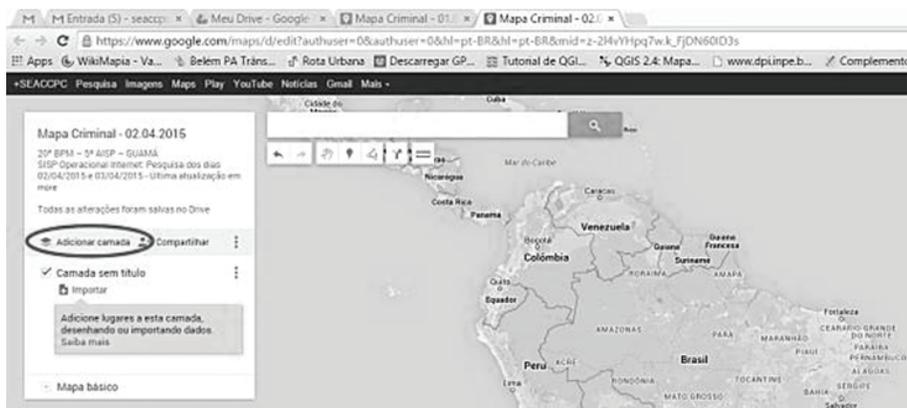
(a)

(b)

Os mapas criminais diários devem seguir o seguinte formato:

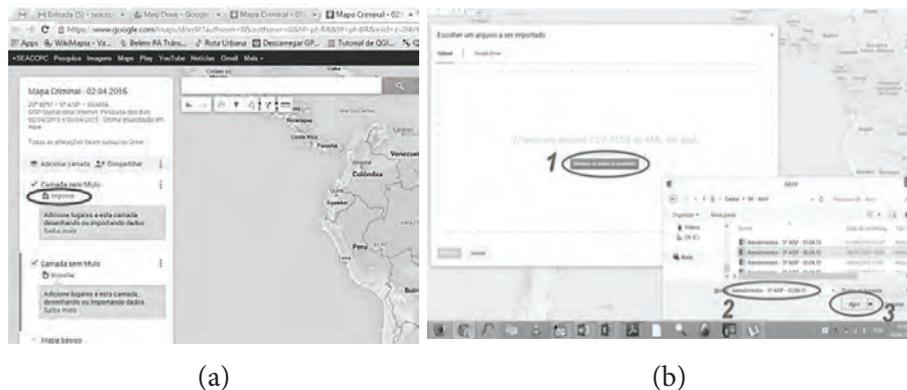
(i) Título do Mapa: Mapa Criminal - 02.04.2015; (ii) Descrição: 20º BPM – 5ª AISP – GUAMÁ SISOP Operacional Internet: Pesquisa dos dias 02/04/2015 e 03/04/2015 - Última atualização em 03/04/2015. Posteriormente é necessário salvar a camada (Figura 20).

Figura 20: Adicionando a camada no mapa



Agora necessita-se importar a base de dados para carregar as informações no mapa (Figura 21a). Escolha um arquivo a ser importado para o mapa e clique em “Selecionar um arquivo do computador” (Figura 21b).

Figura 21: Importando a base de dados para o *Google Maps*

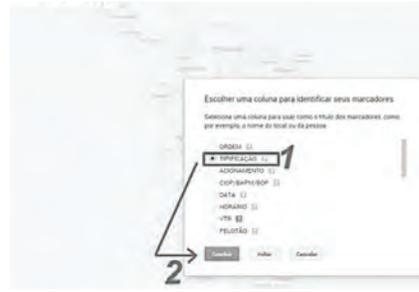


Abriu a tabela de interesse que deseja que apareça no mapa, escolher colunas para posicionar marcadores (logradouro, bairro, cidade, estado e país), depois selecionar “continuar” (Figura 22a). Escolher uma coluna para identificar seus marcadores (Escolher a coluna que identifique o fato), depois selecionar concluir (Figura 22b).

Figura 22: Importando os marcadores da base de dados para o *Google Maps* (a) e identificando os marcadores da base de dados (b)



(a)



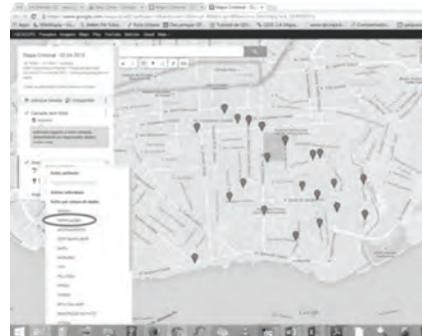
(b)

Personalizar a aparência dos elementos de camada no mapa. Agrupar lugares por “Estilo por coluna de dados”, então: “tipificação”. Definir rótulos por “turno” (Figura 23a, b, c e d).

Figura 23: Personalizar a aparência dos elementos de camada no mapa



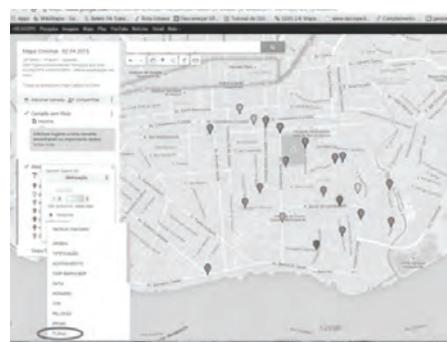
(a)



(b)



(c)



(d)

Editar pontos

Alterar o ponto do lugar de acordo com as informações do logradouro, complemento/perímetro. Faz-se isso clicando sobre o ponto e arrastando-o pelo mapa.

Exportar para KML

Selecionar uma base de dados específica. Então, clique em download (Figura 24a e b).

Figura 24: Exportando para KML



Considerações finais

Este trabalho visa desenvolver um tutorial para criação de mapas criminais, fundado em diagnosticar com a maior precisão possível os dados de crimes, com foco na prevenção e não somente na reação ao crime, diagnosticando com maior precisão possível os dados de crimes, unificando-se em uma mesma plataforma *web* a visualização georreferenciada dessas, otimizando os recursos disponíveis, com foco na prevenção e não somente na reação ao crime.

Durante o desenvolvimento do tutorial, demonstrou-se de forma didática, pelo Procedimento Operacional Padrão (POP), como se elabora um mapa criminal com integração das informações constantes do SISP (PCPA) e do BAPM (PMPA). Este procedimento pode vir a tornar-se padrão em ambas as polícias, em toda a formação dos novos policiais, bem como pode ensejar um comprometimento muito maior dos policiais que atuam no contato diário com a população, haja vista que as informações que antes permaneciam restritas aos gestores da PMPA e PCPA, passarão a ser de conhecimento de todos os

policiais das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), melhorando o planejamento operacional e a execução das missões diárias, destarte com o conhecimento detalhado dos crimes da área a ser policiada.

Assim, este procedimento irá contribuir para a modernização e o aumento da eficácia operacional das polícias estaduais, que passarão a atuar de maneira mais proativa, precisa e eficaz, na medida em que os dados de ocorrência da PMPA e da PCPA serão integrados e georreferenciados pela plataforma *web Google Maps*, tornando o diagnóstico mais próximo da realidade criminal do bairro e, portanto, possibilitando um planejamento operacional integrado muito mais propenso ao acerto, na medida em que passa a permitir a coparticipação de todos os policiais da AISP, deixando de estar restrito aos gestores.

Referências

BORNHOFEN, P. R.; TENFEN, E. Mapeamento criminal por meio da ferramenta *Google Maps*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 82-98, ago./set. 2009.

DINIZ, A. M. A.; RIBEIRO, J. G. P. Violência urbana nas cidades médias mineiras: determinantes e implicações. *Revista Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 77-103, jul./dez. 2005.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; COSTA, L. S. Homicídios e desigualdades sociais no município de São Paulo. *Revista Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 191-197, 2005.

REMÉDIOS, M. A. R. *Criminalidade e urbanização: estudo das relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio*. 2013. 85f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ROLIM, M. *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SOARES, L. E. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. p. 136

WEISBURD, D.; MARTROFSKI, S.; GREENSPAN, R. *Compstat and Organization Change*. Washington, DC: Police Foundation, 2001.

ZALUAR, A. Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia? In: _____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, p. 217-278, 2004.

CAPÍTULO 11

Características comportamentais de alunos envolvidos em atos de *bullying* escolar

Cristiane Nazaré Pamplona de Souza

Mestre em Matemática (UFBA) e bacharel em Estatística (UFPA). Salvador – Bahia – Brasil. crissouza.ufpa@gmail.com

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Resumo

Apresenta resultados que possibilitam conhecer as características comportamentais dos alunos envolvidos em atos de *bullying*, além de mostrar quais são os locais na escola que os alunos consideram (in)seguros. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com os alunos de uma escola pública federal da cidade de Belém, Pará, Brasil. Após a obtenção dos resultados, aplicou-se a técnica estatística multivariada análise de correspondência, com o intuito de mostrar as possíveis relações existentes entre as características comportamentais dos alunos. Como principais resultados se pode destacar que os alunos envolvidos em atos de *bullying* do sexo feminino geralmente sofrem agressão verbal e os alunos do sexo masculino estão mais propícios a sofrer agressão física ou sexual. Tais resultados afirmam que ações de prevenção e combate a este tipo de violência devem ser extremamente importantes no âmbito escolar, principalmente por parte dos responsáveis, pais e professores a fim de instruir os alunos para a cessação desta violência escolar.

Palavras-chave: Violência Escolar. Agressão. Prevenção.

Introdução

A violência é toda ação praticada por indivíduos, grupos, classes ou nações, que tenha como consequência danos físicos, emocionais e morais a si próprio ou a outrem (MINAYO; SOUZA, 1998), podendo ser manifestada em diversos meios, como no ambiente familiar, em locais públicos, no trabalho, bem como na escola. Entre tantas formas de manifestação, a violência tem se apresentado no espaço doméstico, contra idoso, contra a mulher, como também dentro do espaço escolar, o qual tem sido foco de investigações científicas (CASTRO; CUNHA; SOUZA, 2011).

A escola se apresenta como cenário de várias formas de violência, porém o fenômeno que atormenta diariamente milhões de pessoas, principalmente os jovens, é o *bullying* – ato de violência contínua, intencional e injustificada, causada por um ou mais agressores contra uma pessoa de sua relação de convívio geralmente escolar, a fim de torturar, agredir e intimidar (ARAÚJO; ASSIS, 2012).

Goulart (2012) destaca que é de suma importância conhecer a diferença entre violência escolar e *bullying*, sobretudo porque crianças e adolescentes sentem necessidade de experimentar limites e suas brincadeiras por vezes maldosas, refletem o enfrentamento, a força e a competição. Para Lopes Neto (2011), nem todas as ações de agressão podem ser ditas como *bullying*, porém todos os atos de *bullying* são agressões originadas de comportamentos hostis sem se importar na forma como são praticadas. O *bullying* não é uma simples manifestação da violência em qualquer fator determinante. Ele se aproxima do conceito de preconceito, especialmente quando se refere aos fatores sociais que indicam os alvos (ANTUNES; ZUIN, 2008).

Um estudo realizado em 2009 pela Fundação Instituto de Administração (FIA) revelou que aproximadamente 990 alunos das redes pública e particular de ensino, em Belém e Ananindeua, sofreram ou sofrem *bullying*. Entre eles, 30,60% afirmaram estarem presentes em momentos de agressão pelo menos uma vez, e, aproximadamente 14,00% afirmaram ter sido vítima pelo menos uma vez. Os alunos que relataram ver colegas sendo maltratados por outros todos os dias correspondem a 10,00%. Dessa forma, se pode ver que tal realidade também está presente nas escolas de Belém, como toda grande metrópole, concretizada em episódios que envolvem agressões verbais, físicas e simbólicas entre os próprios protagonistas do mundo da escola e outros intervenientes (PONTES; CRUZ; MELO, 2007).

Este problema tem sido o principal assunto de discussões nas escolas. Não é uma discussão muito fácil, pois a maior parte dos educadores não consegue perceber as vítimas do *bully*, e por vezes o próprio professor é vítima dos *bullies* (OLIVEIRA; GOMES, 2012). As diversas situações mostram que é impossível buscar uma única solução. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar as características comportamentais dos alunos envolvidos em atos de *bullying*, além de mostrar quais são os ambientes na escola em que os alunos se sentem (in)seguros.

Revisão bibliográfica

Os primeiros estudos acerca dos atos de *bullying* ocorreram na década de 1970 na Suécia e na Dinamarca, e posteriormente na Noruega, logo, expandiram-se as discussões para outros países da Europa e tornaram-se mais intensivas a partir do momento em que se comprovou que muitos dos casos de tiroteio em escolas e suicídios entre jovens tinham relação com o *bullying* (SILVA, 2010). No Brasil, as pesquisas começaram a ter predominância apenas a partir do final da década de 1990, mais precisamente no ano de 1997 por meio da professora Marta Canfield e seus colaboradores, na cidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul (GOMES; SANZOVO, 2013).

O *bullying* pode ocorrer em diversos ambientes, como em locais de trabalho, universidades ou escolas. Entretanto, essa violência se torna mais frequente no âmbito escolar, sendo praticada por crianças e adolescentes. Atitudes como empurrar, excluir e apelidar são as principais formas de *bullying*, porém existem casos mais graves como violentar, assediar, roubar e nos casos mais extremos, matar (MORENO et al., 2012).

Na escola não existe um local definido para os atos de agressão, podendo ocorrer nas salas de aula mesmo com a presença de professor, nos corredores, no pátio da escola, em banheiros, na lanchonete, na quadra de esportes, nas proximidades da escola e até mesmo expandidos para fora da escola com o auxílio de meios eletrônicos como o celular, a internet, entre outros (FIELD, 2007). Os envolvidos nesta prática podem assumir papéis de vítima, de agressor, de espectador e em alguns casos os alunos envolvidos realizam combinações de papéis, isto é, vítima e agressor, vítima e espectador, agressor e espectador e por fim a combinação dos três papéis, sendo vítima, agressor e espectador.

Os alunos que de algum modo assumem o papel de vítima são os alvos dos atos de violência, geralmente encontram-se isoladas, são tímidas e possuem dificuldades em se aproximar dos colegas, tendo frequentemente um sentimento de insegurança as impedindo de solicitar ajuda (MOURA; CRUZ; QUEVEDO, 2011). Muitas vezes são os principais alvos dos atos de violência repetida por apresentar alguma característica que difere dos demais da escola, como religião, característica física, deficiência, etnia entre outros e alguns acreditam ser merecedores dos atos violentos (PEREIRA, 2008).

Em relação aos agressores, segundo Lopes Neto (2005), estes são definidos como populares e impulsivos, e geralmente estão envolvidos em uma variedade de comportamentos antissociais, comumente são mais fortes que os alunos vitimados, e geralmente sentem prazer em dominar, controlar e causar danos a outrem. De acordo com a Abrapia (2004), um dos aspectos dos alunos agressores é não saber exatamente o principal motivo que os levam às agressões, logo, as mesmas ocorrem sem motivo evidente e sempre estão à procura de alguma característica que a levam para a agressão de sua vítima.

A maioria dos alunos, segundo Carvalhosa (2010), assumem o papel de espectador, isto é, aqueles alunos que não agridem e não são vítimas, entretanto, sentem-se amedrontados de ser o próximo alvo. A mesma autora defende que este grupo possui maior potencial para prevenir o *bullying*, pois apresentam características pessoais e sociais necessárias para não tolerar estes comportamentos e relatar as situações que conhecem. Para Berger (2007), a maior parte dos alunos envolvem-se indiretamente nos atos de *bullying* e às vezes pelo simples fato de presenciarem as agressões, não as consideram como um envolvimento nos atos de *bullying*. Desse modo, diante das agressões, se calam com receio de ser a próxima vítima, por não saber como agir e por não acreditar nas atitudes da escola.

O primeiro programa de intervenção e prevenção ao *bullying* é denominado *Olweus Bullying Prevention Program* fundado pelo pesquisador Dan Olweus em 1983, o qual na época contou com 540 professores em 20 escolas da Noruega e até os dias atuais é efetivo (SILVA, 2010). O programa inicialmente realiza uma pesquisa com aplicação de questionários aos alunos para verificar os casos de *bullying* nas escolas. Em seguida são realizadas as análises dos dados e posteriormente são efetuadas reuniões com os professores, os funcionários da escola, os responsáveis e os alunos para apresentação dos principais resultados obtidos na pesquisa. Logo, é traçado um plano de

apoio aplicado às escolas visando a conscientização dos alunos com o auxílio dos pais e dos professores (RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006). De acordo com Gomes e Sanzovo (2013), observou-se a eficácia deste programa de intervenção por meio da redução de até 50,00% nos casos de *bullying* que as escolas piloto apresentaram.

Nunes, Hermann e Amorim (2008) verificaram, em seu estudo com 266 alunos de escolas públicas e particulares da cidade de Curitiba (PR), que 66,00% dos alunos estiveram envolvidos de alguma forma em atos de *bullying* escolar, e destes, a maioria foi de espectadores (56,00%), seguido de vítimas (25,00%) e de autores (14,00%) dos atos, considerando ainda que houve combinações entre os três papéis. Fischer et al. (2010) efetivaram um estudo no Brasil com 5.168 alunos do ensino fundamental (6^o ao 9^o ano) em escolas públicas e particulares, no ano de 2009, revelando que 12,50% dos estudantes haviam sido vítimas de *bullying*, definido como ações de maus-tratos entre colegas ocorridas com frequência superior a três vezes naquele ano.

Material e métodos

O principal assunto a ser discutido são as características comportamentais dos alunos envolvidos em atos de *bullying* escolar matriculados em uma escola pública federal da cidade de Belém, Pará, Brasil, no ano de 2010.

Planejamento da pesquisa

Foram realizadas reuniões e treinamentos periódicos com os pesquisadores para definir alguns aspectos da pesquisa, como: *i*) Esclarecimento do termo *bullying* no ambiente escolar; *ii*) Definição do objetivo da pesquisa; *iii*) Definição do público-alvo; *iv*) Criação e apresentação do formulário a ser utilizado na pesquisa; *v*) Definição das questões e suas respectivas alternativas de respostas; *vi*) Construção do cálculo amostral; *vii*) Procedimentos para a visita técnica na escola com o intuito de adquirir a permissão da pesquisa na escola e por meio da secretaria o número total de alunos matriculados por turma para a construção do plano amostral; *viii*) Orientação aos pesquisadores para a aplicação do formulário e *ix*) Treinamento de abordagem, possíveis dúvidas e entrega de materiais como pranchetas, formulários e coletes com identificação da instituição.

Amostragem e coleta de dados

Como a pesquisa teve caráter amostral, aplicou-se a técnica de amostragem probabilística estratificada com o objetivo de selecionar uma amostra que representasse a população (BOLFARINE; BUSSAB, 2005). Logo, construiu-se um plano amostral estratificado proporcionalmente ao número de alunos por turma, o que resultou em uma amostra de 253 alunos matriculados do 6^o ao 9^o ano do ensino fundamental, do total de 614 alunos, com erro amostral máximo de 5,00%. A escolha das séries para a realização da pesquisa deve-se ao fato de que em tais séries ocorrem os maiores incidentes de *bullying* (FANTE, 2005).

A pesquisa foi realizada no período de agosto a setembro de 2010 durante os intervalos das aulas. Para a aplicação do formulário com perguntas fechadas, os pesquisadores entravam em cada sala, explicavam aos alunos o objetivo da pesquisa e de forma voluntária, o aluno sorteado preenchia o formulário da pesquisa com o auxílio dos pesquisadores, que continha perguntas desde os dados pessoais até questões relacionadas ao comportamento no ambiente escolar e referente aos atos de *bullying* na escola. Posteriormente a coleta das informações, os formulários foram criticados pelos pesquisadores para averiguar supostos erros na coleta ou mesmo questões não preenchidas. Após a crítica dos formulários, os mesmos foram digitados em uma planilha eletrônica para se iniciar a análise dos resultados referente a este trabalho.

Análise estatística

Para o estudo, foram analisadas as variáveis: sexo; idade (em anos); envolvimento em atos de *bullying*; papel que assumiu nos atos de *bullying* (aluno-espectador, aluno-alvo, aluno-autor,); tipo de *bullying* envolvido (verbal, físico, psicológico, sexual, virtual); envolvidos nos atos de *bullying* (aluno, professor, funcionário da escola); sentimento de exclusão; motivo de exclusão (raça, religião, modo de agir, desempenho escolar, origem social); tipo de comportamento no ambiente escolar (agitado, calmo, normal, atencioso, agressivo); local de ocorrência dos atos de *bullying* (sala de aula, corredores, banheiro, quadra de esportes, portão da escola, pátio, em torno da escola); sentimento de segurança em sala de aula (seguro, inseguro).

Para a análise inicial foi utilizada a técnica análise exploratória de dados que descreve as informações de modo simples, direto e objetivo. Segundo Magalhães e Lima (2011), a técnica tem como objetivo a coleta, a organização,

a caracterização e a síntese dos dados, permitindo descrever as características de interesse a serem trabalhadas.

Posteriormente, a técnica multivariada análise de correspondência foi aplicada com o objetivo de verificar as relações entre as categorias das variáveis referentes ao envolvimento do aluno em atos de *bullying* escolar. A análise de correspondência de acordo com Hair Junior et al. (2005), é uma técnica de interdependência que retrata a “correspondência” de categorias das variáveis, principalmente daquelas em escala nominal em uma tabela de contingência, referente à tabulação cruzada das categorias das variáveis.

Para a aplicação da técnica análise de correspondência, Pestana e Gageiro (2005) recomendam que seja realizado o teste qui-quadrado (χ^2) para verificar a existência de dependência entre as variáveis em estudo. As hipóteses testadas são H_0 : as variáveis são independentes e H_1 : as variáveis são dependentes. De acordo com Díaz e López (2007), a estatística do teste qui-quadrado é dada por

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}, \quad (1)$$

em que O_{ij} é o frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada para a i -ésima linha e j -ésima coluna da tabela de contingência, definido por Fonseca e Martins (1996)

$$E_{ij} = \frac{(\text{somada linha } i) \times (\text{somada coluna } j)}{\text{total}}. \quad (2)$$

Com a rejeição da hipótese nula (H_0) no teste qui-quadrado (χ^2), o próximo passo consiste em calcular o critério β , para verificar a dependência entre as categorias das variáveis. Em que, as hipóteses testadas são H_0 : as categorias das variáveis são independentes e H_1 : as categorias das variáveis são dependentes. Se o valor de $\beta > 3$, indica-se a rejeição da hipótese (H_0), concluindo-se que as categorias das variáveis são associadas entre si. De acordo com Fávero et al. (2009), o cálculo do critério β é obtido pela seguinte fórmula

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}}, \quad (3)$$

em que χ^2 é o valor do qui-quadrado; l é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela de contingência.

Outro importante pressuposto a ser analisado é o cálculo do percentual de inércia, referente à variação explicada por cada dimensão. De acordo com Ramos, Almeida e Araújo (2008), quando utilizada a análise de correspondência simples as associações são propagadas em um plano bidimensional, logo, a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser igual ou superiores a 70,00% para que os resultados sejam válidos.

Para saber qual é a probabilidade de uma categoria de uma variável estar associada com a categoria de outra variável, por exemplo, para saber qual é a probabilidade de um aluno do sexo masculino assumir o papel de agressor da prática de *bullying* escolar, é necessário calcular o coeficiente de confiança, a partir de um procedimento baseado nos resíduos, o qual é definido pela diferença entre as frequências esperadas e as observadas. O resíduo é dado por (RAMOS; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008),

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}, \quad (4)$$

em que O_{ij} é a frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada calculada por meio da Equação (2).

Por fim, após a obtenção dos valores dos resíduos, calcula-se o coeficiente de confiança (γ), para verificar a significância dos resíduos calculados, por meio de (RAMOS; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008),

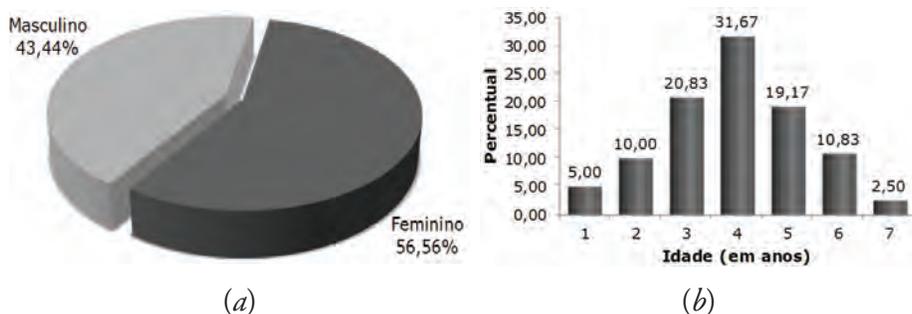
$$\gamma = \begin{cases} 0 & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1 & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (5)$$

sendo que Z é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. As associações entre as categorias das variáveis são consideradas significativas, isto é, com alta probabilidade, quando o valor do coeficiente de confiança (γ) for maior ou igual a 0,70 ($\gamma \times 100\% \geq 70,00\%$). As análises estatísticas multivariadas foram realizadas com o auxílio do aplicativo Statistica, versão 6.0. Em todos os testes, fixou-se nível de significância (α) igual a 5,00% ($\alpha = 0,05$ ou $p < 0,05$) para rejeição da hipótese nula.

Resultados e discussões

Foram estudados 253 alunos matriculados no ensino fundamental (6^o ao 9^o ano) de uma escola pública federal no estado do Pará, Brasil no ano de 2010, no qual se verificou alta prevalência (66,67%) de alunos envolvidos em atos de *bullying* escolar.

Figura 1: Percentual dos alunos envolvidos em atos de *bullying*, por sexo (a) e idade (em anos) (b)



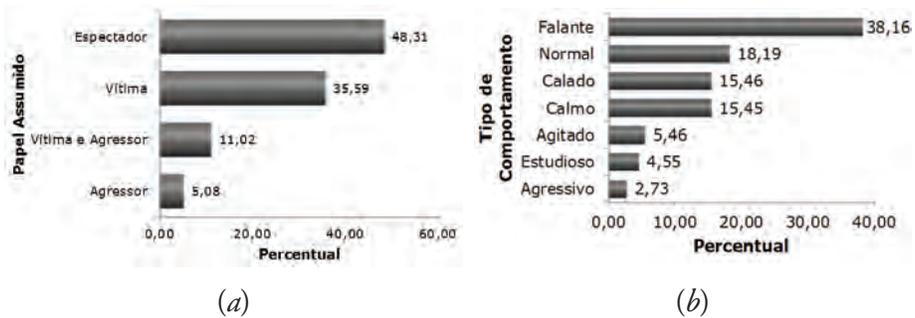
Dentre os envolvidos em atos de *bullying*, observou-se que a maioria dos alunos eram do sexo feminino (56,56%) (Figura 1a). O mesmo resultado pode ser visto na cidade de Cali, Colômbia, com 2.542 alunos em 14 escolas secundárias da cidade, com 59,50% dos alunos do sexo feminino envolvidos em *bullying* (PAREDES et al., 2008). Constatando assim que a participação das mulheres assumindo o papel de vítima, agressor e/ou espectador está cada vez mais explícita nas escolas. Observou-se que as ações violentas repetidas e intencionais foram mais evidentes em alunos com 13 anos (31,67%), seguido de alunos com 12 anos (20,83%) (Figura 1b), corroborando com estudos de Lopes Neto (2005) que indicam uma prevalência de *bullying* entre alunos com idade de 11 a 13 anos, sendo menos frequentes na educação infantil e no ensino médio.

Os protagonistas do *bullying* podem assumir quatro papéis: (i) aluno-autor: é aquele que pratica o *bullying*, um dos motivos para essa prática pode ser pelo fato desse aluno ter sofrido ou sofrer algum tipo de agressão doméstica; (ii) aluno-alvo: é aquele que sofre *bullying*, este geralmente tem uma fragilidade (medo, timidez, diferença de classe, etc.); (iii) aluno-espectador: é aquele que observa, que pode se identificar como agressor de forma passiva ou teme ser

o próximo alvo e (iv) aluno-autor/alvo: é o que sofre *Bullying* e também faz de seus colegas suas próprias vítimas (LOPES NETO, 2011). Desta forma, neste trabalho a maior parte dos alunos envolvidos em *Bullying* assumiram o papel de espectadores (47,38%), seguido de vítimas (35,96%) (Figura 2a).

Questionou-se aos alunos qual o tipo de comportamento considerado por eles na escola. Desta forma, a maior parte afirma que possui o comportamento falante (38,16%), seguido dos alunos que definiram seu comportamento como normal (18,19%) (Figura 2b). Além disso, considerando o tipo de comportamento das vítimas de *bullying* por sexo, se tem que 50,00% das vítimas do sexo feminino se consideram calmas e 45,45% das vítimas do sexo masculino se definiram como agitadas.

Figura 2: Percentual dos alunos envolvidos em atos de *bullying*, por papel assumido (a) e tipo de comportamento na escola (b)



As vítimas de *bullying* do sexo feminino possuem maiores dificuldades de compreender o motivo de sofrer o ato, sentem-se desestabilizadas emocionalmente, culpadas, choram, ficam mais sensíveis e magoadas, têm medo constante e em alguns casos chegam a passar mal quando avistam o agressor, em que este geralmente procura uma vítima considerada indefesa, a qual se torna alvo pelo seu comportamento quieto e calmo (MORENO et al., 2005). Para os homens, ser vítima de *bullying* indica uma sensação de impotência diante do fato, pois considerado o sexo forte, por muitas vezes evitam comentar sobre os atos por se acharem fracassados e inúteis (HELOANI, 2005).

O início da prática do *bullying* ocorre de maneira simbólica, geralmente começa com apelidos e brincadeiras dentro de determinado grupo, o que até

certo ponto pode ser considerado natural entre os colegas de escola, porém se essa prática não for contida, as agressões verbais passam a ficar mais intensas e muitas vezes se tornam agressões físicas (SILVA, 2010). Isso é notório nas respostas dos entrevistados, pois quando os alunos foram questionados quanto ao tipo de *bullying* que estavam envolvidos, a agressão verbal foi a mais frequente (49,14%), seguido da agressão física (18,93%) (Figura 3a).

Figura 3: Percentual de alunos envolvidos em atos de *bullying*, por tipo de *bullying* (a) e local de ocorrência (b)



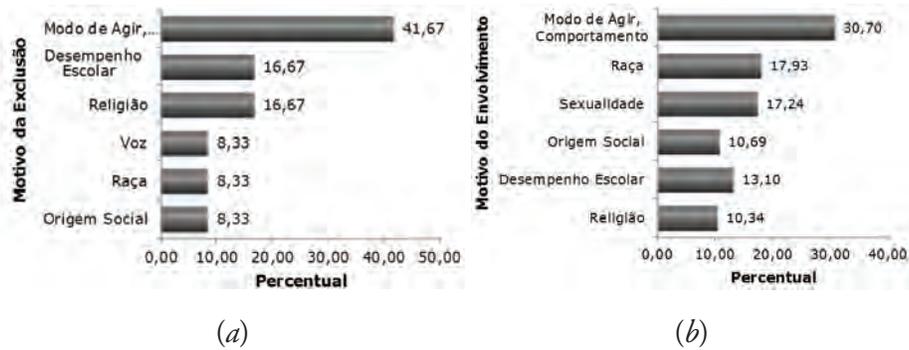
Quando investigado o local de ocorrência mais frequente dos atos de *bullying*, observou-se que a sala de aula (35,15%) é o lugar onde mais ocorre este tipo de violência, seguido dos corredores (21,76%) (Figura 3b). Para Teixeira et al. (2013), estes resultados são esperados, pois o ato ocorre geralmente no momento em que existe grande circulação de alunos em salas de aula, corredores, pátio e entorno da escola, onde a supervisão dos responsáveis é precária, dificultando a prevenção e o controle dos atos violentos e tornando assim locais propícios à prática do *bullying*.

Cerca de 9,00% dos alunos afirmaram que já se sentiram excluídos no ambiente escolar. E destes, 37,92% foram excluídos por seus amigos/colegas, e o principal motivo de tal exclusão foi o modo de agir/comportamento (41,67%) (Figura 4a). Além disso, dentre estes alunos que se sentem excluídos, 61,90% são do sexo masculino e 46,67% já foram vítimas de *bullying*. Esta prática pode deixar marcas profundas que tendem a se estender até a vida adulta, no qual, muitas vítimas ficam traumatizadas e podem até sofrer de depressão, ansiedade, transtornos alimentares, fobia escolar, suicídio e homicídio (SANTOS; SANTOS, 2011). Isso pôde ser observado no massacre

da escola de Realengo que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 2011, o ex-colega do atirador afirmou que o assassino sofria *bullying* no colégio, com constantes intimidações de alunos da sua turma, devido ser manco de uma perna e por ter o comportamento calado e isolado (CORRÊA; MAIA, 2011).

Constatou-se que o modo de agir/comportamento da vítima (30,70%) é o principal motivo para a ocorrência da violência, seguido dos alunos que sofrem *bullying* devido a sua raça (17,93%) (Figura 4b). O comportamento *bullyinista* geralmente começa quando a criança e/ou adolescente não aceitam uma diferença, podendo envolver religião, raça, estatura física, peso, cor dos cabelos, deficiências visuais, auditivas e vocais; ou uma diferença de ordem psicológica, social, sexual e física; ou relacionado a força, coragem e habilidades (FERREIRA; TAVARES, 2009).

Figura 4: Percentual de alunos excluídos e envolvidos em atos de *bullying*, por motivo da exclusão (a) e motivo de envolvimento de alunos em atos de *bullying* (b)



A análise de correspondência foi utilizada com o objetivo de verificar as associações entre as variáveis e suas respectivas categorias. Foi realizado o teste qui-quadrado (χ^2) o qual a hipótese H_0 (as variáveis são independentes) é rejeitada, pois $p < 0,05$. Além disso, os valores do critério β são maiores que três o que significa que além das variáveis, as suas categorias também são dependentes, confirmando que as variáveis testadas apresentam condições para a aplicação da técnica em estudo (Tabela 1).

Tabela 1: Resultados dos testes para verificar a dependência entre as variáveis em estudo

Variáveis	χ^2	p	l	c	β
Papel assumido e sexo	9,52	0,020	4	2	3,76
Tipo de <i>bullying</i> e sexo	11,55	0,020	5	2	4,11
Papel assumido e apelido	22,70	0,000	4	2	11,37
In(seguro) e local de ocorrência	40,71	0,000	2	7	14,17

Nota: χ^2 = teste qui-quadrado, p = nível descritivo, l = número de linhas, c = número de colunas, β = critério beta

A conduta violenta do aluno-autor e a conduta omissa do aluno-alvo são apreendidas e legitimadas socialmente como sendo naturais e próprias do caráter humano. São comportamentos que revelam uma relação de dominação do homem e submissão da mulher (TELES, 2006). Por meio do teste qui-quadrado (Tabela 1), observa-se que existe associação considerável entre o sexo do aluno e o papel que assumiu no ato ($p = 0,020$). Portanto, verifica-se que o aluno-espectador envolvido em atos de *bullying* geralmente é do sexo feminino. Já o aluno-autor e o aluno-autor/alvo são do sexo masculino (Tabela 2).

Em um estudo realizado por Pinheiro e Williams (2009) com 239 alunos, também se constatou associação entre essas variáveis, os quais chegaram ao resultado de que 28,90% dos meninos admitiram ter sido autor/alvo de *bullying* e apenas 16,00% das meninas foram alvo/autores. Para Lopes Neto (2011), os alunos do sexo masculino aprendem a usar o poder com a intenção de machucar, agredir e manipular os outros, pois geralmente são mais fortes que os demais.

Verifica-se que existe uma associação quando estudado o sexo do aluno e tipo de *bullying* envolvido ($p = 0,000$) (Tabela 1), desta forma, constatou-se que os alunos do sexo feminino estão envolvidos em atos de *bullying* verbal e virtual. Já os alunos do sexo masculino são mais propícios a se envolverem em atos de *bullying* físico e sexual (Tabela 2). Para Moreno et al. (2012), os atos de *bullying* ocorridos com alunos do sexo masculino é comumente na forma direta, com ações de violência física, e assim seu comportamento é mais evidente, logo, mais fácil de ser identificado, todavia, as meninas possuem comportamento distinto, pois existe uma predominância nos atos de

bullying da forma indireta, manifestada por agressões verbais, como insultos e fofoca, comportamentos esses mais discretos, o que dificulta a percepção dos professores ou responsáveis na identificação deste tipo de violência.

Tabela 2: Resíduo e probabilidade de ocorrência resultante da análise de correspondência aplicada a variável sexo *versus* as variáveis papel assumido e tipo de *bullying*

Variável	Categoria	Sexo	
		Feminino	Masculino
Papel assumido	Aluno-autor	-0,77(0,00)	0,88(62,38)**
	Aluno-espectador	1,30(80,62)*	-1,50 (0,00)
	Aluno-alvo	-0,49(0,00)	0,57 (42,88)
	Aluno-autor/alvo	-1,25 (0,00)	1,44 (85,11)*
Tipo de <i>bullying</i>	Agressão verbal	-1,00 (71,75)*	1,07 (0,00)
	Agressão física	1,15(0,00)	-1,24 (75,10)*
	Agressão psicológica	0,57(0,00)	-0,61(43,03)
	Agressão virtual	-0,84(63,62)**	0,91(0,00)
	Agressão sexual	1,41(0,00)	-1,52(84,10)*

Nota: *Probabilidades fortemente significativas, pois $\gamma \times 100 \geq 70\%$; **Probabilidades moderadamente significativas, pois $50\% \leq \gamma \times 100 < 70\%$

Na escola em estudo existe um grande percentual de alunos com apelidos, seja ele, de origem boa ou não, entretanto a partir da análise de correspondência se observou associação significativa entre o aluno que possui ou não apelido e o papel no ato de *bullying* ($p = 0,000$) (Tabela 1), logo, os alunos que possuem apelidos são geralmente alvos ou alvo/autor da prática de *bullying* e os alunos que não possuem apelidos são testemunhas silenciosas, pois assistem os atos de *bullying* e nada fazem (Tabela 3).

Às vezes, estes atos de apelidar e ser apelidado são vistos como uma simples brincadeira para quem está de fora, mas para a criança ou adolescente que está inserido pode ser uma grave agressão, levando a vários tipos de problemas, como um péssimo rendimento escolar e depressões, o que pode levar até o suicídio (SILVA, 2010). Marriel et al. (2006) evidenciam em seu estudo que alunos com presença de baixo autoestima tem relacionamentos

mais difíceis no âmbito escolar, ou seja, assumindo mais frequentemente a posição de aluno-alvo de *bullying*.

Tabela 3: Resíduo e probabilidade de ocorrência resultante da análise de correspondência aplicada às variáveis apelido *versus* papel assumido

Papel assumido	Apelido	
	Sim	Não
Aluno-autor	0,44(33,88)	-0,47(0,00)
Aluno-espectador	-2,22(0,00)	2,38(98,28)*
Aluno-alvo	1,34(81,85)*	-1,44(0,00)
Aluno-alvo/autor	1,91(94,36)*	-2,05(0,00)

Nota: *Probabilidades fortemente significativas, pois $\gamma \times 100 \geq 70\%$; **Probabilidades moderadamente significativas, pois $50\% \leq \gamma \times 100 < 70\%$

Observou-se que os banheiros/vestiários e o entorno da escola, foram locais considerados inseguros pelos alunos, o que difere do refeitório e do pátio, considerados como locais de segurança (Tabela 4), talvez pelo fato de sempre permanecer funcionários da escola nesse ambiente enquanto os alunos estavam presentes, o que dificultava a prática de agressões por parte dos colegas. Os locais onde a supervisão dos responsáveis pela segurança dos alunos era pequena, como a quadra de esportes, banheiro e entorno da escola, podem ser os mais propícios a práticas de *bullying*, geralmente nos intervalos, por isso os alunos não se sentiam seguros nos referidos locais. Francisco e Libório (2009) destacam que no pátio e na sala de aula, por mais que haja funcionários e professores, o *bullying* ocorre de forma camuflada em várias situações, dificultando intervenções.

Abramovay e Rua (2002), a partir de pesquisas, chegaram à conclusão que as cercanias da escola (rua em frente, entorno, ponto de ônibus e caminho até o ponto de ônibus) consistem no espaço em que mais ocorrem violências, as quais podem ser iniciadas principalmente na porta da escola, com a prática do *Mobbing* que se caracteriza pela forma de *bullying* em grupo (OLIVEIRA; GOMES, 2012), pois este é o principal ponto de encontro de jovens, pertencentes a gangues que estudam, com outros jovens que não estudam (ABRAMOVAY et al., 2010).

Tabela 4: Resíduo e probabilidade de ocorrência resultante da análise de correspondência aplicada às variáveis in(segurança) *versus* local de ocorrência

Local de ocorrência	In(segurança)	
	Inseguro	Seguro
Pátio	-0,61(0,00)	0,69(51,00)**
Sala de aula	-0,43(0,00)	0,48(36,75)
Quadra de esportes	1,00(68,12)**	-1,12(0,00)
Escadas/corredores	0,26(20,34)	-0,29(0,00)
Banheiros/vestiários	1,97(95,09)*	-2,21(0,00)
Refeitório	-3,34(0,00)	3,76(99,98)*
Entorno da escola	1,14(74,74)*	-1,29(0,00)

Nota: *Probabilidades fortemente significativas, pois $\gamma \times 100 \geq 70\%$; **Probabilidades moderadamente significativas, pois $50\% \leq \gamma \times 100 < 70\%$

A lei Nº 8.807 foi decretada em 26 de abril de 2011, pelo prefeito municipal de Belém referente ao programa de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* escolar no projeto pedagógico elaborado por creches e escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio no município e tem como objetivo prevenir e combater a prática de *bullying* nas escolas; capacitar docentes e equipe para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; incluir no regimento interno das escolas, regras contra o *bullying*; orientar os agressores, por meio da pesquisa dos fatores desencadeantes de seu comportamento, sobre as consequências de seus atos, visando torná-los aptos ao convívio em uma sociedade pautada pelo respeito, igualdade, liberdade e solidariedade; e envolver a família no processo de percepção, acompanhamento e crescimento da solução conjunta.

Considerações finais

O presente trabalho é o resultado de uma contribuição científica a respeito de um tipo particular de violência denominado *bullying* que se origina principalmente no âmbito escolar. Tal fenômeno social está presente constantemente na vida de alunos que sofrem ou presenciam a violência no seu cotidiano, em um lugar onde deveriam, ao contrário, se sentir seguros e respeitosamente tratados, a escola. É obrigação daqueles que assumiram a

responsabilidade pela educação, saúde e segurança de seus alunos, pacientes e filhos identificarem e monitorar as dificuldades e habilidades que os jovens possam ter em seu convívio social com os colegas (LOPES NETO, 2005).

Assim, é de grande importância a qualificação e o preparo de profissionais capazes de lidar com este tipo de problema e estarem dispostos a buscar soluções imediatas quando o mesmo ocorrer, tomando as providências mais cabíveis e sensatas. Isto contribuirá para que o ambiente escolar se transforme em um local menos violento, possibilitando aos alunos o equilíbrio e a superação ao lidar com suas emoções e proporcionando-os segurança em um lugar onde o diálogo e a tolerância devem reinar. Porém, o comportamento agressivo de quem pratica o *bullying* muitas vezes é aprendido em casa. As crianças e os adolescentes que sofrem ou convivem com essa violência dentro de casa, como castigos excessivos e exagerados, agressões entre irmãos, reproduzem essa conduta de maneira rápida e fácil no ambiente escolar.

A comunidade escolar responsabiliza os pais por não assumir a transmissão de valores éticos para os filhos. Por outro lado, os pais também acusam a escola de incompetência e alienação no que diz respeito às necessidades educacionais dos alunos. Essa situação leva ao seguinte questionamento: a responsabilidade é dos pais ou da escola?

A responsabilidade é de ambos, os pais devem dar maior atenção ao comportamento de seus filhos e os professores e funcionários da escola devem trabalhar com o conceito de violência a partir de dinâmica de grupo e conversação a respeito do assunto, sempre abordando as consequências que a violência trás.

As crianças e os adolescentes prestam mais atenção no que o adulto faz do que fala. Por isso, uma maneira de ensinar os valores da vida a essas crianças de maneira saudável é mostrar o respeito pelo outro, sempre falar a verdade, não agir com preconceito, de modo geral é sempre mostrar uma postura “leve” para encarar a vida.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P.; CARVALHO, L. F.; CASTRO, M. G.; FEFFERMANN, M.; NEIVA, R. R.; MACIEL, M. *Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília: Kaco Editora, 2010.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. *Violences in schools*. Brasília: UNESCO, v. 1, p. 400, 2002.

ABRÁPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. *Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Estudantes*. Rio de Janeiro, 2004.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 33-42, 2008.

ARAÚJO, J. M.; ASSIS, E. M. Identificação e proibição do bullying escolar no ordenamento jurídico brasileiro: perspectiva de violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 12, n. 1, p. 359-389, 2012.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Blucher, 2005.

CARVALHOSA, S. F. *Prevenção da violência e do bullying em contexto escolar*. Lisboa: Climepsi Editores, 2010.

CASTRO, M. L.; CUNHA, S. S.; SOUZA, D. P. O. Comportamento de violência e fatores associados entre estudantes de Barra de Garças, MT. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1054-1061, 2011.

CORRÊA, H.; MAIA JUNIOR, H. A mente doentia do Assassino. Brasil. *Revista Época*, n. 674, abr. 2011.

DÍAZ, F. R.; LÓPEZ, F. J. B. *Bioestatística*. 1. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FANTE, C. Fenômeno *bullying* - como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas-SP: Veros Editora, 2005.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, P.; CHAN, B. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomadas de decisões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campos Elsevier, 2009.

FERREIRA, J. M.; TAVARES, H. M. *Bullying* no ambiente escolar. *Revista da Católica*, Uberlândia-MG, v. 1, n. 2, p. 187-197, 2009.

FIELD, E. M. *Bully blocking sixsecrets to help children deal with teasing na bullying*. UK: Jessica Kingsley Publishers, 2007.

FISCHER, R. M.; LORENZI, G. W.; PEDREIRA, L. S.; BOSE, M.; FANTE, C.; BERTHOUD, C.; MORAES, E. A.; PUC, A. F.; PANCINHA, J.; COSTA, M. R. R. C.; VIEIRA, P. F.; OLIVEIRA, C. P. U. *Relatório de Pesquisa: Bullying Escolar no Brasil*. Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS) e Fundação Instituto de Administração (FIA), 2010.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. *Cursos de Estatística*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C. Um estudo sobre *bullying* entre escolares do ensino fundamental. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 22, n. 2, p. 200-207, 2009.

GOMES, L. F.; SANZOVO, N. M. *Bullying* e prevenção da violência nas escolas: quebrando mitos, construindo verdades. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOULART, G. S. *Bullying*: enfrentamento e consolidação da dignidade da pessoa humana com gestão eficiente. *Revista Científica de Ciências Humanas e Sociais*, v. 1, n. 1, jan./fev. 2012.

HAIR JÚNIOR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HELOANI, J. R. M. Vivendo no limite: quem são os formadores de opinião. *Revista USP*, v. 65, n. 1, p. 148-168, 2005.

LOPES NETO, A. A. *Bullying*: saber identificar e como prevenir. São Paulo: Brasiliense, 2011.

_____. *Bullying* – comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal da Pediatria*, Rio de Janeiro, p. 164-172, 2005.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, C. P. *Noções de probabilidade e estatística*. São Paulo: EDUSP, 2011.

MARRIEL, L. C.; ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; OLIVEIRA, R. V. C. Violência escolar e autoestima de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, v. 127, n. 36, p. 35-50, 2006.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 4, n. 1, p. 513-531, 1998.

MORENO, B. J.; MUÑOZ, A. R.; HERNÁNDEZ, E. G.; MORANTE, M. E. B.; CARVAJAL, R. R. Diferencias de género em el acoso psicológico em el trabajo: um estudio em población española. *Psicología em Estudo*, v. 10, n. 1, p. 3-10, 2005.

MORENO, E. A. C.; SILVA, A. P.; FERREIRA, G. A.; SILVA, F. P.; FRAZÃO, I. S.; CAVALCANTI, A. M. T. S. Perfil epidemiológico de adolescentes vítimas de *bullying* em escolas públicas e privadas. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 808-13, dez. 2012.

MOURA, D. R.; CRUZ, A. C. N.; QUEVEDO, L. A. Prevalência e características das vítimas de *bullying* escolar. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 89, n. 2, p. 164-170, mar./abr. 2011.

NUNES, M. F.; HERMANN, T. B.; AMORIM, C. *Bullying* em Escolas Particulares de Curitiba. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE 8. e CONGRESSO IBEROAMERICANO SOBRE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS - CIAVE 3. Curitiba, 2008. *Anais...* Curitiba, p. 11931-11940, 2008.

OLIVEIRA, J. R.; GOMES, M. A. *Bullying*: reflexões sobre a violência no contexto escolar. *Revista Educação por Escrito – PUCRS*, v. 2, n. 2, p. 2-14, 2012.

OLWEUS, D. A profile of bullying. *Educational Leadership*, v. 60, n. 6, p. 12-17, 2003.

PAREDES, M. T.; ÁLVAREZ, M. C.; LEGA, L. I.; VERON, A. Estudio exploratorio sobre el fenómeno del “Bullying” en la ciudad de Cali, Colombia. *Revista Latinoamericana de Ciências e Sociedade Niñez y Juventud*, v. 6, n. 1, p. 295-317, 2008.

PEREIRA, B. O. *Para uma escola sem violência - estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 2008.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. *Análise de dados para Ciências Sociais: a complementariedade do SPSS*. Lisboa: Edições Silabo, 2005.

PINHEIRO, F. M. F.; WILLIAMS, L. C. A. Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, p. 995-1018, 2009.

PONTES, R. N.; CRUZ, C. R. R.; MELO, J. S. M. *Relações sociais e violências nas escolas*. Belém: Unama, 2007.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, v. 2, 2008.

RUOTTI, C.; ALVES, R.; CUBAS, V. O. *Violência na escola: um guia para pais e professores*. São Paulo: Andhep - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SANTOS, J. O.; SANTOS, R. M. S. *Bullying*: o novo fenômeno da violência escolar. *Revista Brasileira de Educação e Saúde*, v. 1, n. 1, p. 15-23, jan./dez. 2011.

SILVA, A. B. B. *Mentes perigosas nas escolas - Bullying*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 186, 2010.

TEIXEIRA, V. A.; COLADITH, E. V.; JACOMEL, R. L.; ULBRICHT, L.; NEVES, E. B. Bullying nas escolas municipais de Curitiba-PR: um problema de saúde pública. *Revista UNIANDRADE*, v. 1, n. 14, p. 25-43, 2013.

TELES, M. A. A. *O que são direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 321 (Coleção Primeiros Passos)

CAPÍTULO 12

Perfil das usuárias da carteira de identidade social na Região Metropolitana de Belém - Pará

Vicente de Paulo da Conceição Costa

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e delegado de Polícia Civil da PC/PA. Belém – Pará – Brasil. vpconceicaoocosta@yahoo.com.br

Fernanda Valli Nummer

Socióloga, doutora em Antropologia Social (UFRGS) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. fernandanummer@gmail.com

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Resumo

A busca por reconhecimento e efetivação de direitos sociais e cidadania por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) ganhou espaço no estado nas últimas décadas, tornando-se então perceptível o cuidado com as políticas públicas a eles direcionadas. Surgiu assim a carteira de identidade social para travestis e transexuais, criada pelo Decreto Lei N^o 726/2013, do Governo do Estado Pará como serviço realizado pela política pública desenvolvida para este grupo. Foi resultado da luta do movimento LGBT, que durante anos buscou firmar direitos já contidos na Constituição Federal do Brasil, a partir do trabalho do Comitê Gestor à Aplicação do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, tendo seu projeto de criação aprovado no Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP), conforme Resolução de N^o 210/2012-CONSEP. Após encaminhamento e aprovação, o governo estadual começou a cumprir um de seus objetivos: Evitar o constrangimento de LGBT, quando chamados, publicamente, pelo nome que condiz com sua realidade social, seja ela feminina ou masculina. Em função da realização desse serviço foi desenvolvida coleta de dados junto a documentos preenchidos pelas usuárias deste, na Coordenadoria de Proteção e Livre Orientação Sexual (CLOS), da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Obtiveram-se assim elementos que delinearão o perfil da população atingida pelo serviço da carteira social. A partir deste estudo conclui-se que a maioria das entrevistadas assumiram seu nome social ainda na menoridade, atuam na profissão de cabeleireira, além de possuírem um médio nível de escolaridade.

Palavras-chave: Travestis. Transexuais. Direitos Sociais.

Introdução

A homossexualidade existe em diversas culturas, e foi aceitável em algumas destas. Na cultura ocidental, este ainda é um tema polêmico e vivenciado com uma série de atitudes preconceituosas, dentre elas a homofobia, por parte de quem assume a sua sexualidade. Este tema vem sendo abordado ao longo dos anos com visões diferenciadas e métodos variados de observação e abordagem.

Segundo Spencer (1990), a homossexualidade não é moderna, ocorre desde as antigas civilizações, apresentando-se na Grécia antiga como uma passagem, uma iniciação dos jovens pelos adultos, não havendo discriminação, mas normalidade, pois se tratava de um processo comum à época. Apesar de esses jovens serem posicionados nas mesmas condições que a mulher, que era considerada como inferior naquelas sociedades, eles estavam sendo preparados para a vida adulta e para a introdução à sociedade. As mudanças vieram com o tempo, pois inicialmente era comum a prática a que se submetiam meninos e jovens, com a ideia de que buscavam conhecimento para maturidade quando se tornavam verdadeiramente homens, dotados dos direitos de superioridade concebidos na época. Com o crescimento do ascetismo e atuação dos cristãos esse comportamento passou a ser proibido e considerado imoral.

O tema da discriminação com base na orientação sexual foi formalmente suscitado, pela primeira vez, em um foro das Nações Unidas, durante a Conferência Mundial de Beijing, em 1995. Com base na articulação e consulta realizada junto à sociedade civil organizada o Governo Brasileiro levou o tema para a Conferência Regional das Américas, realizada em Santiago do Chile, em 2000. Esse debate foi retomado, de forma organizada, durante o processo preparatório para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância realizada na cidade de Durban, África do Sul, em 2001 (BRASIL, 2006).

A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, em outubro de 2001, foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro que instituiu o Programa Brasil sem Homofobia (Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) e de Promoção da Cidadania Homossexual como um marco para o (re)pensar de práticas institucionais que possibilitem acesso a direitos, até então não conquistados.

Este programa foi criado face reivindicações do movimento LGBT junto ao Estado, visando garantir a cidadania desta comunidade no Brasil a partir da criação de políticas públicas que possam ser consideradas como afirmativas aos direitos dos homossexuais, em diversas áreas, tais como na: educação, com o currículo de base nacional; saúde, por meio do enfrentamento as DST/AIDS e da Portaria N^o 1.820, de 13 de agosto de 2009, que em seu Art. 4, § único, inciso I garante o direito ao uso do nome social; justiça, a partir do reconhecimento das uniões homoafetivas, datado de 05.05.2011 e o casamento civil, em cartórios, aprovado em 14.05.2013, com unanimidade em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) (BRASIL, 2009).

Seguindo o avanço de conquistas, a política de segurança pública baseada nos princípios do Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3), de 24.08.2007, foi elaborada a Lei N^o 11.530/07, que instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI), tendo como um de seus focos, o de atuação policial, ou seja, de favorecer a formação e valorização das forças de segurança, cabendo, neste caso, a discussão desse fenômeno antigo, mas com novas possibilidades, considerando a dinâmica da sociedade, vindo as políticas públicas responder às demandas dessa sociedade a partir de planos, programas e projetos que busquem superar e/ou minimizar situações de vulnerabilidade nas diversas áreas sociais (BRASIL, 2007).

Essas leis provocaram o surgimento, no estado do Pará, do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, como uma política pública que contempla as reivindicações do movimento LGBT, além de observar os princípios do PNDH-3.

Sendo aprovado em dezembro/2008 pelo Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP), órgão máximo da Política de Segurança, o Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia e os desdobramentos para a construção deste plano em programa de ações, que veio a ser efetivado a partir da Resolução 155/10-CONSEP, também instituidora do Comitê Gestor desse plano, vêm garantindo os encaminhamentos para o exercício de cidadania à comunidade LGBT, buscando superar atitudes de agentes do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (composto por policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, servidores do Departamento de Trânsito (DETRAN) e Centro de Perícias Científicas Renato Chaves) que em alguns momentos podem estar impregnadas de preconceitos face às pessoas LGBT e suas dinâmicas.

Fry (1982) diz que a importância dos movimentos em geral, afunilando para o MLGBT, tais quais os feministas, surge do acúmulo de experiências sociais em busca de igualdades de direitos junto ao Estado, e as diferenças existentes entre interesses de grupos, ora convergem ou divergem, mas ao final, tudo em busca de visibilidade e superação de vulnerabilidade social, mesmo com disputas hegemônicas nessas relações.

Reider (2013) afirma que é importante se observar a potencialidade da educação nas diversas culturas, dos valores e das representações escolares, onde quem educa pode lançar mão da pedagogia para trabalhar normas e valores sociais que orientem o comportamento humano. Com isso, conquistar espaços de respeito ao nome social de travestis e transexuais ajudaria a redução da evasão escolar devido à diminuição do preconceito.

No ano de 2012, de acordo com dados obtidos na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), com o início das reuniões do Comitê Gestor do Plano Estadual de Combate à Homofobia, onde se faziam presentes representantes do segmento LGBT, se tomou conhecimento por meio desses membros da sociedade civil organizada, com destaque para o Grupo de Homossexuais do Pará (GHP) e Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais (GRETТА), da luta que travestis e transexuais mantiveram durante anos para serem reconhecidas pelo nome que escolheram, a partir de seu gênero, numa busca de garantias do uso do nome social adotado. Pois já há muito buscavam esse reconhecimento, tendo procurado diversas instâncias de governo, porém sem nenhum resultado positivo, o que fez com que o tema fosse discutido, analisado e, ao final, deliberado no sentido da elaboração de um projeto que culminasse com a execução desse serviço de cidadania.

Com a aprovação no colegiado do Comitê o projeto seguiu para o CONSEP, onde em 07.11.2012, em reunião ordinária, foi aprovado por unanimidade dos votos de seus conselheiros, surgindo, assim, a Resolução de Nº 210/2012 de 11.11.2012, que criou e aprovou a Carteira de Identidade Social, cuja homologação se deu a partir do Decreto Governamental de Nº 726/2013, datado de 29.04.2013, onde também foi determinada a realização de providências à efetivação da mesma (PARÁ, 2012; 2013). Após o decreto governamental deu-se continuidade ao processo de criação da carteira social, sendo desenvolvida pelo Instituto de Identificação Civil uma norma técnica, com todos os critérios necessários para emissão do documento; além disso, se procedeu à elaboração de uma ficha de identificação, para posterior confecção

do documento denominado Declaração de Gênero, onde se informa os dados dos usuários desse serviço, para assim possibilitar aos papiloscopistas a perfeita identificação destes, cuja emissão se conveniu realizar pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), a partir da Coordenadoria de Proteção e Livre Orientação Sexual (CLOS), além de grupos ou movimentos LGBT que se habilitassem à realização dessa emissão, já estando habilitado o Grupo Homossexual do Pará (GHP). Ressalte-se que este processo foi amplamente discutido pelos membros integrantes do Comitê.

No estudo aqui realizado buscou-se traçar o perfil das pessoas que procuraram o serviço da carteira de identidade social para travestis e transexuais, para se conhecer quem são essas pessoas que buscam o serviço e qual a condição social na qual estão inseridas. Para se estar mais perto da quantificação dos elementos pesquisados, se trabalhou com aplicação da técnica estatística denominada de análise descritiva, o que possibilitou o estabelecimento do perfil das usuárias da carteira de identidade social na Região Metropolitana de Belém, Pará.

Revisão bibliográfica

Spencer (1990) destaca que na Grécia antiga era comum que pessoas do mesmo sexo mantivessem relações sexuais, o que ocorria entre os homens, devido este ser considerado um ritual de passagem para a vida adulta.

Fry (1982) propõe que a igualdade de direitos dos indivíduos é comum nos movimentos (MLGBT), devendo haver igualdade entre pessoas do mesmo sexo e entre sexos, mostrando-se a igualdade entre o cidadão e o estado.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, subsidia a política nacional de Segurança Pública com princípios de prevenção e redução de violência, principalmente aquela motivada por diferença de gênero, raça, etnia, idade, orientação sexual e situação de vulnerabilidade, estimulando a promoção de ações preventivas como campanhas e pesquisas.

Em seu estudo sobre gestão de políticas públicas em gênero e raça, Heilborn, Araújo e Barreto (2010) destacam que as pessoas consideradas diferentes não devem ser reconhecidas como fragmentação e sim como forma de aumento de suas participações como forma de garantia de dignidade.

Segundo Guaranha e Lomando (2013), o nome social para pessoas transgêneras é um elemento central na construção de suas identidades,

sendo cuidadosamente escolhidos para utilização em suas identificações, apresentações sociais e na forma de se relacionarem com outras pessoas e mostra assim quem são e a forma como se encontram.

Reider (2013) observa sobre a importância da educação nas diversas culturas, mostrando que os educadores podem trabalhar normas e valores sociais humanos. Com isso, pode ser possível conquistar o espaço de minorias, evitando inclusive a evasão escolar a partir da aceitação e respeito a estas.

Material e métodos

Pesquisa com usuária da carteira de identidade social

Por meio das fichas de identificação nos processos da carteira de identidade social, foram coletados os dados, no período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, totalizando 74 (setenta e quatro) fichas de requerimentos. Dessas, 63 (sessenta e três) foram utilizadas no estudo, face outras 11 (onze) estarem com preenchimento diferenciado e não apresentarem todas as informações essenciais à realização do trabalho. Assim, se tornou possível a execução do estudo sobre quem são as usuárias desse serviço ofertado. Esta pesquisa se desenvolveu com base em uma análise quanti-qualitativa das fichas, aplicadas à obtenção da declaração de identidade de gênero, onde foram encontradas 23 (vinte e três) pessoas travestis e 40 (quarenta) transexuais.

Para a obtenção dos resultados, analisaram-se as seguintes variáveis: nome social utilizado; idade (em anos); sexo biológico (masculino ou feminino); orientação sexual (heterossexual, homossexual, ou bissexual); local de nascimento (capital ou interior do estado) identidade de gênero (transexual ou travesti); que identidade social assume social/gênero (masculino ou feminino); se usa sua identidade social publicamente (sim ou não); se tem sua identidade social reconhecida pela família (sim ou não); se tem sua identidade social reconhecida pela comunidade (sim ou não); idade com que assumiu o nome social (em anos); nível de escolaridade (EFI – ensino fundamental incompleto, EFC – ensino fundamental completo, EMI – ensino médio incompleto, EMC – ensino médio completo, ESI – ensino superior incompleto, ESC – ensino superior completo, PG/E – pós-graduação/especialização); se fez tratamento hormonal (sim ou não); se fez cirurgia de readequação (sim ou não); se participa de movimento LGBT (sim ou não).

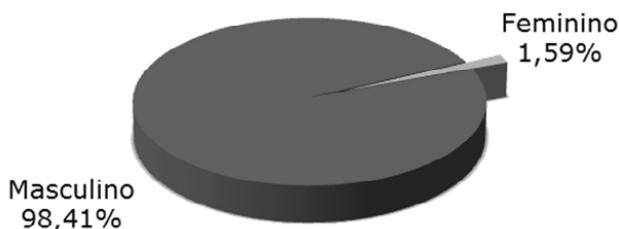
Resultados e discussões

É predominante que todos os eventos, os serviços e as políticas públicas, que surgiram no campo de conquistas para a comunidade LGBT, sejam totalmente contextualizados nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 2006); sendo a participação da sociedade civil organizada – MLGBT, um fator que faz a diferença quando exerce pressão nos governantes para incluir, em suas agendas políticas, questões antes sequer pensadas por esses gestores, que aumentarão o acesso às categorias ditas como diferentes. A contextualização de que a população LGBT deve ser respeitada se evidencia de forma clara enquanto necessidade de se firmar políticas públicas para garantia de seus direitos e cidadania.

É visível que as pressões realizadas pelo MLGBT geraram conquistas, mas a concepção de gestores faz a diferença em avançar ou não ante o que está legitimamente instituído e a implementação do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia é um exemplo prático, onde, considerando todo período decorrente de sua criação, aprovação e execução de suas ações, traz como destaque a criação da carteira de identidade social para travestis e transexuais.

Mediante os fatos, percebeu-se que a maioria das travestis e transexuais (98,41%) que preencheram a declaração social são do sexo masculino (Figura 1).

Figura 1: Percentual de pessoas entrevistadas por sexo

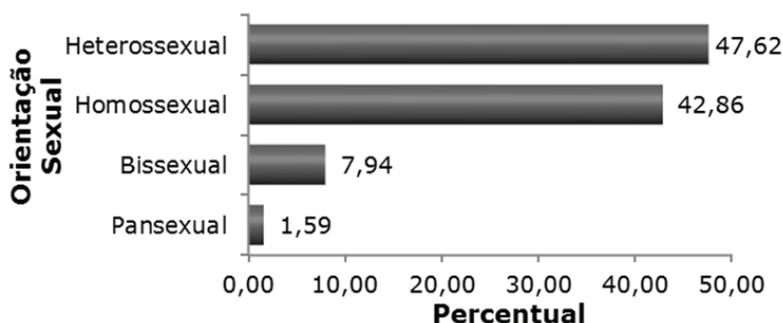


Os estudos desenvolvidos sobre a temática afirmam que para a ciência biológica o que determina o sexo das pessoas é o tamanho de suas células reprodutivas, e tão somente isso, se definindo se a pessoa é macho ou fêmea, não havendo influências culturais sobre isso, pois se ocorrer tal coisa se estará

falando de outro fato, como afirma Jesus (2012). Assim se tem nas afirmativas das travestis e transexuais, que biologicamente têm seu sexo definido como masculino ou feminino, se definem de forma diferente e de acordo com que se apresentam, sentem e vivem.

A Figura 2 foi construída com base nos dados de orientação sexual, onde a maior parte das travestis e transexuais declararam ser heterossexuais (47,61%), seguidas das que se declararam homossexuais (42,86%). As pessoas que informaram ser bissexual totalizaram um percentual de 7,94%, e ainda as que se apresentaram em uma categoria definida como pansexual (1,59%).

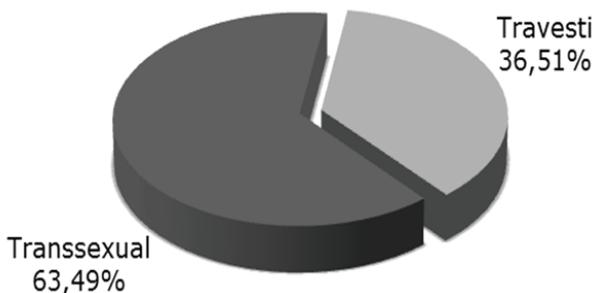
Figura 2: Percentual de pessoas entrevistadas por orientação sexual



Na maioria das fichas analisadas as usuárias afirmam ser heterossexuais, utilizando-se de sua identidade de gênero social assumida, tendo em vista que heterossexuais são aquelas que se atraem por pessoas do sexo oposto. Sá Neto e Gurgel (2014) escreveram em seu estudo, com uma concepção marcadamente sociocultural e afirmação de que isso é inerente à condição humana, pois essas pessoas consideradas transgêneros, do sexo masculino, se apresentam e vivem como “mulher” e ainda se definem como heterossexuais. Sendo que esta definição é uma concepção extremamente moderna de orientação, e ainda, num equilíbrio com aquelas que se definem como homossexuais, cujo percentual é o segundo mais apontado, seguido das bissexuais e pansexuais. Sá Neto e Gurgel (2014) também complementam que para a psicologia moderna, a heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade são expressões do desejo humano e não simples opções da forma de se viver, que se constitui na livre orientação afetivo-sexual, constitucional e internacionalmente tutelada.

A Figura 3 apresenta a construção de gênero sexual, mostrando como as pessoas transgêneros se identificam, onde a maioria se apresenta como transexual (63,49%), seguido de travesti (36,51%).

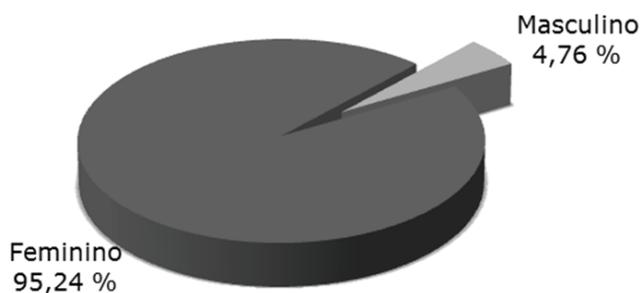
Figura 3: Percentual de como se identificam as entrevistadas



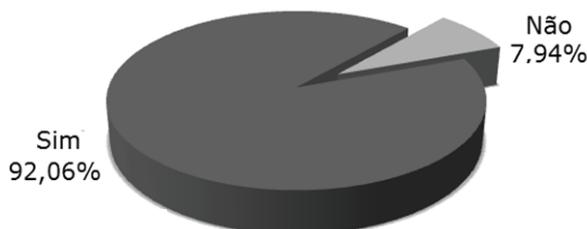
Silva Júnior (2011) define as pessoas transgêneros como construídas culturalmente para um e outro sexo, que se apresentam de forma que vai além da questão do sexo biológico, sendo elas travestis e transexuais, onde as primeiras constroem um imaginário próprio e se voltam para o sexo oposto, o que se torna perceptível em suas formas de agir e vestir. As transexuais são pessoas que nascem com um sexo biológico, mas se sentem pertencentes ao gênero oposto. Pode-se observar que a partir dos dados coletados, se tem uma definição da forma como ela(e)(s) se reconhecem, e principalmente, com decisão própria sobre como se identificam. Igualmente Jesus (2012) desenvolveu um estudo onde se afirmou que ser transexual é uma questão de identidade.

A Figura 4 mostra a identidade, que transexuais e travestis, assumem socialmente, como se mostram publicamente, demonstrando, a partir de suas informações, que a maioria se apresenta como pessoas femininas (95,24%), e que apenas 4,76% de forma masculina.

Os dados demonstram a forma como as usuárias se apresentam socialmente, na quase totalidade como feminina (utilizando-se de sua identidade de gênero social). Jesus (2012) diz que travestis e pessoas transgêneros fazem o uso de vestes femininas, assumindo sua apresentação como mulheres, pois a elas é imprescindível viver o papel feminino no seu dia a dia. Com isso mostram como se sentem por dentro.

Figura 4: Percentual de como se assumem publicamente as entrevistadas

A Figura 5 foi elaborada com base no reconhecimento do nome social adotado por transexuais e travestis pela família, onde a maioria é reconhecida e aceita no seio familiar (92,06%). Amaral (2013) também observou em seu trabalho a existência dessa aceitação, pela família, de travestis e transexuais, que ao adotarem seus nomes sociais, conseguem se identificar e viver sendo aceitos por suas famílias.

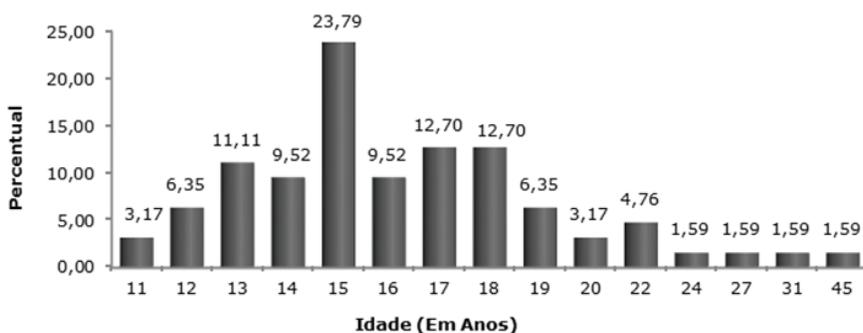
Figura 5: Percentual do reconhecimento do nome social pela família

Na Figura 6 se visualiza que a maioria das transexuais e travestis têm reconhecimento social pela comunidade (96,83%).

A análise dos dados mostra que pessoas transgêneros têm o reconhecimento social da comunidade, que as identifica pelo respectivo nome social, numa possível atitude de aceitação. Guaranha e Lomando (2013) afirmam que a aceitação do nome social pela população e instituições é uma forma de respeito à sua construção identitária.

Figura 6: Percentual do reconhecimento do nome social pela comunidade

Na Figura 7, pelos dados coletados e apresentados, observou-se que a maior parte das transexuais e travestis assumiram o nome social com 15 anos (23,79%), seguido das que assumiram com 17 anos (12,70%), ainda adolescentes e dentro da menoridade, havendo o mesmo percentual para as que assumiram com 18 anos (12,70%), de onde se conclui que se posicionaram afirmativamente nesta condição bastante jovens.

Figura 7: Percentual de idade em que assumem o nome social

Os dados estudados revelam que ainda na adolescência as pessoas transgêneros assumiram o nome social, inclusive Anjos (2000), em pesquisas desenvolvidas com grupos de homossexuais franceses, verificou diferenças quanto à experiência da homossexualidade, segundo diferentes indicadores sociais, como idade e posição social. Desse modo, se tem a idade intermediária (adolescência) como aquela em que falam abertamente sobre sua sexualidade,

sem preocupação em escondê-la, o que não se apresenta com as demais faixas etárias. Levando-se então, à comparação com os dados que se encontrou nesse estudo, se obteve que as pessoas com 15 anos estão em maioria quando relacionadas às demais faixas etárias que compõem a adolescência.

Pelo pesquisado se confirmou o que foi trabalhado no estudo de Reider (2013), onde afirmou que a história dela tem semelhança com a de outras professoras trans e travestis, reportando-se aos avanços já alcançados, principalmente no que diz respeito ao nome social para travestis e transexuais. Assim, se trabalha na busca para diminuir os altos índices de abandono e evasão escolar, originários de preconceito e discriminação sofridos por essa população, que necessita de garantias para ter mais acesso aos bancos escolares, com observação das diferenças existentes, para que assim possam alcançar uma melhor escolaridade e evitar cair nas ruas, para sobreviverem na maior parte das vezes, como profissionais da noite, ou até mesmo exercendo profissões que exijam baixa escolaridade. “Quando a pessoa trans não consegue vencer a luta pela sobrevivência dentro da escola, acaba sem ter uma base para a busca do trabalho formal” (REIDER, 2013, p. 4).

É preciso que se busque uma forma de garantir a manutenção dessa demanda nos bancos escolares, para que se vença a falta de escolarização, que afeta diretamente a ordem social.

É visível que as pressões realizadas pelo MLGBT geraram conquistas, mas a concepção de gestores faz a diferença em avançar ou não ante o que está legitimamente instituído, e a implementação do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia é um exemplo prático, considerando todo período decorrente de sua criação, aprovação e execução de suas ações, de onde se traz como destaque a criação da carteira de identidade social para travestis e transexuais.

Considerações finais

Este trabalho visualizou que o interesse do Governo do Estado do Pará na criação e efetivação de políticas públicas voltadas para a população LGBT, especialmente pelo Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, está diretamente relacionado à luta dos movimentos sociais, como pode ser observado por meio de vários avanços de direitos sexuais construídos pelo movimento LGBT, que ao longo dos anos buscou e ainda busca a concretização dos mesmos.

Dentre um desses avanços, no estado do Pará, se destaca uma conquista obtida pelo movimento e captada pela concepção sensível de gestores e gestoras, sendo traduzida na criação e efetivação do serviço disponibilizado pela política de segurança pública e defesa social. Trata-se da carteira de identidade social para travestis e transexuais, na qual o governo apresentou respostas dignas e com qualidade para essa população, que teve êxito no encaminhamento de demandas com o interesse social e de persistência do próprio movimento, uma vez que se desenvolveu um processo legal, dotado de segurança e técnica para efetiva prestação desse serviço.

Com essa carteira social, as pessoas transgêneros puderam passar a exercer seus direitos de serem reconhecidas pelo nome que escolheram socialmente, a partir de sua identidade de gênero, que diverge do sexo fisiológico e com a qual querem ser tratadas e identificadas por toda a sociedade, inclusive no seio familiar.

De acordo com os resultados obtidos, observou-se que a totalidade das usuárias é na maioria do sexo masculino, assumindo-se como transgênero, exercendo a profissão de cabeleireira e com origem na capital do estado do Pará. Verificou-se também que a maioria assumiu seu nome social ainda quando estava na faixa etária de 11 a 17 anos, possibilitando a interpretação que muito cedo elas passaram a viver abertamente de acordo com suas identidades de gênero, para serem vistas em conformidade com o corpo com que se apresentam.

Em continuidade ao perfil encontrado, se constatou que existe um baixo percentual de transgêneros com ensino fundamental incompleto, não se visualizando pessoas semialfabetizadas e analfabetas, havendo um indicativo de que mais da metade delas possuem nível médio completo, o que é um indicativo de que a escolaridade está evoluindo, e que se busca cidadania e respeito, para que se tornem mais independentes e dispostas a buscar seus direitos.

Os resultados também mostram que a maioria das usuárias realizaram tratamento hormonal e não se submeteram a processo de transgenitalização (readequação do corpo), sendo visualizado também um baixo índice daquelas que são ativistas e participam do movimento LGBT, de onde se pode traduzir que mesmo com direitos e cidadania conquistados, uma das coisas mais importantes para elas é acordar e se vê na forma como se identificam, vivem e se sentem.

Pelos resultados apresentados pela pesquisa reconhece-se: a) que a população atingida até o momento por este direito é muito específica

tendo em vista que a maioria mora na capital e por isso foi atingida pela divulgação do programa, b) apenas o acesso à carteira não garante a inclusão social, é fundamental que as outras secretarias que participam desta política atuem diretamente para garantir escolaridade, empregabilidade e acesso aos demais direitos sociais de uma população que sofre com o preconceito e o desconhecimento de sua realidade social, c) que o movimento LGBT amplie suas formas de atuação na sociedade.

Os resultados de pesquisa apresentados aqui se limitaram a descrever características sociais das travestis e transexuais que buscaram o serviço da carteira de identidade social, sendo fundamental analisar as formas como este documento vem sendo utilizado no cotidiano destas pessoas, e se efetivamente ele garante a inserção social e redução de preconceito com o público transgênero.

Referências

AMARAL, T. C. *Travestis, transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição*. Salvador: UEBA, 2013.

ANJOS, G. Identidade social e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 274-305, 2000.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos-3*. Brasília, 2010.

_____. Ministério de Estado de Saúde. Portaria Nº 1820/09. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, 2009.

_____. Casa Civil da Presidência da República. *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*. Brasília, 2007.

_____. *Legislação e jurisprudência LGBT*. Organizadores: Joelma Cezário, Kelly Kotlinski e Melissa Navarro. Brasília: Letras Livres, 2006.

FRY, P. *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982.

GUARANHA, C.; LOMANDO, E. “Senhora, essa identidade não é sua!”: reflexões sobre a transnomeação. In: NARDI, E. C.; SILVEIRA, R.; MACHADO, P. S.: *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Sulina, p. 49-61, 2013.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L; BARRETO A. *Gestão de política pública em gênero e raça/GPP* – módulo I e II. Rio de Janeiro: CBPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: online, 2012.

PARÁ. Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Decreto Nº 726/2013. Dispõe sobre institui a Carteira de Nome Social (Registro de Identificação Social) para pessoas travestis e transexuais do Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2013.

_____. Polícia Civil do Pará. Instrução Normativa Nº 001/2013-DGPC. Dispõe Promover o Bem de Todos, sem Preconceito de Origem, Raça, Sexo, Orientação Sexual, Cor, Idade, Deficiência e Quaisquer Outras Formas de Discriminação. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2013

_____. Polícia Civil do Pará. Portaria Nº 242/2012-DGPC/DIVERSOS. Confere a Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis, Atribuições para Dirigir, Coordenar, Controlar e Supervisionar Administrativa, Técnica e Operacionalmente sua área de Competência. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2012.

_____. Polícia Civil do Pará. Portaria Nº 362/2012-DGPC/DIVERSOS. Dispõe Garantir o Pleno Exercício dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Respeitando a Orientação Sexual e a Identidade de Gênero da Pessoa. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2012.

_____. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Resolução Nº 210/2012-CONSEP. Institui a Carteira de Nome Social (Registro de Identificação Social) para Pessoas Travestis e Transexuais no Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2012.

_____. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Plano Estadual de Segurança Pública e Combate à Homofobia. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2010.

_____. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Resolução Nº 155/2010-CONSEP. Dispõe sobre a Elaboração de Relatório de Atividades do Comitê Gestor do Plano Estadual de Combate a Homofobia. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2010.

_____. Decreto Nº 1675/2009. Determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta o Respeito ao Nome Público dos Transexuais e Travestis. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2009.

_____. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Decreto Nº 1238/2009. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2009.

_____. Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará. Portaria Nº 1242/2009-GAB/SUCIPE. Dispõe sobre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Direito à Igualdade. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2009.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 16/2008. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2008.

REIDER, M. Pedagogia do salto alto: histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10. Florianópolis, 2013. *Anais Eletrônicos Florianópolis*, 2013. ISSN 2179-510x.

SÁ NETO, C. E.; GURGEL, Y. M. P. Caminhando entre a invisibilidade: uma análise jurídica sobre o projeto de Lei Nº 5.012/2013, Lei de identidade de gênero. *Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN*, v. 16, n. 1, p. 65-85, 2014.

SILVA JUNIOR, Enézio. D. Diversidade sexual e suas nomenclaturas. In: DIAS, Maria Berenice (Org.). *Diversidade sexual e direito homoafetivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SPENCER, C. *Homossexualidade: uma história*. Tradução: Rubem Mauro Machado. Rio de Janeiro: Record, 1990.

ZAMBRANO, E. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.) *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

CAPÍTULO 13

As atividades laborais do policial do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado do Pará: uma breve reflexão

Angélica Varela de Lima

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e advogada. Belém – Pará – Brasil. mariangelica.varela@gmail.com

Albernando Monteiro da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e agente público do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. albernando@ig.com.br

Tainah Sousa do Nascimento

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e policial rodoviária federal. Belém – Pará – Brasil. tainahnascimento@globo.com

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

A atividade laboral dos policiais do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado do Pará é tema de relevante estudo social e de saúde, tendo em vista que tais profissionais lidam diariamente em situação de risco, ameaças e graves violências, pois são o último esforço estatal para exercer o controle social e garantir a soberania do Estado. O objetivo do presente estudo é conhecer e analisar a atividade laboral desses indivíduos, conhecer o ambiente laboral, a jornada e os equipamentos utilizados durante sua rotina. Para tanto, foi realizada uma pesquisa do tipo básica, de forma quantitativa, com objetivo descritivo das características e resultados do fenômeno estudado. Foi utilizado o procedimento técnico documental registrado no sistema de banco de dados e arquivo de pessoal do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar, com atenção às variáveis de jornada de trabalho, atestados de afastamento e licença do trabalho, equipamentos e instrumentos destinados às atividades. O período compreendido de análise foi nos anos de 2013 e 2014. Como resultado, observou-se extensiva jornada de trabalho, ambiente de trabalho que favorece riscos à saúde do policial, com utilização de equipamentos e instrumentos pesados, os quais são portados diariamente durante a execução do serviço, e frequentes afastamentos ao trabalho justificados com atestados médicos. Pelo que se ressalta a necessidade de ampliação do estudo, bem como uma atenção multi e interdisciplinar voltada para a saúde ocupacional desses policiais militares.

Palavras-chave: Policial Militar. Saúde Ocupacional. Jornada de Trabalho.

Introdução

A atividade laboral é tema de estudos e normatizações especiais, que buscam garantir a integridade física e mental, pautadas no princípio da proteção da dignidade da pessoa e nos direitos sociais do trabalho, e, sobretudo, no resguardo da saúde do trabalhador.

Assim, esse artigo busca analisar a atividade laboral do policial militar, enquanto trabalhador, e passivo de lesões, riscos laborais e adoecimentos, em especial do policial do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado do Pará, por entender que este segmento é o último esforço estatal para a intervenção de conflitos, estando sujeito ao confronto em grandes situações de ameaça e violência, utilizando equipamentos e utensílios especiais para a garantia do interesse público, como agressivos químicos, artefatos explosivos e munições de impactos controlados, o que exige uma rotina de treinamentos rigorosos e educação profissional capazes de atingir seu estado físico e psicológico.

Em meio ao confronto, esse profissional, ora se comporta como o próprio instrumento de coação do Estado, ora sofre os efeitos desse poder estatal sobre o exercício de suas atividades, na medida em que a natureza de sua atividade não lhe permite as mesmas regalias de um servidor público normal, que possui carga horária bem definida em lei. Assim, o presente estudo propõe uma breve reflexão sobre as atividades laborais do policial do Batalhão de Polícia de Choque, analisando aspectos como jornada e ambiente de trabalho, instrumentos e equipamentos do trabalho a partir da avaliação da variável peso destes instrumentos, assim como o índice de afastamentos ao trabalho ocorridos nos anos de 2013 e 2014.

Ressalta-se que o estudo sobre a saúde ocupacional dos policiais militares de um modo geral pode ser considerado ainda tímido, muito mais dos policiais do Batalhão de Polícia de Choque, pois, mesmo com sua importância no âmbito da saúde pública, os trabalhos nessa linha requerem maior aprofundamento, bem como uma abordagem multi e interdisciplinar ante a sua complexidade. Desse modo, não é a pretensão do estudo esgotar tal análise, mas despertar a curiosidade para novos estudos sobre o tema.

O Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado do Pará e os conceitos do trabalho

Primeiramente cumpre esclarecer sobre a Polícia Militar do Estado do Pará, sua organização e estrutura, para então estudar o seguimento do Batalhão

de Choque e compreender porque foram eleitos tais policiais para o estudo. A Polícia Militar do Estado do Pará é regulada pela Lei Complementar Estadual N^o 053/2006, composta de 91 (noventa e uma) unidades operacionais contidas em grandes comandos: Comando de Policiamento da Capital (CPC), Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), Comando de Policiamento Ambiental (CPA), Comando de Policiamento Especializado (CPE), Comando de Policiamento Regional (CPR) e o Comando de Missões Especiais (CME).

O Comando de Missões Especiais, por sua vez, é composto pelas seguintes unidades operacionais: Regimento de Polícia Montada, Batalhão Tático, Companhia de Operações Especiais, Companhia de Policiamento de Cães, Grupamento Aéreo e o Batalhão de Choque.

O Batalhão de Polícia de Choque foi criado em 26 de maio de 1992 por meio do Decreto-Lei N^o 817-A, e sua missão é controlar distúrbios ou quaisquer manifestações civis, com intervenção nas ocorrências policiais de grande magnitude, tanto na capital como nos demais municípios paraenses, além de atuar em operações especiais, sendo de fundamental importância para que o Estado exerça um poder capaz de impor pressão ou que cause temor e respeito (SOUZA, 2010).

Nesse contexto e de acordo com o organograma da Polícia Militar, pode-se dizer que o Batalhão de Choque é uma unidade de último esforço que o Estado dispõe para restabelecer a ordem pública. Assim, para o desempenho de sua atividade fim, exige de seu efetivo uma constante capacitação e treinamento baseado numa educação profissional rigorosa de forte impacto físico e psicológico, pois seus agentes operacionais manuseiam, diariamente, tecnologias de baixa letalidade como agressivos químicos, artefatos explosivos e munições de impactos controlados, as conhecidas balas de borracha, e constantemente são postos ao seu limite físico e mental durante as cenas de violência e combate a que estão sujeitos.

O controle estatal exercido pelo uso da força do Batalhão de Choque permite uma reflexão do poder do estado sob dois prismas. O primeiro é oriundo do poder que o estado exerce sobre sua população na garantia da ordem e controle social, enquanto organização e gerência do território e sua população, uma forte expressão da soberania estatal, que nas relações de conflito é representado pela força policial do seu último esforço estatal. Outro é o poder oriundo do estado para com seus próprios agentes, ou seja, a própria corporação

policial, na medida em que esta também acaba sofrendo as consequências da dominação do Estado que representa, da hierarquia e controle, que também oprime e gera ameaça, e cria um campo de força desproporcional, tendo em vista que o poder é relacional e decorre naturalmente do processo de troca ou de comunicação entre dois ou mais polos (RAFFESTIN, 1993).

O trabalho executado pelo Batalhão de Choque representa um aparelho do Estado do Pará destinado ao controle social e segurança pública diante dos conflitos, competindo-lhe a cobertura não apenas da capital, mas de todo o estado paraense, pelo que se depreende que no desenvolvimento de suas atividades estão sujeitos aos diversos riscos laborais, que Souza e Reis (2012) bem descrevem os riscos inerentes das atividades laborais dos policiais sob dois aspectos: um voltado para o exercício externo da atividade, que os coloca em constante contato com o perigo, exposição à violência e ameaça física; e outro decorrente da natureza institucional, representado pela falta de apoio, autoritarismo e rigor hierárquico excessivo.

Essa hierarquia e rigor militar traduzido por um conjunto de regras legais, éticas e morais mais rígidas são características próprias das instituições militares e criou uma cultura que foi incorporada de tal forma no indivíduo, que o trato e o orgulho de vestir o uniforme, a imposição dos distintivos e medalhas, assim como as insígnias dos cursos realizados retratam a necessidade de uma autoafirmação e honra que permeia a vida policial militar, e não lhe permite se enxergar como um indivíduo, um trabalhador, mas como um ser diverso do mundo do trabalho, consequências naturais da corporação que de acordo com Goffman (2001) pode ser comparada como uma instituição total.

Assim, as atividades do policial militar devem ser vistas como uma forma de trabalho, e analisadas de acordo com os preceitos do mundo do trabalho, muito embora com regulamentações próprias, o que dificulta e limita suas análises e talvez justifique os poucos estudos desenvolvidos sobre a atividade laboral e ergonomia do trabalho militar. Apesar do trabalho militar, Bayley (2002) salienta que não é nada fácil definir o que a polícia faz, pois há que se entender primeiro as atividades que a polícia é designada a fazer, segundo, as situações com as quais precisa lidar, para depois compreender as ações e os métodos utilizados no controle de cada circunstância.

Neste sentido, entende-se por trabalho toda atividade humana baseada no gasto de energia com resultado útil, sendo, portanto, típico do ser humano, das suas interações físicas e psíquicas, o que Delgado (2010, p. 266) descreve

como o “conjunto de atividades produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir um determinado fim”.

O conceito de trabalho passa por uma acepção genérica e ampla do termo, correspondendo a toda forma de atividade humana, independente do tipo de legislação que a regulamenta. Nessa linha, o presente estudo se debruça sobre o trabalho do policial pertencente ao Batalhão de Choque do estado do Pará, que mesmo sendo uma categoria diferenciada por seu regimento próprio, é considerado um agente público, pois representa os interesses da Administração Pública, tendo em vista que sua função primeira, segundo a Lei N^o 5.251/1985 – Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará, é garantir a manutenção da ordem pública e segurança interna do Estado, possuindo uma organização baseada na hierarquia e na disciplina.

No desempenho de suas atividades laborais, os policiais devem ser vistos não apenas como representantes do Estado, mas como trabalhadores e seres humanos, expostos aos riscos diários da profissão; riscos estes algumas vezes irreversíveis ou profundamente sequelantes, que da mesma forma como ocorre nos trabalhadores civis, estão sujeitos aos riscos ocupacionais decorrentes da sobrecarga de trabalho, os quais se constituem em fontes de agressões à saúde.

Como embasamento teórico para análise da atividade laboral dos policiais do Batalhão de Choque, utilizou-se o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará - Lei N^o 5.251, de 31 de julho de 1985, além de artigos científicos, embasamentos teóricos da doutrina trabalhista e preceitos do Ministério do Trabalho. Embora a polícia tenha esse regimento próprio, e não se sujeite às normas trabalhistas civis, entende-se que a saúde do trabalhador é uma questão de saúde pública, e não uma questão organizacional, tendo em vista que visa à proteção do ser humano e sua dignidade, o que foi recepcionado pela Constituição Federal, e normas de caráter internacional como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

A importância do debate sobre a saúde do trabalhador perpassa por questões de saúde pública tendo em vista que os riscos ocupacionais e as condições do meio ambiente de trabalho irão afetar o indivíduo no seu bem-estar físico, psíquico e mental, o que poderá levá-lo à inatividade e ao adoecimento, a um processo patológico capaz de influenciar na sua produtividade e no desenvolvimento pessoal e familiar.

Para o prosseguimento do estudo, é necessária a compreensão de alguns conceitos básicos que envolvem o tema, em especial o de saúde. A Organização

Mundial de Saúde (OMS/WHO), no preâmbulo de sua constituição, definiu saúde como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não na ausência de doença ou de enfermidade”. Além de estabelecer uma definição, reconheceu a saúde como direito fundamental de todo ser humano, elevando sua importância como essencial para garantia da paz e harmonia social, aspectos bastante perseguidos pelo Estado Democrático de Direito.

O “estado de completo bem-estar” mencionado pela OMS representa um conceito bastante amplo e quase inatingível na sociedade atual, pois é quase impossível mensurar o que seria esse completo estado de bem-estar, dentro de uma sociedade heterogênea, com grandes diferenças sociais, econômicas e geográficas, onde se convive com desiguais distribuições de renda, inclusive regionais.

A saúde ocupacional, segundo Araújo (2009), é uma ciência que trata dos riscos ocupacionais, analisando desde onexo causal existente entre o trabalho, a saúde do trabalhador e o aparecimento de doença; analisa também as condições do ambiente de trabalho como fator determinante e condicionante para saúde do trabalhador, partindo para isso de uma abordagem multidisciplinar e intersetorial na garantia de um meio ambiente laboral saudável, sem, contudo, deixar de inserir o trabalhador neste processo, favorecendo sua participação.

Araújo (2009) define segurança no trabalho como uma série de medidas de segurança técnicas, médicas e psicológicas responsáveis pela promoção de um meio ambiente do trabalho saudável com diminuição de acidentes laborais, mas para isso se utiliza de métodos capazes de prever a antecipação, identificação, exposição e controle dos riscos ocupacionais, com aplicação de mecanismos corretivos e preventivos.

Entende-se por patologias do trabalho aquelas alterações estruturais e funcionais, que ocorrem nos órgãos e tecidos, ocasionadas pelo desgaste laboral. Neste conceito, cabe destacar uma importante diferença existente entre os termos doença profissional e doença do trabalho, comumente utilizados como sinônimos, mas que não são. Para Araújo (2009), a doença profissional é aquela decorrente do trabalho, da profissão, da função, acompanhando o trabalhador de uma empresa para outra, ao longo de sua vida profissional, enquanto a doença do trabalho é a resultante das condições do exercício, do ambiente e dos instrumentais laborais, sendo própria, sobretudo, daquela empresa e não necessariamente acompanha o trabalhador.

Os policiais militares enquanto agentes de segurança pública, responsáveis pela garantia da paz e ordem social, constantemente estão sujeitos a riscos em virtude do trabalho que desenvolvem, em contato com situações de perigo e estresse, além da utilização de vestimentas diferenciadas para garantia de sua integridade física. Dentre os treinamentos que recebem da instituição está o de segurança pessoal, que nada mais é que cuidados de segurança do trabalho, pois segundo Minayo e Souza (2005), as noções de segurança pública repassadas na corporação derivam do mundo do trabalho, e são normas que visam prevenir acidentes e eliminar condições inseguras do trabalho, prevenindo as patologias ocupacionais, assegurando sua integridade física, psíquica e mental, conforme determinado pela Constituição Federal.

Material e métodos

Os dados apresentados neste artigo foram coletados diretamente no sistema de banco de dados e arquivo de pessoal da Polícia Militar do Pará, em especial no Batalhão de Choque, por meio de análise documental. Referem-se às variáveis como jornada de trabalho, atestados de afastamento e licença do trabalho, equipamentos e utensílios destinados ao trabalho policial, além do contingente operacional, sendo que foram trabalhados os dados referentes a 2013 e 2014. Quanto à natureza da pesquisa realizada foi do tipo básica, de forma quantitativa, com objetivo descritivo, pois visa apenas descrever as características e os resultados do fenômeno estudado, a partir do procedimento técnico documental registrado no departamento de pessoal do Batalhão de Choque da PMPA. O método científico adotado foi o dedutivo de pesquisa, os dados foram tabulados e os resultados analisados e discutidos.

Resultados e discussões

Da jornada e ambiente de trabalho

A jornada de trabalho do policial militar da PMPA, de uma forma geral, não está definida em sua legislação, existindo algumas poucas referências acerca do tempo dedicado à corporação, a Lei Nº 5.251/1985 em seus Arts. 28 e 35, expressa a dedicação exclusiva exigida do policial militar, o que também se aplica ao policial lotado no Batalhão de Choque, utilizando termos como: “a qualquer hora do dia ou da noite”, o policial deve estar pronto para cumprir sua

missão, ou ainda, como ocorre no compromisso de “dedicar-se inteiramente ao serviço, mesmo com o sacrifício da própria vida.” Estas expressões contidas no Estatuto demonstram que o policial não possui uma jornada bem definida e delimitada, e ainda, representa a ruptura do indivíduo enquanto ser humano e a incorporação ao sentido e sentimentos pela instituição.

Esses despojamentos da vida pessoal do policial militar em relação a sua vida civil são comuns e bem característicos das instituições militares, o que Goffman (2001) salienta ser uma característica das instituições e que segundo ele leva a “mortificação do eu”, na medida em que gradativamente rouba do indivíduo suas características individuais para então incorporar as doutrinas e regras da corporação, o que será naturalmente assimilado de tal forma que ocorre uma falta de percepção sobre o próprio fenômeno e impõe novas formas de conduta ao indivíduo, inclusive no mundo do trabalho, transformando o indivíduo em mercadoria, em objeto, assim como ocorre nas relações privadas.

No Batalhão de Choque, os policiais operacionais se dividem em quatro grandes grupos que são chamados de pelotões, sua jornada de trabalho é chamada de prontidão e dura 24 (vinte e quatro) horas, no dia seguinte permanecem trabalhando por mais 06 (seis) horas, jornada essa chamada de instrução. Assim, labutam por jornada de 30 (trinta) horas consecutivas, folgando o resto do dia de instrução, acrescido de mais dois dias também consecutivos.

Comparando com a jornada de trabalho prevista na Constituição Federal no capítulo destinado aos direitos sociais que totaliza um quantum de 44 (quarenta e quatro) horas trabalhadas semanais, e uma jornada diária não superior a 8 (oito) horas. Ou ainda, os servidores públicos da União possuem uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais determinadas pela Lei N^o 8.112, de 11 de novembro de 1990, observa-se que a jornada de 30 (trinta) horas ininterruptas é bastante excessiva e exaustiva, principalmente se comparada também com a necessidade de descanso entre as jornadas de trabalho.

Em relação ao intervalo recomendado entre uma jornada e outra, denominado de hora interjornada, a legislação civil estipulou um período não inferior a 11 (onze) horas entre as jornadas diárias, ou seja, para cada 8 (oito) horas trabalhadas, deve haver um intervalo de no mínimo 11 (onze) horas, para que o trabalhador possa gozar de seu descanso físico e mental, e assim preservar sua saúde. Após levantamento junto ao Batalhão de Choque, observou-se que estes policiais trabalham em jornada ininterrupta de 30 (trinta) horas,

permanecendo à disposição exclusiva da corporação, de prontidão e alerta, sem, contudo, mencionar os períodos em que estão em missão em outros municípios.

As escalas de serviço não se baseiam ou se fundamentam em nenhuma norma que exerça o controle de horas de trabalho, ou que possibilitem a percepção de remuneração por horas extras trabalhadas. Observou-se também que o exercício de suas atividades não é restrito à sede do Batalhão, mas por força da função que desempenham na corporação há necessidade de, costumeiramente, realizarem viagens para o interior do Estado, onde certamente ocorre o alargamento da jornada, ficando integralmente à disposição do serviço até que seja cumprida a missão designada.

Em relação à realização de viagens, é oportuno ressaltar que a urgência e imprevisibilidade da demanda, não permite a programação com antecedência de liberação do pagamento de diárias e jornadas complementares, as quais são percebidas sempre em momento bem posterior à realização da viagem, obrigando ao policial que arque com os custos de seu deslocamento e manutenção.

Desta feita, como não há regramento legal que outorgue ao gestor público a obrigatoriedade de controlar a carga horária de trabalho dos policiais militares, assim, se faz o uso de quando e como utilizá-los por questão de conveniência e oportunidade, apresentando como fator de controle apenas a razoabilidade na utilização do trabalho vivo, ou seja, uma ampla margem discricionária e subjetiva do uso do trabalho humano.

Tabela 1: Relatório geral de operações do Batalhão de Polícia de Choque nos anos de 2013 e 2014, por discriminação

Discriminação	Ano		Total
	2013	2014	
Reforço de policiamento	164	240	404
Revista em casas penais	136	129	265
Mandado judicial	82	76	158
Praça esportiva	58	44	102
Total	440	489	929

Fonte: 3ª Seção do Batalhão de Polícia de Choque

A Tabela 1 apresenta o quantitativo geral de operações realizadas pelo Batalhão de Polícia de Choque em 2013 e 2014. Os gêneros de operações

apresentados são: reforço de policiamento, revista em casas penais, mandado judicial e praça desportiva, os quais foram executados em 39 (trinta e nove) municípios do estado do Pará. Esses dados também comprovam que a jornada de trabalho dos policiais do choque é complexa e diversificada, e certamente demandam tempo indeterminado para a execução, exigindo prontidão e permanência no serviço, além de representar uma considerada exposição aos fatores estressantes ocasionados pelo contato intenso com cenas de violências e conflito.

Para Minayo, Assis e Oliveira (2011), essa longa jornada de trabalho dos policiais militares e o excesso de permanência no serviço são fatores que contribuem para o maior desgaste físico e mental, diferenciando das demais categorias profissionais e da população em geral, principalmente em relação aos estudos sobre saúde ocupacional. E dentre o efetivo policial, esses autores apontam que o policial operacional está muito mais suscetível aos riscos e agravos laborais, contudo, ainda não há uma atenção por parte da corporação para os cuidados de saúde e psíquicos necessários a esses indivíduos.

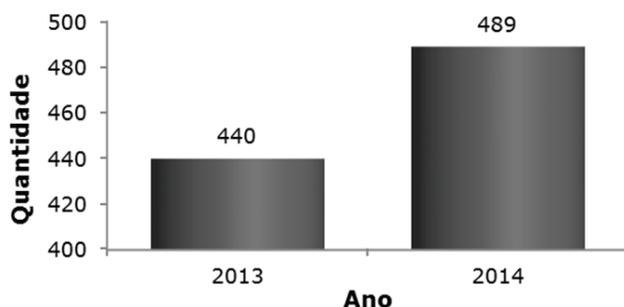
A Tabela 1 permite uma análise do ambiente de trabalho policial, do local onde suas atividades são cotidianamente desenvolvidas. Conforme descrito, as atividades catalogadas são: reforço de policiamento, revista em casas penais, mandado judicial e praça desportiva. No entanto, não contabiliza as atividades internas no batalhão como os treinamentos, o que exigiria um estudo mais minucioso sobre ergonomia e higiene laboral. Limitando a análise do presente estudo às atividades desempenhadas pelos pelotões operacionais, depreende-se que são desenvolvidas em cenários de intenso conflito e violência, ameaças, agressões e riscos a integridade física do próprio policial.

Souza e Reis (2012), ao analisarem os efeitos da cultura policial militar do Pará e suas repercussões físicas, apontam que a rotina de trabalho desenvolvida em ambiente de conflitos e violências favorece que estes indivíduos desenvolvam condutas também baseadas na prática de violência, agressões e morte, o que gera em seu corpo um estado de fadiga, aumentando a irritabilidade e diminuindo a tolerância ao estresse, permitindo cada vez mais o uso excessivo da força para resolução do conflito, o que o tornaria escravo desses efeitos comprometendo outras esferas da vida pessoal, levando ao adoecimento.

Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Protásio (2011), as relações de poder que envolvem o policial militar têm alcance imediato sobre o seu corpo, e suas desestruturações emocionais podem ocasionar surtos repentinos, capazes de torná-los dependentes inclusive de intervenções psiquiátricas, ante

ao forte estresse e à qualidade de trabalho precária. Da mesma forma, a Figura 1 apresenta o quantitativo geral de operações desempenhadas em 2013 e 2014, permitindo concluir que nesses dois anos as operações ultrapassaram 439 ocorrências, ou seja, em alguns dias mais de uma operação foi desempenhada. Tais dados mais uma vez confirmam a jornada excessiva e o regime de dedicação integral e exclusiva em que labutam os policiais militares do Choque.

Figura 1: Comparação da quantidade geral de operações realizadas pelo Batalhão de Polícia de Choque entre os anos de 2013 e 2014



Fonte: 3ª Seção do Batalhão de Polícia de Choque

Minayo, Assis e Oliveira (2011) também apontam como fatores condicionantes para os riscos laborais dos policiais militares as condições e organizações decorrentes da própria instituição militar, algumas vezes precárias tanto de material e tecnologias, tais como: falta de treinamento e planejamento das atividades, excessiva jornada de trabalho, escasso período destinado ao descanso, pouco lazer e convívio social, além dos baixos salários.

Em relação aos baixos salários percebidos pelos policiais e mencionados pelos autores acima, percebe-se que esse fator acarreta outra prática comum na corporação militar, a realização de trabalhos extraordinários oferecidos pelo policial militar à iniciativa privada nos seus dias de folga, para o desempenho de atividades de vigilância e segurança particular, com o objetivo de melhorar sua remuneração e adquirir um poder aquisitivo mais favorável.

Esta prática culmina com a prorrogação de sua jornada com serviços extras, conhecidos como “bico” no linguajar característico dos integrantes da Força Pública, o que possibilitou o surgimento de novas concepções sobre o trabalho privado do policial militar, apesar da condição de agente público

estadual, exigindo outras adequações à sua realidade, vez que confronta as normas estatutárias com as novas trabalhistas, tendo em vista que o Estatuto Disciplinar, Lei N^o 6.833/06 – Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, veda qualquer trabalho extraordinário realizado na informalidade, em virtude da sua dedicação exclusiva (PARÁ, 2006).

No entanto, apesar da vedação legal estatutária, o direito a proteção do trabalhador baseado nos princípios constitucionais da dignidade humana e o princípio da realidade norteador das normas trabalhistas privadas, permitiram um novo entendimento na seara trabalhista que protege os policiais militares que executam trabalhos informais de vigilantes e seguranças de empresas privadas. Consolidou-se o entendimento que estes possuem direitos trabalhistas tal qual o trabalhador comum, inclusive com reconhecimento de vínculo empregatício, sendo, portanto, resguardado o interesse da Administração Pública em aplicar as sanções disciplinares cabíveis, conforme matéria sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho:

Súmula N^o 386 do TST - POLICIAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM EMPRESA PRIVADA (conversão da Orientação Jurisprudencial N^o 167 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Preenchidos os requisitos do art. 3^o da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

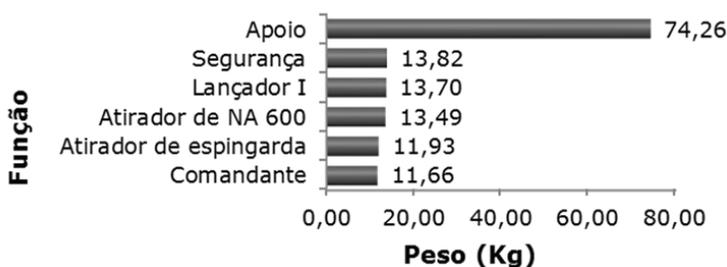
Por fim, em última análise sobre a disponibilidade integral do policial militar à instituição se concretiza como o advento e inserção da tecnologia como sistema de informação, pois ao mesmo tempo que reduz o espaço e tempo de propagação da informação, torna o homem prisioneiro e alerta aos equipamentos e chamados por ele ocasionados, ou seja, os novos meios tecnológicos e informacionais como a comunicação em rede permite que os policiais do Batalhão de Choque tenham uma vida reduzida. Com estes recursos podem ser a qualquer momento mobilizados para atuarem operacionalmente em qualquer lugar do território paraense, nas mais conflituosas atividades, em razão de serem o terceiro e último esforço estatal (pronto-emprego), gerando assim uma toxidade inerente a quem labuta junto a conflitos sociais diversos (ALVES, 2014).

Dos instrumentos e equipamentos de trabalho

Os policiais do Batalhão de Choque no exercício de suas atividades laborais utilizam alguns equipamentos obrigatórios não apenas para exercer a força e o poder coercitivo, mas para sua própria segurança em serviço.

Assim, esclarece-se mais uma vez que o estudo limitou-se ao grupo operacional, ou seja, o pelotão de choque, que é composto por 23 (vinte e três) policiais militares, com função específica, a saber: escudeiros, lançadores, atiradores, segurança e apoio. Para análise dos equipamentos e instrumentos de trabalho o estudo baseou-se no Laudo do Instituto de Metrologia do Estado do Pará que realizou uma avaliação técnica sobre o peso (medido em quilograma (kg)) dos uniformes e equipamentos que esses policiais carregam durante o labor, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2: Quantitativo do peso dos armamentos e equipamentos operacionais do Policial do Batalhão de Choque, por função



Fonte: 3ª Seção do Batalhão de Polícia de Choque

O estudo realizado pelo Instituto de Metrologia do Estado do Pará, órgão delegado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), e criado pela Lei Estadual Paraense N^o 5.673, de 14 de outubro de 1991, atendeu as determinações do comandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado do Pará, no ano de 2009, que com intuito de investigar as condições de salubridade dos policiais deste batalhão, submeteu a análise da carga de pesos dos equipamentos por eles utilizados (PARÁ, 1991).

Para a constatação do peso total foram analisados equipamentos específicos para cada função, tais como peso dos armamentos incluindo as munições, seguido dos equipamentos de uso individual: farda com gorro, cinto, coturno, capacete N-2, caneleira e colete balístico.

Atualmente as normatizações trabalhistas que cuidam da ergonomia do trabalho voltado para manuseio de pesos são bastante reduzidas e limitadas, encontrando-se algumas poucas referências. Comparativamente, com trabalhadores comuns, há uma previsão legal contida nas leis trabalhistas (CLT – Consolidação das Leis do Trabalho), especificamente no Art. 198, para que homens possam remover individualmente peso de até 60 kg, no entanto, esta previsão destina-se a remoção, transporte e deslocamento, não havendo previsão para os casos de porte de equipamentos pesados junto ao corpo durante toda a jornada de trabalho (BRASIL, 2007). Nem mesmo a Norma Regulamentadora (NR) N^o 17 do Ministério do Trabalho, sobre a ergonomia no trabalho, faz qualquer previsão ou estudo do peso a ser portado pelo trabalhador, havendo apenas previsão para levantamento, transporte e descarga individual de materiais (NR, 2009).

Assim, diante da lacuna existente para o uso de equipamentos pesados durante o trabalho e suas repercussões na saúde do trabalhador comum, manifesta-se a necessidade que sejam feitos estudos pela equipe de saúde da corporação militar para avaliação dos riscos decorrentes do uso permanente de peso dos equipamentos e instrumentos de proteção do policial militar, para a correlação e prevenção de possíveis doenças osteomioarticulares ligadas ao trabalho, uma vez que a partir do laudo do IMEP, anexo do Ofício N^o 007/09/Ditec/IMEP, pode-se afirmar com segurança o total de peso acrescido em suas atividades diárias (PARÁ, 2009).

Minayo, Assis e Oliveira (2011), em seu estudo com policiais militares no Rio de Janeiro, apontaram alguns aspectos relacionados aos agravos à saúde de policiais, dentre eles lesões incapacitantes decorrentes da profissão, distúrbios osteomusculares como: dores de cabeça e dores crônicas nas costas e nos pés; gastrointestinais e enfermidades crônico-degenerativas, além de alterações de cunho psíquico como sofrimento mental. Pelo que reforça a necessidade de estudos voltados na área de segurança do trabalho do policial militar, com adoção de medidas de segurança técnica e multidisciplinar com a finalidade de melhor compreender as repercussões da atividade laboral sobre a saúde do policial militar, correlacionando as possíveis doenças profissionais que esta categoria possa desenvolver, pelo uso do material e equipamento de proteção.

Como indagação da pesquisa, com base no Laudo do IMEP, instrumentos de uso comum entre todos os operacionais, como capacete e colete, os quais estão posicionados na cabeça e tronco, pesam cerca de 2.340

gramas e 2.395 gramas, respectivamente, totalizando um quantum de 4.735 gramas que estão posicionados sobre a coluna desses indivíduos de forma diária e contínua.

Das doenças e do afastamento do trabalho

Em relação a adoecimentos, a Tabela 2 apresenta o número de atestados médicos elencados por meses, com referência aos anos de 2013 e 2014, cujo total de dispensas somadas, incluindo os dois anos pesquisados chegam a 253 (duzentos e cinquenta e três). Essas dispensas médicas são prescritas com a aposição da classificação internacional de doenças, dentre as quais estão prescritos problemas de dores lombares e cefaleias.

Tabela 2: Número de atestados médicos apresentados por policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque nos anos de 2013 e 2014, por mês

Mês	Ano	
	2013	2014
Janeiro	23	17
Fevereiro	7	6
Março	9	11
Abril	9	13
Maiο	13	9
Junho	9	3
Julho	9	8
Agosto	11	11
Setembro	13	10
Outubro	23	17
Novembro	7	8
Dezembro	2	5
Total	135	118

Fonte: 3ª Seção do Batalhão de Polícia de Choque

Uma análise pertinente em relação aos afastamentos do serviço em virtude de agravos à saúde do policial militar é a representatividade para a baixa ao serviço e a sobrecarga que será repassada aos demais, uma vez que o serviço já conta com um número reduzido de pessoal efetivo para atender as demandas.

Outro aspecto diz respeito à saúde do próprio policial, podendo representar os efeitos dos agravos e riscos laborais, demonstrando um comprometimento e desenvolvimento de possíveis doenças profissionais, ou ainda, da necessidade de avaliação do ambiente laboral comonexo causal do adoecimento.

Minayo e Souza (2005) realizaram estudos sobre a vitimização dos agentes de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2000 a 2004, levantando informações sobre a mortalidade e a morbidade por acidentes e violências que vitimaram esses agentes. Demonstraram que os índices de licenças para tratamento de saúde e índices de incapacidades físicas parciais entre os policiais militares do Rio de Janeiro são números bastante expressivos tanto entre os praças quanto para os oficiais. Sendo que os casos de licença para tratamento de saúde atingiram um crescimento no período da pesquisa de 95,5% para os oficiais, e 108,3% para os praças. Em relação às incapacidades físicas, também houve um número bem expressivo, representando um crescimento de 166,5% de ocorrência de lesões e traumas entre os oficiais, e 227,5% entre os praças.

Considerações finais

Este estudo possibilitou o conhecimento inicial sobre a realidade das atividades laborais do policial do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado do Pará, tema ainda pouco explorado, mas de grande relevância para a segurança pública, uma vez que o policial militar é o mediador em uma série de conflitos, e dificilmente é visto pela sociedade como um trabalhador sujeito a riscos e adoecimentos.

A cultura militar adotada pelo paradigma da segurança nacional, talvez tenha favorecido com que esses profissionais ainda nos dias de hoje, estejam expostos a treinamentos rigorosos, longas jornadas de trabalho e um sistema de dedicação e disponibilização integral para a Administração Pública, além da utilização de equipamentos e instrumentos de trabalho capazes de proporcionar um desgaste em seu organismo.

Em relação aos instrumentos de trabalho, o peso auferido pelo laudo do Instituto de Metrologia do Estado do Pará permite concluir que há necessidade de um estudo multidisciplinar voltado para as repercussões do uso e porte de peso durante a jornada, bem como correlação do treinamento físico, a fim de garantir a proteção osteomioarticular desses indivíduos.

Da análise do ambiente de trabalho, depreende-se que executam suas atividades em locais diversos, de acordo com a demanda do serviço, enfrentando as adversidades do tempo, clima e temperatura, vez que não raras vezes realizam viagens para outros municípios paraenses, além de controle de conflitos em casas penais, expostos a situações de perigo, ameaça e fortes cenas de violências, com risco à própria vida, o que certamente refletirá em seu físico e psicológico.

Por fim ressalta-se a necessidade de um suporte da equipe de saúde da Polícia Militar para que seja realizada uma abordagem interdisciplinar de análise e ergonomia do trabalho no Batalhão de Choque, tendo em vista o constante afastamento do trabalho justificados por atestados médicos.

Certamente, que o estudo não se esgota nestas reflexões, sugerindo-se uma ampliação do campo de pesquisa, com abordagem direta do policial, a fim de melhor avaliar as repercussões da atividade laboral na vida pessoal desses indivíduos.

Referências

- ALVES, Giovani. *O trabalho do juiz: análise crítica do vídeo documentário*. Bauru-SP: Canal 06, 2014.
- ARAÚJO JUNIOR, Francisco Milton. *Doença ocupacional e acidente de trabalho: análise multidisciplinar*. São Paulo, 2009.
- BAYLEY, David Harold. *Padrões de policiamento: uma nova análise internacional comparativa*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado, 2015.
- _____. *Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 9. ed. São Paulo: Ltr, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad.: Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASIS, Simone Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel Vasconcelos. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n4/v16n4a19>. Acesso em: abr. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalhador. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, out./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000400015&script=sci_arttext. Acesso em: abr. 2015.

NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR -17 – Ergonomia. Brasília, 2009.

OMS - Constituição da Organização Mundial de Saúde. Nova York, 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-daorganizacao-mundial-da-saude-omswwho.html>. Acesso em: abr. 2015.

PARÁ. Instituto de Metrologia do Estado do Pará. Ofício N^o 007/09/Ditec, 16 fev. 2009. Analisa a carga de peso dos equipamentos da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém, 2009. 5f.

_____. Lei N^o 6.833/06 – Institui o Código de Ética e Disciplina do Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 2006.

_____. Lei Ordinária N^o 5.673/1991. Dispõe sobre a criação do Instituto de Metrologia do Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 1991.

PROTÁSIO, Isabella. Saúde mental do trabalhador policial militar da radiopatrulha. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”. 5. Aracaju, 2011. *Anais...* 2011. Disponível em: www.educonufs.com.br/.../Microsoft%20Word%20-%20SAUDE%20ME. Acesso em: abr. 2015.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. *Negociação de refêns: sistematização e manejo das ações do negociador no controle da segurança pública*. São Paulo: Ícone, 2010.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; REIS, João Francisco Garcia. Cultura policial e direitos humanos: contradições e conflitos da Polícia Militar do Pará. In: ENCONTRO DA REGIÃO NORTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – AMAZÔNIA E SOCIOLOGIA: FRONTEIRAS DO SÉCULO XXI, 3. Manaus, 2012. *Anais...* Manaus, 2012. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sbsnorte/sbsnorte2012/ARQUIVOS/GT6-82-60-20120817121132.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Súmula Vinculante nº 386*. Brasília, 2005. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-386

CAPÍTULO 14

A evolução dos homicídios de jovens na Região Metropolitana de Belém

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Luana Andressa Freitas Ribeiro Peres

Mestre em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. luanafreitarib@yahoo.com.br

Resumo

O envolvimento de jovens com a criminalidade é um problema grave e complexo que se tornou alvo de estudos a partir do século XX. O artigo tem como objetivo mostrar a evolução dos casos registrados de homicídios de jovens na Região Metropolitana de Belém, no período de 2009 a 2012, por meio dos dados do Mapa da Violência 2014. Verificou-se também, pelo Índice de Progresso Social (IPS), o *ranking* dos municípios que apresentaram as melhores condições de vida para a população. Para isso, utilizou-se a técnica estatística Análise Descritiva. Dentre os resultados obtidos, pode-se observar que a maioria dos casos registrados de jovens vítimas de homicídio ocorreram no município de Belém, no ano de 2010. Observou-se, por meio do IPS, que apesar do município de Belém apresentar o melhor índice de condições de vida para a sua população, os registros de jovens vítimas de homicídio apresentam-se altos.

Palavras-chave: Jovens. Homicídio. Criminalidade. Progresso Social.

Introdução

A violência no meio juvenil vem se transformando em um fator preocupante para sociedade, pois cada vez mais os jovens estão sendo inseridos na criminalidade, o que leva na maioria ao homicídio dos mesmos. Desde a década de 1990, o Brasil tem 26,00% da população na faixa de 15 a 29 anos, sendo conhecido esse fenômeno demográfico como “onda jovem”. Porém, esse grupo é o mais afetado pela violência. A exposição da juventude brasileira à violência significa que os jovens são as maiores vítimas e também os mais frequentes autores dos homicídios, além de estarem envolvidos na prática de outros crimes (SANTOS et al., 2012). De acordo com Zaluar (1995, p. 397), “os jovens brasileiros de 15 a 18 anos morrem mais de assassinato do que de qualquer outro motivo”.

Esse fenômeno da violência entre os jovens “assume grandes proporções, dadas as complexas dinâmicas da desigualdade social, do crime organizado e do tráfico de drogas, fatores presentes quando se analisou os homicídios ocorridos entre os jovens” (SANTOS, 2007, p. 71). O envolvimento do jovem no mundo da criminalidade pode acarretar mais facilmente na morte por homicídio, pois esses jovens que estão envolvidos nesse meio estão mais expostos aos perigos da violência.

As características dos jovens de necessitarem, segundo Sant’Anna, Aerts e Lopes (2005), de se identificar com um mundo que lhes ofereça suporte emocional para enfrentarem e desfrutarem essa fase da vida, repleta de inseguranças e conflitos internos, associadas à falta de perspectivas originadas pela desigualdade socioeconômica, são fatores precipitantes de comportamentos violentos, desencadeantes do homicídio.

A mortalidade por homicídios em adolescentes reflete um dos sintomas do quadro social brasileiro, que vulnerabiliza esse grupo populacional, expondo-os a situações que determinam sua morte de forma precoce e violenta. Entre os anos de 1991 e 2000, a taxa de homicídio juvenil aumentou de 66,5 para 98,8 por 100 mil mortos, essa taxa ultrapassa as taxas dos países declarados em guerra (PERES et al., 2011).

Segundo Sant’Anna, Aerts e Lopes (2005) as causas externas (homicídio, acidente de trânsito, suicídio etc.) representaram a segunda causa de óbito no Brasil na década de 1990. Segundo a Organização das Nações Unidas 70,00% das mortes de jovens deve-se às causas externas (SANTOS et al.,

2012). O Brasil é o vice-campeão de assassinatos na América Latina, somente perdendo para a Colômbia. O coeficiente de mortalidade por homicídios no Brasil foi de 26,20 por 100 mil habitantes no ano de 1999, sendo de 19,77 entre os jovens de 10 a 19 anos (SANT'ANNA; AERTS; LOPES, 2005).

A maior parte dos jovens vítimas de homicídio são de bairros periféricos, pois nesses bairros o acesso ao consumo de drogas está relacionado à marginalidade. O consumo cria um estigma que se relaciona à exclusão, aderindo aos modelos de outros jovens inseridos na marginalidade: roupas, gírias, lugares que frequentam, bares e horários em que bebem, geralmente à noite, becos e lugares perigosos, de acesso restrito (CASTRO; ASSUNÇÃO; DURANTE, 2003).

Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo mostrar a evolução dos casos de jovens assassinados na Região Metropolitana de Belém, no período de 2009 a 2012, a partir da aplicação da técnica estatística Análise Descritiva. Serão apresentados também os Índices de Progresso Social de 2014, com o intuito de relacionar os municípios que apresentam um elevado número de homicídio juvenil, com os Índices de Progresso Social: necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades.

Revisão bibliográfica

De acordo com Souza et al. (2012) “o homicídio, indicador universal da violência social, é definido segundo o setor de saúde como morte por agressão independente da sua tipificação legal, e é o principal responsável pelos elevados índices de mortalidade da população mundial”. No Brasil, o homicídio é a terceira causa de morte desde o início da década de 1980. A partir da década de 1990, as mortes por homicídios, atingiram proporção de 36,70% das mortes por causas externas (LOZADA et al., 2009).

Para Frattari e Souza (2010), em muitas vezes a rápida urbanização ocorreu em descompasso com os elementos básicos para a garantia de uma vida digna para a população que habita as grandes cidades, somando a incapacidade do Estado de exercer o controle social, o tráfico de drogas e as ações do crime organizado. Esses elementos ajudam a compreender a criminalidade urbana. No Brasil, segundo Beato Filho (2012), o fenômeno associado ao crescimento dos homicídios é a urbanização. Para o autor os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes

centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioraram, tal como ocorreu também em outros países.

Mundialmente, conforme Souza et al. (2012), o perfil das vítimas de homicídios é predominantemente de pessoas jovens, do sexo masculino, negras ou descendentes dessa raça/etnia, com baixo nível de escolaridade. Segundo o autor, os jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos apresentam o maior risco de morrer por homicídio no mundo. Nos estados brasileiros, esse perfil é semelhante ao mundial, sendo causado pela “desigualdade sócio espacial e socioeconômica, pobreza, uso de drogas, participação incipiente do Estado nas áreas de periferização, estando diretamente ligadas à elevação das taxas de crimes” (CHAGAS; SILVA; SILVA, 2014, p. 6).

Conforme Diniz e Lacerda (2010), entre os anos de 1991 e 2000, a mortalidade por homicídio passou de 20,9 para 27,0 óbitos por 100 mil habitantes, sendo que para a população com idade entre 15 e 24 anos os valores foram de 35,2 a 52,1, respectivamente. Em um estudo realizado no Estado da Bahia, sobre a evolução dos homicídios no período de 15 anos, foram registrados 40.756 homicídios. Grande parte das vítimas (92,40%) são do sexo masculino; 78,00% dos homicídios concentram-se no estrato dos 15 aos 39 anos e a maior proporção das vítimas tinha até sete anos de estudo ou ensino fundamental incompleto (SOUZA; SOUZA; PINTO, 2014).

De acordo com Beato Filho (2012, p. 152), “as chances de morrer, vítima de homicídio, quando se é um homem jovem habitante da periferia, chega a ser de até trezentas vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média”. Portanto, cada vez mais os jovens estão inseridos nos índices de violência, aparecendo tanto como vítima da criminalidade ou como autores dela.

Conforme Waiselfisz (2014), os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens do sexo masculino, negros, moradores das periferias e áreas de região metropolitana. Dados do SIM/Datasus do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,00% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino. Dessa maneira, conforme Lacerda e Borges (2014), o que geraria a diferença entre as taxas de homicídios entre negros e brancos seriam as diferenças socioeconômica existentes entre eles, e não apenas o fato de terem cores distintas.

Nesse sentido, Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008) afirmam que a mortalidade dos jovens é um desafio, não apenas pelo aspecto quantitativo, mas, especialmente, pela complexidade da problemática e suas consequências são de ordem demográfica, econômica, social e de saúde.

Material e métodos

Descrição dos dados

A área de abrangência do estudo compreende os seis municípios da Região Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Benevides, Santa Isabel do Pará e Castanhal), que constituem a região mais povoada do Estado do Pará. Com 2.381.661 habitantes, a RMB concentra 35,00% da população do Estado (IBGE, 2014).

Os dados utilizados neste estudo referem-se à quantidade de homicídios juvenis, ocorridos na Região Metropolitana de Belém, no período de 2009 a 2012, obtidos a partir dos dados do Mapa da Violência 2014. A faixa etária adotada pelo Mapa da Violência foi baseada nas definições da Organização das Nações Unidas, onde a fase da juventude se estende dos 15 aos 24 anos de idade. O banco de dados utilizado no trabalho refere-se aos números e taxas (por 100 mil) de homicídios de jovens, nos municípios com mais de 10 mil habitantes no período de 2008 a 2012, o que está disponível gratuitamente no site da instituição.

O Mapa da Violência utiliza os dados disponíveis pelo o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, estando contido na Classificação Internacional de Doenças – CID(10) classificadas como causas externas de morbidade e mortalidade. Chamadas de causas externas, causas não naturais ou ainda causas violentas, envolvem um conjunto de circunstâncias como acidentais – mortes no trânsito, quedas fatais etc. – ou violentas – homicídios, suicídios etc. (WAISELFISZK, 2014).

No presente trabalho foram usados os dados do Mapa da Violência por se tratar do mais recente quando do início deste trabalho. Usou-se como filtro o Estado do Pará, e em seguida filtraram-se os 6 municípios que integram a Região Metropolitana de Belém. Logo, a base de dados ficou constituída de 3.749 casos de homicídios registro pelo SIM, de jovens entre 15 a 29 anos de idade, no período de 2009 a 2012.

Os dados, utilizados para mostrar a qualidade de vida da população nos municípios da Região Metropolitana de Belém, foram retirados do

Índice de Progresso Social da Amazônia. Esse índice, criado em 2013, avalia a situação da população da Amazônia, independentemente do desenvolvimento econômico, considerando a qualidade de vida, o bem-estar social e a saúde. “Com a criação do Índice de Progresso Social (IPS) em 2013, tornou-se possível avaliar o progresso social da região considerando exclusivamente indicadores sociais e ambientais” (SANTOS et al., 2014, p. 7).

O IPS utiliza indicadores que são agrupados em 12 componentes, que formam três dimensões: 1) Necessidades humanas básicas, 2) Fundamentos para o bem-estar e 3) Oportunidades. Cada uma dessas dimensões é composta por quatro componentes, e cada componente é constituído por três a seis indicadores (SANTOS et al., 2014).

O índice é calculado por meio de uma média simples dos valores de progresso social das três dimensões (necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades). As dimensões são calculadas por meio da média dos índices obtidos das quatro componentes que as compõem. Estas componentes foram obtidas a partir da Análise de Componentes Principais (ACP) entre os indicadores. Portanto, o IPS é apresentado por meio de uma escala que varia de 0 (pior) a 100 (melhor) (SANTOS et al., 2014).

Análise Descritiva

O tema abordado foi realizado por meio da pesquisa quantitativa, pois, se utilizou de recursos estatísticos como tabela e gráficos para expor a evolução do homicídio de jovens. Deste modo, a pesquisa quantitativa, para Silva e Menezes (2001, p. 20) “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e técnicas Estatísticas”. A Estatística Descritiva, segundo Fávero et. al. (2009), permite ao pesquisador uma melhor compreensão do comportamento dos dados por meio de tabelas e gráficos e medidas-resumo, identificando tendências, variabilidade e valores atípicos.

Ela é considerada o primeiro passo de qualquer trabalho estatístico, pois além de tornar os dados mais compreensivos, permite mostrar outras análises. Assim, por meio de coleta, organização, classificação dos dados obtidos por levantamento de informação do indivíduo, pode descrever em forma de números, os dados da pesquisa. A análise exploratória é composta de diversas ferramentas que contribuem para a organização das informações (BUSSAB; MORETTIN, 2011).

Resultados e discussões

Análise Descritiva

A Tabela 1 apresenta a quantidade de jovens vítimas de homicídio, nos municípios da Região Metropolitana de Belém, no período de 2009 a 2012. Observa-se que a maioria dos casos de homicídios de jovens, no período de 2009 a 2012, ocorreram no ano de 2010, localizados no município de Belém, seguido de Ananindeua como o segundo município da RMB com maior número de jovens vítimas de homicídio, sendo que o maior número de casos registrados foi em 2010 (Tabela 1).

Tabela 1: Quantidade de jovens vítimas de homicídio, nos municípios da Região Metropolitana de Belém, no período de 2009 a 2012

Município	Ano			
	2009	2010	2011	2012
Marituba	42	74	77	56
Castanhal	76	48	84	59
Belém	421	503	384	411
Santa Isabel do Pará	6	14	14	18
Santa Bárbara do Pará	1	0	4	0
Ananindeua	259	441	361	396
Total	805	1080	924	940

Fonte: Mapa da Violência (2015)

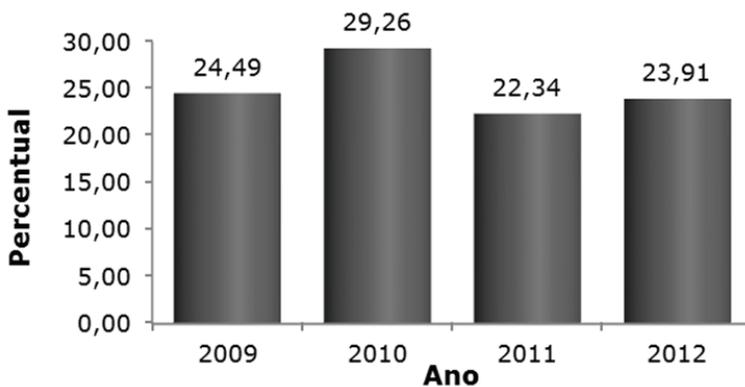
Polo de empregos e serviços, o município de Belém concentra grande parte da população, ocasionando o aumento no contingente populacional. Contudo, com a elevação do contingente populacional surgem os problemas sociais nessa região. Segundo Chagas, Silva e Silva (2014), a partir da década de 1960, a modernização da fronteira determinou a intensificação da imigração inter-regional, o que ocasionou um rápido crescimento populacional de cidades, como a Região Metropolitana de Belém que teve a violência como um dos principais problemas causados pelo elevado crescimento populacional.

Segundo Cano e Santos (2001), as análises dão ênfase à associação de dados de homicídios com índices de pobreza e/ou desigualdade, e descobrem

que o fenômeno não é explicado de forma direta por meio dessas variáveis, constatando que a desigualdade pode estar mais associada do que a pobreza à vitimização por homicídios.

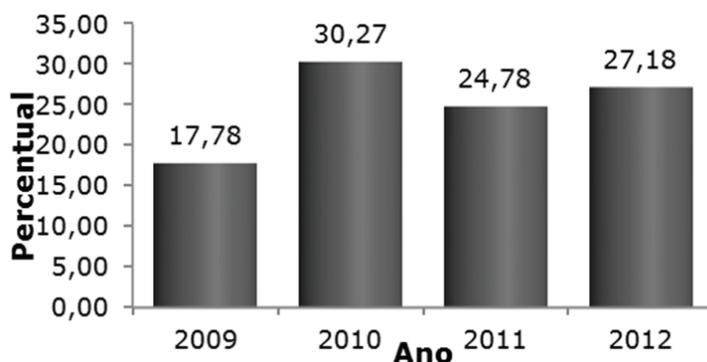
A Figura 1 apresenta o percentual de jovens vítimas de homicídio, no município de Belém, no período de 2009 a 2012. Observa-se que de 2009 a 2010 o percentual de casos de jovens vítimas de homicídio na cidade de Belém apresentou um aumento de 4,77% em relação ao período anterior. No período seguinte, os casos de jovens vítimas de homicídio diminuíram de 29,26%, em 2010, para 22,34%, em 2011. De 2011 para 2012, houve um pequeno aumento nos casos de jovens vítimas de homicídio, chegando a 1,57% (Figura 1).

Figura 1: Percentual de jovens vítimas de homicídio, no município de Belém, no período de 2009 a 2012



A Figura 2 apresenta o percentual de jovens vítimas de homicídio, no município de Ananindeua, no período de 2009 a 2012. Observa-se que no período de 2009 a 2010 o percentual de jovens vítimas de homicídio em Ananindeua apresentou um aumento de 12,49% em relação ao período anterior. No período seguinte os casos de jovens vítimas de homicídio diminuíram de 30,27% em 2010 para 24,78% em 2011. De 2011 para 2012 houve um aumento de 2,40% nos casos de jovens vítimas de homicídio (Figura 2).

Figura 2: Percentual de jovens vítimas de homicídio, no município de Ananindeua, no período de 2009 a 2012



Índice de Processo Social Amazônia (IPS)

O *IPS Amazônia* utiliza os indicadores social e ambiental para apresentar o diagnóstico detalhado do progresso social e ambiental de estados e municípios que compõem a Amazônia Legal. A Tabela 2 apresenta o *ranking* dos municípios da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o IPS 2014. Observa-se que Belém apresentou o maior Índice de Progresso Social, ou seja, Belém apresenta um IPS médio de 70,20, indicando um alto nível de progresso social, seguido de Ananindeua, que apresentou o IPS médio de 65,17 (Tabela 2).

Tabela 2: *Ranking* dos municípios da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o IPS 2014

Município	Ranking	Índice de Progresso Social
Belém	1 ^o	70,20
Ananindeua	2 ^o	65,15
Benevides	3 ^o	62,69
Castanhal	4 ^o	61,12
Santa Isabel do Pará	5 ^o	61,10
Marituba	6 ^o	60,26
Santa Bárbara do Pará	7 ^o	57,39

Fonte: IPS Amazônia (2014)

A partir da Tabela 3, pode-se verificar o *ranking* dos municípios da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o índice necessidades humanas básicas, do IPS 2014. Observa-se que Belém apresenta na dimensão necessidades humanas básicas, um índice médio de 73,41, ou seja, o município apresenta média de 73,41 da população com necessidades básicas garantidas como: nutrição e cuidados médicos básicos, água e saneamento, moradia e segurança pessoal. Em 2^o lugar no *ranking*, observa-se o município de Benevides com média de 68,57 da população com necessidades humanas básicas garantidas (Tabela 3).

Tabela 3: *Ranking* dos municípios da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o índice necessidades humanas básicas, do IPS 2014

Município	Ranking	Necessidades humanas básicas
Belém	1 ^o	73,41
Benevides	2 ^o	68,57
Ananindeua	3 ^o	62,87
Castanhal	4 ^o	62,20
Santa Bárbara do Pará	5 ^o	62,08
Santa Isabel do Pará	6 ^o	60,30
Marituba	7 ^o	59,53

Fonte: IPS Amazônia (2014)

Observa-se na Tabela 4 o *ranking* dos municípios da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o índice fundamentos para o bem-estar, do IPS 2014. Observa-se que Belém apresenta nesta dimensão a melhor média, com índice de 71,73, ou seja, o município apresenta em média 71,73 da população com estrutura necessária para garantir o bem-estar social. Em 2^o lugar no *ranking*, observa-se o município de Ananindeua, com média de 71,41 da população com estrutura necessária para garantir o bem-estar social (Tabela 4).

Tabela 4: *Ranking* dos municípios da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o índice fundamentos para o bem-estar, do IPS 2014

Município	<i>Ranking</i>	Fundamentos para o bem-estar
Belém	1 ^o	71,73
Ananindeua	2 ^o	71,41
Santa Isabel do Pará	3 ^o	69,15
Marituba	4 ^o	68,08
Castanhal	5 ^o	68,05
Benevides	6 ^o	66,85
Santa Bárbara do Pará	7 ^o	55,92

Fonte: IPS Amazônia (2014)

A Tabela 5 apresenta o *ranking* dos municípios da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o índice oportunidades, do IPS 2014. Observa-se que Belém apresenta o melhor índice médio, com 65,47 da população com acesso a informação educação, direito individual e outros. Em 2^o lugar no *ranking*, observa-se o município de Ananindeua, com média de 61,18 (Tabela 5).

Tabela 5: *Ranking* dos municípios da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o índice oportunidades, do IPS 2014

Município	<i>Ranking</i>	Oportunidades
Belém	1 ^o	65,47
Ananindeua	2 ^o	61,18
Santa Bárbara do Pará	3 ^o	54,16
Santa Isabel do Pará	4 ^o	53,85
Marituba	5 ^o	53,18
Castanhal	6 ^o	53,10
Benevides	7 ^o	52,66

Fonte: IPS Amazônia (2014)

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi mostrar a evolução dos números de homicídios de jovens ocorridos na Região Metropolitana de Belém, no período de 2009 a 2012. A partir da Análise Descritiva, pôde-se observar que a maioria dos registros de homicídios contra jovens ocorreram no município de Belém. Em relação a números de jovens vítimas de homicídio durante o período, observa-se que os números apresentam uma oscilação temporal, constatando que o ano de 2010 apresentou o maior número de registros de homicídios de jovens.

A partir do Índice de Progresso Social, pôde-se observar que o município de Belém apresentou o 1º lugar no *ranking*, tanto no Índice de Progresso Social, quanto em necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e a oportunidade. Significando que, apesar de Belém apresentar as melhores condições de saneamento, água, educação, segurança entre outros, este município em relação aos outros da RMB, apresenta o maior número jovens vítimas de homicídio.

Referências

- BEATO FILHO, C. C. *Crimes e cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística básica*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CASTRO, M. S. M. de; ASSUNÇÃO, R. M.; DURANTE, M. O. Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 168-176, 2003.
- CANO, I.; SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- CHAGAS, C. A. N.; SILVA, C. N. da; SILVA, J. M. P. da. Território, produção do espaço e violência urbana: uma leitura geográfica dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 07. Vitória, 2014. *Anais...* Vitória: AGB-Niterói, 2014.

DINIZ, A. M. A.; LACERDA, E. G. Análise exploratória dos homicídios entre jovens de 15 a 24 anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e seu Colar, entre 1999 e 2006. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 52-61, 2010.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, I. C. B.; VASCONCELOS, A. M. N.; PENNA, N. A. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. Caxambu-MG, 2008. *Anais...* Caxambu-MG, 2008.

FRATTARI, N. F.; SOUZA, D. M. B. d. L. D. de. Análise Descritiva da mortalidade por homicídios na Região Metropolitana De Belém. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, Natal, 2010. *Anais...* Natal, 2010.

IBGE. *Estimativa da população de 2014*. Rio de Janeiro, 2014.

LACERDA, E. G.; BORGES, F. d. Á. C. Homicídios entre jovens negros no Estado de Minas Gerais: uma análise exploratória. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 24, 2014.

LOZADA, E. M. K. de; MATHIAS, T. A. de F., MATHIAS, S. M. A., AIDAR, T. Tendência da mortalidade por homicídios no Estado do Paraná, segundo Regionais de Saúde, 1979 a 2005. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 258-269, 2009.

PERES, M. F. T.; ALMEIDA J. F.; VICENTIN, D.; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. *Rev. Bras. Epidemiol.*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 709-721, 2011.

SANT'ANNA, A. AERTS, D. LOPES, M. J. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 120-129, 2005.

SANTOS, D.; CELENTANO, D.; GARCIA, J.; ARANIBAR, A.; VERÍSSIMO, A. *Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira - IPS Amazônia 2014*. Belém: Imazon; Social Progress Imperative, 2014.

SANTOS, J. E. F. Homicídio entre jovens de uma periferia de Salvador, Bahia: um relato de experiência sobre a violência e o desenvolvimento humano. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 72-83, 2007.

SANTOS, L. I. C. dos; OLIVEIRA, A. M. de; PAIVA, I. L. de; YAMAMOTO, O. H. Juventude e violência: trajetória de vida e políticas públicas. *Rev. Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 521-538, 2012.

SILVA, Edna Lúcia da Silva; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SOUZA, E. R. de; MELO A. N. de; SILVA, J. G. e; FRANCO, S. A.; ALAZRAQUI, M.; GONZÁLEZ-PÉREZ, G. J. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3183-3193, 2012.

SOUZA, T. O. de; SOUZA, E. R. de; PINTO, L. W. Evolução da mortalidade por homicídio no Estado da Bahia, Brasil, no período de 1996 a 2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1889-1900, 2014.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2014: jovens do Brasil*. Brasília: FLACSO, 2014.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 10, p. 391-416, 1995.

CAPÍTULO 15

Correlação entre a mineralização dos terceiros molares e a idade cronológica em Estados do Brasil para fins periciais

Maria Betânia Moraes Lisboa

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e perito criminal (odontologista) do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” (CPCRC). Belém –Pará – Brasil. mbml_lisboa@hotmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

Tem por objetivo avaliar a correlação entre as médias das idades cronológicas de mineralização dos dentes terceiros molares no município de Belém, Estado do Pará, com as médias de idades de pesquisas realizadas nos Estados de São Paulo, Alagoas e Nordeste do Brasil. As médias de idades foram obtidas por meio de radiografias panorâmicas. Para tanto, foram utilizadas as técnicas estatísticas análise descritiva, aplicadas às variáveis estágio de mineralização dos terceiros molares, sexo, idade e dente. Nesse contexto e, tendo como fundamento pesquisas postuladas na literatura especializada acerca do tema, conclui-se que na amostra, as médias de idade dos estágios iniciais de mineralização ocorrem bem acima da média de idade proposta por Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974), as quais só se igualam a partir do estágio 7 de mineralização. Não houve diferença estatisticamente significativa para o desenvolvimento dos terceiros molares entre os sexos.

Palavras-chave: Análise Descritiva. Médias de Idades. Radiografias Panorâmicas.

Introdução

Nas Ciências Forenses, a estimativa da idade constitui a importante função para o estabelecimento da identidade dos indivíduos. A necessidade de encontrar técnicas precisas para a estimativa da idade aumentou, em função do número de pessoas desaparecidas, cadáveres não identificados, crimes contra menores entre outros, auxiliando no andamento do processo. Nos dias atuais, pode-se ainda acrescentar os casos de ausência de registro civil; registro civil existente, mas imputado de falsidade; e existência de dois registros (ARBENZ, 1961).

Schmidt (2004) afirma que estimar a idade humana possui importante função pericial, na qual estão incluídas as idades de importância jurídica classificando o indivíduo como capaz, incapaz e relativamente incapaz. É a partir da determinação destes períodos etários que a legislação brasileira estabelece deveres e direitos civis e penais para os cidadãos.

Fávero (1958) concluiu que estimar as idades (14, 16, 18 e 21 anos) nas perícias é imprescindível nos casos judiciais, especialmente nos casos de violência sexual e imputabilidade penal e civil. Nos laudos periciais de estimativa de idade, são respondidos os quesitos de interesse legal, os quais irão definir se o adolescente é maior de 14 anos e menor de 18 anos: Se o periciando é maior de 14 anos? Em caso afirmativo, se menor de 18 anos?

Para o diagnóstico estimado da idade humana, os dentes oferecem uma valiosa contribuição, seja por meio da erupção dos dentes decíduos e permanentes e mineralização das coroas e raízes, seja por meio da relação dente/área da câmara pulpar, pelos desgastes e perdas dentárias (CAMPOS, 2002). São os órgãos do corpo humano mais resistentes às influências externas, permanecendo disponíveis por longos períodos *post-mortem*. Existem vários métodos de estimativa da idade a partir dos dentes, dependendo unicamente da fase de desenvolvimento do indivíduo.

Assim como no método ósseo, a estimativa da idade por meio do exame dos dentes deve obedecer a um limite cronológico prudente. Deve-se ainda considerar um intervalo de confiança, devido às variações biológicas que possam vir a interferir no desenvolvimento e no crescimento do indivíduo.

Cordeiro et al. (1999) referem que o método mais seguro para avaliação é o radiográfico, por meio de uma radiografia panorâmica, pois sofre menos interferência dos fatores que alteram a erupção, além de proporcionarem uma

maior riqueza de informações sobre os dentes desde o início da formação da coroa dentária até o fechamento apical (fechamento da raiz). Com um treinamento adequado e comparação com tabelas, a idade do indivíduo pode ser estimada com maior precisão.

Não há como negar a importância do odontologista nos institutos médicos legais, especialmente em casos onde há a necessidade de informações sobre estimativa de idade, etnia e sexo tanto de vivos, como de cadáveres e esqueletos. Em se tratando de estimativa de idade, pode-se dizer que a odontologia é uma área de conhecimento privilegiado, pois traz informações mais precisas devido a menor variabilidade dos tecidos dentários, por estes sofrerem menores transformações e influências externas e, pela possibilidade de avaliação do processo de mineralização dentária (GALVÃO, 1999; SILVA, 1997).

Revisão bibliográfica

Pereira (1940) representa um marco na história da estimativa de idade no Brasil. Em 1941, em seu trabalho “Contribuição da radiografia maxilodentária para a determinação da idade ideal”, regionalizou sua pesquisa à amostra nacional, a partir de radiografias limitadas dos 7 aos 21 anos. A partir desse momento no Brasil, as pesquisas sobre estimativa de idade, foram realizadas a um plano científico, embasando as perícias sobre estimativa de idade.

Silva et al. (2008) referem que entre os vários métodos existentes para se estimar a idade de um indivíduo, os que se baseiam nos estágios de mineralização dos dentes são mais confiáveis quando comparados com os que utilizam o desenvolvimento ósseo ou até mesmo os dentes em fase de erupção, pois sofrem menos interferências de fatores como gênero, raça, dieta, clima, enfermidades sistêmicas, entre outros que alteram a cronologia de erupção dos dentes.

A avaliação da idade pode ser realizada por exames diretos e indiretos. Os diretos são feitos por meio de exame clínico, onde se verifica o número de dentes irrompidos, a sequência de erupção e o estado geral dos elementos dentários. Nos exames indiretos, são utilizadas radiografias intra e extrabuciais, sendo possível avaliar também os itens do exame direto e os relacionar com a mineralização dentária (PEIRIS; ROBERTS; PRABHU, 2009).

Os dentes terceiros molares, mais conhecidos como sisos, ou ainda dente do juízo, são os últimos dentes a se desenvolver no ser humano. Geralmente em número de quatro localizados na região mais posterior dos

arcos dental superior e inferior, tanto do lado direito como no lado esquerdo. Sua formação se inicia por volta dos 7 anos e meio e 11 anos de idade (NICODEMO; MORAES; MÉDICI FILHO, 1974). O desenvolvimento das raízes do terceiro molar inicia-se por volta dos 14-15 anos e completa-se aos 21, com um desvio-padrão de dois anos. O terceiro molar desenvolve-se mais cedo nos homens que nas mulheres e na mandíbula primeiro que na maxila. A erupção ocorre, segundo achados na literatura, entre 16 e 20 anos (MEINL et al., 2007; MÉDICI FILHO, 1973).

Após os 14-15 anos, o terceiro molar é o único dente em desenvolvimento e assume um importante significado forense (MEINL et al., 2007). Nessa idade ou com idade superior, o estágio de desenvolvimento desse dente deve ser sempre investigado (CIAPPARELLI, 1992).

Nas últimas décadas, inúmeras pesquisas vêm ganhando destaque na área forense, pelos estudos na determinação dos estágios de mineralização desses dentes e sua relação com a idade cronológica e óssea, porém o que se observa são poucas tentativas para encontrar procedimentos comuns na padronização, calibração e na avaliação de métodos para estimativa da idade.

Lisbôa (2013) realizou pesquisa em indivíduos de 15 a 21 anos, em uma amostra populacional do município de Belém (PA), baseado no estudo dos estágios de desenvolvimento dos dentes terceiros molares, observados em radiografias panorâmicas e classificados segundo a tabela de cronologia de mineralização dentária proposta por Nicodemo, Moares e Médici Filho (1974), foram analisadas 306 radiografias panorâmicas de pacientes, sendo 158 do sexo masculino e 148 do sexo feminino.

Nicodemo (1974) avaliou a cronologia de mineralização dos terceiros molares em 215 brasileiros leucodermas, da região do Vale do Paraíba (SP), residentes na área urbana, com faixa etária variando de 60 a 299 meses. Foram realizadas radiografias periapicais e panorâmicas, e as imagens obtidas analisadas e comparadas a oito dos dez estágios proposto por Nolla (1960), sendo: primeira evidência de formação de coroa, um terço da coroa, dois terços da coroa, coroa completa, início de mineralização da raiz, um terço da raiz, dois terços da raiz e término apical. Os resultados obtidos na pesquisa diferiram dos resultados encontrados em outros países, principalmente nos últimos estágios de mineralização que, entre os brasileiros, ocorre mais precocemente.

Dantas (2010) realizou uma pesquisa cujo objetivo foi avaliar a correlação entre a idade cronológica e a mineralização dos terceiros molares

pelo método de Demirjian et al. (1973), e sua confiabilidade, em uma amostra populacional da região Nordeste (Paraíba, Pernambuco e Ceará), por meio de radiografias panorâmicas.

Cornélio Neto (2000) avaliou 211 radiografias panorâmicas, de leucodermas, com idade entre 5 a 22 anos, sendo 76 pertencentes a indivíduos do gênero masculino e 135 pertencentes a indivíduos do gênero feminino, na cidade de São Paulo, e que se encontravam em tratamento ortodôntico. Por meio de uma análise dos resultados encontrados, concluiu que o gênero masculino é precoce ao feminino e a parte superior é precoce à inferior, há maior precocidade do dente 18 tanto no gênero masculino quanto no feminino. O estudo permitiu, por meio da análise de correlação, calcular uma equação para estimar a idade para cada um dos terceiros molares pertencentes ao gênero masculino e feminino.

Oliveira (2010) realizou uma pesquisa para estimar a idade por meio de análise da mineralização dos terceiros molares e a mensuração da altura do ramo mandibular. Foram analisadas 407 radiografias panorâmicas e 289 cefalométricas em norma lateral de pacientes de 6 a 25 anos de idade da Faculdade de Odontologia de Bauru (SP). Concluiu que a probabilidade de afirmar que um indivíduo tem 18 anos ou mais de idade é maior que 90%, estando ambos os métodos aptos a serem utilizados para estimar a idade na população brasileira. Sugeriu novos estudos para aprimorar os valores obtidos, devido à grande miscigenação da população brasileira.

Carneiro et al. (2010) desenvolveram uma pesquisa no Estado de Alagoas, por meio de 320 radiografias panorâmicas, nas quais se avaliou os estágios de mineralização dos terceiros molares nas idades de 9 a 21 anos.

Diversos estudos mostram que a mineralização do terceiro molar é específica de cada população, não ocorrendo em todos os grupos étnicos na mesma idade. Por essa razão, deve estudar-se cada população, no sentido de obter dados específicos.

Cordeiro et al. (1999) referem que o método mais seguro para avaliação é o radiográfico, por meio de uma radiografia panorâmica, pois sofre menos interferência dos fatores que alteram a erupção, além de proporcionar uma maior riqueza de informações sobre os dentes, desde o início da formação da coroa dentária até o fechamento apical (fechamento da raiz). Com um treinamento adequado e comparação com tabelas, a idade do indivíduo pode ser estimada com maior precisão.

Material e métodos

Para realizar a comparação entre as idades e os estágios de mineralização, foi utilizada a média de idades dos estágios de mineralização dos terceiros molares das pesquisas realizadas no município de Belém (LISBÔA, 2013) e nos Estados de São Paulo e Alagoas e no Nordeste do Brasil.

Os resultados das pesquisas foram obtidos após análise de radiografias panorâmicas (Figura 1) das fases de mineralização dos dentes terceiros molares com suas médias de idades para cada fase. Os estágios de mineralização avaliados foram 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, segundo a classificação de Nicodemo, Moraes e Mé dici Filho (1974), com idades variando de 10 a 21 anos.

Figura 1: Exemplo de radiografia panorâmica na qual se observa os dentes 18, 28, 38 e 48



Análise da mineralização dos terceiros molares

A mineralização dos terceiros molares (18, 28, 38 e 48) foi classificada seguindo a escala proposta por Nicodemo, Moraes e Mé dici Filho (1974), que avalia os estágios de formação dos dentes preconizados por Nolla (1960), o qual apresenta 8 estágios de mineralização para os terceiros molares. Nesta pesquisa acrescentaram-se estágios de mineralização, para permitir um aumento da margem de aproximação da estimativa da idade, perfazendo um total de 10 estágios a serem analisados. Estágio 1, pela presença anterior a mineralização de uma área radiolúcida denominada esboço ou cripta óssea; Estágio 9, pela observação da existência de raiz formada, sem o fechamento de seu ápice.

No presente estudo, o método de Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974) foi o escolhido para servir como parâmetro de avaliação com a literatura nacional e internacional por se tratar de um método com amostra brasileira e por ser considerado de fácil utilização, já que se baseia na comparação da imagem radiográfica dos dentes terceiros molares aos estágios de mineralização tabulados.

Figura 2: Estágios de mineralização dos dentes permanentes propostos por Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974)



Note: (1) Primeira evidência de formação da coroa; (2) um terço da coroa; (3) dois terços da coroa; (4) coroa completa; (5) início da mineralização da raiz; (6) um terço da raiz; (7) dois terços da raiz; (8) término apical

A escolha das fases ou estágios de mineralização a serem avaliados se deu por serem considerados de interesse legal, sendo a faixa etária que mais necessita ser estimada dentro dos institutos médicos legais devido a menores infratores ou adultos em flagrante delito, não portando documento e simulando idade inferior para não sofrerem punições. Também são faixas de grande importância em casos de crimes sexuais.

Para facilitar o entendimento dos resultados, será denominada de equilíbrio, a diferença de até 8 meses entre os estágios de mineralização, quando relacionados às idades e, diferenças abaixo e acima desse período denominados precoces e tardias, respectivamente. Os estágios 1, 2 e 3 não foram observados nessa amostra em razão da faixa de idade da pesquisa (12 a 21 anos) e os referidos estágios acontecerem em idades inferiores.

Análise estatística

Inicialmente os dados coletados foram armazenados no programa Microsoft Office Excel 2007 e, posteriormente, estes foram analisados com

recursos dos programas Statistic 6.0 e SPSS 20.0. As análises da mineralização dos terceiros molares foram calculadas partindo das médias sendo de idade cronologia e o desvio-padrão para cada um dos estágios de mineralização proposto por Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974) (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8) mais os estágios incorporados no projeto (presença de cripta e raiz dentária formada com ápice aberto), divididos por dente analisado (18, 28, 38 e 48), e por sexo (feminino e masculino). Posteriormente, foi aplicada a análise descritiva.

Análise descritiva

A análise descritiva é definida como a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, sendo utilizados, geralmente, para organizar, resumir e descrever os aspectos mais importantes de um conjunto de características observadas ou para comparar as características entre dois ou mais conjuntos de dados (REIS; REIS, 2002).

A técnica de análise descritiva é utilizada a partir da identificação das medidas de tendência central, existentes dentro de um conjunto de dados coletados. Tais medidas são determinadas a partir do valor típico da variável, o qual se caracteriza como um modo de resumir a informação que está contida nos dados, uma vez que deve ser escolhido um valor que representará os demais (REIS; REIS, 2002).

A identificação das medidas de tendência central, também chamadas de valor típico, se dá a partir da determinação da média, da mediana e da moda do conjunto de dados colhidos. Assim, pode-se dizer que média é a soma de todos os valores observados, dividida pelo número total de observações. É uma medida de tendência central. A média aritmética é o valor que melhor representa um conjunto de dados (VIEIRA NETO, 2004).

Na análise descritiva de dados, além das medidas de tendência central, existem as chamadas medidas de variabilidade, que identificam o grau de dispersão dos dados em relação ao valor típico determinado. A amplitude total, o desvio-padrão e o coeficiente de variação são as medidas mais utilizadas para determinar a variabilidade contida em um conjunto de dados. Neste trabalho foi utilizado somente o desvio-padrão, que é a medida de dispersão mais usada. Ele mede a dispersão ou variação dos valores individuais em torno da média (VIEIRA NETO, 2004).

Nesta pesquisa, a análise descritiva dos dados é feita de modo a considerar as idades com que os estágios de mineralização dos terceiros molares ocorrem, levando-se em consideração as idades até 21 anos.

Resultados e discussões

Análise descritiva

A Tabela 1 apresenta as idades médias da amostra que compõem o presente estudo, de onde é possível observar que as idades médias encontradas no município de Belém sempre iniciam acima dos 15 anos, considerando que este comportamento ocorre tanto para os dentes analisados (18, 28, 38 e 48), como para o sexo do indivíduo. Nota-se também que nos estágios 4, 5, 6 e 7 não há grandes variações entre as idades médias, no entanto percebe-se uma tendência crescente ao longo dos estágios 8, 9 e 10.

De posse destes resultados, pode-se dizer que o dente 3^o molar não apresenta um desenvolvimento previsível, já que tem uma formação e tempo de mineralização irregular e individual, corroborando com a citação de Cordeiro et al. (1999), onde eles afirmam que cada indivíduo poderá apresentar um padrão de desenvolvimento distinto, sendo de grande importância a observação dos fatores genéticos, hormonais, ambientais ou socioeconômicos.

Tabela 1: Medidas estatísticas da idade do indivíduo do sexo masculino e feminino por dente (18, 28, 38 e 48) do município de Belém (LISBÔA, 2013)

Estágio	Dente 18		Dente 28		Dente 38		Dente 48	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
4	15,33	16,4	15,33	15,33	15	15,33	15	15,25
5	16	15,56	17	16	15,58	15,56	15,38	15,78
6	15,75	16,29	15,33	15,94	15,38	15,96	15,83	16,35
7	15,43	16,4	15,6	16,68	16,22	16,69	16,1	16,57
8	16,43	17,43	16,33	17,36	16,4	17,21	16,56	17,23
9	17,64	18,22	17,67	18,15	17,59	18,51	17,47	18,39
10	19,62	19,4	19,52	19,47	20,05	19,58	20	19,78

Nota: Não foram observados molares nos estágios de mineralização 1, 2 e 3

As Tabelas 2 a 5 mostram as idades médias dos terceiros molares superiores (18 e 28) e inferiores (38 e 48) do município de Belém (LISBÔA, 2013), bem como as idades médias dos estágios de mineralização dos dentes de alguns estudos realizados em outros Estados do Brasil.

Tabela 2: Comparação dos estágios de mineralização do dente 18

Estágio	Lisbôa		Nicodemo et al.		Dantas		Cornelio Neto		Carneiro	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3		-	9,75	9,75	10,30	10,60	-	-	10,75	10,54
4	15,33	16,40	10,75	10,75	11,20	11,30	-	-	11,00	11,02
5	16,00	15,56	13,00	13,00	12,90	13,30	13,66	13,44	12,05	11,69
6	15,75	16,29	14,75	14,75	14,90	15,00	-	-	13,27	13,46
7	15,43	16,40	16,40	16,40	15,30	15,80	-	-	15,06	15,36
8	16,43	17,43	17,75	17,75	-	-	-	-	16,49	17,85
9	17,64	18,22	-	-	15,90	17,00	-	-	-	-
10	19,62	19,40	19,25	19,25	18,30	18,50	20,87	20,21	19,50	19,75

Durante a presente pesquisa, avaliou-se que a origem geográfica é um dos fatores que pode influenciar a mineralização dos dentes, em particular os terceiros molares, e consequentemente a idade biológica do indivíduo.

Observando-se os resultados, diferentes proporções dos estágios de mineralização para os terceiros molares foram encontradas, tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino, na maioria dos eventos.

Tabela 3: Comparação dos estágios de mineralização do dente 28

Estágio	Lisbôa		Nicodemo et al.		Dantas		Cornelio Neto		Carneiro	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
3		-	9,75	9,75	10,3	10,6	-	-	10,75	10,54
4	15,33	16,4	10,75	10,75	11,2	11,3	-	-	11	11,02
5	16	15,56	13	13	12,9	13,3	13,66	13,44	12,05	11,69
6	15,75	16,29	14,75	14,75	14,9	15	-	-	13,27	13,46
7	15,43	16,4	16,4	16,4	15,3	15,8	-	-	15,06	15,36
8	16,43	17,43	17,75	17,75	-	-	-	-	16,49	17,85
9	17,64	18,22	-	-	15,9	17	-	-	-	-
10	19,62	19,4	19,25	19,25	18,3	18,5	20,87	20,21	19,5	19,75

Nota: Não foram observados molares nos estágios de mineralização 1 e 2

Nas Tabelas 2 e 3, para o término da formação da coroa (Estágio 5), no município de Belém (LISBÔA, 2103), os resultados apontaram uma média os dentes 18 e 28 entre as idades de 15 e 16 anos, tanto no sexo masculino como no feminino. Nas pesquisas de Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974) referem uma média de 13 anos para esta fase de formação dos terceiros molares, similares à pesquisa realizada no Nordeste brasileiro por Dantas (2010) que foi de 12,80 para o masculino.

Para o término da formação do dente, ou seja, o estágio 10, Lisbôa (2013) refere uma idade mínima média de 19 anos para ambos os sexos. Resultado parecido encontraram Carneiro et al. (2010), cuja a média foi de 19,50 anos para o sexo masculino e 19,75 anos para o feminino. A tabela de Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974) aponta a média de 19,25 anos para essa fase. Dantas (2010) obteve como resultado em sua pesquisa a média de 18,25 anos para o masculino. Carneiro et al. (2010), em sua pesquisa realizada no Estado de Alagoas, afirmam não ter diferenças significativas entre os estágios de mineralização dos terceiros molares e o sexo, exceto para o estágio 8 dos dentes superiores (18 e 28) que apresentaram uma média maior para o sexo feminino de 17,85 anos em relação ao masculino que é 16,49 anos.

Oliveira (2010) refere uma importante consideração a respeito da fase final de formação do dente, onde as médias de idade cronológica estipuladas para esse estágio devem ser avaliadas com cautela, pois estas médias podem variar em função do limite superior de idade estipulado na amostra, induzindo a conclusões equivocadas.

Alguns estudos apresentam preferência pela utilização dos dentes inferiores para o estudo do desenvolvimento dentário, justificando a escolha em virtude da possível dificuldade da visualização dos dentes superiores pela sua localização e relação anatômica com estruturas ósseas maxilares (OLIVEIRA, 2010). Cornélio Neto (2000) observou diferenças de precocidade mínimas tanto para o lado direito quanto para o lado esquerdo.

Lisbôa (2013) mostrou que para o estágio 5 (coroa dentária completa) nos dentes 38 e 48 aponta uma média de idade por volta dos 15 anos e meio. Dantas (2010), ao analisar os terceiros molares inferiores, encontrou a média que varia de 12,50 a 13,00 anos. Carneiro et al. (2010) na análise da população de Alagoas, encontraram a média de 12,11 anos no sexo masculino e 11,69 no sexo feminino (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4: Comparação dos estágios de mineralização do dente 38

Estágio	Lisbôa		Nicolodemo et al.		Dantas		Oliveira		Cornélio Neto		Carneiro	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
	3	-		9,75	9,75	10,4	10,3	9,57	10,16	-	-	10
4	15	15,33	10,75	10,75	11,3	11,7	10,92	10,75	-	-	11,3	10,91
5	15,58	15,56	13,000	13	12,6	13	12,91	13,22	13,61	15,23	12,11	11,69
6	15,38	15,96	14,75	14,75	14,9	15,3	14,72	14,07	-	-	13,19	13,94
7	16,22	16,69	16,4	16,4	15,6	16,5	15,94	16,6	-	-	15,26	15,41
8	16,4	17,21	17,75	17,75	16,3	17,3	17,35	18,47	-	-	17,25	17,91
9	17,59	18,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	20,05	19,58	19,25	19,25	18,6	19	21,76	21,63	21,01	20,93	19,36	20,1

Nota: Não foram observados molares nos estágios de mineralização 1 e 2

Tabela 5: Comparação dos estágios de mineralização do dente 48

Estágio	Lisbôa		Nicodemo et al.				Dantas		Oliveira		Cornelio Neto		Carneiro	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
	3	-	-	9,75	9,75	10,2	10,4	9,5	10,1	-	-	10	9,15	
4	15	15,25	10,75	10,75	11,5	11,9	10,84	11,33	-	-	11,3	10,91		
5	15,38	15,78	13	13	12,5	13	13,08	13,27	13,12	15,07	12,11	11,69		
6	15,83	16,35	14,75	14,75	14,9	15,4	14,14	14,41	-	-	13,19	13,94		
7	16,1	16,57	16,4	16,4	15,7	16,7	15,6	16,5	-	-	15,26	15,41		
8	16,56	17,23	17,75	17,75	16,4	17,5	17,47	18,41	-	-	17,25	17,91		
9	17,47	18,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	20	19,78	19,25	19,25	18,6	18,9	21,76	21,66	21,24	20,7	19,36	20,1		

Nota: Não foram observados molares nos estágios de mineralização 1 e 2

Já em relação ao último estágio de mineralização dos terceiros molares (estágio 10), a média de idade de Lisbôa (2013) foi próxima da encontrada na pesquisa de Carneiro et al. (2010), idade próxima aos 20 anos. Já a pesquisa de Oliveira (2010) mostrou retardo na formação final do terceiro molar, 21,76 anos, enquanto que no estudo de Dantas (2010) mostrou precocidade, 18,60 anos.

Sisman et al (1974), em pesquisa com crianças e adolescentes turcos, afirmam que 70% dos homens e 80% das mulheres eram maiores de 21 anos quando chegavam ao estágio 10 (estágio H de Demirjian), e apenas 7 indivíduos apresentavam a formação completa do terceiro molar antes dos 18 anos de idade.

A pesquisa realizada por Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974) não faz diferença quanto ao sexo masculino e feminino, bem como ao arco superior e inferior, apresentando a média de idade de 13 anos.

Carneiro et al. (2010), em pesquisa realizada no Estado de Alagoas, afirmam não ter diferenças significativas entre os estágios de mineralização dos terceiros molares e o sexo, exceto para o estágio 7 dos dentes superiores (18 e 28) que apresentaram uma média maior para o sexo feminino (214.30 meses ou 16,49 anos), em relação ao masculino (197,88 meses ou 17,85 anos)

Considerações finais

A colaboração da Odontologia Legal nos processos de estimativa da idade cronológica por meio da utilização de radiografias panorâmicas é incontestável, sendo uma ferramenta auxiliar no estudo da idade, assumindo nos dias atuais, o exame de grande relevância em virtude das grandes demandas judiciais e do aumento da violência na sociedade moderna.

Inicialmente pode-se concluir com base nas pesquisas já realizadas, que apesar de terem sido avaliados os quatro terceiros molares, constatou-se que os dentes inferiores apresentaram maior nitidez para visualização radiográfica, conforme citações de diversos autores.

Já em relação ao desenvolvimento dos molares, no geral, conclui-se que no município de Belém há um retardo no desenvolvimento dos terceiros molares, dos estágios 4 ao 7 nos dentes 18 e 48 e, do estágio 4 ao 8 nos dentes 28 e 38. No sexo masculino, o retardo no desenvolvimento abrange os estágios de mineralização 4 ao 8 nos dentes 18, 38 e 48 e, do estágio 4 ao 9 no dente

28. No estágio 10 de mineralização, a média de idade encontrada é superior a 18 anos. Foi também encontrada diferença significativa na idade, entre os dentes, quando se encontravam no estágio 5 de mineralização.

Comparando os trabalhos da população do Nordeste brasileiro, Alagoas e São Paulo com a população do município de Belém, esta apresenta uma média de idade para o estágio 5, coroa completa, mais velha para essa fase, acima dos 15 anos. Já em relação ao último estágio de mineralização dos terceiros molares, a média de idade foi próxima da encontrada na pesquisa de Carneiro et al. (2010), em torno de 19 anos tanto no sexo masculino como no sexo feminino. Já a pesquisa de Oliveira (2010) mostrou retardo na formação final do terceiro molar de 21,76 anos, enquanto que no estudo de Dantas (2010) mostrou precocidade de 18,60 anos.

A técnica utilizada por Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974) é um método simples e não invasivo, e que apresenta confiabilidade e facilidade na aplicação prática para a estimativa da idade. Por meio desse método, a população avaliada apresentou uma forte correlação entre a idade cronológica e os estágios de mineralização dos terceiros molares.

Muito importante ressaltar que os estudos sobre o desenvolvimento do ser humano não devem ser apenas dirigidos à observações de fases ou idades únicas, mas de uma combinação entre ambas, por apresentarem fatores interligados. Destaca-se ainda, que a formação do terceiro molar se dá em uma fase na qual o indivíduo está sofrendo as mais variadas influências endócrinas, nutricionais e até mesmo emocionais, as quais podem contribuir de forma decisiva para a diversidade encontrada no relacionamento idade *versus* estágios de mineralização.

Por fim, pode-se afirmar que a importância prática da utilização de tabelas, resultantes de pesquisas, na estimativa da idade cronológica, compreende a responsabilidade que o profissional, no caso o perito odontologista, assume perante a justiça, em formular laudos que podem determinar o futuro dos indivíduos examinados sobre principalmente questões criminais.

Referências

- ARBENZ, G. O. *Contribuição para o estudo da estimativa da idade pelo número de dentes permanentes irrompidos, em escolares da cidade de São Paulo, brancos, nascidos no Brasil*. 1961. 121 f. Tese (Cátedra em Odontologia) – Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.
- BOLFARINE, H; BUSSAB, W. O. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística básica*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CAMPOS, M. L. Determinação da idade pelos dentes. In: VANREL, J. P. *Odontologia Legal e Antropologia Forense*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- CARNEIRO, A. P. C.; GUIMARÃES, J. A. T. L.; SILVA, R. M. I.; SANTIAGO, A. P. C. S. Chronological table of third molar mineralization in a survey in the state of Alagoas, Brazil. *Braz. J. Oral Sci*, v. 9, n. 4, p. 488-492, out.-dez. 2010.
- CIAPPARELLI, L. The chronology of dental development and age assessment. In: CLARK, D. H. (Ed.). *Practical Forensic Odontology*. p. 22-42, 1992.
- CORDEIRO, R. C. L.; SANTOS-PINTO, L. A. M.; GONÇALVES, M. A.; MENDES, A. J. D. Etapas da formação e mineralização do terceiro molar em crianças. Estudo radiográfico. *Revista de Odontologia da UNESP*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 401-414, 1999.
- CORNELIO NETO, W. L. *Estimativa da idade pela mineralização dentária dos 3^{os} molares através de radiografias panorâmicas*. 2000. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2000. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000205991> Acesso em: jul. 2011.
- DANTAS, R. M. X. Correlação entre idade cronológica e mineralização dos terceiros molares em uma amostra populacional do nordeste brasileiro. João Pessoa, 2010.
- FÁVERO, F. *Medicina legal*. 6. ed. São Paulo: Martins, v. 1, p. 77-88, 1958.
- GALVÃO, M. F. *Estimativa da Idade pelos dentes através de sistema computadorizado integrado*. 1999. Dissertação (Mestrado em Clínica

Odontológica) – Programa de Pós-Graduação em Clínica Odontológica, Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba-SP, 1999.

LISBÔA, M. B. M. *Radiografia panorâmica no contexto da segurança pública: estimativa da idade no caso de Belém/PA*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Defesa Social e Mediação de Conflitos (PPGDSMC), Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MÉDICI FILHO, E. *Cronologia da mineralização dos caninos, pré-molares e segundos molares, pelo método radiográfico*. 1973. Tese (Doutorado). São José dos Campos: Faculdade de Odontologia da Unesp, 1973.

MEINL, A.; TANGL, S.; HUBER, C.; MAURER, B.; WATZEK, G. The chronology of third molar mineralization in the Austrian population – a contribution to forensic age estimation. *Forensic Sci Int*, v. 169, n. 2-3, p. 161-167, jul. 2007.

NICODEMO, R. A.; MORAES, L. C.; MÉDICI FILHO, E. Tabela cronológica da mineralização dos dentes permanentes entre brasileiros. *Rev. Fac Odont*, São José dos Campos-SP, v. 3, n. 1, p. 55-6, 1974.

OLIVEIRA, F. T. *Estimativa da Idade cronológica por meio de avaliação radiográfica da mineralização de terceiros molares e altura do ramo da mandíbula*. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Odontologia de Bauru da USP, Bauru-SP, 2010.

PEIRIS, T. S.; ROBERTS, G. J.; PRABHU, N. Dental age assessment: a comparison of 4- to 24- year-olds in the United Kingdom and an Australian population. *International Journal of Paediatric Dentistry*, v. 19, p. 367-376, 2009.

PEREIRA, M. *Contribuição da radiografia maxilo-dentária para a determinação da idade ideal*. 1940. (Trabalho apresentado à Sociedade de Medicina e Cirurgia para concorrer à vaga do Prof. Dr. Flamínio Fávero) - Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1940.

REIS, E. A.; REIS, I. A. *Análise descritiva de dados: Síntese numérica*, 1. ed. Belo Horizonte, jul. 2002.

SCHMELING, A.; REISINGER, W.; GESERIK, G.; OLZE, A. Age estimation of unaccompanied minors – Part I. General considerations. *Forensic Sci Int.*, v. 159, Supplement, p. S61-S64, 2006.

SCHMIDT, C. M. *Estimativa da idade e sua importância forense*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Biologia Bucodental, Piracicaba: Faculdade de Odontologia de Piracicaba da Universidade Estadual de Campinas. 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000322790>>. Acesso em: jul. 2011.

SILVA, M. *Compêndio de Odontologia Legal*. São Paulo: Editora Medsi, 1997. p. 114-19.

SILVA, R. F.; MARINHO, D. E. A.; OTELHO, T. L.; CARIA, P. H. F.; BERZIN, F.; DARUGE JUNIOR, E. Determination of age by dental and wrist joint radiograph analysis: a forensic case report. *Arq Odontol*, v. 44, n. 2, p. 93-8, 2008.

SISMAN, Y.; UYSAL, T.; YAGMUR, F.; RAMOGLU, S. I. Third-molar development in relation to chronologic age in Turkish children and young adults. *Angle Orthodontist.*, v. 77, n. 6, p. 1040-5, 2007.

VIEIRA NETO, P. *Estatística descritiva: conceitos básicos*. São Paulo, 2004.

CAPÍTULO 16

Mortes na semana santa: as estradas e as rodovias federais no Estado do Pará

Tainah Sousa do Nascimento

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e policial rodoviária federal. Belém – Pará – Brasil. tainahnascimento@globo.com

Andréa Bittencourt Pires Chaves

Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (NAEA-UFPA) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. andreachaves@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Amaury Suzart Farias da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e perito criminal da Polícia Técnico-Científica do Estado do Amapá. Macapá – Amapá – Brasil. a.suzart@hotmail.com

Flávia Siqueira Corrêa

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e major do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. flaviacaju@hotmail.com

Resumo

Os acidentes de trânsito são uma constante preocupação da sociedade em âmbito mundial e os organismos multilaterais apresentam diretrizes para combater este tipo de sinistro. Este trabalho tem o objetivo de analisar os resultados de acidentes de trânsito que ocorreram durante o feriado da Semana Santa, no ano de 2015, no Estado do Pará. Para isso, utilizou-se a técnica estatística análise descritiva, tendo como objeto o balanço oficial divulgado pela Polícia Rodoviária Federal, responsável pela fiscalização ostensiva nas estradas e nas rodovias federais. Os resultados deste estudo revelaram que houve uma redução no número de acidentes e feridos, em comparação com o ano anterior. Tal diminuição constatada leva à conclusão da existência de uma relação intrínseca entre o quantitativo de sinistros com a intensificação da fiscalização.

Palavras-chave: Polícia Rodoviária Federal. Fiscalização. Acidente de Trânsito.

Introdução

O Art. 144, da Constituição Federal, estabelece aos órgãos da segurança pública a responsabilidade pela preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). Dentre esses órgãos, destaca-se a Polícia Rodoviária Federal, que é responsável pela fiscalização ostensiva de estradas e rodovias federais, conforme o Art. 20 da legislação de trânsito (BRASIL, 1997).

Dentre as atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), as mais enaltecidas pela sociedade são os serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas, pois trazem em seu bojo a missão de preservação de vidas.

Para Honorato (2011), trata-se de um desafio reconhecer o “trânsito seguro” como um direito humano e fundamental de segunda dimensão, pois representa a proteção da vida e a incolumidade física daquelas pessoas que fazem uso das vias terrestres. Após esse reconhecimento, o Estado deveria incumbir-se do papel de proteger todos os direitos humanos, incluído o direito ao trânsito seguro. O próximo passo seria a efetivação de ações para garantir a segurança viária.

Sendo “trânsito seguro” um direito humano de segunda dimensão, previsto constitucionalmente, já que é um instrumento de proteção da vida, Honorato (2011, p. 1) informa que o trânsito seguro é um direito humano fundamental de segunda dimensão, sendo uma garantia imprescindível para a proteção da vida e da incolumidade física dos usuários das vias terrestres, prevista na Constituição Federal; a qual deve ser promovida pelo Estado, declarando não apenas a liberdade de ir e vir (direito individual), mas também o trânsito seguro como um conjunto de deveres coletivos (direito coletivo), garantindo o bem comum, em uma sociedade democrática, para assegurar a segurança viária e proteger os usuários das vias terrestres (HONORATO, 2011).

Somente após esse reconhecimento de ser o “trânsito seguro” um direito humano e efetivação destes direitos defendidos por Honorato (2011), é que se poderia pensar em internacionalizar o ideal de trânsito seguro como direito humano e posteriormente implantar um sistema homogêneo de sinais viários.

Destaca-se, desta forma, trecho do Código de Trânsito Brasileiro, que menciona o direito a um trânsito seguro nas disposições preliminares, Arts. 1, parágrafos 2º e 3º (BRASIL, 1997, p. 1):

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito (BRASIL, 1997, p. 1).

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro (BRASIL, 1997, p. 1).

O cenário do Brasil em relação à mortalidade no trânsito, antes de ter sido proclamada a “Década de Ações para a Segurança Viária”, era preocupante, pois segundo a OMS (2009), é nos países com menores índices de desenvolvimento que as maiores taxas de fatalidade ocorrida no trânsito são registradas.

Segundo informações da Organização Mundial de Saúde, mais de 90% das mortes por acidente de trânsito ocorrem em países de baixa e média renda (WHO, 2009). Esse dado nos leva a refletir sobre o motivo do Brasil apresentar quantidades significativas de acidentes de trânsito: no ano de 2010 o Brasil apresentou mais de 40 mil mortes em acidentes de trânsito, segundo informações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011).

A projeção numérica que previa o aumento das taxas de acidentes de trânsito preocupava mais ainda; os estudiosos indicavam que tal cenário sobre os acidentes com vítimas fatais alcançou dimensões pandêmicas¹ (IPEA, 2006; DENATRAN, 2011; ANTP, 2011). A “Década de Ações para a Segurança Viária” ou “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”², que

¹ Uma epidemia ocorre quando uma doença infecciosa e transmissível iniciada em uma determinada região espalha-se rapidamente para outras regiões. Uma pandemia se difere de uma epidemia devido às suas maiores proporções: é um doença infecciosa, transmissível e mortal que se espalha por vários continentes ou até mesmo por todo o planeta, segundo França (2013).

² Em 02.03.2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), durante o 64º período de sessões (Tema 46 do Programa), por meio da Resolução Nº. A/64/255 (sobre “Melhoria da Segurança Viária no Mundo” - “Improving global road safety”), proclamou “o período de 2011-2020 ‘Década de Ações para Segurança Viária’, com o objetivo de estabilizar e, posteriormente, reduzir os índices de vítimas fatais no trânsito em todo o mundo, aumentando as atividades nos planos nacional, regional e mundial”.

compreende o período de 2011 a 2020, foi proclamada com o fim de estagnar e, posteriormente, reduzir os índices de pessoas mortas ou com traumatismo, provocados nos acidentes de trânsito.

Os prejuízos de mortes e traumas causados por acidente de trânsito ultrapassam a esfera dos custos financeiros, que não são baixos, e incluem o sofrimento da família no caso de morte; incapacidades físicas, podendo ser temporárias ou permanentes, problemas psicológicos etc.

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo em relação aos resultados divulgados pela PRF sobre os acidentes de trânsito ocorridos durante a Operação Semana Santa, no ano de 2015, em estradas e rodovias federais do Estado do Pará, traçando um comparativo com os resultados de acidentes de trânsito ocorridos no mesmo feriado, em 2014. Para isso, utilizaram-se os balanços oficiais da Operação Semana Santa, divulgados pela Polícia Rodoviária Federal, relativos aos anos de 2014 e 2015.

A Semana Santa vem sendo o segundo feriado nacional com maior número de acidentes de trânsito registrados pela Polícia Rodoviária Federal. Em 2014, a Operação Semana Santa da PRF iniciou-se em 17 de abril de 2014 (quinta-feira) e foi encerrada em 21 de abril de 2014 (segunda-feira), coincidindo com o feriado de Tiradentes (PRF, 2014).

Em 2015, a Operação Semana Santa iniciou em 02 de abril de 2015 (quinta-feira) e terminou em 06 de abril de 2015 (segunda-feira). Segundo a PRF, o principal objetivo é “reduzir a violência no trânsito, com atenção especial às causas dos acidentes graves, ou seja, aqueles que resultam em feridos graves ou óbitos” (PRF, 2015, p. 1).

Revisão bibliográfica

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Associação Nacional de Transporte Público:

O Brasil é reconhecidamente um dos recordistas mundiais de acidentes de trânsito. O problema se revela não apenas pelo número absoluto de acidentes, mas também pela alta incidência de acidentes por pessoa ou por veículo em circulação, que se reflete em índices que demonstrem a real periculosidade do trânsito no país (IPEA, 2003, p. 7; ANTP, 2011).

No período de janeiro de 2008 até junho de 2010, foram registradas no Brasil 52.379 mil mortes em decorrência de acidente de trânsito, segundo dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010).

Em 2009, a Organização Mundial de Saúde informou que o Brasil ocupava o quinto lugar no *ranking* de países recordistas em acidentes de trânsito, ficando atrás da Índia, China, Estados Unidos e Rússia (DENATRAN, 2011). A Organização das Nações Unidas, em assembleia geral, publicou a Resolução A/64/L44, em 02 de março de 2010, proclamando a “Década de Ações para a Segurança Viária”, compreendendo o período de 2011 a 2020 (DENATRAN, 2011).

Em 2010, houve registro, no Brasil, de aproximadamente 43.000 mortes decorrentes de acidentes de trânsito, dentre as quais, cerca de 82% dos óbitos atingiram pessoas do gênero masculino (BRASIL, 2012). Em maio de 2011, foi lançado o “Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito - Um Pacto pela Vida”, o qual visa integrar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, englobando União, estados e municípios somados à sociedade civil, com o objetivo de reduzir os acidentes e a violência no trânsito, além de ter como meta a construção do “Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década de 2011-2020” (DENATRAN, 2011).

O objetivo principal da proposta preliminar do citado plano é a redução de mortes e acidentes graves causados por acidentes de trânsito. Para isso, descreve um conjunto de medidas a serem adotadas para o fim de contribuir com a redução das taxas de mortalidade e lesões por acidente de trânsito no Brasil, por meio da implementação e intensificação da fiscalização, educação, saúde, infraestrutura e segurança veicular, a serem implantadas a curto, médio e longo prazo, conforme afirma o texto do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN, 2011).

A proposta do Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década de 2011-2020 possui os seguintes pilares: fiscalização, educação, saúde, infraestrutura e segurança veicular.

O Mapa da Violência de 2014 informa que os acidentes de transporte, que apresentaram uma considerável queda na década de 1990, como consequência da entrada em vigor do Código de Trânsito Brasileiro, em 1997, retomaram a tendência de crescimento em meados dos anos 2000, com um significativo aumento de 36% entre os anos de 2000 e 2012, na contramão das tentativas de diminuição dos mesmos. Observou-se um

aumento considerável, pois as taxas passam de 20,2 para 23,7 mortes por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2013).

Quando o estudo de Waiselfisz (2013) analisa a evolução dos óbitos por acidente de trânsito nas unidades da Federação, durante o período de 2002 a 2012, indica que a região Norte, juntamente com a região Nordeste, são as campeãs nos índices de crescimento de mortes em acidentes de trânsito, revelando aumentos de 64,80% e 76,00%, respectivamente. As motocicletas possuem grande motivo de preocupação, pois no ano de 2012 a taxa era de 8,4 mortes de motociclistas para cada cem mil habitantes, o que nos trouxe o resultado de 16,2 mil motociclistas mortos em 2012. Já a projeção para 2020 é de que essa taxa aumente para 12,0 mortes de motociclistas para cada cem mil habitantes, o que contabilizará cerca de 25,5 mil motociclistas mortos em 2020.

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2013) mostra que o Estado do Pará se destacou por um crescimento significativo de mortes no trânsito de mais de 80,00%, no mesmo período. Segundo o questionamento de outros estudiosos do fenômeno trânsito, Waiselfisz (2013, p. 161) contesta a nomenclatura “acidente de trânsito”, já que o termo acidente nos remete a algo “casual, fortuito, imprevisto, não planejado, um evento não intencional que produz danos e/ou ferimentos. E quando esse imprevisto origina um dano grave nas pessoas ou leva à sua morte, converte-se, então, em fatalidade, obra do destino, produto do acaso”.

Por parte do governo nota-se a inércia, visível por meio da falta de efetivação da Educação para o Trânsito, com a existência de poucas campanhas educativas, as quais carecem de apoio, infraestrutura e recursos humanos; falta melhoria na estrutura viária, com a manutenção, sinalização, iluminação, fiscalização e duplicação das rodovias, além de outros tantos problemas reiteradas vezes elencados, como a criação de passarelas, ciclovias e ciclofaixas, investimento em transporte público de qualidade para ser reduzida a necessidade de transporte privado, diminuindo, assim, a quantidade de veículos particulares e motocicletas transitando etc.

Considerando a grande quantidade de doenças e problemas relacionados à saúde em decorrência de acidente de trânsito, a Organização Mundial de Saúde estabeleceu a Classificação Internacional de Doenças (CID) como CID-10 para acidentes de trânsito. Há várias categorias que permitem descrever as circunstâncias do acidente, a categoria das vítimas, indicando se são pedestres, ciclistas, motociclistas, ocupantes de veículos etc. (OMS, 1997).

O questionamento sobre os motivos que fazem do Brasil um país com altíssimos índices de acidentes de trânsito é plausível. Uma das variáveis bastante exploradas é o comportamento humano. Há vários estudos sobre o comportamento das pessoas ao dirigir.

Apesar da expressividade dos números dos acidentes de trânsito, estes podem estar sendo mascarados pela subnotificação desses acidentes, considerando que o Pará é muito extenso, somado à baixa escolaridade da maioria da população e o fato de muitas das estradas e rodovias federais não possuírem fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, em virtude do efetivo insuficiente para atender toda a demanda do Estado (FENAPRF, 2013).

Material e métodos

A análise dos dados, objeto do presente estudo, compreende estradas e rodovias federais da circunscrição da Polícia Rodoviária Federal no Pará, que inclui os municípios da Região Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Benevides e Santa Isabel do Pará³), que constituem a região mais densamente povoada do Estado do Pará. Com 2.161.191 habitantes, esta área concentra 29,08% da população do estado (IBGE, 2009), durante a Operação Semana Santa da PRF.

Os dados analisados no presente estudo foram levantados a partir dos Balanços Oficiais da Operação Semana Santa de 2014 e da Operação Semana Santa de 2015, da Polícia Rodoviária Federal, disponibilizados aos autores em abril de 2015, pelo Núcleo de Comunicação da 19ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal/Pará, relativamente aos acidentes ocorridos nas estradas e rodovias federais neste Estado.

Após diagnóstico do cenário mundial e posteriormente no território brasileiro, foram levantados índices de acidentes no Pará, no período da Semana Santa, identificando os esforços da PRF na prevenção desses acidentes e na tentativa de identificar aquelas causas que possivelmente contribuíram diretamente na redução de traumas e acidentes de trânsito no Pará.

Os dados estudados foram o total de acidentes, o total de feridos, o total de mortos, a quantidade de carteiras nacionais de habilitação (CNH) apreendidas, a quantidade de veículos retidos, a quantidade de notificações de infração, a

³ A cidade de Castanhal não foi incluída no presente estudo, apesar de fazer parte da Região Metropolitana de Belém (RMB).

quantidade de condutores autuados por embriaguez ao volante, a quantidade de condutores presos por embriaguez ao volante e o total de testes de etilômetros realizados no período da Operação Semana Santa, em 2014 e 2015.

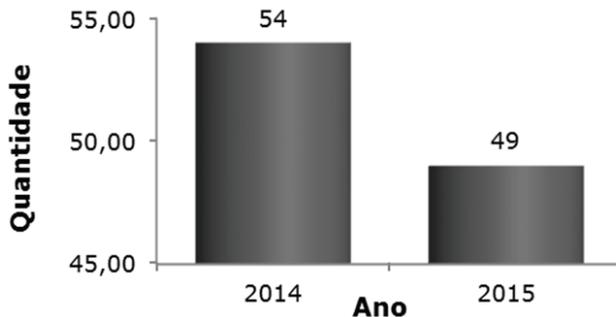
Sobre os casos de acidentes fatais, registrados no período, as variáveis analisadas são: (a) data e hora, (b) local, (c) causa provável do acidente, quando disponível, (d) tipo(s) de veículo(s) envolvido(s), e (e) quantidade de vítimas de acidentes fatais.

Resultados e discussões

Tendo em vista a quantidade de acidentes de trânsito, mortos e feridos no Brasil, serão analisados de forma comparativa os resultados dos Balanços Oficiais da Operação Semana Santa, de 2014 e 2015, divulgados pela Polícia Rodoviária Federal, relativos à Região Metropolitana de Belém (RMB), exceto a cidade de Castanhal.

A Figura 1 mostra o total de acidentes de trânsito registrados pela Polícia Rodoviária Federal em 2014 e 2015, durante a Operação Semana Santa, nas estradas e rodovias federais do Pará. Em 2014, ocorreram 54 acidentes de trânsito, enquanto que em 2015 ocorreram 49 acidentes de trânsito durante a mesma quantidade de dias da referida operação. Observa-se que ocorreu uma redução de aproximadamente 9,26% no total de acidentes de trânsito.

Figura 1: Total de acidentes de trânsito nas estradas e rodovias federais da RMB⁴, 2014 e 2015



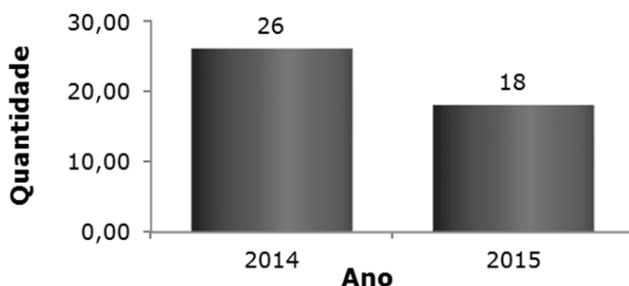
Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

⁴ RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal

Observa-se que no ano de 2014 foram registradas 26 pessoas feridas em decorrência de acidentes de trânsito, enquanto que em 2015 foram registradas 18 pessoas feridas, o que representa uma redução de 30,76% (Figura 2).

Acredita-se que a intensificação da fiscalização ostensiva da Polícia Rodoviária Federal, e as ações preventivas e educativas têm influência direta na redução dos índices de acidentes, mortos e feridos.

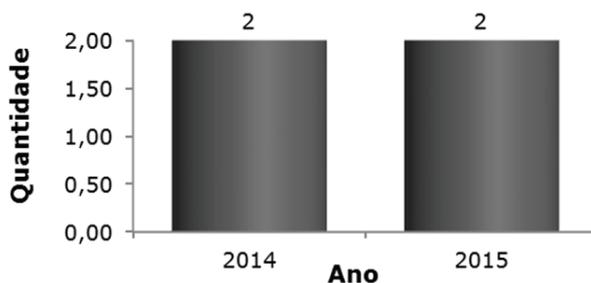
Figura 2: Total de feridos nas estradas e rodovias federais da RMB⁵, 2014 e 2015



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

A Figura 3 mostra o total de vítimas fatais em decorrência de acidente de trânsito. O número de mortos de 2015 permaneceu igual ao de 2014, durante a Operação Semana Santa da Polícia Rodoviária Federal, apesar do crescimento da frota de veículos em circulação no Estado do Pará (DETRAN/PA, 2014).

Figura 3: Total de mortos nas estradas e rodovias federais da RMB⁶, 2014 e 2015



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

⁵ RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal.

⁶ RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal.

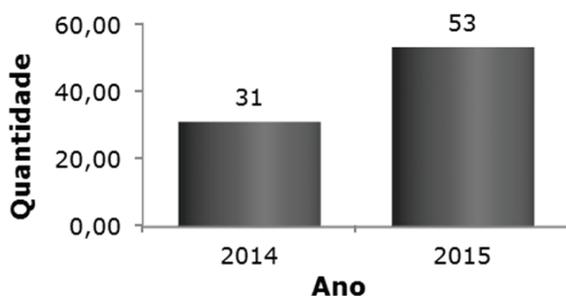
De acordo com os dados da PRF, em 2014, durante a Operação Semana Santa no Estado do Pará, foram registrados dois óbitos. O primeiro acidente ocorreu em 17.04.2014 (quinta-feira), às 23h10min, no quilômetro 968 da BR-163, em Santarém (PA), ocasião em que um veículo não identificado pelas testemunhas colidiu com uma bicicleta, ocasionando a morte de uma pessoa do gênero masculino. O segundo óbito ocorreu em 20.04.2014 (domingo), às 23h30min, no quilômetro 106 da BR-316, em Santa Maria do Pará (PA), ocasião em que o condutor de um automóvel perdeu o controle do veículo que saiu da pista e capotou. Havia quatro ocupantes no veículo, dos quais um ficou ileso, dois ficaram feridos e um morreu.

Em 2015, durante a Operação Semana Santa no Estado do Pará, a PRF também registrou dois óbitos. O primeiro acidente fatal ocorreu em 04.04.2015 (sábado), às 18h20min, no quilômetro 600 da BR-230, em Vitória do Xingu (PA), na ocasião o condutor de um automóvel perdeu o controle do veículo, saiu da pista e capotou, o condutor não resistiu e morreu no local do acidente. Vestígios deixados no local indicam que o veículo estava em alta velocidade.

O segundo acidente fatal ocorreu em 06.04.2015 (segunda-feira), às 14h30min, no quilômetro 17 da BR-316, em Marituba (PA), Região Metropolitana de Belém, na ocasião um pedestre tentava atravessar a rodovia e foi atropelado e morto por um caminhão.

Os dados da Figura 4 indicam a quantidade de Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) apreendidas por estarem vencidas há mais de 30 dias ou apresentarem suspeitas de falsificação.

Figura 4: CNH apreendidas nas estradas e rodovias federais da RMB⁷, 2014 e 2015



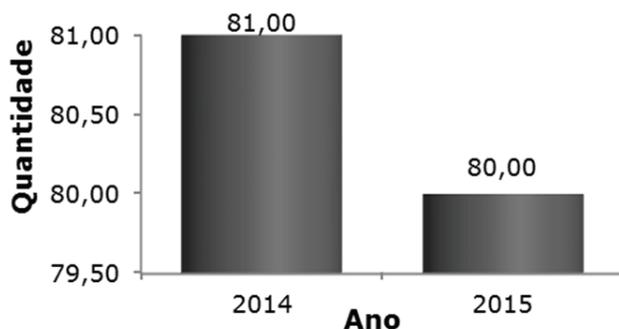
Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

⁷ RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal.

Em 2015, 53 CNH foram apreendidas, enquanto que em 2014 foram apreendidas 31 CNH, o que representa um aumento de 41,50% na quantidade de documentos apreendidos, conforme se pode depreender da Figura 4. Esse aumento na quantidade de CNH apreendidas é reflexo de mais autuações tendo como previsão de medida administrativa o recolhimento do documento de habilitação, o que demonstra uma possível intensificação na fiscalização ostensiva, que resultou em autuações.

Na Figura 5 é apresentado o comparativo de veículos retidos por apresentarem irregularidades na documentação e nos equipamentos obrigatórios, durante a Operação Semana Santa da PRF no Pará, de 2014 e 2015 (Figura 5). Observa-se que em 2014 foram retidos 81 veículos, enquanto que em 2015 foram retidos 80 veículos. Desta forma, depreende-se que houve uma redução de aproximadamente 1,23% neste indicador.

Figura 5: Veículos retidos nas estradas e rodovias federais da RMB⁸, 2014 e 2015

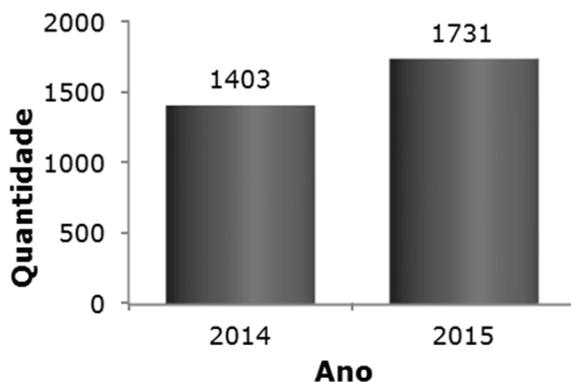


Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

Conforme mostra a Figura 6, houve um aumento da quantidade de notificações de infrações. Em 2014, foram registradas 1.403 notificações, enquanto que em 2015 foram registradas 1.731 notificações de infrações. Isto representa um aumento de 23,37% na quantidade de notificações de infrações (Figura 6).

⁸ RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal.

Figura 6: Notificações de infrações nas estradas e rodovias federais da RMB⁹, 2014 e 2015



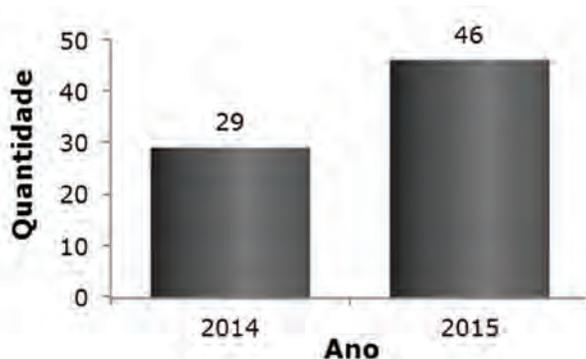
Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

Assim como em 2014, as principais infrações registradas em 2015 foram: transitar com o veículo com licenciamento atrasado, ultrapassagem em local proibido, transitar pelo acostamento, estacionar em acostamento, veículo em mau estado de conservação, passageiro sem cinto de segurança e excesso de lotação, conforme Balanço Oficial da Operação Semana Santa (PRF, 2015). Dentre essas, a ultrapassagem perigosa merece destaque, pois comumente é causa de acidente de trânsito, especialmente do tipo colisão frontal.

A Figura 7 apresenta a quantidade de condutores autuados por embriaguez ao volante, estando quantificadas as infrações administrativas e os crimes de trânsito, conforme disposição do Código de Trânsito Brasileiro (Figura 7). Observa-se que em 2014 foram autuados por embriaguez ao volante, 29 condutores e, em 2015, foram autuados 46 condutores, durante a Operação Semana Santa da PRF no Pará (Figura 7).

⁹ RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal.

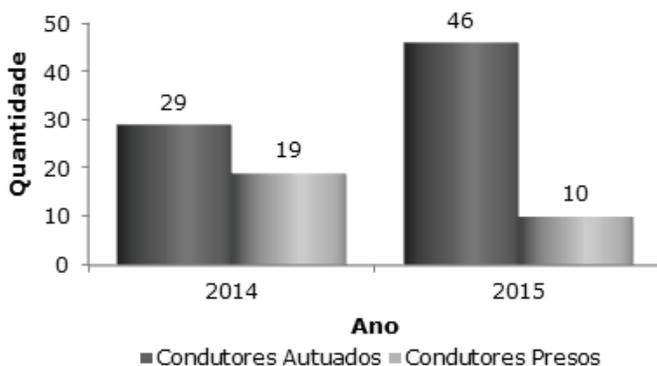
Figura 7: Condutores autuados por embriaguez ao volante nas estradas e rodovias federais da RMB¹⁰, 2014 e 2015



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

A Figura 8 apresenta a quantidade de condutores autuados por embriaguez ao volante como na Figura 7 (infração administrativa e crime de trânsito), comparando com a quantidade de condutores que foram presos pelo Crime de Trânsito do Art. 306 do CTB (BRASIL, 1997).

Figura 8: Autuação/prisão por embriaguez ao volante nas estradas e rodovias federais da RMB¹¹, 2014 e 2015



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

¹⁰ RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal.

¹¹ RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal.

Desta forma, em 2014 foram 10 condutores autuados somente de forma administrativa por embriaguez ao volante e foram 19 presos por embriaguez (Figura 8). Em 2015, foram 36 autuados de forma administrativa e foram 10 presos por embriaguez ao volante, por apresentarem nível de alcoolemia acima de 0,30 miligramas de álcool por litro de ar expelido pelos pulmões, conforme preceitua o Código de Trânsito Brasileiro (Figura 8).

Analisando os dados da Figura 8, percebe-se que houve um aumento da quantidade de condutores autuados por embriaguez ao volante, apresentando um crescimento de 36,00% na quantidade de condutores autuados por embriaguez, em 2015, que pode ser resultado da intensificação da fiscalização ostensiva no ano de 2015.

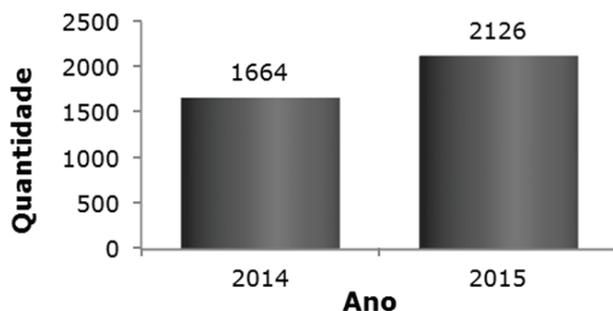
Em relação à quantidade de pessoas presas por embriaguez ao volante, houve uma diminuição de 47,36%, comparando os números de 2014 e de 2015, durante o período da Semana Santa.

Outra interpretação que se pode inferir dessa variação, entre pessoas autuadas e pessoas presas, é que os condutores que bebem e dirigem podem estar bebendo menos para não serem enquadrados no crime de trânsito, já que houve uma diminuição na quantidade de pessoas presas por embriaguez e aumento na quantidade de condutores autuados.

Na Figura 9 consta a quantidade de testes de etilômetro realizados no período da Operação Semana Santa da PRF, nas estradas e rodovias federais do Estado do Pará. Em 2014 foram realizados 1.664 testes de etilômetro. Já no ano de 2015, foram realizados 2.129 testes de etilômetro (Figura 9). Observa-se um crescimento de 27,95%, conforme os dados, na quantidade de testes de etilômetro realizados na fiscalização da Operação Semana Santa da PRF, em 2015.

Nota-se que há uma relação inversamente proporcional entre o número de testes de etilômetro, o qual apresentou um aumento significativo, e a quantidade de condutores presos por embriaguez ao volante: quanto mais intensa a fiscalização, menos pessoas são presas por embriaguez ao volante. Este panorama pode indicar que a população respeita mais as leis quando há intensa fiscalização.

Figura 9: Testes de etilômetro nas estradas e rodovias federais da RMB¹², 2014 e 2015



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2015)

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo apresentar um comparativo entre os números obtidos durante o mesmo período festivo da Semana Santa, nos anos de 2014 e 2015, para apurar a relação entre fiscalização e redução de acidentes. A abordagem é focalizada na análise estatística e na crítica dos dados apresentados em forma de gráficos.

Os gráficos apresentados nas Figuras de 1 a 9 demonstram que há uma relação direta entre fiscalização ostensiva intensa e redução de acidentes, feridos e vítimas fatais, conforme demonstram nos números. Em que pese a quantidade de óbitos ter sido a mesma em 2014 e 2015, deve-se considerar a variável de aumento da frota veicular no Estado do Pará neste período (DETRAN/PA, 2014), além de outras variantes, como o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, segundo informações da FENAPRF (2013).

Um estudo do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA, 2014) realizou uma previsão de que Belém terá uma frota de um milhão de veículos até o ano de 2021. Desta forma, a manutenção da quantidade de vítimas fatais deve ser visto como um ponto positivo, pois, apesar de não ter ocorrido redução numérica, ocorreu a estagnação do número de óbitos.

¹² RMB – Região Metropolitana de Belém, exceto Castanhal.

Deve-se analisar os mecanismos que vêm sendo utilizados no enfrentamento ao aumento de acidentes de trânsito. Estes mecanismos e instrumentos vêm se mostrando insuficientes diante dos índices de crescimento dos números de mortos e feridos em decorrência do trânsito, no cenário nacional. No entanto, percebe-se que os números durante a Operação Semana Santa de 2015 da PRF foram melhores do que os números da mesma Operação ocorrida em 2014. O fato é que durante os grandes feriados nacionais ou estaduais, a PRF desloca servidores de outras delegacias e/ou servidores lotados nas áreas administrativas, para intensificar a fiscalização naquele período determinado.

Percebe-se, então, que esse efetivo que é deslocado para trabalhar em feriados prolongados e período de férias apresenta resultados positivos, já que os números diminuem e/ou estagnam, demonstrando que a quantidade de policiais atuando de forma ostensiva tem mostrado uma relação inversamente proporcional à quantidade de acidentes de trânsito.

As medidas adotadas, como a regulamentação de profissões que utilizam as motocicletas, como por exemplo, os mototaxistas; o aumento na rigidez das penalidades de infrações e a intensificação da fiscalização da alcoolemia, ultrapassagem perigosa e utilização de substâncias entorpecentes, além do processo de municipalização da gestão do trânsito possuem eficácia, não estão sendo bastantes para a redução do número de acidentes envolvendo veículos terrestres (WAISELFISZ, 2013).

Há a necessidade de uma intensa educação da sociedade como um todo no campo do trânsito. Pois os estudos indicam que há redução dos índices de acidentes quando há fiscalização intensa, além dos índices de acidentes serem bastante reduzidos em países desenvolvidos (supostamente com maior grau de escolaridade), diferentemente do Brasil, que esses índices são alarmantes e crescentes.

Desta forma, a necessidade de educação da sociedade, que é um dos pilares do plano nacional, não pode ser substituída pela fiscalização. Trata-se de momentos diferentes, pois a educação é a forma preventiva de redução de acidentes e a fiscalização é a forma repressiva, devendo haver investimentos nestes dois pilares: educação e fiscalização; não podendo haver supressão de um em relação ao outro.

A inserção de educação para o trânsito em ambientes pré-escolares e de ensino fundamental e médio pode trazer bons resultados para o Brasil em longo prazo, pois há indicativos de que a educação também é inversamente proporcional ao número de acidentes, assim como a fiscalização.

A prevenção é, de longe, a melhor opção. Já dispomos de grande parte dos conhecimentos, da experiência e das ferramentas necessárias para construir sistemas de transporte mais seguros e salutar. A fabricação de veículos mais seguros e a construção de vias de trânsito mais seguras, o desenho de infraestruturas pensando nos pedestres e ciclistas, a melhoria do transporte público e de nosso comportamento pessoal nas vias de trânsito reduziriam os traumatismos e contribuiriam para ter a população mais sã (WHO, 2009).

Os acidentes de trânsito podem ocorrer por vários motivos que variam entre o comportamento humano no trânsito, a infraestrutura viária, falha mecânica etc. Segundo Brandão (2006), as circunstâncias que causam os acidentes podem estar relacionadas a vários fatores, além de poder existir circunstâncias aleatórias, o que dificulta a escolha dos instrumentos de enfrentamento aos acidentes de trânsito e seus danos.

Um dos principais fatores que atingem o órgão de fiscalização ostensiva de rodovias e estradas federais é a escassez de recursos humanos, identificada pela difícil fixação de servidores na região Norte do país, podendo ser constatado pela quantidade de pedidos de remoção administrativa ou judicial, que é a realidade de vários órgãos da esfera federal (FENAPRF, 2013).

A questão da difícil fixação de servidores do Norte é um problema sabido pela Administração Pública, conforme se depreende do texto da FENAPRF (2013); no entanto, ainda não foram adotadas medidas para tentar resolver a questão. Algumas alternativas foram apresentadas, como uma proposta de pagamento de um adicional de difícil fixação de efetivo, alternativa que não foi acatada pelo governo federal até o momento.

Os resultados deste estudo mostram que a redução do número de acidentes de trânsito, mortos e traumas é possível, pois em condições especiais de intensificação de fiscalização a Polícia Rodoviária Federal consegue reduzir os números, conforme demonstram as Figuras de 1 a 9. No entanto, é necessário um comprometimento maior do Estado e da sociedade civil para o enfrentamento efetivo de mortes e incapacidades físicas decorrentes de acidentes de trânsito, sob pena de termos cada vez mais vítimas, conforme as projeções feitas até o ano de 2020.

Referências

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos; CEDATT - Conselho Estadual para Diminuição de Acidentes de Trânsito e Transportes; IE - Instituto de Engenharia. *Proposta para o Brasil para redução de acidentes e segurança viária*. Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, Resolução ONU Nº 2, de 2009. 2011.

BRANDÃO, Lúcia Maria. Medidores eletrônicos de velocidade. Uma visão da engenharia para sua implantação. In: ENCONTRO DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA DOS CAMPOS GERAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES, 2. Ponta Grossa-PR, 2006. *Anais...* Ponta Grossa-PR, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informações sobre Mortalidade: SIM*. Óbitos por causas externas. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Saúde. *Acidentes de trânsito causam mais de 40 mil mortes no Brasil*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2011/11/acidentes-de-transito-causam-mais-de-40-mil-mortes-no-brasil>, 2011. Acesso em: set. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Datasus. *Informações de saúde*. Estatísticas de mortalidade: óbitos por ocorrência segundo causas externas do Brasil. Brasília, 2010.

_____. Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

DENATRAN. Departamento Nacional de Trânsito. 2011. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br.htm>. Acesso em: abr. 2015.

DETRAN/PA. *Belém tem mais carros que a média nacional*. 2014. Disponível em: <http://www.detran.pa.gov.br.htm>. Acesso em: abr. 2015.

DETRAN/PR. Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. *Manual de Habilitação*. Disponível em: <http://www.detran.pr.gov.br.htm>. 2002. Acesso em: abr. 2015.

FENAPRF. Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais. *Flexa faz apelo por aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Pará*. 2013.

Disponível em: <http://fenaprf.org.br/flexa-faz-apelo-por-aumento-do-efetivo-da-policia-rodoviaria-federal-no-para>. Acesso em: abr. 2015.

FRANÇA, Neuda Batista. *Endemia, epidemia e pandemia*. 2013. Disponível em: <http://www.infoescola.com/doencas/endemia-epidemia-e-pandemia/>. Acesso em: abr. 2015.

HONORATO, Cássio Mattos. Trânsito seguro: direito fundamental de segunda dimensão. *Revista dos Tribunais*, v. 100, n. 911, p. 107-169, set. 2011.

IBGE. 2009. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=15&search=para>>. Acesso em: abr. 2015.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ANTP - Associação Nacional de Transporte Público. *Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas brasileiras*. Relatório Executivo. Brasília, 2003. 43p.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito; ANTP - Associação Nacional de Transporte Público. *Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras - Relatório Final*. Brasília, 2006. 244p.

OMS - Organização Mundial de Saúde. *Informe sobre la situación mundial de la seguridad vial: es hora de pasar a la acción*. Genebra, 2009.

_____. 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/motos/saude/estudo-da-organizacao-mundial-da-saude-oms-sobre-mortes-por-acidentes-de-transito-em-178-paises-e-base-para-decada-de-acoes-para-seguranca.aspx>. Acesso em: abr. 2015.

_____. *Classificação estatística internacional doenças e problemas relacionados à saúde: CID 10, 1997*. Disponível em: <http://cid10.datasus.gov.br/>. Acesso em: abr. 2015.

PRF - Polícia Rodoviária Federal. *Balanço Oficial da Operação Semana Santa, 2015*. Disponível em: <https://www.prf.gov.br/portal/noticias/nacionais/operacao-semana-santa-2015-2013-resultado-parcial>. Acesso em: abr. 2015.

_____. *Balanço Oficial da Operação Semana Santa, 2014*. Disponível em <https://www.prf.gov.br/portal/sala-de-imprensa/releases-1/release-semana-santa-2014>. Acesso em: abr. 2015.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2013*. Acidentes de trânsito e motocicletas. Rio de Janeiro: CEBELA-FLACSO, 2013.

WHO - World Health Organization. *Global status report on road safety 2009*. Suíça, 2009.

CAPÍTULO 17

A potencialização do crime de lavagem de dinheiro por meio do uso de *bitcoins*

Marcos Mileo Brasil

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e delegado da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. marcosmileo@gmail.com

Beatriz de Oliveira da Silveira

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e delegada da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. bosilveira@yahoo.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Resumo

Apresenta uma análise conceitual do crime de lavagem de dinheiro e do sistema monetário virtual, conhecido por *bitcoin*, com enfoque na relação entre estes e de que forma um é afetado pelo outro, (não) potencializando assim sua prática e sua ocorrência. O texto é fruto de pesquisa qualitativa quanto a sua abordagem, e exploratória descritiva quanto a seus objetivos. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas de livros de doutrina, artigos, diplomas legais brasileiros e normas reguladoras (decreto), haja vista permitir maior amplitude e extração de conceitos para a abordagem do tema. Por intermédio da identificação das fases necessárias para a ocorrência do crime de lavagem de dinheiro e os elementos que mais interferem na sua formação, entre eles ocultação de bens, valores e direitos - juntamente com a identificação das formas de exploração e negociação do *bitcoin* - pretendeu-se avaliar de que forma este novo sistema monetário, com dinheiro virtual e uso da tecnologia, potencializou as formas de cometimento do delito de branqueamento de capitais.

Palavras-chave: Tecnologia. Dinheiro Virtual. Branqueamento de Capitais.

Introdução

O crime de lavagem de dinheiro consuma-se por meio da prática de uma ação que envolve “ocultar” ou “dissimular” a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade do bem, direito ou valor.

Nesse sentido basta que a ocultação ou dissimulação ocorra uma única vez ou que esta seja comprovada uma única vez que o crime estará consumado. Mendroni (2006) afirma que:

Em outras palavras, não é possível exigir-se a demonstração de toda a trilha do dinheiro, bastando apresentar a primeira transação financeira, até porque isso seria tornar a lei inaplicável, tanto em razão da complexidade de determinados mecanismos de lavagem, envolvendo inúmeras e variadas etapas, como também exigiria mais tempo do que o possível para a apuração completa. E não é esse o espírito da lei. A lei pretende que sejam punidos exatamente os agentes mais graduados e de maior periculosidade dos processos de lavagem, justamente os que desenvolvem a atividade de forma mais complexa, e não aqueles que executam simples operações, mas que também podem configurar os crimes (MENDRONI, 2006).

Cordero (1997, p. 38-39) já dizia que as estimativas de valores em lavagem de dinheiro são imprecisas, muito pela ausência de dados reais para criação de estatísticas, especialmente, pois é inerente ao crime o ocultamento e o fato dessas atividades ocorrerem às margens dos controles estatais, o que tornou a questão objeto de grande preocupação mundial.

Luis Alonso (2009, p. 7) compara a lavagem de dinheiro a um banco de três pernas e que o combate depende da eficácia em três áreas distintas: a ordem penal, a ordem financeira e a cooperação internacional.

O crime de lavagem de dinheiro no Brasil é previsto no Art. 1 da Lei Nº 9.613/98: “Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal”.

Já a doutrina não apresenta um conceito unânime do crime de lavagem de dinheiro. Segundo o professor Maia (2007), lavagem de capitais é o

conjunto complexo de operações com três etapas bem distintas e, às vezes simultâneas, às quais denominou de etapas de conversão, dissimulação e integração de bens, direitos ou valores, a fim de tornar legítimos ativos provenientes de ilícitos penais, visando furtarem-se os responsáveis à ação da justiça.

As etapas citadas por Maia são também chamadas de fases e mais amplamente aceitas como: colocação, ocultação e integração.

A colocação é a entrada dos valores ilícitos no sistema econômico, valendo-se do fracionamento de valores e a utilização de estabelecimentos comerciais que manuseiam dinheiro vivo, como por exemplo, restaurantes ou comércios de balcão.

A ocultação que é a tentativa de dificultar o rastreamento dos recursos ilícitos, transferindo valores para outros países com leis mais permissivas ou ainda para nome de terceiros (laranjas).

Se não houver ocultação ou dissimulação sobre a origem de valores obtidos da prática de algum delito, será então mero exaurimento da conduta. Nesse sentido, Badoró e Bottini (2013) esclarecem que:

Imagine-se um roubo a banco – agora antecedente possível da lavagem de dinheiro – em consequência do qual seu autor adquira dinheiro suficiente para comprar um barco. Caso ele o compre diretamente, em seu nome, não haverá lavagem de dinheiro, mas mero exaurimento do crime. Por outro lado, se o valor for depositado em conta de terceiro, que efetua a compra em nome de empresa laranja, existirá lavagem de dinheiro.

A integração é a utilização dos recursos já “lavados” normalmente na aquisição de veículos, bens móveis e imóveis, bem como na prestação de serviços já legalizados.

Bonfim e Bonfim (2008) citam como características do crime de lavagem de dinheiro:

Independentemente da definição adotada, a doutrina aponta as seguintes características comuns no processo de lavagem de dinheiro:

1) a lavagem é um processo em que somente a partida é perfeitamente identificável, não o ponto final;

2) a finalidade desse processo não é somente ocultar ou dissimular a origem delitiva dos bens, direitos e valores, mas igualmente conseguir que eles, já lavados, possam ser utilizados na economia legal.

Dessa forma, para caracterizar o crime em questão é necessário que haja a intenção do agente em, após cometer o ilícito penal antecedente, mascarar a sua ocorrência e manter uma vida lícita no seio da sociedade, vivendo de aparência sendo que esta conduta de má-fé também enseja reprimenda por parte do aparato Estatal, na seara criminal.

Baltazar Junior (2009) ensina que:

A lavagem de dinheiro pode ser conceituada como atividade que consiste na desvinculação ou afastamento do dinheiro da sua origem ilícita para que possa ser aproveitado. O que fundamentou a criação desse tipo penal é que o sujeito que comete esse tipo de crime, que se traduz num proveito econômico, tem que disfarçar a origem desse dinheiro, ou seja, desvincular o dinheiro da sua origem criminosa e conferir-lhe uma aparência lícita a fim de poder aproveitar os ganhos ilícitos, considerado que o móvel de tais crimes é justamente a acumulação material.

Assim sendo, o crime de lavagem de dinheiro tem como elemento basal de seu cometimento o enriquecimento ilícito, por meio de uma falsa aparência de licitude, sendo que para atingir este objetivo é necessário gastar boa parte do que foi obtido ilicitamente para legalizar o restante e por isso normalmente o crime de lavagem de dinheiro, diferentemente do exaurimento da conduta, vai envolver vultosas quantias em dinheiro.

Dentre os fatores que provocaram facilitação para o cometimento do crime de lavagem de dinheiro está a expansão da utilização da internet. A rede mundial de computadores propicia a instantaneidade para troca de informações e rompimento de fronteiras encurtando distâncias, e assim facilitou negociações financeiras ao redor do mundo. Desse modo o mercado financeiro é afetado em escala mundial, como por exemplo, os efeitos das bolsas de valores asiáticas são sentidos em tempo real no mundo inteiro.

Nesse contexto, da era da tecnologia, surgiu o *bitcoin*: uma moeda virtual para transações financeiras na internet, realizadas ponto a ponto,

sem intermediários, ou seja, cada usuário possui a sua carteira com créditos virtuais, que podem ser comprados ou produzidos por computadores, e a transferência pode ser realizada entre si, sem a necessidade de serviços bancários, sites ou cartões de créditos.

A ideia do *bitcoin* ser uma moeda descentralizada, sem controle governamental criada por uma série de processos matemáticos, gera exatidão, certeza e segurança no processo. Não importa quanta pressão mundial, política ou poderio militar: não se pode adulterar uma ciência exata.

O *bitcoin* é um código aberto de *design* público onde ninguém é proprietário e/ou detém seu controle. A ideia é que o *bitcoin* é um dinheiro online não político e é baseado exclusivamente nesse código.

A segurança do sistema de *bitcoin* é baseada na criptografia usada em sua criação, que faz cada unidade ser única de modo que não pode ser roubado, falsificado, ou ainda ser gasto duas vezes o mesmo código em transações distintas.

Há três formas de aquisição de *bitcoins*: compra, recebimento e mineração. Para compra há diversos mercados *online* que transacionam a referida moeda sendo que a cotação está em cerca de R\$900,00, cada unidade, de acordo com a página Mercado bitcoin.net (O QUE É..., 2015).

O recebimento, segunda modalidade de obtenção, se dá via pagamento por produtos ou serviços prestados por intermédio da rede mundial de computadores.

A criação, terceira modalidade de obtenção da moeda, ocorre por meio de um processo chamado “*mining*” (mineração) realizado por computadores especializados na contagem, verificação e registro no *Blockchain* (caderno de registro de códigos gerados) das transações de *bitcoins*. Como premiação pelo processo de mineração (tempo despendido), os mineradores recebem um *bitcoin* e esta é a forma que uma nova moeda é gerada e entra em circulação.

Uma transação realizada por intermédio dos *bitcoins* é enviada para a rede inteira de computadores, esse processo é realizado para garantir a lisura da negociação, no sentido de troca de moedas, que representa que o crédito virtual foi de um ponto a outro na rede.

Depois de ocorrida, a transação é gravada em um grande domínio público, o *Blockchain*, também compartilhado na rede mundial de computadores, ou seja, todos são possuidores do livro caixa dos *bitcoins*, logo podem auditá-los com transparência.

O sistema foi desenvolvido para que existam primeiramente 21 milhões de *bitcoins*, então com o passar do tempo e com a circulação de mais moeda, se torna necessário mais tempo de mineração o que faz com que este seja constantemente desvalorizado, tornando a premiação cada vez menor, fazendo que se despenda mais tempo minerando para obter um *bitcoin*. Assim, esse processo torna previsível a quantidade de *bitcoins* existentes em um futuro próximo, e dá estabilidade financeira, impedindo uma avalanche de moedas no mercado, como fazem alguns bancos centrais de países na intenção de controlar o valor da moeda.

A grande vantagem da moeda é que o usuário pode enviar qualquer quantidade de dinheiro para qualquer lugar do mundo, tão fácil e rapidamente quanto enviar um e-mail.

A valorização meteórica do *bitcoin* é um dos fatores que chamaram a atenção de investidores em escala mundial: acredita-se que toda a ideia do *bitcoin* e sua projeção foi criada por um pseudônimo da internet denominado Satoshi Nakamoto. O trabalho de Nakamoto foi publicado eletronicamente no dia 31 de outubro de 2008, disponibilizando toda sua criptografia e estudo para quem quisesse acesso. Em 2009 nascia o *bitcoin*.

Segundo o documentário *The rise and rise of bitcoin* (RISE, 2014), a existência de Nakamoto nunca foi comprovada. Contudo, teóricos do mundo inteiro acreditaram no brilhantismo do trabalho de Nakamoto, sendo que em outubro de 2009 a primeira cotação de *bitcoin* foi projetada: 1309 *bitcoins* valiam exatamente 1 dólar americano. A partir de então o *bitcoin* passou a ser negociado por uma fração de dólares. Abaixo estão descritos os fatos históricos que, segundo o documentário, seguiram da criação da moeda aos dias de hoje.

Em outubro de 2010, um norte-americano pensou em utilizar o *bitcoin* para vender algo e foi quando uma pizza foi oferecida pelo valor de 10 mil *bitcoins*. A transação foi aceita e foram compradas duas pizzas por um homem morador de Londres: foi realizada a primeira transação de *bitcoins*, rápida, instantânea e intercontinental.

Em novembro de 2010, a corretora MtGox passou a transacionar grandes volumes de *bitcoins*, sendo que na época cerca de 4 milhões dos 21 milhões inicialmente pensados já haviam sido minerados. A cotação do *bitcoin* atingiu a casa dos 50 centavos de dólar no período.

Mais ou menos no mesmo período o site *Wikileaks*, famoso por vaziar documentos sigilosos na rede mundial de computadores, vazou milhares

de documentos confidenciais, causando uma grave crise para o governo americano, que retaliou cortando qualquer tipo de doações utilizando bancos convencionais. Satoshi, então publicou pela última vez em sua conta de relacionamentos em rede sociais que seria ótimo se o *bitcoin* fosse utilizado para mandar doações para o *Wikileaks*, o que de fato ocorreu e demonstrou a ausência de controle estatal sobre a moeda.

Dois meses depois, o mercado negro conhecido por suas transações anônimas, chamado de *Silkroad* (mercado de comércio anônimo) foi lançado e o *bitcoin* adotado como forma de pagamento. Como era anônimo, logo foi utilizado para vender drogas e outras mercadorias ilícitas, sendo assim impossível rastrear a origem e o destino do dinheiro.

Em fevereiro de 2011, o *bitcoin* atingiu marca de 1 dólar, devido à adesão de especuladores e novos usuários da moeda eletrônica. Em junho do mesmo ano o valor atingiu 31 dólares. Foi quando ocorreu a primeira grande queda no valor devido à conta da empresa MtGox ter sido hackeada, nessa época, com o valor da moeda em alta diversas contas foram hackeadas e milhares de *bitcoins* foram furtados, como as transações impossibilitam o descobrimento da origem e destino do dinheiro, uma vez furtada a moeda não há como recuperá-la. A facilidade como os furtos ocorriam derrubou o valor para a casa dos 2 dólares a unidade.

Em junho de 2012, o valor tornou a subir para a casa dos 5,56 dólares. Em 2013, o *bitcoin* passou a ser amplamente aceito em diversos sites na rede mundial de computadores, sendo que a cotação da moeda tornou a se valorizar. Importante ressaltar que o *bitcoin* pode ser fracionado em 8 casas decimais, possibilitando a negociação de quaisquer quantias, e os endereços onde eles são armazenados são alfa numéricos, longos e difíceis de memorizar, motivo pelo qual o mercado passou a adotar leitores de *qrCodes* que são como códigos de barra, contudo em 2D, permitindo que as carteiras de *bitcoins* fossem facilmente lidas para possibilitar a transação de forma prática, via *smartphones*, por exemplo. Sendo as transações públicas, qualquer um com acesso ao *Blockchain* pode saber a quantidade de *bitcoins* que está sendo transacionada, contudo não a origem ou o destino do dinheiro.

Em meados de março de 2013 uma crise financeira em Chipre alarmou o mundo. A Europa de forma, sem precedentes, decidiu resgatar a economia daquele país, sendo que o resgate foi condicionado ao bloqueio das contas bancárias dos habitantes para garantir as transações com o Fundo Monetário

Internacional (FMI). À época, o país era acusado de ser utilizado pela máfia Russa para cometimento de lavagem de dinheiro.

O resgate financeiro cipriota representava grande preocupação, uma vez que sua economia era basicamente movimentada por depósitos bancários de clientes russos, sendo que a polêmica ficou em torno da taxaço de tais depósitos, sendo que o parlamento cipriano foi contra as medidas propostas e acordadas com a União Europeia deixando o país a beira de um colapso. Como última e desesperada medida, o governo resolveu congelar os depósitos acima de 100 mil euros para sanar partes das dívidas o que gerou polêmica e grande revolta nos correntistas que acreditaram no sistema monetário bancário. O acordo teve de ser aceito sob pena do Chipre sair do bloco econômico da União Europeia.

A solução imediata foi o surgimento de caixas eletrônicos de *bitcoins* no Chipre. A alternativa para alguns correntistas foi acreditar na moeda ou ter seus valores congelados pelo governo cipriano.

Paralelo a este acontecimento, o Departamento do Tesouro Norte-Americano deu seu primeiro parecer sobre o *bitcoin*: dizia que a moeda em si não era ilegal. O documento FIN-2013-G001, de 18 de março de 2013, insinuava que o *bitcoins* em si não era ilegal, o que junto com a crise na Europa resultou no estouro necessário para a moeda decolar. A situação do Chipre indicou que o *bitcoin* era um porto seguro e a aceitação norte-americana representou aprovação dos investidores.

Em 1 de abril de 2013 o *bitcoin* rompeu a barreira dos 100 dólares a unidade. Charlie Shrem, criador do site *Bitinstant*, revolucionou a forma que se adquire os *bitcoins*. Antes o processo de virtualização do dinheiro passar por vários intermediários, primeiro se depositava o dinheiro e depois transferia online para a *MtGox*, por exemplo, e trocava-se o valor por *bitcoins*, esse processo chegava a levar dias. Com o *Bitinstant* o tempo de aquisição foi reduzido para horas, a ideia foi transacionar tickets que poderiam ser trocados instantaneamente por *bitcoins*. O volume de vendas foi tão grande que rapidamente o valor do *bitcoin* ultrapassou a casa dos 200 dólares.

Nos anos subsequentes até os dias de hoje a moeda não mais baixou do patamar de 200 dólares a unidade, conforme pode se ver em sites de cotação, o que passou a representar um alerta para os governantes do mundo inteiro.

Essa tecnologia, quando aplicada para cometer ilícitos, caracteriza-se pela obtenção de recursos financeiros volumosos, provenientes de fraudes,

tráfico de drogas, tráfico de armas, pornografia infanto-juvenil etc., tudo por meio da rede mundial de computadores.

Atualmente há redes inteiras de navegação via internet que se procede sem o serviço convencional de internet. A internet é mantida no ar via provedores de acesso e provedores de serviço. Em simples palavras, o primeiro é responsável por colocar usuários na internet enquanto o segundo coloca sites de serviços no ar. Esses sites são os convencionais que navegamos estilo “.com”, “.com.br”, “.net” etc. Contudo redes como a *Dark Net* e *Deep Web* são redes montadas planejadas para o anonimato, e funcionam com hospedagem e transferência de pacotes diretamente da máquina de usuários e igualmente de maneira criptografada o que dificulta e inviabiliza o controle das informações. Nesses ambientes são todos os pagamentos de serviços realizados por meio de *bitcoins*, pois de nada adiantaria contratar um serviço ilegal e pagar com um cartão de crédito, que é facilmente rastreável.

Tais sistemas de redes bem como o sistema monetário de *bitcoins*, que primam pelo anonimato das comunicações não são desenvolvidos exatamente para a prática criminosa. Na realidade, vem de um direito fundamental da privacidade, protegido constitucionalmente em muitos países, sendo que por via indireta se torna excelente para o cometimento de práticas ilícitas.

Isso se tornou claro quando os maiores investidores do *bitcoin* foram recentemente envolvidos em escândalos de lavagem de dinheiro pelo uso da moeda. É o caso do empresário Charlie Shrem, grande investidor, acusado de lavagem de dinheiro em operações financeiras pela Silk Road, que é um mercado negro acobertado pela rede TOR (*The Onion Ring* – remete a cascas da cebola, inferindo que a *Deep Web* é dividida em camadas de profundidade) que mantém a *Deep Web* no ar. Shrem foi acusado por autoridades nova iorquinas de vender 1 milhão de dólares em *bitcoins* na *Silk Road*, supostamente ciente que a origem do dinheiro era o tráfico ilícito de entorpecentes.

A nova era digital já é presente e não mais o futuro como tempos atrás. Essa situação demanda posicionamento e evolução do aparato estatal para impedir essa modalidade criminosa que é potencializada pelo uso da internet.

O site brasileiro Mercado bitcoin.net é um comércio virtual que movimenta cerca de 1 milhão de dólares por dia com a compra e venda de *bitcoins*, o que aparenta ser pouco comparado à economia nacional. Contudo, é um valor considerável, uma vez que o *bitcoin* foi criado em 2009.

Essa nova forma beneficia-se do anonimato propiciado pela web, pela insuficiente atuação legislativa e executiva, bem como pela pouca

qualificação dos agentes do Estado, no sentido do enfrentamento a essas novas organizações criminosas multifacetadas, além de outros fatores a serem apontados e estudados.

A doutrina comparou o *bitcoin* como uma moeda qualquer. Segundo Urilch (2014, p. 111), “é uma forma de dinheiro, assim como o real, dólar ou euro, com a diferença de ser puramente digital e não ser emitido por nenhum governo”.

No Brasil há uma definição legal para moeda eletrônica na Lei N^o 12.865/2014 em seu Art. 6, inciso VI que diz: “moeda eletrônica - recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento” (BRASIL, 2013). Dessa forma, o *bitcoin* tem previsão legal e aceitação no território nacional, mesmo que a lei não seja especificamente para essa determinada moeda.

O reconhecimento indireto do seu valor por órgãos governamentais já é uma realidade. A título de exemplo, a Receita Federal passou a exigir que as transações realizadas em *bitcoins* sejam declaradas em proventos de qualquer natureza, vez que considera o disposto Art. 55, inciso IV do regulamento do Imposto de Renda/99 (BRASIL, 2009), diz que “os rendimentos recebidos na forma de bens ou direitos, avaliados em dinheiro, pelo valor que tiverem na data da percepção”. Para Machado (2004, p. 303), os acréscimos patrimoniais diversos de renda são enquadrados no conceito de proventos de qualquer natureza.

Assim, toda a parte fiscal e de recolhimento de impostos fica a cargo do próprio usuário, que ao auferir renda deve comunicar e recolher o devido imposto de renda, por exemplo. Como se pode verificar, o uso de *bitcoins* é de difícil controle, facilitando a ocultação de informações de entidades governamentais, que como visto acima é uma das fases primordiais do crime de lavagem de dinheiro. Desse modo, a possibilidade de fazer transações financeiras de forma anônima transformou o *bitcoin* extremamente atraente para os criminosos.

Considerações finais

Primeiramente é preciso destacar que o crime de lavagem de dinheiro exige a ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, sendo estes os núcleos do tipo penal.

Portanto, é mandatário o mascaramento. Equivale dizer que para haver lavagem é imprescindível que haja um processo de encobrimento (ocultação ou dissimulação) sobre a natureza, origem, movimentação, etc. de bens decorrentes da prática de infração penal, seja crime ou contravenção penal.

Dito isso e demonstrada a importância da ocultação para o processo lavagem de dinheiro, é que o *bitcoin* age como forte meio para o cometimento de crimes dessa espécie. Esta moeda virtual causou uma revolução no meio digital, sem interferência de qualquer instituição financeira, ou estatal, aproveitando-se da ausência de fronteiras proporcionada pela internet, atraindo todos os tipos de investidores, sejam lícitos ou ilícitos.

Dentre as características, vale a pena ressaltar que a moeda virtual apresenta forte valor de mercado e a possibilidade de cruzar o globo terrestre sem conhecimento de autoridades ou sequer qualquer tipo de fiscalização, e por conta disso vem sendo utilizada rotineiramente na prática de crimes de lavagem de dinheiro.

Assim, esta nova forma de transferência de ativos financeiros, em que pese a sua intenção inicial de primar pela privacidade e atuação independente política ou governo, funcionou de maneira perfeita para a prática do crime de lavagem de dinheiro, merecendo mais atenção de autoridades e estudiosos a fim de adequá-la ao convívio em sociedade.

Em uma analogia simples, a fissão nuclear descoberta pela ciência que desencadeia uma intensa liberação de energia, foi revolucionária. Contudo, esse conhecimento pode ser utilizado para abastecer a humanidade de energia elétrica por meio de usinas nucleares ou pode servir de insumo na construção de bombas atômicas.

Referências

ALONSO, Luis Antônio Martínez de Salinas. *Marco internacional regulador de prevención de capitales y financiación del terrorismo*. Curso Superior de Prevención del blanqueo de capitales. 6. ed. Módulo 1, p. 7, 2009.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais: comentários à Lei 9.613 com as alterações da Lei 12.683/2012*. 2. ed. São Paulo: editora Revista dos Tribunais. p. 60, 2013.

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. *Crimes federais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. p. 562, 2009.

BONFIM, Marcia Monassi Mougenot; BONFIM, Edilson Mougenot. *Lavagem de dinheiro*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, p. 29, 2008.

BRASIL. Lei Nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. Disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília: 2013.

_____. RIR/99. Regulamento do Imposto de Renda (Decreto Nº 3.000, de 26 de março de 2009). Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/default.htm>> Acesso em: mar. 2015.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

CORDERO, Isodoro Blanco. *El delito de blanqueo de capitales*. pamplona: Arazandi, p. 38-39, 1997.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 25. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros Editores, p. 303, 2004.

MAIA, Rodolfo Tigre. *Lavagem de dinheiro* (lavagem de ativos provenientes de crime) Anotações às disposições criminais da Lei Nº 9.613/98. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Lavagem de dinheiro: consumação e tentativa. *Âmbito Jurídico*. Rio Grande, IX, n. 31, jul. 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3371>. Acesso em: mar. 2015.

O QUE é *bitcoin*? 2015? Disponível em: <<https://www.mercadobitcoin.com.br/o-que-e-bitcoin/>>. Acesso em: mar. 2015.

RISE and rise of Bitcoin, The. Direção: Nichilas Mross. Gravita Ventures Studio. USA, 2014. Documentário.

ULRICH, Fernando. *Bitcoin: a moeda na era digital*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2014.

CAPÍTULO 18

Formação dos soldados bombeiros do estado do Pará: (re) significações das competências a partir da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública

Fernanda Valli Nummer

Doutora em Antropologia Social e professora adjunta da UFPA. Belém – Pará – Brasil. fernandanummer@gmail.com

Sandro Mendes Leal da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e graduado em Educação Física (UFPA). Belém – Pará – Brasil. lealfit@gmail.com

Resumo

Nas discussões em torno da formação do agente de Segurança Pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no ano de 2003, apresentou a Matriz Curricular Nacional, com a intenção de tornar-se um referencial teórico para o desenvolvimento das ações formativas dos profissionais da área da segurança - Polícia militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares. Este trabalho objetiva analisar as ressignificações das competências (cognitivas, operativas e atitudinais) no ensino dos soldados bombeiros do estado do Pará, contidas no documento, a partir de uma pesquisa realizada em 2014 junto aos responsáveis pelas atividades de ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Pará e dos soldados formados na turma de 2009. Por meio de análise qualitativa, foram realizados grupos focais e entrevistas, além de análise documental e bibliográfica da Matriz e do Projeto do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares de 2009. As conclusões deste estudo revelaram que fatores orçamentários, políticos, carência de equipamentos e materiais, estrutura física do Centro de Formação, além da função regulamentar do soldado como elemento de execução, concorrem para a manutenção da ordem e, o ensino voltado e pautado nas relações de classe, nos regulamentos e doutrina militares tradicionais, não privilegia o desenvolvimento das competências da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública.

Palavras-chave: Bombeiro Militar. Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública. Competência.

Introdução

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada junto aos membros responsáveis pelas ações de ensino, bem como, dos soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), cujo principal objetivo consiste na análise das ressignificações atribuídas às competências cognitivas, operativas e atitudinais preconizadas pela Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública durante a formação dos soldados bombeiros militares do Pará no ano de 2009. A pesquisa ocorreu por meio da aplicação de grupos focais, além de entrevistas realizadas junto à Diretoria e Divisão de Ensino da instituição.

As grandes transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas potencializam impactos organizacionais nas estruturas e nos modelos de gestão, e geram incertezas que dificultam a compreensão das questões que cercam as demandas de desempenho e formação profissional.

Estas mudanças constantes exigem das instituições a implementação de estratégias inovadoras para manter e qualificar sua atuação e conseguir atender com êxito as demandas sociais. No caso das instituições de segurança pública, verifica-se a necessidade do estabelecimento de novas competências, para que o agente de segurança pública, em nosso caso, o soldado bombeiro militar, possa desempenhar seu papel alinhado com a contemporaneidade. No momento, existe uma preocupação muito grande com determinadas habilidades e conteúdos, que seriam fundamentais para que este agente possa exercer com êxito sua missão constitucional, e com isso, atender de forma mais adequada à população.

Desta forma, se tornam imprescindíveis ações formativas para a área de segurança pública, focadas nos avanços científicos, na valorização dos saberes acumulados, nas vivências e na reflexão antes, durante e após as ações. Frente a isso, o novo agente de segurança pública, que trabalha em situações extremas de estresse, risco e insegurança, necessita reunir capacidades para atuar no restabelecimento das relações interpessoais, na mediação e negociação de conflitos, respeitando as diferenças (gênero, classe, idade, orientação sexual, crença, etnia etc.).

Na busca destes objetivos, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública (MCNSP), documento que visa ser um referencial teórico-metodológico para as ações formativas dos profissionais de segurança, objetiva uniformizá-las

e, desta forma, diminuir as disparidades entre as formações oferecidas nas diversas regiões do país, bem como, privilegiar e desenvolver as competências cognitivas, operativas e atitudinais dos agentes de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares).

É notório que o investimento e o desenvolvimento de ações formativas são necessários e fundamentais para a qualificação e o aprimoramento de resultados das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública frente aos desafios impostos pelas demandas da sociedade. Este pensamento segue influenciando a necessidade de repensar o currículo, sua organização, os espaços e o tempo das ações de formação etc.

Entretanto, as bases nas quais estão sendo formados estes profissionais precisam ser discutidas. Em nosso caso específico, os soldados bombeiros são formados sobre uma égide militar, logo, diferenciada da formação dada aos profissionais de segurança pública civil.

Valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações, refletir e agir em situações complexas de trabalho, de maneira autônoma e responsável, são princípios contidos e defendidos pela MCNSP. Entretanto, a doutrina militar privilegia outras habilidades, deseja obter um produto uniforme, padronizado, utilizando seus dois pilares fundamentais (hierarquia e disciplina) para moldar seus integrantes e dirimir a crítica e a reflexão. Este panorama caracteriza o campo militar, que influencia e é influenciado por outros campos sociais, envolvidos nos processos de significações e ressignificações dos discursos produzidos.

O modelo militar de ensino se mantém nas forças auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) como extensão das Forças Armadas, incorporando além de seus costumes e doutrinas, suas missões constitucionais, como a doutrina de segurança nacional e a defesa do território, ou seja, estabelece a cultura do combate ao inimigo.

Porém, as atividades exercidas pelo Corpo de Bombeiros são totalmente diferentes daquelas exercidas pelo Exército, por exemplo. Os Corpos de Bombeiros são entidades públicas, incumbidas da realização de serviços de prevenção de sinistros, de combate a incêndios, de busca e salvamento de pessoas e bens materiais. Além destas, também são responsáveis pelas atividades de defesa civil, na redução de desastres, desenvolvendo ações de prevenção, de preparação para emergências, de resposta aos desastres e de reconstrução de áreas afetadas.

Segundo Bernstein (1996), existem três dimensões que se influenciam mutuamente: o campo da contextualização, constituído pelos elaboradores dos documentos (produtores), o campo recontextualizador oficial, representado pelo Corpo de Bombeiros, Diretoria de Ensino (reprodutores), responsável em produzir o discurso pedagógico oficial e o campo recontextualizador pedagógico (escola, centros de formação etc.), responsável pela transmissão dos conteúdos estabelecidos aos soldados bombeiros (adquirentes). Estes campos são representados por grupos de poder, que possuem diferentes interesses, refletidos por projetos políticos, origens, concepções sociais, de ensino etc. Essa luta e concorrência passam por uma série de estratégias empregadas pelos agentes sociais, pois na cadeia de sucessão de cada campo existe uma dinâmica de conservação e mudança contínua. Isto cria espaço para estratégias de conservação, levadas a cabo por aqueles, que naturalmente, dentro da dominação social em vigor, têm maior probabilidade de fazer valer seus critérios e pontos de vista.

Além disto, a noção de *habitus* (BOURDIEU; WACQUANT, 1995), constituído por um processo de “disciplinarização”, Foucault (1987a), que utiliza o corpo como elemento central, age em prol da geração de padrões úteis à perpetuação da cultura institucional da corporação, revalidando constantemente os comportamentos de seus integrantes, sob a forma de disposições de modos determinados.

A pesquisa visa entender de que forma a MCNSP, como elemento constituído pelos produtores (campo contextualizador) é recebida e apropriada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA), (campo recontextualizador oficial) bem como, verificar sua utilização no campo recontextualizador pedagógico, em nosso caso, o Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização (CFAE) por meio dos instrutores do Curso de Formação de Soldados Bombeiros, até sua chegada aos soldados bombeiros (adquirentes), analisando a perspectiva dos agentes sociais envolvidos (soldados, diretoria de ensino e instrutores), no ano de 2009. E identificando quais as ressignificações atribuídas pelos agentes sociais envolvidos nos campos que estruturam a formação dos soldados bombeiros militares do Pará para as competências cognitivas, operativas e atitudinais estabelecidas pela MCNSP.

Revisão bibliográfica

Nas discussões em torno da formação do agente de segurança pública, identifica-se nos trabalhos de Rudnicki (2007), Poncioni (2005), Muniz (2001), relacionados com a realidade policial, a preocupação em formar um profissional preparado para os desafios de uma sociedade democrática, onde as necessidades de análise, reflexão, antes, durante e após as ações empregadas, bem como a capacidade de interação com a sociedade, tornam-se fundamentais.

Importante ressaltar a escassez de trabalhos relacionados à formação de praças bombeiros, no caso soldados, em relação ao grande volume de trabalhos relacionados à formação de oficiais da Polícia, o que nos leva a utilizar como referências os trabalhos citados, já que o Corpo de Bombeiros é parte integrante do Sistema de Segurança Pública. De acordo com Teixeira (2005), cada vez mais a sociedade brasileira tem compreendido que segurança pública não corresponde a um problema necessariamente de polícia, mas a um dever do Estado e uma responsabilidade coletiva. As medidas nessa área demandam ações complexas e articuladas entre instituições, sociedade e distintas esferas do poder público. Logo, a maneira pela qual o profissional é formado, a metodologia, a doutrina, entre outros aspectos que permeiam o processo de aquisição de conhecimentos, podem influenciar no perfil de profissional que se pretende ao final do processo de formação.

Rudnicki (2007, p. 33) identifica que os cursos optam pela abordagem da Escola Clássica. Logo após iniciarem os trabalhos, há uma adaptação dos alunos aos objetivos e métodos da escola, que são perseguidos e acontecem em respeito a um regime disciplinar rígido, autocrático, voltado a impor um treinamento pautado na certeza de que o conteúdo lecionado precisa ser aprendido para que a missão – de docentes e discentes – seja cumprida.

Dentre as questões mais fundamentais que mobilizam o debate público, destaca-se, de acordo com Muniz (2001, p. 178), o processo formativo dos agentes de segurança, onde são apontados o “despreparo” e a “baixa qualificação profissional”, reportando-se, portanto, ao descompasso existente entre a destinação dos agentes de segurança pública de “servir e proteger” o cidadão, preservando uma ordem pública democrática e contemporânea, e os conhecimentos, técnicas e hábitos aprendidos, que ainda estariam refletindo as doutrinas e as mentalidades herdadas do nosso passado autoritário.

Não obstante, nas últimas duas décadas terem se verificado inovações na área da formação profissional, poucas iniciativas lograram sucesso no sentido de implementar mudanças efetivas nas práticas e procedimentos dominantes, inscritos em um padrão de desempenho que se traduz na ineficácia dos resultados obtidos (PONCIONI, 2005, p. 586).

As competências cognitivas encontram-se relacionadas com a capacidade do indivíduo de pensar de maneira crítica e criativa, sempre consciente de suas ações, agindo de forma comunicativa por meio do posicionamento de ideias. Segundo a definição explicitada pela matriz, este conjunto de competências necessita de “desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do pensamento” (BRASIL, 2008, p. 7).

Outro conjunto de competências pretendidas, diz respeito às competências operativas, que são aquelas responsáveis em converter as ações, ou seja, a aplicação do conhecimento em “prática responsável, refletida e consciente” (BRASIL, 2008, p. 7). Estas competências encontram-se relacionadas com as habilidades consideradas técnicas, administrativas, traduzidas em formas de método e procedimentos.

Finalmente, a matriz ocupa-se em desenvolver o conjunto das competências atitudinais, relacionadas a valores, crenças e etc. Estas competências visam “estimular a percepção da realidade por meio do desenvolvimento das potencialidades individuais: interação, capacidade de conviver” (BRASIL, 2008, p. 7). Relacionam-se com os pilares da educação, aprender a ser e aprender a conviver.

Material e métodos

A área de abrangência da pesquisa compreende parte da Região Metropolitana de Belém, representada pelos municípios de Ananindeua e Belém, onde se localizam o Quartel do Comando Geral da Instituição, que abriga a Diretoria de Ensino (DEI) da corporação, além do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (CFAE), onde se encontra a Divisão de Ensino (DEN).

Foram ouvidas 15 pessoas envolvidas no processo de formação do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares de 2009, sendo 5 instrutores, 6 soldados, 2 membros da DEI e 2 membros da DEN.

Pesquisa bibliográfica

A pesquisa caracterizou-se, em seu primeiro momento, como bibliográfica, conforme classificação de Lakatos e Marconi (1991, p. 183), por envolver levantamento de trabalhos (teses, dissertações, artigos etc.) relacionados com a formação de agentes de segurança pública tendo como finalidade, “o contato com o material produzido sobre a realidade pesquisada”. Nesta linha, a mesma é também classificada como documental, pela consulta a documentos internos (documentação direta) do campo pesquisado, tais como: regulamentos, projetos de curso etc.

Grupo focal e entrevistas

No segundo momento, a pesquisa foi de campo, e do tipo exploratória, “objetivando descrições qualitativas do objeto de estudo e conceituando as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente a ser observado” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 188). Partindo de uma situação geral pretendida por meio da proposta de uniformização do ensino pela utilização da MCNSP, buscou-se particularizar as conclusões acerca do tema abordado. Teve como instrumento de coleta de dados, a utilização do grupo focal com os instrutores e os soldados bombeiros do curso de 2009 por sua abordagem qualitativa, privilegiando a exploração mais profunda da realidade pesquisada, além da possibilidade de pensar coletivamente uma temática e, permitir que os comentários de um, façam emergir a opinião dos outros, verificando possíveis desdobramentos e manifestações comportamentais, além da utilização de formulários para ampliar as informações sobre os envolvidos na pesquisa.

Caracterizando-se como importante técnica de coleta de dados, que a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico, intensificando o acesso às informações acerca do fenômeno, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela análise de uma ideia em profundidade. Além disso, o grupo estimula o debate entre os participantes, permitindo que os temas abordados sejam mais problematizados do que uma situação de entrevista individual. Logo, “os participantes de modo geral, ouvem as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias e, constantemente, mudam de posição, ou fundamentam melhor sua opinião inicial, quando envolvidos na discussão em grupo” (TRAD, 2009, p. 19).

Durante a execução dos grupos focais, os soldados e os instrutores preencheram um formulário a respeito de suas experiências em cursos, tempo

de serviço, formação acadêmica etc. Estes formulários, no caso dos soldados, visaram conhecer suas experiências anteriores, bem como suas vivências durante o curso, com o intuito de identificar as disciplinas com as quais se afinizaram e as que tiveram maior dificuldade, além de problematizar suas opiniões sobre os objetivos do curso e fatores que possam ter afetado seu desenvolvimento.

No caso dos instrutores, o formulário visa identificar, além do tempo de serviço, a predominância de funções administrativas ou operacionais, bem como, suas experiências com a docência em cursos da corporação, atualização de conhecimentos, além do grau de instrução e formação acadêmica.

Neste sentido, os dados das entrevistas e dos grupos focais foram analisados pela técnica de análise temática, caracterizada como técnica qualitativa, para coleta e análise de dados durante o desenvolvimento da pesquisa, visando analisar a matriz a partir dos teóricos citados, conceitos utilizados, por meio de pesquisa bibliográfica, bem como, os sentidos atribuídos pelos membros da DEI do CBMPA e da DEN do Centro de Formação de Praças (CFAE), por meio de entrevistas. Além disso, analisou-se entendimento dos instrutores e dos soldados a partir das discussões sobre os conceitos de matriz, competência, competências cognitivas, competências operativas e competências atitudinais.

Resultados e discussões

Pesquisa bibliográfica

A matriz objetiva, em seu texto, privilegiar o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais. Estas competências são vistas como um conjunto de capacidades, ou seja, elementos indispensáveis para o desempenho profissional efetivo.

Sua organização se dá em torno de eixos articuladores e áreas temáticas, onde os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos transversais que permeiam as ações de formação. E as áreas temáticas contemplam o conteúdo indispensável a essas ações, que devem estar alinhados ao conjunto de experiências relacionadas às competências citadas.

Além das competências, a matriz possui também princípios norteadores destacados e importantes para viabilização de sua proposta, tais como: princípios educacionais, princípios didático-pedagógicos e princípios éticos. Dentro dos princípios educacionais, destacando a flexibilidade, a

diversificação e a transformação, que preconizam que as ações de formação devem ser entendidas como um processo aberto, complexo e diversificado e, o princípio da qualidade e atualização permanente, que diz que as ações devem ser submetidas periodicamente a processos de avaliação e monitoramento, garantindo assim, sua excelência.

A adoção da Matriz pela Diretoria de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Pará ocorre de maneira superficial, sendo observado pela análise do Projeto do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares de 2009 (CFSD BM 2009), a intenção em desenvolver o ensino por meio de uma perspectiva eminentemente técnica e legalista, baseada fundamentalmente na missão constitucional da instituição e nas responsabilidades e atribuições dos soldados, como agentes executores das ordens emanadas pelas esferas superiores da corporação.

Além disto, o privilégio concedido a disciplinas militares e técnicas em detrimento de disciplinas de caráter humanístico e relacional também é verificado. No projeto do CFSD BM 2009, nota-se a prevalência de disciplinas de caráter militar e disciplinas técnicas, específicas da atividade de bombeiro militar. Esta ênfase é explicada pela necessidade de inserir o “paisano” no mundo militar e de fornecer a ele as competências necessárias ao desenvolvimento de sua função profissional, bem como seu papel na estrutura hierárquica da corporação, ou seja, estabelecer sua posição no campo e fornecer os limites de sua atuação.

Entrevistas

A Diretoria de Ensino

Inserida na estrutura de gestão do CBMPA, encontra-se a Diretoria de Ensino, responsável pelo planejamento e supervisão dos cursos oferecidos pela instituição, em diferentes níveis (formação, aperfeiçoamento e especialização). Este órgão representativo do campo recontextualizador oficial participa ativamente das discussões em torno da construção dos projetos pedagógicos dos cursos da corporação, além de regular os tempos, espaços e condições das ações formativas.

Foram entrevistados dois membros da DEI, acerca da utilização da matriz como referência e as condições para sua inserção no CBMPA. Ambos relataram que o documento não contempla a formação do bombeiro, por ser voltada para a realidade policial. Outro ponto de convergência se deve ao

fato do CBMPA não ter participado das discussões em torno da elaboração da matriz, fazendo com que seu uso fosse condicionado à participação nos programas e convênios da SENASP.

Como campo reprodutor oficial, a Diretoria de Ensino com as regras recontextualizadoras, desloca o discurso de seu contexto original de produção, para seu próprio contexto, selecionando o que acredita ser mais viável, simplificando, condensando e reelaborando os direcionamentos, relacionando este com outros discursos “para constituir sua própria ordem e seus próprios ordenamentos” (BERNSTEIN, 1996, p. 259).

A Divisão de Ensino

O Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Major Bm Henrique Rubim (CFAE) é responsável pela execução dos cursos relacionados aos praças da corporação (soldados, cabos e sargentos). Inserida na estrutura do CFAE, a Divisão de Ensino é subordinada à DEI do CBMPA, e responsável pelo acompanhamento do curso. Entretanto, como se verificou, o CFAE vem ao longo do tempo, acumulando as funções de execução, planejamento e supervisão. Em nosso caso específico, o CFSD BM 2009 foi elaborado por esta seção.

Foram entrevistados dois membros da DEN que destacaram como fatores que influenciam na formatação do curso de formação de soldados, o orçamento, o tempo de duração do curso, as questões políticas, além do papel do soldado como elemento de “execução”. Percebe-se até o momento, uma ausência em torno dos reais objetivos do curso, e o que almejar da formação do soldado. A carga horária total do curso e, sua discussão se encontra muito mais relacionada a questões orçamentárias e políticas, do que pedagógicas.

Neste ponto verifica-se uma nova realidade traçada com a adoção da matriz nacional, por meio da imposição de disciplinas, o que faz com que ocorram adaptações, exclusão de outras disciplinas, redução de carga horária por disciplina e de carga horária geral do curso, para atender as exigências, o que na visão dos interlocutores, causou prejuízo na formação.

Este processo demonstra as relações de poder existentes durante as discussões acerca do CFSD BM 2009. Logo, tais relações demonstram que:

O poder não existe de forma soberana prevalecendo de forma unilateral, pois dentro de uma correlação de forças, o poder suscita pontos de resistência, que estão presentes em

toda rede de poder [...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 2002, p. 106; 183).

Esta definição do papel do soldado na escala hierárquica vem sendo alvo de constantes embates no campo militar, onde os superiores buscam a manutenção de suas posições, estabelecidas pelos regulamentos e pilares básicos da hierarquia e da disciplina, e os subordinados buscando possibilidades de melhoria, aquisição de direitos e posições privilegiadas, jogando e interagindo num campo moldado e mantido por eles mesmos, por meio do inculcamento, da disciplinarização e por um *habitus* constituído desde seu ingresso na instituição.

A “rede de relações objetivas”, que Bourdieu e Wacquant (1995) descrevem, acontece e influencia diretamente o planejamento e a execução das ações formativas, pois estas ações servem à manutenção do campo, portanto, da ordem, estabelecendo a distribuição de poder e designando princípios de controle.

Grupos focais

Instrutores

Após o novo posicionamento ideológico do texto materializado no projeto do CFSD BM 2009, o texto sofre uma transformação adicional na medida em que se torna ativo por meio das instruções. Este campo materializado em nossa pesquisa, pelos instrutores, entre outros aspectos, atua transformando o texto já transformado durante o processo pedagógico, ou seja, durante as instruções. Regulando com relativa autonomia o “quê” e o “como” do discurso, onde de acordo com Bernstein (1996, p. 277), o “quê” refere-se a categorias, conteúdos e relações a serem transmitidas, e o “como” se refere ao modo de sua transmissão.

Com a utilização do grupo focal, pela interação grupal, foram coletadas as percepções dos instrutores do Curso de Formação de Soldados Bombeiros

de 2009, acerca dos conceitos da matriz, competência, além do entendimento sobre a especificidade das competências cognitivas, operativas e atitudinais, explicitadas pela MCNSP como fundamentais para a formação dos agentes de segurança pública, entre eles o soldado bombeiro.

Foram ouvidos durante a dinâmica, cinco instrutores do referido curso, sendo quatro militares e um civil; e, dentre os militares, um cabo, um sargento, um subtenente e um tenente. Em um primeiro momento, buscase identificar nas falas dos instrutores, fatos que acreditam ser marcantes na definição dos rumos do curso e possíveis obstáculos a uma formação voltada ao desenvolvimento das competências da MCNSP. Foi verificado que, na perspectiva dos interlocutores, existem diferenças marcantes entre a doutrina “bombeiro militar”, caracterizada pelo respeito às normas regulamentares tradicionais e as ações pedagógicas estimuladas pela MCNSP.

Para os instrutores, a questão orçamentária é central para definições e rumos do curso, pois a carga horária insuficiente seria motivada pelo custo do curso e forçaria as adaptações no conteúdo, prejudicando as instruções e consequentemente a formação dos novos soldados. Além disto, a estrutura física deficiente e a carência de equipamentos e materiais também foram destacadas. Cada um de acordo com suas experiências seleciona prioridades e escolhe conteúdos e formas de transmissão de acordo com aquilo que julga ser legítimo. São as marcas da recontextualização pedagógica, regulando a transmissão do discurso após a ação do campo recontextualizador oficial que originou o projeto pedagógico do curso de formação de soldados a partir de uma lógica orçamentária, política e social. Além disso, as críticas à utilização da matriz para a profissão bombeiro, também se fazem presentes, devido ao fato deste documento possuir muito pouco do ofício específico em seu desenho curricular, fazendo com que a distância entre o projeto pedagógico do CFSD/BM 2009 e a MCNSP seja considerável.

Nos regulamentos internos é destacada a função do soldado como elemento “meramente” de execução, de acordo com o Código de Ética da PM/PA e que também vigora no CBMPA. Entretanto, a matriz privilegia outras competências responsáveis pela promoção da autonomia, da reflexão, do incentivo à pesquisa, da valorização dos saberes acumulados etc. Neste sentido, existe uma luta sendo travada no campo militar estabelecido, onde persiste a busca pela manutenção do *habitus* do soldado, como elemento executor, papel pertinente e útil à perpetuação da cultura institucional, e

outra vertente que, por meio da MCNSP e suas diretrizes, estaria buscando uma abertura e ampliação das possibilidades de ensino. Portanto, é possível visualizar elementos “ditos” e “ocultos” (FRANÇA, 2012, p. 63) dos discursos, revelando supostas contradições entre a mentalidade disciplinadora e a formação de um soldado mais autônomo e humanizado.

As competências na realidade militar são tratadas como uma “capacidade” técnica, formal, construída e calcada na repetição de procedimentos memorizados. Este panorama diverge da ideia de competência tratada pela matriz que pressupõe capacidades criativas, de autorreflexão, responsabilidade e autonomia.

A aquisição das competências cognitivas são afetadas por um discurso regulativo, de ordem, que determina e seleciona o que deve ser ensinado para privilegiar e fortalecer posições e papéis a serem desempenhados na estrutura vigente, ou seja, promove a manutenção do campo, distribuindo de acordo com Bourdieu e Wacquant (1995), o conhecimento interessante à perpetuação dos papéis a serem estabelecidos no jogo desenvolvido dentro da estrutura construída e mantida por seus atores.

As competências operativas, devido aos pontos relatados anteriormente pelos membros da DEI e DEN e reforçados pelos instrutores, obrigam os instrutores a realizar adaptações, fazendo com que o aprendizado seja condicionado muito mais por investimento teórico do que prático.

Relacionadas a crenças e valores, as competências atitudinais estimulam a percepção por meio do desenvolvimento de potencialidades individuais, capacidade de interação e convivência. A ideia não de conviver, e sim de suportar as adversidades da vida, da construção de um padrão, da constituição de uma héxis corporal combatente, que aguenta tudo com determinação e força, onde a prioridade é sempre o serviço é muito presente ainda na corporação. Isto faz com que as outras facetas da vida do soldado bombeiro, sejam relegadas a segundo plano, interferindo na capacidade de conviver com conflitos, desenvolvendo dessa forma, dificuldades nas relações sociais estabelecidas, tanto interna como externamente ao ambiente de atuação profissional.

Soldados

A formação dos soldados bombeiros militares de 2009, e seu projeto pedagógico, visavam a construção de um profissional técnico, apto a executar as missões estabelecidas de acordo com sua função estabelecida em

regulamento. Entretanto, os relatos demonstram que, para três dos soldados da turma de 2009, o curso foi considerado regular, onde a doutrina militar, a falta de prática durante o curso e a estrutura precária do Centro de Formação, relatada durante a aplicação do grupo focal e reafirmada no preenchimento dos formulários, configuraram-se como fatores de interferência no desenvolvimento de competências.

Neste sentido, todos os soldados ouvidos na pesquisa, relataram não ter acesso ao projeto do CFSD BM 2009, ou seja, alegaram não conhecer o documento, limitando suas informações somente em relação às ementas de disciplinas disponibilizadas pelos instrutores do curso. 90,00% dos soldados participantes da pesquisa concluíram ou estão em processo de conclusão de curso de nível superior.

A figura do soldado executor, expressa no código de ética, é considerada pelos soldados como um fator limitador da troca de conhecimentos e consequentemente do desenvolvimento das competências abordadas. Os relatos demonstram que, para a metade dos soldados da turma de 2009, participantes da pesquisa, o curso foi considerado regular, onde, a doutrina militar, a falta de prática durante o curso e a estrutura precária do centro de formação, relatada durante a aplicação do grupo focal e reafirmada no preenchimento dos formulários, configuram-se como fatores de interferência no desenvolvimento de competências.

A predominância do ensino em formar militares antes de formar profissionais técnicos parece influenciar tais adaptações, ou seja, a geração de um *habitus* pertinente e útil à realidade interna do campo militar da corporação parece superar a intenção de gerar indivíduos autônomos, críticos, com poder de iniciativa, criativos etc. Logo, percebe-se o interesse em manter o ensino nos mesmos moldes, uma vez que isto é interessante para a manutenção da ordem, regulando as relações, promovendo o respeito à hierarquia e disciplina militares e permitindo a sobrevivência do campo.

Conclusões

A estrutura existente entre os órgãos e os atores sociais, responsáveis pelo desenvolvimento do CFSD BM 2009, promove ressignificações significativas, no desenvolvimento das competências (cognitivas, operativas e atitudinais). O processo ocorre com a chegada da MCNSP, à Diretoria de Ensino, órgão

responsável pelas ações de planejamento e supervisão que estabelece uma relação com a Divisão de Ensino do CFAE, órgão executor responsável pela aplicação do curso, que elabora o projeto pedagógico (que deveria ser responsabilidade da DEI), e repassa aos instrutores as diretrizes e normas de execução para posteriormente, ocorrer o repasse aos soldados (adquirentes) que são o alvo das ações e diretrizes pedagógicas.

A Diretoria de Ensino do CBMPA, sem ter participado da elaboração da MCNSP, a utiliza de forma incipiente, buscando inserir no desenho curricular do curso, as disciplinas tratadas pelo documento federal como obrigatórias. Durante esta inserção, é levado em consideração o papel do soldado como elemento de “execução”, que de acordo com a DEI deve possuir prioritariamente uma visão técnica do trabalho, uma visão mais “micro” de sua atuação, enquanto que o oficial deve possuir além desta perspectiva, uma visão tática (macro).

Acontece a transferência da elaboração do projeto do CFSD BM 2009 à DEN do CFAE. Entretanto, após a elaboração do referido projeto, ocorre a apreciação do mesmo em uma reunião chamada de câmara técnica, para posterior apresentação ao CONSUPE, onde ocorrem discussões motivadas principalmente, por questões orçamentárias, relacionadas à carga horária total e carga horária por disciplina, priorizando as disciplinas operacionais em detrimento das disciplinas de caráter humanístico, relegando as últimas à modalidade EAD como é o caso de Direitos Humanos, por exemplo. Logo, infere-se que o desenvolvimento das competências eleitas, não se configura como foco da reunião, ocorrendo neste caso, atualização de valores e carga horária, visando um curso mais curto e com o mínimo de custo possível.

Este procedimento promove transformações no desenvolvimento das ações, pois para inclusão de tais disciplinas tornam-se necessárias adaptações na carga horária total e por disciplina, afetando o desenvolvimento tanto das disciplinas consideradas de caráter técnico-profissional quanto daquelas de caráter relacional e humanístico. Após as discussões e posterior aprovação do curso no CONSUPE, bem como de todas as fases do concurso público, a DEN do CFAE seleciona os instrutores de acordo com a conveniência, disponibilidade, levando em consideração, no caso das disciplinas técnico-profissionais, cursos especializados na área de atuação da disciplina, além de sua posição hierárquica.

Ocorre que estes campos são representados por grupos de poder, que possuem por sua vez, diferentes interesses, refletidos por projetos políticos,

origens, concepções sociais, de ensino etc. Logo, este contexto, influencia diretamente na aplicação e elaboração dos currículos e das intenções formativas dos agentes de segurança pública. Essa luta e concorrência passam por uma série de estratégias empregadas pelos agentes sociais, pois na cadeia de sucessão de cada campo existe uma dinâmica de conservação e mudança contínua. Isto cria espaço para estratégias de conservação, levadas a cabo por aqueles, que naturalmente, dentro da dominação social em vigor, têm maior probabilidade de fazer valer seus critérios e pontos de vista.

A maioria dos instrutores desconhece a matriz e, em alguns casos, o próprio projeto do CFSD BM 2009, recebendo somente, a ementa da disciplina onde constam os conteúdos a serem desenvolvidos durante sua execução. Este desconhecimento da proposta geral de ambos os documentos, influencia no desenvolvimento do curso, pois será condicionado apenas pela ementa da disciplina, que muitas vezes não é contemplada pela carga horária considerada insuficiente pelos instrutores, que acabam por reproduzir aquilo que já ministraram em cursos anteriores ou devido à carência de equipamentos e materiais, realizam cortes, elegendo aquilo que consideram ser mais relevante para a formação do soldado.

O ensino é condicionado pela manutenção das relações de classe, ou seja, relacionado ao papel executor do soldado, influenciando o desenvolvimento, tanto das competências tidas como prioritárias pelo organismo militar, quanto daquelas tratadas pela MCNSP como fundamentais.

Nas falas dos instrutores, fica claro a presença de uma “doutrina bombeiro-militar”, responsável pela uniformização de procedimentos e atitudes. Muito pouco se percebe nos discursos, sobre o desenvolvimento das competências eleitas pela MCNSP, pois de acordo com as características da formação oferecida, o que parece ser primordial ainda é a questão da ordem. Logo, se a forma disciplinar tradicional ainda é a forma utilizada na formação militar para gerar indivíduos para uma nova vida dentro da instituição, significa que as significações impostas pela MCNSP encontram resistência no sentido de promoverem mudanças efetivas na dinâmica de ensino do CBMPA.

As competências na realidade militar são tratadas como uma “capacidade” técnica, formal, construída e calcada na repetição de procedimentos memorizados. Este panorama diverge da ideia de competência tratada pela matriz que pressupõe capacidades criativas, de autorreflexão,

responsabilidade e autonomia, ou seja, o desenvolvimento das competências eleitas pela MCNSP, não é fator central de relevância durante a execução do curso.

Esta base doutrinária militar influencia de maneira negativa a aquisição e o desenvolvimento de tais competências, além de privilegiar a construção de um *habitus* militar, com suas peculiaridades úteis à manutenção das bases culturais da instituição, em detrimento do desenvolvimento de um profissional autônomo, crítico e criativo. Portanto, a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, referencial das ações de formação, deveria ser utilizada como eixo principal da formação dos soldados. Entretanto, verifica-se na fala dos representantes dos diversos campos designados pela pesquisa, que a qualificação profissional pela aquisição de competências, em especial as eleitas pela matriz, não se configura como ponto central na formação dos soldados bombeiros.

A manutenção da ordem o ensino voltado e pautado nas relações de classe, nos regulamentos e doutrina militares tradicionais, ainda persiste na prática e na teoria da dinâmica de ensino-aprendizagem, onde o ato de questionar, propor sugestões, não é bem visto pelos superiores hierárquicos, prejudicando a formação do agente pretendido pela matriz.

A disposição de disciplinas de caráter militar, juntamente com as de caráter técnico, é privilegiada durante o processo de formação, enquanto disciplinas de caráter humanístico, como Ética e Cidadania, Psicologia Aplicada, Direitos Humanos e Relações Interpessoais possuem carga horária reduzida para sua aplicação e, em alguns casos como Direitos Humanos, por exemplo, são transferidas para a modalidade EAD, demonstrando inclusive, nas falas dos interlocutores por meio de questionamentos, a sua validade dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Da mesma forma, os soldados do CFSD BM 2009 desconhecem tanto o conteúdo da matriz curricular nacional, quanto o do projeto pedagógico do curso em questão, tendo acesso somente à ementa das disciplinas, afirmando, pelas deficiências já citadas, que não conseguiram desenvolver as competências eleitas pela MCNSP, inferindo que o curso se preocupa muito mais em formar militares do que profissionais técnicos. O desenvolvimento do ofício de bombeiro acontece depois de formado, nas unidades nas quais os soldados são classificados, o que promove a manutenção das bases culturais da instituição, na medida em que os soldados recém-formados serão socializados

de acordo com a lógica dos chamados “antigos”, reproduzindo uma lógica tradicional de comportamento.

O processo de ressignificação que se desenvolve na formação dos soldados bombeiros militares do Pará age desta forma, descaracterizando os objetivos da matriz nacional, em prol de um profissional obediente e reativo, executor e lacônico, algo muito dissonante do trabalhador pretendido pelo documento. As competências são ressignificadas e em alguns casos até ignoradas na elaboração, apresentação e execução do Projeto pedagógico do CFSD BM 2009. É fundamental o desenvolvimento das competências cognitivas, operativas e atitudinais para a não reprodução do comportamento tradicional imposto na formação e após ela, pois significa a quebra de paradigma que irá promover o desenvolvimento de profissionais muito mais conscientes e responsáveis por seus pensamentos e ações.

O Estado visa, a partir do PL 3734/12, a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), tendo como um de seus objetivos, a uniformização das ações de formação dos profissionais da área de segurança do país, por meio da unificação de conteúdos. Entretanto, novamente esta tentativa não leva em consideração as diversidades regionais e principalmente, as diversidades laborais existentes entre seus componentes, onde os Corpos de Bombeiros encontram-se à margem das discussões.

Este panorama apresentado pela pesquisa suscita a construção de um documento específico voltado à formação dos Corpos de Bombeiros. Além disso, torna-se necessário questionar se as bases militares de ensino difundidas nos centros de formação coadunam-se com os princípios pedagógicos tratados pela SENASP e entidades acadêmicas. Logo, a formação de grupos de discussão constituídos por profissionais da área de educação, e não apenas por comandantes das corporações e superiores hierárquicos, é fundamental para a constituição de um currículo mais flexível e aberto a novas possibilidades de ensino.

Outro fator importante é a criação de um quadro complementar específico para o ensino na corporação, com uma política de aperfeiçoamento e rotatividade, promovendo cursos de atualização e incentivando os profissionais a buscarem qualificação. Este contribuirá para o estabelecimento de critérios de seleção de instrutores, relacionados de forma primordial em sua formação acadêmica e/ou na experiência profissional na área de atuação da disciplina. Além disso, o desenvolvimento de reuniões pedagógicas, visando preparar os instrutores para os cursos da corporação, é primordial para a qualidade do ensino oferecido.

Além destas ações, para promover melhorias no ensino da corporação, torna-se necessário, como sugestões de futuras pesquisas, conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos alunos soldados, bem como seus projetos de vida; realizar um levantamento das formações profissionais dos praças; além de verificar de que maneira a instituição valoriza as formações complementares em suas fileiras.

Referências

- BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Respuestas: por una antropología reflexiva*. México: Grijalbo, 1995.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Matriz Curricular Nacional: para ações formativas dos profissionais da Área de Segurança Pública*. Brasília: SENASP, 2008.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. *Vigiar e punir*. 14. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.
- FRANÇA, G. *Disciplinamento e humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância*. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em <http://btd.d.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2490>. Acesso em: jan. 2015.
- LAKATOS, E.; MARCONI, A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MUNIZ, J. A Crise de Identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies Review*, Washington: Center for Hemispheric Defense Studies, v. 1, p. 177-198, 2001.
- PONCIONI, P. O Modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília: UNB, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005.
- RUDNICKI, D. *A formação social de oficiais da Polícia Militar: Análise do caso da academia da Brigada militar do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese

(Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TRAD, L. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisa de saúde. *Physis*, Rio de Janeiro: UERJ, v. 9, n. 3, p. 777-796, 2009.

TEIXEIRA, P. Os conselhos e cafés Comunitários de segurança pública/RJ no contexto democrático. In: VI REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA - RAM, G. Montevideu, 2005. *Anais...* Montevideu, 2005. Disponível em:< <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=20>>. Acesso em: jul. 2013.

CAPÍTULO 19

Fatores potencializadores de homicídios em Belém do Pará

Monique Kelly Tavares Gomes

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e chefe de Pesquisa e Informação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Belém – Pará – Brasil. moniqueufpa2007@gmail.com

Sílvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Diego Sá Guimarães da Silva

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. diegofisio@ufpa.br

Resumo

Tem por objetivo apresentar os fatores que potencializaram a incidência de homicídios no contexto do espaço social em Belém do Pará, no período de 2007 a 2010. Para tanto, o mapeamento dos homicídios foi utilizado para analisar a dinâmica deste crime violento. A partir da espacialização das ocorrências foi possível notar que sua distribuição não era uniforme e ao longo dos anos de 2004 a 2007 se concentrou mais em umas áreas que outras. Alguns bairros se destacaram pelo fato do desfecho de conflitos sociais resultarem em altas taxas de homicídios. Nesse contexto e tendo como fundamento explicações postuladas em literaturas especializadas acerca do tema, conclui-se que a precariedade ou ausência dos serviços públicos de responsabilidade do município são fatores que podem potencializar as taxas de homicídio em alguns bairros. Em locais assim, ficou claro que atuação do Estado Democrático de Direito não foi eficiente no sentido de garantir direitos fundamentais, como a vida, a liberdade, a igualdade e a segurança ao cidadão.

Palavras-chave: Crime Violento. Belém.

Introdução

O homicídio no Brasil, enquanto fenômeno de violência letal tem sido analisado de forma sistemática por gestores de políticas públicas, por centros de pesquisas independentes e por diversas instituições acadêmicas. Estudos apontam que esse tipo de violência quase não para de crescer, sobretudo os homicídios no espaço urbano, que crescem de modo acentuado desde a década de 1960 (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003).

Para Ramão e Wadi (2010), existe um crescimento linear acentuado no número de homicídios urbanos no Brasil e se justifica devido ao acelerado processo de urbanização vivenciado nas últimas décadas no país. Salvo a inflexão, no número de vítimas de homicídios, que foi observada em 2003, e atribuída por alguns às campanhas de desarmamento e/ou à votação do Estatuto do Desarmamento (UNESCO, 2005; SOARES et al., 2003) e às políticas de segurança de nível municipal (KHAN, 2005).

A Região Metropolitana de Belém (RMB), onde este município está inserido, acompanha essa realidade. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP, 2011), o número de homicídios na RMB tem apresentado aumento. Em 2010 aumentou em 27,79% em relação ao ano de 2009 e ocupou o 6^o lugar na escala dos crimes contra a pessoa em 2010.

Diante do contexto descrito, bem como da necessidade de se discutir sobre o tema no âmbito do espaço social, na esfera do município de Belém, este trabalho se limita ao estudo do crime de homicídio por ser reconhecido socialmente como atos de extrema violência (ARENDDT, 2009) e de flagrantes violações dos direitos à vida e à segurança (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003; MESQUITA NETO, 2002). Trata-se de um crime que pode ser tomado como um indicador de violência que gera tanta comoção social como nenhum outro existente e pode ser tomado como parâmetro para todos os crimes violentos, colocando-se no ápice de uma escala de violência (WALLACK, 1999). Além disso, o homicídio se comparado a outros delitos possui uma menor subnotificação, isto é, crimes que ocorrem, porém não chegam ao conhecimento dos órgãos de segurança pública, pois as vítimas não os registram (CANO; SANTOS, 2001; SOARES et al., 2003).

Revisão bibliográfica

Para Silva (2000), crime é um desvio em relação às normas sociais tendo sua definição restrita a atos definidos como violação da lei. De acordo com Durkheim (1995), é impossível imaginar uma sociedade na qual o comportamento criminoso seja totalmente ausente.

Muitos autores, como Velho (1996) e Zaluar (1996) apontam que a criminalidade violenta pode ser estudada, especialmente, sob a ótica da sociedade e da vida social. Eles afirmam que o sistema de interações sociais é marcado por uma série de heterogeneidades e, portanto, possui um constante potencial de conflito.

Adorno (1998) ressalta que as causas atuais da criminalidade estão associadas ao enfraquecimento dos mecanismos de pressão social sobre o comportamento dos indivíduos, que operaram, sobretudo, na esfera da moralidade, pública e privada, os quais não parecem suscitar nem o sentimento de medo, sequer o de angústia diante das possibilidades, sempre abertas, de violação das normas sociais. É nesse contexto que o homicídio figura, pois o direito à vida, o mais fundamental de todos os direitos, é violado.

No Código Penal Brasileiro, o homicídio está inserido no capítulo relativo aos crimes contra a vida. No Artigo 121, homicídio simples é a ação de “matar alguém” com pena de 06 (seis) a 20 (vinte) anos de prisão. No § 2º do mesmo artigo, o homicídio qualificado é definido da seguinte forma:

Se o homicídio é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe; por motivo fútil; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime, é considerado hediondo e com pena, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de prisão (BRASIL, 1940).

O elemento ativo deste delito é sempre uma pessoa física, ou seja, uma pessoa jurídica ou um objeto de direito jamais poderão ser punidos por homicídio. Igualmente, o sujeito passivo do crime é também uma pessoa

física. O dolo consiste quando o agente quis que a ação resultasse em morte e a culpa consiste quando o agente não teve a intenção de matar, ao realizar o ato com imprudência, imperícia ou negligência. Pode ser levado a efeito tanto com uma ação, como por uma omissão. Também pode ser realizado de forma direta ou indireta e usando meio físico ou psíquico. Hungria e Fragoso (1977) afirmam que inegavelmente o homicídio doloso é a mais chocante violação do senso moral da humanidade civilizada.

No Brasil, de 1980 a 2010, cerca de 1,1 milhões de pessoas foram vítimas de homicídio. Ao longo da década de 1980, percebeu-se que enquanto o número total de mortes cresceu 20,00%, as mortes motivadas por causas violentas cresceram 60,00%. No ano de 2010 ocorreram 50 mil assassinatos no país, com um ritmo de 137 homicídios diários (CAMARGO et al., 1995; WAISELFISZ, 2011).

Misse (2011) afirma que o aumento dos homicídios permaneceu forte nas três últimas décadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, mas apresenta sinais de queda nos últimos anos, principalmente em São Paulo. O autor destaca que não passam de 15,00% os homicídios esclarecidos pela polícia no Rio de Janeiro, cujos supostos autores podem vir a ser denunciados à Justiça. A maioria dos homicídios que permanece não elucidada contribui para que a sensação de impunidade seja prevalente e incentiva, de certa forma, a ocorrência de novos homicídios devido à não penalização de seus autores.

Dessa forma, percebe-se que a frequência de homicídios reflete um alto grau de tensão social. Nesse cenário, muitos estudos foram elaborados. Zaluar (1999) destaca que o tema virou rapidamente um dos mais candentes problemas urbanos. Adorno (2002) afirma que não há consenso entre antropólogos, cientistas políticos e sociólogos em relação às causas do crescimento do crime e destaca três direções: *i*) mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência; *ii*) crise do sistema de justiça criminal e *iii*) desigualdade social e segregação urbana.

Segundo Adorno (2002), as mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência estão relacionadas a novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica, nos processos de trabalho, nas formas de recrutamento, entre outros. Tudo isso promoveu acentuada mutação nas relações dos indivíduos entre si e dos indivíduos com o Estado, o que repercute na natureza dos conflitos sociais, no crime e nas modalidades de sua resolução.

Adorno ressalta que o profundo hiato entre o crescimento da violência e o desempenho do sistema de justiça criminal agravou-se em virtude dos novos problemas de reforma e controle institucional propostos pela transição política e pela consolidação do regime democrático. Neste período o Estado era pressionado a rapidamente realizar a desmontagem dos aparelhos repressivos que tiveram vigência durante o regime anterior e ao mesmo tempo exercer pertinaz controle sobre os abusos de poder cometidos por agentes responsáveis pela segurança pública. Com isso, os novos governos demoraram a responder com eficiência aos problemas decorrentes do crescimento e da mudança do perfil da criminalidade urbana violenta. O resultado mais visível dessa crise do sistema de justiça criminal é, sem dúvida, a impunidade penal. No Brasil, tudo parece indicar que as taxas de impunidade sejam mais elevadas para crimes que constituem graves violações de direitos humanos, tais como os homicídios.

Com relação à desigualdade social e segregação urbana, observa-se que vários estudos destacam que coincidentemente, as regiões que possuem maiores taxas de crescimento da criminalidade são as que apresentam as menores taxas de desenvolvimento econômico (BID, 1999). Fundamentados nesta premissa, alguns autores dão uma simplificação ilógica: se existisse trabalho não haveria motivo para o crime, sendo, portanto, justificável que nas condições atuais as taxas de criminalidade sejam crescentes.

Esta justificativa é incoerente, pois implicitamente afirma que o homem é amoral, ou que o necessitado é propenso a cometer crime para obter aquilo que precisa. Estudiosos que abordam o tema com foco científico (COELHO, 1988; PAIXÃO, 1998; ZALUAR, 1994) consideram que nada é mais falso que esta hipótese. A constatação do número de habitantes de tantas áreas pobres e que sobrevivem abaixo da linha da pobreza sem cometer crimes, apesar de expostos às mesmas oportunidades daqueles que o cometem, mesmo que o objeto da precisão seja relevante (como a alimentação), é fato real que nega esta linha de raciocínio.

Gomes (2013) afirma que a variável urbanização produz efeitos na incidência de criminalidade. Assim, espaço urbano é o espaço físico ocupado pela cidade, que por sua vez entende-se como um complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural (GOMES, 2005).

A maioria dos municípios brasileiros contém espaços urbanos que, geralmente, possuem características bem diversificadas, por exemplo: o Rio de Janeiro com a Zona Sul e suas favelas; São Paulo com seus condomínios e vilas; Belo Horizonte com seus bairros e favelas. E Belém não é diferente, com sua composição por áreas com aspectos nitidamente diversificados, como os bairros periféricos (Bengui, Parque Verde, Pratinha, São Clemente e Tapanã) e áreas nobres (tais como os bairros Umarizal, Batista Campos e Nazaré).

Segundo Gomes (2005), a criminalidade é multiforme, crescente e paulatinamente encontra novas formas de se infiltrar na estrutura social a partir das muitas oportunidades existentes no espaço urbano fracionado entre ocupações irregulares (invasões) e os espaços murados (condomínios). Tais formas caracterizam territórios separados e, simultaneamente, pertencentes ao mesmo meio.

Rivero (2010) afirma que a ocupação desordenada do espaço urbano e a precariedade dos serviços públicos são fatores que fragilizam municípios, tornando-os vulneráveis aos crimes com magnitudes, formas e causas aparentemente diferentes. Os serviços públicos são considerados essenciais para a vida moderna. Alguns deles são de responsabilidade da Administração Pública e estão relacionados a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e segurança. Sendo assim, áreas onde o Estado não atua de forma eficiente são nitidamente mais vulneráveis a ocorrência de crimes.

Em particular, as cidades da América Latina, que possuem territórios com estas características, passam por uma fase de acentuado crescimento de diversas formas de crime, destacando-se os diretamente vinculados a pessoas: latrocínio, tentativa de homicídio, homicídio, lesão corporal com uso de armas de fogo e de armas brancas, tráfico de drogas, prostituição, sequestro, entre outros (WEYLAND, 2003).

A ocupação desordenada fomenta o aparecimento de graves problemas urbanos como a criminalidade. Para Teixeira e Magalhães (2010), o espaço urbano deteriorado favorece a produção criminal, ou seja, espaços esquecidos pelas autoridades públicas como praças e favelas, ou ruas sem iluminação e mesmo lotes vagos sem a devida limpeza, são locais de grande incidência de crimes.

Crowe (1999) constatou que políticas urbanas de revitalização de espaços em decomposição contribuem para a diminuição de práticas criminais que envolvem desde pequenos furtos e uso de drogas até crimes contra a vida de cidadãos abordados nestes locais. A implementação de iluminação nas ruas e a

limpeza de lotes vagos proporcionam consideravelmente a redução das práticas criminais, além de colaborar com o aspecto visual dos grandes centros urbanos.

Em estudo sobre a revitalização das cidades, ficou evidenciado que a maioria dos locais urbanos revitalizados tiveram em média a redução de 75,00% de práticas criminais, o que comprova que políticas urbanas nos espaços degradados das grandes cidades resultam em diminuição dos delitos (AGÊNCIA MINAS, 2010).

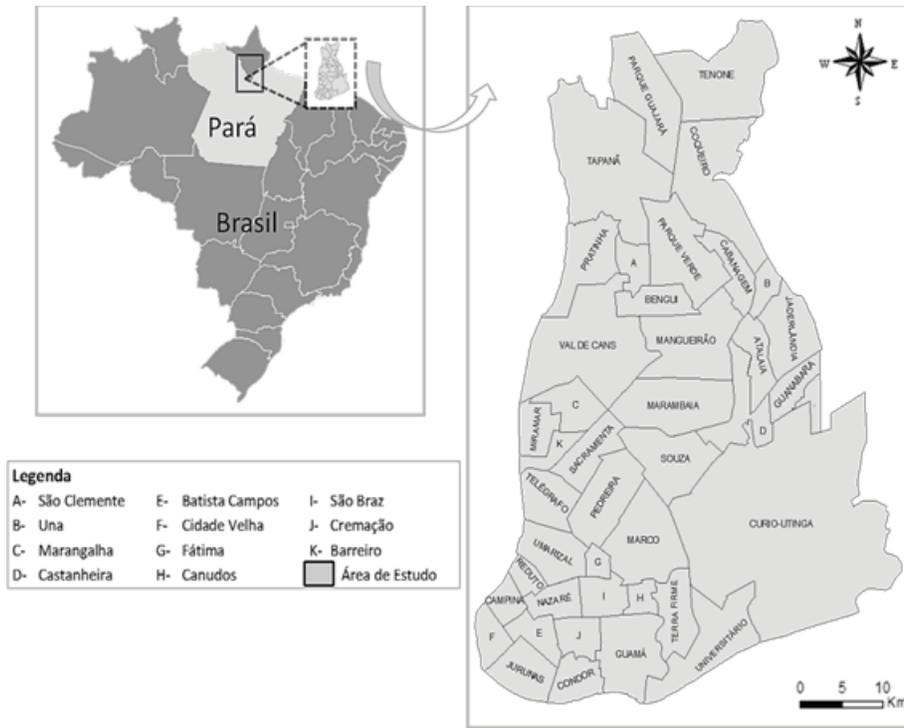
Sendo assim, Gomes (2005) afirma que organizar e proporcionar melhorias no espaço urbano, não só das áreas periféricas, mas também das demais áreas urbanas, possibilita a diminuição da produção criminal, já que uma simples revitalização em uma área degradada, como nas praças, favorece uma mudança de comportamento social, assim como iluminação pública eficaz, desfavorece a prática de delitos. Uma infraestrutura institucional de apoio à educação, de áreas verdes, de recreação e de aspecto não segregado só poderá trazer benefícios para a diminuição da delinquência na sociedade.

Sendo assim, o crime possui certos padrões de ocorrência no espaço urbano. Sendo dessa forma, imprescindível analisar como se dá sua dinâmica no espaço social para entendê-lo.

Material e métodos

A área de estudo (Figura 1) está localizada na capital do Estado do Pará e se refere à parte continental do município de Belém. Possui uma população de 1.150.073 habitantes distribuídos em 42 bairros que integram seis distritos administrativos (IBGE, 2010).

Belém é a 2^a cidade mais populosa da região Norte e a 11^a do país. Possui um nível de urbanização elevado, se comparada a outros municípios desta região, obtendo em 2010 uma taxa de urbanização de 99% (IBGE, 2010). Com quase 400 anos, constitui-se na sede da Região Metropolitana formada por mais cinco municípios, possuindo 1.059,406 km² de área. Em 2010, Belém obteve um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,746, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) (Atlas PNUD, 2013). Possui posição estratégica que lhe proporciona um papel de destaque na geopolítica da Amazônia e no desenvolvimento econômico da região como um todo.

Figura 1: Área de estudo

Os dados utilizados neste estudo foram fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, extraídos dos boletins de ocorrência policial, referentes aos 2.198 registros de homicídios ocorridos no período de 2007 a 2010 e registrados no Sistema Informatizado de Segurança Pública. Para identificar os padrões dos homicídios foram utilizadas as variáveis: período e local de ocorrência criminal.

Análise descritiva

A técnica análise descritiva, permite ao pesquisador uma organização, descrição dos dados mediante a utilização de gráficos e resumos numéricos provenientes da variável em estudo.

Conforme Bussab e Morettin (2013), a representação gráfica da distribuição de uma variável tem a vantagem de, rápida e concisamente, informar sobre sua variabilidade, por isso os métodos gráficos têm encontrado um uso cada vez maior devido ao seu forte apelo visual. Os gráficos são usados

para diversos fins (CHAMBERS et al., 1983): *i*) Buscar padrões e relações; *ii*) Confirmar (ou não) certas expectativas que se tinha sobre os dados; *iii*) Descobrir novos fenômenos; *iv*) Confirmar (ou não) suposições feitas sobre os procedimentos estatísticos usados; *v*) Apresentar resultados de forma mais rápida e fácil.

Georreferenciamento

A utilização do georreferenciamento é ampla nas mais diversas áreas do conhecimento. Quando se deseja atrelar a localização e a topologia aos atributos dos dados para se gerar informação e conhecimento, o georreferenciamento é uma ferramenta de grande valia. A técnica permite a introdução de dados em um Sistema de Informação Geográfica (SIG), onde, geralmente, o registro das variáveis em estudo é realizado a partir do endereço ou do atributo locacional que proporciona uma conexão do banco de dados ao mapa.

De acordo com Gonçalves (2002), o georreferenciamento é caracterizado pela associação de dados a um sistema de coordenadas terrestres ou a uma unidade territorial (como bairros, trechos e municípios), que está associada a uma determinada coordenada geográfica e o SIG, - são ferramentas capazes de manipular e analisar conjuntamente um grande volume de dados espaciais e não espaciais.

Análise exploratória de dados espaciais (AEDE)

Quando se dispõe de um grande número de observações e se deseja analisar a espacialidade dos dados, torna-se extremamente difícil a sua compreensão pela simples leitura dos valores colocados em tabelas e gráficos. Há necessidade, portanto, de organizá-los de forma espacial, seja por áreas ou sistemas de coordenadas, a fim de que, depois de resumidos, possam ser visualizados o comportamento geral dos dados e a identificação de possíveis valores discrepantes, que são fundamentais para a tomada de decisões.

Nesse contexto, a AEDE se destaca por reunir um conjunto de técnicas utilizadas para descrever distribuições espaciais de variáveis, descobrir padrões de correlação espacial, apontar a ocorrência de *clusters*, ou mesmo apontar *outliers* (ANSELIN, 2003). A AEDE é um conjunto de ferramentas que ampliam a capacidade do analista em extrair informações de um conjunto de dados, permitindo-lhe uma melhor compreensão da dinâmica espacial

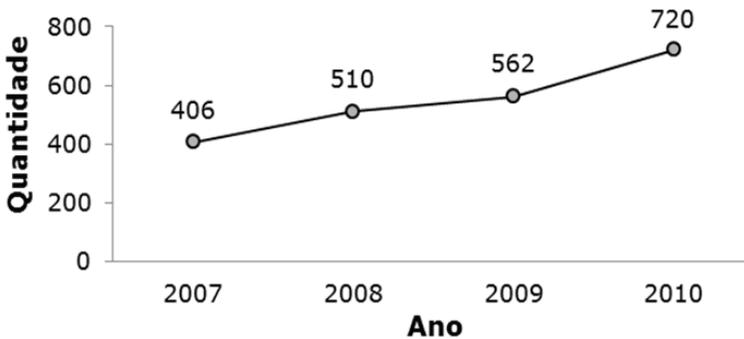
existente no fenômeno espacial estudado, ou seja, compreender melhor os padrões de associação espacial, visualizando, identificando e classificando agrupamentos de objetos.

Resultados e discussões

A evolução dos homicídios

A Figura 2 apresenta a evolução dos homicídios registrados na área urbana do município de Belém, no período de 2007 a 2010. Nela, verifica-se que o crime apresentou um aumento ao longo dos anos, com 406 registros em 2007, 510 e 562 nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, atingindo seu ápice no ano de 2010, com 720 registros, o que equivale a um aumento de 77,34% nos homicídios em relação ao ano de 2007.

Figura 2: Quantidade de homicídios registrados na área urbana do município de Belém, nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010



Essa tendência de crescimento dos homicídios no município acompanha o cenário nacional. Pois, o número de homicídios no Brasil passou de 13.910, em 1980, para 49.932, em 2010, um aumento de 259,00% equivalente a 4,40% de crescimento ao ano (WAISELISZ, 2011).

Apesar deste crescimento, ocorreram algumas oscilações que merecem destaque. No final da década de 1980 o homicídio foi considerado o grande vilão da saúde pública no Brasil, devido ao seu alarmante crescimento (PINHEIRO et al., 1999). De fato, já no final da década de 1980, as mortes por agressão ultrapassaram os acidentes de trânsito e passaram a ocupar o

primeiro lugar entre as causas de morte na população jovem (15 a 24 anos). As armas de fogo desempenharam um importante papel nesse processo, pois no início dos anos 2000 cerca de 70,00% dos homicídios eram praticados com este instrumento (PERES; SANTOS, 2005).

No entanto, por volta de 2003 houve uma queda no número de homicídios. Diversos estudos apontam que este declínio ocorreu devido a um conjunto de fatores concomitantes e complexos ocorridos neste período. Um destes foi a criação do Estatuto do Desarmamento, que entrou em vigor em 2003, e as ações de recolhimento de armas (KAHN, 2005; PERES; SANTOS, 2005; SOARES et al., 2003; UNESCO, 2005).

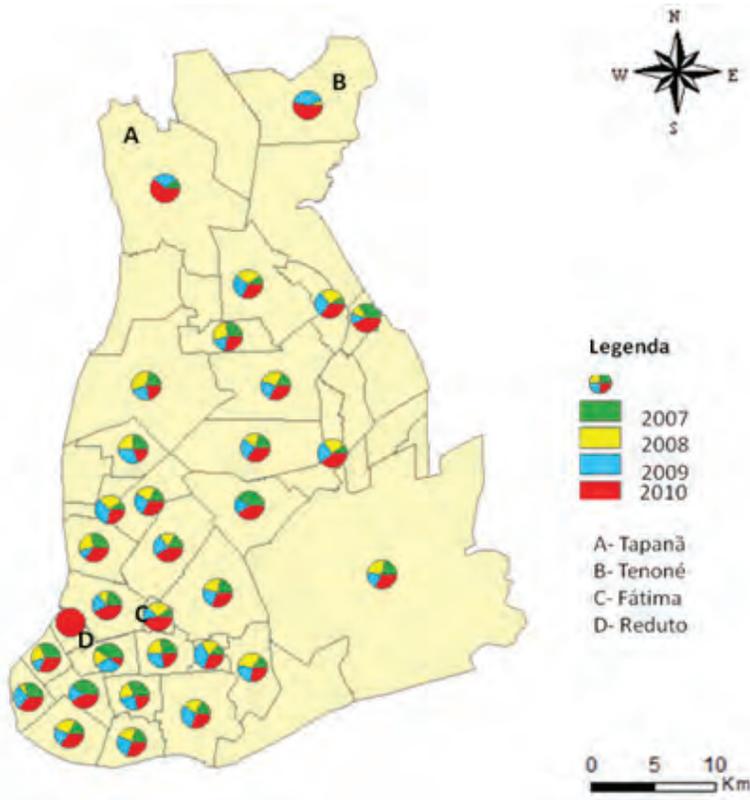
Outro fator responsável por esta redução é relacionado às políticas de nível, federal, estadual e municipal. Como recursos financeiros e estruturais que envolvem um aumento no número de policiais e ampliação de secretarias e conselhos de segurança pública (UNODOC, 2011).

A distribuição espacial dos homicídios na área urbana de Belém

Os mapas são uma poderosa ferramenta para a compreensão da criminalidade. Beato Filho (1998) salienta algumas implicações do estudo da distribuição espacial do crime: (i) a confecção de mapas de criminalidade desloca a análise para os locais de incidência de crimes, ao invés das características dos criminosos, tornando possível uma análise dos componentes racionais de determinados tipos de delitos; (ii) o combate ao crime por parte de organizações policiais pode perfeitamente prescindir de um diagnóstico de suas “causas” para orientar-se pela ideia de que crimes não ocorrem aleatoriamente no tempo e no espaço; (iii) a implementação de políticas públicas preventivas de combate à criminalidade requer a identificação das comunidades e locais que serão objeto da ação assistencialista e preventiva.

Nesse contexto, a fim de se obter uma visão mais clara da distribuição do crime no período em estudo, primeiramente, procurou-se analisar os homicídios na área continental de Belém a partir de um mapa temático com gráfico de setores para os anos de 2007, 2008, 2009 e 2010, visualizado na Figura 3. Nela observa-se que, na maioria dos bairros, as quantidades de homicídios apresentam-se ligeiramente constantes, “equilibradas”, ao longo do tempo, com exceção dos bairros Tenoné, Tapanã, Fátima e Reduto, sendo que este último obteve apenas dois registros do crime em 2010.

Figura 3: Mapa temático com gráfico de setores dos homicídios que ocorreram na área urbana do município de Belém nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010



A distribuição espacial dos crimes vem sendo abordada por diversos autores ao longo de décadas. Estudiosos acerca do tema afirmam que o crime possui um padrão de distribuição característico em sua geografia. Guerry (1833) desenvolveu um estudo comparativo entre crimes que ocorreram na França e na Inglaterra e notou um padrão criminal diferenciado entre eles. Shaw e McKay (1942) produziram uma análise sobre a delinquência juvenil em Chicago. Sendo este amplamente reconhecido como uma pesquisa clássica que envolve o mapeamento da criminalidade na primeira metade do século XX. Nele, os autores mostram que as altas taxas de delinquência nos centros das cidades iam declinando nos subúrbios. Beato e Assunção (2008) identificaram padrões de criminalidade diferenciados em bairros e favelas de Belo Horizonte.

Com o intuito de identificar tal padrão na área em estudo, foi confeccionada a figura, com o mapa temático da quantidade de homicídios que ocorreram na área urbana do município de Belém de 2007 a 2010. Percebe-se que neste período, a incidência de homicídios se concentrou mais em alguns bairros. Silva (2012) classifica este fato como uma forte estabilidade espacial de homicídios, isto é, nos quatro anos estudados, observa-se que a criminalidade característica de uma determinada área se repete ao longo dos anos, indicando uma forte previsibilidade com relação aos locais dos crimes, os quais são os bairros Guamá, Terra Firme, Bengui, Cabanagem e Jurunas.

Figura 4: Mapas temáticos da quantidade de homicídios que ocorreram na área urbana do município de Belém nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010



Além disso, bairros, que em 2007, 2008 e 2009 tinham menor incidência de homicídios em relação aos demais, apresentaram um crescimento abrupto

em 2010, como Tapanã que obteve de 1 a 12 registros em 2007 passando para o intervalo de 34 a 81 registros em 2010, quantitativo quase sete vezes maior. Já o bairro Marambaia mantinha certa estabilidade, entre 23 e 33 registros nos anos de 2007 a 2009, porém em 2010 passou a fazer parte dos que possuíam as maiores quantidades de homicídios, com 34 a 83 registros. Enquanto que os bairros Pedreira e Sacramento apresentaram variações no número de registros nos quatro anos analisados, obtendo em 2010 as maiores quantidades, ambos com 34 a 81 registros.

Pôde-se perceber o aumento do número de homicídios tanto na sua intensidade quanto na sua concentração. E esse aumento foi acompanhado pelo incremento da população. Pois, segundo os últimos censos nacionais, a população do país também cresceu, embora de forma bem menos intensa. Passou de 119, em 1991, para 191 milhões de habitantes, em 2010. E o mesmo ocorreu em Belém que possuía 1,2 passando a ter 1,4 milhões de habitantes (IBGE, 2013).

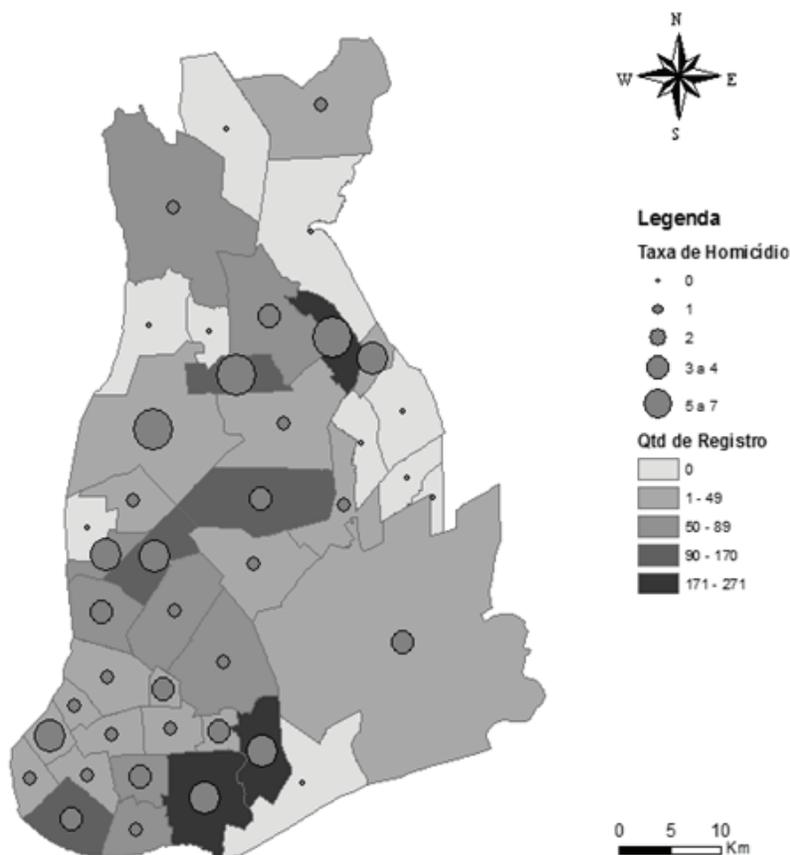
Por isso, uma análise que leve em consideração a população relativa ao local é essencial para compreender o crime. Para tanto, foi calculada a taxa bayesiana empírica (CARVALHO et al., 2011) espacial de homicídios tendo como base a população referente ao censo de 2010. Assim, a partir da Figura 5, observa-se que apesar dos bairros Guamá, Terra Firme e Cabanagem apresentarem as maiores quantidades de homicídios (somadas às ocorrências dos quatro anos), eles situam-se no intervalo de 171 a 271 registros. Quando se leva em consideração a população destes locais, o cenário da criminalidade muda parcialmente, pois os bairros que se destacam por apresentarem as maiores taxas são Bengui, Val de Cans e Cabanagem, os três na faixa de 5 a 7 homicídios a cada mil habitantes.

Ademais, Adorno (2008) ressalta que a concentração de homicídios é maior em distritos e bairros cujos indicadores demográficos e socioeconômicos indicam, por exemplo, precárias condições de vida urbana coletiva. Como é o caso destes bairros que, com exceção de Val de Cans, possuem um grande contingente populacional, em especial famílias jovens com percentual de crianças e adolescentes superior se comparado a Belém (IBGE, 2013), sendo este grupo classificado como de risco para este tipo de crime.

Nota-se também, que existem bairros que possuem taxas pequenas e seus vizinhos taxas altas, como o bairro Coqueiro que apesar de fazer fronteira com bairros (Cabanagem e Una) que têm taxas relativamente alta de homicídio, este não possui nenhum registro. Pode-se atribuir isto ao fato de que se trata de um

bairro que em parte pertence a Belém e a outra parte pertence à Ananindeua, e os homicídios que ocorrem neste bairro podem estar sendo registrados ou tramitados para as delegacias de Ananindeua. O bairro Universitário também não possui nenhum registro do crime, ainda que esteja adjacente a bairros (Guamá e Terra Firme) com uma taxa relativamente alta, isto se dá em decorrência deste possuir áreas que não são residenciais, sendo composto por duas universidades, Universidade Federal do Pará e Universidade Rural da Amazônia, e por um campo de pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, constata-se em diversos estudos que áreas como estas possuem pouquíssimos ou nenhum registro de homicídio.

Figura 5: Mapa temático da quantidade e da taxa de homicídios, a cada 1.000 habitantes, que ocorreram na área urbana do município de Belém nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010



Além disso, observa-se também um padrão nas taxas ao redor da Cabanagem. Ao noroeste do bairro a taxa diminui gradativamente, onde ficam localizados os bairros Parque Verde e Tapaná. No Parque Verde ficam situados diversos condomínios, e isso pode explicar o fato da taxa de homicídios neste local ser inferior, se comparada ao bairro Cabanagem. Caldeira (2000) destaca que o medo, o crime e a violência juntos geram processos de mudança social nas cidades contemporâneas, ocasionando diversas formas de segregação espacial, como é o caso dos condomínios residenciais. Porém, áreas deste tipo são organizadas, possuem espaço de lazer sendo quase clubes particulares, e pelo menos nestes enclaves a criminalidade é reduzida devido à presença de segurança privada. Já ao sudeste do bairro Cabanagem a taxa se mantém constante, onde estão os bairros Bengui e Val de Cans.

Considerações finais

Em primeiro lugar, a análise dos homicídios possibilitou compreender que este crime aumentou em Belém ao longo dos anos estudados, reproduzindo, dessa forma, a tendência nacional de crescimento.

Em segundo lugar, o mapeamento dos homicídios foi fundamental para analisar a dinâmica deste crime violento. A partir da espacialização das ocorrências, foi possível notar que sua distribuição não é uniforme e ao longo dos anos de 2004 a 2007 se concentrou mais em umas áreas que outras. Em termos de números absolutos, a concentração se deu mais especialmente nos bairros Guamá, Terra Firme, Bengui, Cabanagem e Jurunas. Porém, quando se considerou a população relativa aos bairros, constatou-se que algumas mudanças ocorreram, pois os bairros Bengui, Val de Cans e Cabanagem se destacaram com as maiores taxas de homicídio.

Adorno (2008) constatou que a concentração de homicídios é maior em distritos que possuem bairros cujos indicadores demográficos e socioeconômicos indicam precárias condições de vida urbana coletiva. Gomes (2013) constatou que em Belém alguns bairros onde se observa uma taxa elevada do crime de homicídio, como Cabanagem e Bengui, o espaço físico era muito mais deteriorado do que em outros com taxa relativamente baixa, como a Pedreira. Nos primeiros bairros mencionados, existem diversos problemas relacionados aos serviços de infraestrutura, como saneamento ambiental, coleta de resíduo sólido e ruas pavimentadas. Enquanto que na Pedreira, por exemplo, não se verificou tais questões em níveis tão marcantes.

Além disso, se for tomado um indicador global para retratar a realidade de um local como um todo, pode-se incorrer em análises que mascaram a realidade, pois, o município de Belém é considerado com alto padrão de desenvolvimento humano (IDHM de 0,746). Porém, quando se realiza uma desagregação territorial, pode-se verificar que no mesmo espaço urbano se tem áreas mais vulneráveis e com indicadores que apontam precárias condições de vida urbana em relação a outras.

Conclui-se que a precariedade ou ausência dos serviços públicos de responsabilidade da Administração Pública são fatores que podem estar potencializando as taxas de homicídio. Em locais assim, fica claro que atuação do Estado Democrático de Direito não é eficiente no sentido de garantir direitos fundamentais, como a vida, a liberdade, a igualdade e a segurança ao cidadão.

Deve-se atentar para o fato de que o espaço social é formado por locais que possuem especificidades e problemas únicos, estes possuem relações com diversos tipos de crime e necessitam, portanto de soluções adequadas à sua realidade. Há bairros onde se constatou uma incidência alta de homicídios, mas em outros, ao invés de homicídios, outros crimes podem estar se sobressaindo. Além disso, se o homicídio torna-se uma ocorrência de alta gravidade, isso não acontece necessariamente pelas mesmas razões em todos os lugares, como ressalta Nery (2008).

Dessa forma, uma ação voltada para reduzir desigualdades sociais é de fundamental importância, além do mais, tais ações devem estar associadas a políticas voltadas para prevenção e combate da criminalidade violenta. Os esforços para desenvolver medidas para promover maior coesão social e que gerem resultados positivos na redução de crimes violentos, como o homicídio, devem ser feitos simultaneamente pelo Estado e pela sociedade, para assim atenuar seu efeito maléfico e prevenir a escalada da violência letal.

Referências

ADORNO, S. Densidade de ocorrências de mortes violentas: temporalidade e espaços dos homicídios dolosos na capital paulista. *Olhar São Paulo - Violência e Criminalidade*, São Paulo, p. 27-34, 2008.

_____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 84-135, 2002.

_____. Conflitualidade e violência. Reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social. Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-47, 1998.

AGÊNCIA MINAS. “*Campos de luz*” reduz violência em bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2010. (Relatório Técnico)

ANSELIN, L. GeoDa 0.9.5-i Release Notes. Spatial Analysis Laboratory (SAL). Department of Agricultural and Consumer Economics, University of Illinois, Urbana-Champaign, IL, 2003.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BEATO FILHO, C. C. Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998.

BEATO FILHO, C. C.; ASSUNÇÃO, R. Sistema de Informação Georreferenciados em Segurança. In: BEATO, C. Org. *Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BID - Inter-American Development Bank. *Pobreza y desigualdad em América Latina y Caribe*. Tendencias de la Pobreza en la Década de 1990. Departamento de Desarrollo Sostenible, Diálogo “Por um desarrollo para todos”. Washington, DC, 1999.

BRASIL. *Código Penal*: Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Atualizado e Acompanhado de Legislação Complementar, também atualizada, de Dispositivos. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 1993. (Legislação Brasileira, 1940)

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMARGO, E. C. G.; DRUK, S.; MONTEIRO, A. M. V.; FREITAS, C. C.; CÂMARA, G. Mapeamento do risco de homicídio com base na co-krigeagem binomial e simulação: um estudo de caso para São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1493-1508, 1995.

CANO, I.; SANTOS, N. Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003.

CARVALHO A. X. Y.; SILVA, G. D. M.; ALMEIDA JÚNIOR, G. R.; ALBUQUERQUE, P. H. M. *Mapeamento de taxas bayesianas, com aplicação ao mapeamento de homicídios*. Rio de Janeiro, 2011. (Relatório Técnico)

CHAMBERS, J. M.; CLEVELAND, W. S.; KLEINER, B.; TUKEY, P. A. *Graphical methods for data analysis*. Wadsworth, Belmont, 1983.

COELHO, E. C. A criminalidade urbana violenta. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

CROWE, T. D. *Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts*. Massachusetts: Stoneham, Butterworth-Heinemann, 1999.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, C. A. C. Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, v. 7, n. 11, p. 57-68, 2005.

GOMES, M. K. T. *A potencialização dos homicídios no contexto do espaço social: o caso de Belém do Pará*. 2013. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pará, Belém, 2013.

GONÇALVES, A. E. *Geocodificação e análise do mapeamento da criminalidade na cidade de Ipatinga*. 2002. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

GUERRY, A. M. *Moral statistics of France: challenges for multivariable spatial analysis*. França, 1833.

HAMLETT, J. M.; HORTON, R.; CRESSIE, N. A. C. Resistant and exploratory techniques for use in semivariogram analyses. *Soil Sci. Soc.* v. 50, n. 4, p. 868-875, 1986.

HUNGRIA, N.; FRAGOSO, C. H. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1977.

IBGE. *IBGE Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: mar. 2013.

_____. *Pesquisa Nacional por Domicílios*. Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

KHAN, T. Indicadores em Prevenção Municipal de Criminalidade. In: SENTO-SE, J. T. Org. *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Segurança e Cidadania)

MESQUITA NETO, P. II Relatório Nacional Sobre os Direitos Humanos no Brasil. São Paulo, Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, 2002.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. In: Dossiê Crime, Segurança e Instituições Estatais: Problemas e Perspectivas. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, 2011.

NERY, M. B. Homicídios dolosos: indicador de um fenômeno complexo. *Olhar São Paulo*, São Paulo, p. 24-26, 2008.

PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. A. Org. *A democracia no Brasil - dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1998.

PERES, M. F. T.; SANTOS, P. C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 58-66, 2005.

PINHEIRO, P. S.; ADORNO, S.; CARDIA, N.; POPPOVIVIC, M. *Continuidade autoritária e construção da democracia*. São Paulo: NEV/USP, 1999. (Relatório de Pesquisa)

RAMÃO, F. P.; WADI, Y. W. Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel, Paraná. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 207-230, 2010.

RIVERO, P. S. Distribuição desigual dos direitos humanos e da cidadania: áreas de concentração de vítimas de homicídio e ação policial no município no Rio de Janeiro. Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, Livraria do IPEA, 2010.

SEGUP - Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. *Análise dos Crimes Registrados na Região Metropolitana de Belém*. Belém, 2011. (Relatório Técnico)

SHAW, C.; MCKAY, H. D. *Juvenile delinquency and urban areas*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, B. F. A. *Desorganização, oportunidade e crime: uma análise “ecológica” dos homicídios em Belo Horizonte, Minas Gerais*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

_____. *Criminalidade urbana violenta: uma análise espaço-temporal dos homicídios em Belo Horizonte*. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

SOARES, G.; MUSUMECI, L.; BORGES, D.; RODRIGUES, S.; FRAGA, G. *Base Nacional de Estatísticas Criminais - Análise e Avaliação*. Rio de Janeiro: CEsC, 2003.

SOARES, L. E. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

TEIXEIRA, V. M. N.; MAGALHÃES, E. *O espaço urbano como um dos fatores de favorecimento para a delinquência*. Belo Horizonte: E-civitas, 2010.

UNESCO; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde. *Vidas poupadas*. Brasil, 2005.

UNODOC - United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Study on Homicide*. Vienna, 2011.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012*. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WALLACK, L. The California Violence Prevention Initiative: advancing policy to ban Saturday night special. *Health Education e Behavior*, p. 841-858, dez. 1999.

WEYLAND, K. Political repercussions of crime and violence in Latin America, an essay for the Conference on Culture and Peace: Politics and Representation in the Americas. University of Texas at Austin. Law School, 2003.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

_____. *Da revolta ao crime S. A.* São Paulo: Moderna, 1996.

_____. Violência - pobreza ou fraqueza institucional? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 213-217, 1994.

CAPÍTULO 20

Perspectivas da violência no trânsito em quatro tipos penais: uma experiência em Belém do Pará

Máurea Mendes Leite

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), agente pública do Estado do Pará e professora do IESP-PA. Belém – Pará – Brasil. maureamendes@gmail.com

Meyre Esther Mendes Chagas

Especialista em Saúde do Trabalhador, especialista em Gestão Pública, agente pública do Município de Belém e professora do IESP-PA. Belém – Pará – Brasil. mmendeschagas@yahoo.com.br

João Francisco Garcia Reis

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), agente público do Estado do Pará e professor do IESP-PA. Belém – Pará – Brasil. garcia36911@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

Discute tipos penais de crimes de trânsito na cidade de Belém no ano de 2014. Os de maior incidência, mostrados nos seus locais de origem, demonstram a violência desordenada na capital do Estado do Pará, provocados por malha viária deficiente, fiscalização acéfala, comportamentos advindos de má formação educativa, excesso de veículos automotores, entre outras variáveis. Os órgãos especializados têm discutido a necessidade de se dar atenção à reincidência das infrações pelo condutor, bem como o crescimento desse tipo de violência que faz parte da vida urbana das cidades. Desse modo, enfocou-se Belém em razão de seus aspectos sociais, geográficos, urbanos e demográficos a fim de situar a cidade dentro do contexto da região Norte. A figura do trânsito é caracterizada por seus elementos e suas regulamentações, destacando-se a organização das principais entradas e saídas da cidade. Nas estatísticas, que demonstram o cenário dessa violência urbana e os tipos penais mais frequentes, foram utilizadas as técnicas estatísticas de análise descritiva e análise de correspondência, visando estabelecer uma relação entre os tipos de infração e as prováveis causas. As conclusões deste estudo apontam diferentes níveis de conscientização de direitos e formas do belenense perceber o espaço urbano e a violência, a via pública e a vida humana. O homem é o agente causador de grande parte das ações delituosas, as quais potencializam os níveis de gravidade dos acidentes e seus prejuízos para a cidade.

Palavras-chave: Acidente. Crime de Trânsito. Vida Humana.

Introdução

O conhecimento e a análise dos dados estatísticos dos crimes de trânsito ocorridos na capital paraense permitem a elaboração de propostas alinhadas de prevenção ou, pelo menos, atenuação do problema nas esferas social e jurídica. Mensurar, com detalhes, as características desses tipos penais poderá facilitar a adoção de medidas públicas, pois a desinformação ainda é uma vertente que está no cerne dos órgãos de fiscalização e caminha passo a passo com a crescente impunidade. Nesse sentido, faz-se necessário que se empreendam discussões acerca desse cenário, o que levará não só à reflexão em torno dessa problemática, como nos induzirá a outros questionamentos, que poderão enriquecer a condução deste artigo, a exemplo de qual seja o histórico dos acidentes em Belém nos últimos anos e quais pontos podem ser destacados diante do perfil da realidade belenense.

Objetivando conhecer o espaço urbano onde ocorrem esses acidentes, contextualizou-se, brevemente, a cidade de Belém, apresentando alguns elementos sociais considerados relevantes para o entendimento da problemática, como os óbices decorrentes do tráfego, o aumento da frota automobilística, entre outros, no sentido de estabelecer uma relação destes com a incidência de acidentes, a fim de verificar de que forma influenciam.

É comum se buscar, nas teorias já estabelecidas, uma ideia ou parâmetro que permita estudar e entender um fenômeno social. Nesse sentido, a proporção que vem adquirindo a questão da violência, nos dias atuais, permite que se faça uma breve análise, utilizando-se de teóricos sociais que procuraram conhecer a realidade em que viviam e que estabeleceram termos, conceitos, definições que facilitam a compreensão de alguns fenômenos sociais. Frise-se que, na literatura, um fenômeno social corresponde aos comportamentos, ações e situações observadas em determinadas sociedades, organizações, grupos e podem ser tanto de efeitos positivos quanto negativos. Quando negativo, é chamado de problema social. Tratar a violência no trânsito como problema social, é a proposta deste artigo. Para tanto, traz-se o conceito de trânsito, esboçado no § 1º do Art. 1 do Código de Trânsito Brasileiro, *in verbis* (BRASIL, 1997):

Art. 1 O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Um dos principais expoentes da Sociologia, e fundador de importantes métodos de investigação sociológica, Émile Durkheim (1989) aponta, em sua obra “A divisão social do trabalho”, que, em se tratando da resolução de problemas sociais, não concordava com lutas, mas sim que é necessário compreender todo o funcionamento da sociedade capitalista, observando as leis que a regem, descobrindo e, principalmente, buscando solucionar suas falhas, respeitando a época e a situação vigente.

Desta maneira, o autor relacionava esses problemas com o não cumprimento das leis, ao que denominou de crise moral, atribuindo ao Estado a responsabilidade de facilitar e impulsionar a realização das mudanças sociais necessárias para atingir a solução dos problemas, e estendendo a referida responsabilidade, também, à família e à religião. A resolução das problemáticas sociais se estabelece quando um grupo social é capaz de favorecer a integração do indivíduo à coletividade, utilizando-se de uma reforma estrutural de desenvolvimento. Assim, pode-se apropriar de tais conceitos para apresentar uma breve análise do problema social enfrentado pela cidade de Belém, e para isso é imprescindível abordar a legislação que ordena o trânsito da cidade.

A legislação de trânsito em nosso país está em constante estado de *mutati mutandis*¹, ou seja, está sujeita a alterações com o fim de ‘melhor servir a sociedade’, o que é percebido pelo longo percurso legal e mudanças implementadas, como, por exemplo, a edição da Lei Nº 11.705, de 19 de junho de 2008, conhecida como Lei Seca, que alterou o Código de Trânsito Brasileiro no sentido de regular o consumo de álcool por condutores de veículos (até 0,1 mg de álcool no bafômetro, ou 0,2 de álcool por litro de sangue).

O dispositivo legal supramencionado não tratou, porém, tão rigorosamente do tema, o que veio a ser feito por meio da Resolução Nº 432

¹ Expressão latina que significa mudando o que tem de ser mudado. Pode ser grosso modo, entendida como: “tendo substituído certos termos”. É geralmente empregada a respeito de uma sentença ou ideia anteriormente citada e compreendida pelo leitor. Ela indica, assim, que posteriormente algo fora alterado ou que se pode fazer uma analogia de tal fato, porém tomando as devidas proporções e alterações necessárias.

do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), de 23 de janeiro de 2013. Tal Resolução altera a Lei Seca, passando a configurar infração de trânsito, nos termos do Art. 165 do CTB, no que concerne ao teste do etilômetro (bafômetro), a constatação de quantidade igual ou superior a 0,05 miligramas de álcool por litro de ar expelido dos pulmões, ou seja, a metade da quantidade anterior (de 0,1 mg/L), sendo descontado o erro máximo admissível do aparelho, que, conforme a Portaria Nº 006/02 do INMETRO, é de 0,04mg/L. Para o crime previsto no Art. 306 do CTB (*Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência*), a infração se caracteriza quando a medição realizada no bafômetro for igual ou superior a 0,34mg/L.

No que concerne à caracterização da infração a partir de exame de sangue, qualquer concentração de álcool registrada tipifica a infração administrativa, sendo que, para a configuração do crime, a dosagem alcoólica deverá ser igual ou superior a 6 (seis) decigramas de álcool por litro de sangue (6dg/L). Ressalte-se que a nova resolução do CONTRAN estabelece, no parágrafo único de seu Art. 6, “serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas previstas no Art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) ao condutor que RECUSAR a se submeter a qualquer um dos procedimentos previstos na presente resolução, sem prejuízo da incidência do crime previsto no Art. 306 do CTB caso o condutor apresente os sinais de alteração da capacidade psicomotora”.

No que se refere à penalização, o motorista que for enquadrado na Lei Seca fica sujeito à multa, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e, até mesmo, detenção. Como medidas disciplinares, as penalidades variam entre multa de R\$ 1.915,30 (mil, novecentos e quinze reais e trinta centavos) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses. Na seara administrativa, há a possibilidade de retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação. A lei prevê, ainda, em caso de reincidência dentro do período de um ano, o valor da multa será duplicado. A apuração da embriaguez será procedida na forma do Art. 277 da Lei Nº-11.705/2008, com redação dada pela Lei Nº-12.760/2012, que passa a vigorar da seguinte forma, *in verbis* (BRASIL, 2008):

Art. 277 - O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico,

perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.

§ 1º (Revogado).

§ 2º A infração prevista no Art. 165 também poderá ser caracterizada mediante imagem, vídeo, constatação de sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora ou produção de quaisquer outras provas em direito admitidas.

No que se refere aos instrumentos utilizados na aferição do estado do condutor, conforme o exposto acima, cabe aos órgãos de fiscalização estruturarem-se para atender eficazmente cada ocorrência, municiados de pátio para retenção de veículos, bafômetros, fotografias, formulários de toda ordem, equipamentos eletrônicos e agentes públicos capacitados para o atendimento.

Como se vê, a legislação de trânsito configura importante instrumento no combate às infrações diariamente perpetradas na Grande Belém, e sua aplicação é severamente avaliada pelos mais diversos segmentos institucionais e sociais, considerando que os acidentes com vítimas fatais têm aumentado de forma alarmante. No caso do presente artigo, pretende-se fazer uma correlação entre as novas diretrizes estabelecidas em lei e os números estatísticos apresentados nas ruas da capital, levando-se em conta a realidade da cidade e o perfil do condutor, com o intuito de constatar seus frutos para a cidade.

Belém é capital do Estado do Pará, pertencente à Mesorregião Metropolitana de Belém e à Microrregião de Belém. Com uma área de 1.064,918 km², localiza-se a 2.140 quilômetros de Brasília, capital do país (BELÉM DO PARÁ, 2015). Com uma população de 1.432.844 habitantes (IBGE, 2014), é a metrópole localizada mais ao norte do Brasil, possuindo também a segunda maior densidade demográfica da região Norte (1.307,17 hab./km²). A Região Metropolitana de Belém, da qual é sede, é a segunda mais populosa da região Norte, a 12^a do país e a 178^a do mundo. Seu crescimento ocorreu de forma desordenada e sua economia se baseia nas atividades de comércio, serviços e turismo, embora seja desenvolvida a atividade industrial no ramo alimentício, naval, metalúrgico, pesqueiro, químico e madeireiro. A Grande Belém, juntamente com o município de Barcarena, integra o segundo maior parque industrial da Amazônia.

Nesse contexto, encontra-se uma malha viária intrínseca que, em 2012, apresentava uma frota de 346.394 veículos, com 231.534 licenciados e 114.860 veículos não licenciados². A sinalização da cidade tem se ampliado e se adequado às necessidades, conforme seus gestores avaliam a crescente necessidade de atendimento aos clamores de sua população por mais segurança no trânsito. Assim, desde 2013, a gestão da cidade estabeleceu resoluções de longo prazo para os graves problemas de trânsito oriundos do crescimento da frota de veículos e da população urbana. Nesse sentido, implementou o Sistema de Ônibus de Trânsito Rápido (BRT), além de acrescentar à sinalização existente (placas sinalizadoras, calotas esféricas, lombadas para redução de velocidade, semáforos, sinalização de logradouros, tachões bidirecionais, tachas bi reflexivas), sinalização de escolas, com mais 20 (vinte) orientações para garantir a segurança do entorno e 15 (quinze) “faixas cidadãs”.

Some-se a isso a instalação de mais 60 (sessenta) radares de avanço, parada sobre a faixa e excesso de velocidade e 02 (dois) radares estáticos. O total de semáforos da cidade, em 2013, apresentava a seguinte estrutura: semáforos comuns (veiculares 603; repetidores 236; pedestres 178; advertência 44). semáforos a LED³ (3x3x3 – 35; 3x2x2 - 366; 2x2x2- 175; 2x2 – 219), perfazendo assim um total de 1.856 unidades⁴. De forma geral, a sinalização horizontal e vertical orienta o tráfego de motoristas e pedestres na cidade de Belém, o que está de acordo com as atribuições dos órgãos constituídos pelo poder público, aos quais compete planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e animais, além de promover o desenvolvimento da circulação de ciclistas, implantar, manter e operar o sistema de sinalização e os equipamentos de controle viário.

Embora as leis estejam mais rigorosas, o crescente número de mortos no trânsito não aponta para a ausência de conscientização por parte dos infratores, demonstrando que a mentalidade do belenense é o que de fato precisa mudar. O tratamento dispensado pela justiça aos infratores também merece atenção.

² Fonte: Anuário do Pará (2013/2014, p. 226).

³ LED é a sigla para *Light Emitting Diode*, que significa diodo emissor de luz. O LED tem a função de emitir luz em locais e instrumentos, como lâmpadas, lanternas, e como sinalizador de avisos, em instrumentos de tamanho maior como semáforos de trânsito.

⁴ Fonte: SEMOB (nov. 2013).

Isso porque, quando da aplicação da lei, os próprios magistrados divergem quanto à classificação dos crimes de trânsito que culminam em óbito em culposo ou doloso. O crime culposo é aquele em que não há intenção de matar, mas se assume os riscos pela produção do resultado, enquanto o doloso é aquele em que o agente pratica a ação e quer o resultado.

Via de regra, nos crimes de trânsito a modalidade aplicada é a culposa. Entretanto, alguns magistrados têm defendido o entendimento de que as mortes causadas por motoristas irresponsáveis, que fazem uso do álcool, devem receber o tratamento de homicídio doloso, entendimento este que vem ganhando força entre os que atuam na área. Embora não seja, ainda, consenso passou-se a julgar que esse condutor assume o risco de produzir o resultado, ao que se denomina de dolo eventual. Em um ponto, entretanto, convergem a legislação, as instituições judiciais, e a Teoria Sociológica: a violência do trânsito é um problema social e culmina numa conduta dolosa que precisa ser enfrentada.

A lei, criada para coibir determinados desvios sociais e promover certo grau de ordem dentro de uma sociedade, está em pleno vigor na cidade de Belém, mas sozinha não tem conseguido êxito em diminuir e estabilizar o índice de violência no trânsito. Isto se confirma pela forma como os motoristas têm ignorado seus dispositivos e infringido as proibições, reincidindo na prática de infrações. Durkheim (2007) demonstra que é preciso compreender o funcionamento de uma sociedade, observando suas leis sociais, seu funcionamento, descobrindo e resolvendo suas falhas. Para o autor, a lei, que deve ser cumprida por administradores e administrados, é a ferramenta capaz de sanar esses problemas, devolvendo a harmonia à sociedade. Assim, para o autor, a lei é, portanto, capaz de orientar as condutas coletivas e corrigir desvios de comportamento.

Se a vida social está comprometida pela incidência de crimes é porque, primeiramente, há falhas nas regras de conduta, nos valores morais que conduzem a vida dos habitantes de determinada sociedade, havendo necessidade de uma correção de ordem moral e também de reformulação das leis. Relacionando esse pensamento com o fenômeno da violência no trânsito da cidade de Belém, observa-se que não há ausência de leis para reger o comportamento dos motoristas, ao contrário, a lei tem exercido poder coercitivo sobre os condutores. No entanto, ainda assim, essa conduta dolosa vem sendo registrada nas estatísticas de órgãos especializados, mostrando uma falha na prática dos valores que orientam as pessoas envolvidas nesses acidentes, que demonstram desrespeito à vida humana e comprometem a vida social.

Material e métodos

Quanto à natureza da pesquisa, foi do tipo básica, quantitativa e descritiva. Foram levantados dados a fim de descrever as características e resultados do fenômeno estudado, por meio do procedimento documental registrado pelos pesquisadores. O método científico adotado foi o dedutivo de pesquisa, os dados foram tabulados e os resultados analisados e discutidos.

Resultado e discussões

Dos registros realizados no estado, destacam-se as lesões corporais culposas na direção de veículos, 7.274 (62,3% do total); no interior do estado ocorrem 92,6% de registros de direção perigosa na via pública, 87,6% dos registros de entrega de direção de veículo a pessoa não habilitada e 84% dos homicídios culposos na direção de veículo; na RMB ocorreram, em 2014, 38,2% de todos os registros; levando em consideração que o estado é organizado, politicamente, em 144 municípios, a participação da capital é significativa, respondendo por 25,5% de todos os registros.

O IC dos homicídios culposos aponta 12,4 no estado, 12,7 no interior, 7,5 na RMB e 6,1 na capital, ou seja, apesar de ocorrer uma concentração da frota e da população na RMB e capital, os números indicam um IC de homicídios culposos na direção de veículos muito maior no interior paraense. Em linhas gerais, este é o quadro de registros de ocorrências de trânsito no Estado do Pará, em 2014, e algumas relações; não foram encontradas análises anteriores que relacionassem as variáveis aqui empregadas, ou qualquer outra percepção similar, tendo em vista que a larga utilização dos IC concentra-se nas mortes violentas⁵.

De todo modo, o problema está instalado, pois, as ocorrências e os homicídios são perturbadores das relações no trânsito, e a percepção do seu comportamento, que aqui se construiu, visa facilitar a leitura que se realizou acerca dos problemas do Estado do Pará. Como estratégia, e dado o peso de Belém, passa-se a descrever a percepção do trânsito nesta capital.

⁵ No Brasil existe uma publicação denominada “Mapa da violência”, de Julio Jacobo Waiselfisz, que publica taxas de mortes violentas desde a década de 1970, mas não chega a detalhar a participação do trânsito.

Tabela 1: Tipos penais de trânsito registrados no estado, interior, Região Metropolitana de Belém e capital em valores absolutos e suas respectivas relações percentuais e os respectivos IC; 100.000 habitantes dos homicídios culposos na direção de veículo e das lesões corporais na direção de veículos, referentes ao ano de 2014

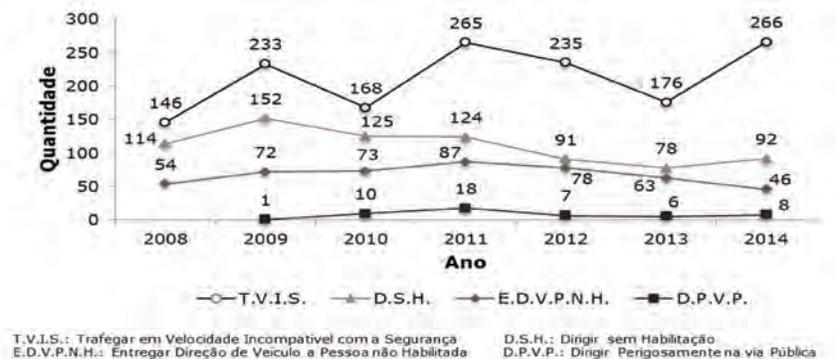
Tipos penais	Estado	Interior	I/E (%)	RMB	RMB/E (%)	Belém	B/E (%)	B/RMB (%)
DPVP	34	23	67,60	11	32,40	8	23,50	72,70
DSH	1803	1669	92,60	134	7,40	92	5,10	68,70
EDVPNH	647	567	87,60	80	12,40	46	7,10	57,50
HCDV	1003	843	84,00	160	16,00	87	8,70	54,40
LCCDV	7274	3673	50,50	3601	49,500	2476	34,00	68,80
TVICS	921	447	48,50	474	51,50	266	28,90	56,10
Total dos tipos penais	11682	7222	61,80	4460	38,20	2975	25,50	66,70
IC HCDV	12,4	12,7	-	7,5	-	6,1	-	-
IC LCCDV	90,1	55,3	-	169,1	-	172,8	-	-

Nota: DPVP: Direção Perigosa de Veículo na Via Pública; DSH: Dirigir Sem Habilitação; EDVPNH: Entregar Direção de Veículo a Pessoa não Habilitada; HCDV: Homicídio Culposos na Direção de Veículo; LCCDV: Lesão Corporal Culposa na Direção de Veículo; TVICS: Trafegar em Velocidade Incompatível com a Segurança; IC HCDV: IC Homicídio Culposos na Direção de Veículos/100.000 hab.; IC LCCDV: IC Lesão Corporal Culposa na Direção de Veículos/100.000 hab.; I/E (%): Percentual no Interior/Estado; RMB/E (%): Percentual Região Metropolitana de Belém/Estado; B/E (%): Percentual Belém/Estado; B/RMB (%): Percentual Belém/Região Metropolitana de Belém

Fonte: Dados da SISP/SEGUP (2014)

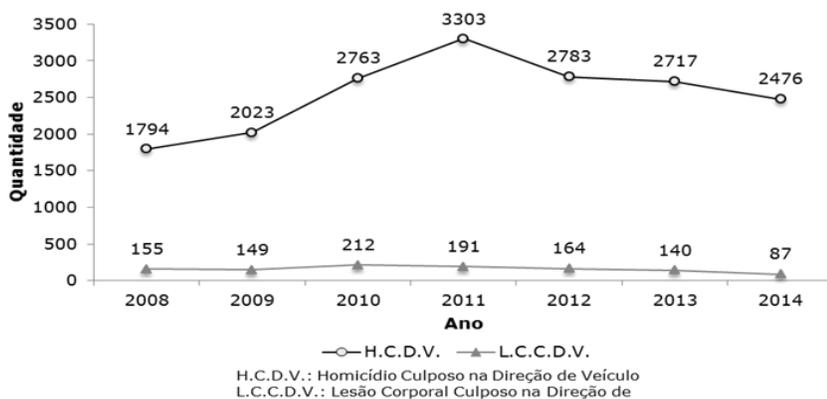
Observa-se na Figura 1 que ocorre um crescimento (no período) de dois tipos penais: dirigir perigosamente na via pública e trafegar em velocidade incompatível com a segurança, no primeiro caso a variável é inexpressiva, ficando entre 1 e 8 registros, já no segundo verifica-se um valor expressivo, que cresce de 146 registros (2008) para 266 (2014), o que representa um crescimento de 82,2% nos outros dois tipos penais (dirigir sem habilitação e entregar direção de veículo a pessoa não habilitada). Quanto às variações negativas, verifica-se que são pouco notórias, decrescendo o primeiro 19,3% e o segundo 14,8%. Destaca-se o ano de 2011 como o que concentra os maiores registros dos eventos observados.

Figura 1: Comportamento dos tipos penais de trânsito na cidade de Belém do Pará referente: (a) Dirigir perigosamente, (b) Entregar direção de veículo a pessoa não habilitada, (c) Dirigir sem habilitação e (d) Trafegar em velocidade incompatível com a segurança no período de 2008 a 2014



Fonte: Banco de dados do SISP/SEGUP (2014)

Figura 2: Comportamento dos tipos penais de trânsito na cidade de Belém do Pará referente: (a) Homicídio culposo na direção de veículo e (b) Lesão corporal culposa na direção de veículo no período de 2008 a 2014



Fonte: Banco de dados do SISP/SEGUP (2014)

Na Figura 2, percebe-se o crescimento (em valores absolutos) das lesões corporais culposas na direção de veículos, ou seja, tem-se um número significativo de mortes no trânsito na cidade de Belém, que varia entre 1794 mortes (2008) para 2476 (2014), passando pelo pico que ocorre no ano de 2011, com 3303

óbitos. Já o homicídio culposo na direção de veículos apresenta um decréscimo, mas, ainda se tem um número significativo de mortes no trânsito na cidade de Belém, que varia entre 155 mortes (2008) para 87 (2014), passando pelo pico que ocorre no ano de 2010, com 212 óbitos. Disto depreende-se que o trânsito da cidade de Belém é violento e ceifou a vida de vários belenenses nos últimos anos, resultando em problemas sociais de toda ordem para as várias famílias enlutadas.

No que concerne ao cálculo do IC por 100.000 habitantes dos homicídios culposos, tem-se que o quadro que se apresenta também é grave.

Tabela 2: Distribuição dos tipos penais de trânsito - lesão corporal culposa na direção de veículo (LCCDV) e trafegar em velocidade incompatível com a segurança (TVIS) – pelos bairros da cidade de Belém no período de 2008 a 2014

Tipo de pena	Bairro	Quantidade
LCCDV	Pedreira	158
	Marco	155
	Marambaia	122
	Sacramenta	94
	Guamá	90
	São Brás	82
	Umarizal	70
	Bengui	67
	Telégrafo Sem Fio	65
	Parque Verde	63
TVIS	Pedreira	23
	Guamá	23
	Umarizal	22
	Bengui	18
	Cabanagem	17
	Marco	12
	Campina	12
	Sacramenta	10
Val-de-Cães	10	
Marambaia	9	

Nota: Foram selecionados apenas os bairros com as maiores ocorrências

Ao olhar para a Tabela 2 se observa que os bairros que apresentam os maiores números de lesões corporais culposas na direção de veículos e trafegar em velocidade incompatível com a segurança são os bairros do Marco, Pedreira, Marambaia, Sacramento, São Brás, Guamá e Umarizal, que juntos somam 46,80% de todos os registros desses tipos penais registrados em 2014 nos 72 bairros da cidade, ou seja, existe uma área de concentração para esses dois eventos.

Tabela 3: Distribuição dos tipos penais de trânsito - Dirigir sem habilitação e Homicídio culposo na direção de veículo – pelos bairros da cidade de Belém no período de 2008 a 2014

Tipo de pena	Bairro	Quantidade
Dirigir sem habilitação	Jurunas	10
	Tapaná	8
	Marco	6
	Pedreira	5
	Terra Firme	4
	Sacramento	4
	Telégrafo Sem Fio	4
	Umarizal	3
	Reduto	3
	Canudos	3
Homicídio culposo na direção de veículo	Sacramento	6
	Bengui	5
	Marco	5
	Castanheira	5
	Tapaná	4
	Telégrafo Sem Fio	4
	Guamá	3
	Parque Verde	3
Marambaia	3	
Souza	3	

Nota: Foram selecionados apenas os bairros com as maiores ocorrências

Fonte: Banco de dados do SISP/SEGUP

Os tipos penais - dirigir sem habilitação e homicídio culposo na direção de veículos - apresentam-se concentrados em alguns bairros da cidade. No caso dos homicídios destacam-se os bairros da Sacramento, Castanheira e Bengui (com 6 e 5 registros, respectivamente); e no outro tipo penal destacam-se os bairros Jurunas (10), Tapanã (08), Marco (06) e Pedreira (06). Também é possível perceber que existem grupos de bairros (com contornos verdes na figura) em que ocorrem os dois tipos penais, simultaneamente, e outros, não contornados, em que ocorre um dos dois tipos penais.

Ao se observar os tipos penais registrados no SISP/SEGUP, estes apontam que, no ano de 2014, houve significativas ocorrências de trânsito, e, quando se calcula a taxa ou índice/100.000 habitantes tem-se no Estado 147,7, no interior 108,7; na Região Metropolitana de Belém 209,4 e na capital paraense 207,6; o cálculo do IC dos homicídios culposos aponta 12,4 no Estado, 12,7 no interior, 7,5 na RMB e 6,1 na capital, ou seja, apesar de ocorrer uma concentração da frota e da população na RMB e capital os números indicam um IC de homicídios culposos na direção de veículos muito maior no interior paraense; com o total de registros de ocorrências de trânsito a maior concentração está na RMB.

Tabela 4: Tipos penais de maior incidência no trânsito da capital-Belém

Tipos penais	Estado	Interior	I/E (%)	RMB	RMB/E (%)	Belém	B/E (%)	B/RMB (%)
DPVP	34	23	67,60	11	32,40	8	23,50	72,70
DSH	1803	1669	92,60	134	7,40	92	5,10	68,70
EDVPNH	647	567	87,60	80	12,40	46	7,10	57,50
HCDV	1003	843	84,00	160	16,00	87	8,70	54,40
LCCDV	7274	3673	50,50	3601	49,50	2476	34,00	68,80
TVICS	921	447	48,50	474	51,50	266	28,90	56,10
Total dos tipos penais	11682	7222	61,80	4460	38,20	2975	25,50	66,70

Nota: DPVP: Direção Perigosa de Veículo na Via Pública; DSH: Dirigir Sem Habilitação; EDVPNH: Entregar Direção de Veículo a Pessoa não Habilitada; HCDV: Homicídio Culposo na Direção de Veículo; LCCDV: Lesão Corporal Culposa na Direção de Veículo; TVICS: Trafegar em Velocidade Incompatível com a Segurança; IC. HCDV: IC Homicídio Culposo na Direção de Veículos/100.000 hab.; IC. LCCDV: IC Lesão Corporal Culposa na Direção de Veículos/100.000 hab.; I/E (%): Percentual no Interior/Estado; RMB/E (%): Percentual Região Metropolitana de Belém/Estado; B/E (%): Percentual Belém/Estado; B/RMB (%): Percentual Belém/Região Metropolitana de Belém

Fonte: Dados da SISP/SEGUP

De todos os registros realizados no estado, destacam-se as lesões corporais culposas na direção de veículos, 7.274 (62,30% do total); no interior do estado ocorrem 92,60% de registros de direção perigosa na via pública, 87,60% dos registros de entrega de direção de veículo a pessoa não habilitada e 84,00% dos homicídios culposos na direção de veículo; na RMB ocorreram, em 2014, 38,20% de todos os registros, ficando a capital com a expressiva participação de 25,50%.

Os dados coletados apontam uma realidade alarmante no que concerne aos crimes de trânsito ocorridos na RBM. Fatores como a ausência de conscientização e o completo desrespeito para com a legislação que regula o tráfego de veículos e pessoas em nosso estado, são as molas propulsoras do alto índice dessas ocorrências, que afetam de forma significativa a sociedade de uma forma geral.

Considerações finais

No interior das relações estabelecidas no seio da sociedade paraense, que engloba pessoas, órgãos, Estado, entre outros, naturalmente se encontra uma diversidade de problemas sociais. Alguns, depois de observados e constatados, vão cedendo espaço para novos problemas, por serem passivos de soluções rápidas, factíveis que não requerem tempo demasiado para serem sanados. No entanto, outros apresentam muitas variáveis sociais que ensejam análise sob diversos ângulos, inclusive de campo multidisciplinar.

Dentro da categoria social do trânsito, encontra-se a face negativa do acidente. Os prejuízos advindos desse comportamento vão além da questão econômica, envolvendo o sofrimento das vítimas e de seus familiares, a capacidade produtiva dos acidentados que ficam sem trabalho afetando o sustento familiar, os custos para a saúde com o atendimento e manutenção de paciente em unidades hospitalares, e para o judiciário além das despesas orçamentárias de cunho administrativo, está posto o dilema da interpretação da conduta de condutores, à base da lei. Também muito se cobra do sistema educacional do país, que na visão de muitos cidadãos não prepara as gerações vigentes para adotar o respeito e o compromisso à vida, no desempenho de funções modernas e que se acentuam com o crescimento urbano, muitas dessas características estão presentes na conduta delituosa que é responsável por mortes no trânsito.

É preciso buscar resposta para o fato do quadro de gravidade se repetir, apesar das inovações da legislação, que criou mecanismos para dar maior segurança a pedestres e condutores, que vão desde o uso de equipamentos até a aplicação de penalidades aos infratores. Destarte, não se pretende exaurir a discussão e todos os seus desdobramentos, mas isolar alguns aspectos considerados preponderantes dentro da malha viária da cidade de Belém.

Referências

ALVES, Vilson Rodrigues. *Acidentes de trânsito e responsabilidade civil*. 1. ed. Campinas-SP: Bookseller, 2002, Tomo I.

ANDRADE, Paulo Gustavo Sampaio. Homicídio e lesão corporal: forma culposa qualificada no CTB. *Jus Navigandi*, Teresina, 2000. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1736>>. Acesso em: jan. 2015.

BELÉM do Pará. Disponível em <<http://www.encontrapara.com.br/sobre-belem.htm>> Acesso em: abr. 2015.

BEUX, Armindo. *Infortunistica no trânsito*. 1 ed. Porto Alegre: ABDR/Sagra Luzzato, 1996.

BRANCO, Adriano Murgel; BEKESAS, Maria Cristina Miranda. A segurança nas rodovias. *Revista Brasil Engenharia*, n. 542, 2000. Disponível em: <www.brasilengenharia.com.br>. Acesso em: abr. 2015.

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro. Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm> Acesso em: abr. 2015.

_____. Lei Nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que altera a Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ‘institui o Código de Trânsito Brasileiro’, e a Lei Nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11705.htm>. Acesso em: abr. 2015.

DURKHEIM, Émile. *As regras do Método Sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editora Presença Ltda., 1989.

FERRI, Giovani. Aspectos penais do novo Código de Trânsito Brasileiro. *Jornal Síntese*, fev. 1998. Disponível em: <<http://www.acta-diurna.com.br/biblioteca/doutrina/d14.htm>>. Acesso em: abr. 2015.

HONORATO, Cássio Mattos. *Trânsito, infração e crimes*. 1. ed. Campinas-SP: Millennium, 2000.

IBGE. *Censo Populacional 2014*. Estimativa populacional. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: jul. 2014.

IPEA. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas. Brasília, IPEA; ANTP, 2003. (Relatório Executivo). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/Destaques/textos/relatorio.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2003.

CAPÍTULO 21

Perfil do policial da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará

Jorge Wilson Pinheiro de Araújo

Especialista em Defesa Social, Cidadania e Gestão da Informação (UFPA) e policial da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará – Brasil. araujobase@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Sílvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Gelilza Salazar Costa

Graduanda em Estatística (UFPA) e aluna de Iniciação Científica PIBIC/FAPESPA. Belém – Pará – Brasil. gelilza@gmail.com

Resumo

Diante da criminalidade violenta e organizada, os Estados dispõem de grupos policiais especializados e que atuam como último recurso seguindo um escalonamento de emprego da força na busca da solução de eventos de altíssimo risco ou crise, dependendo do emprego correto de suas ferramentas e, acima de tudo, do policial capacitado tecnicamente e mentalmente consciente de sua atuação para se obter êxito na atividade operacional. Este trabalho apresenta o perfil técnico-profissional e sociológico do policial que integra a Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, em 2011. Destaca-se que a maior parte do efetivo é formada por cabos, residem na capital do Estado, têm de 38 a 47 anos, possuem de 13 a 18 anos de serviço, são casados, apresentam renda familiar de até 3 salários mínimos, complementam a renda com atividade extra-quartel, consideram ter um bom controle emocional e um bom condicionamento físico. O perfil do policial é de profissionais experientes, em plenas condições físicas, técnicas e se julgam emocionalmente controlados para o atendimento de ocorrências de altíssimo risco, porém há a necessidade de políticas públicas destinadas à melhoria das condições sociais desses policiais.

Palavras-chave: Crise. Emprego da Força. Polícia Especializada.

Introdução

Eventualmente ocorrem ações criminosas que, por sua natureza, proporção, repercussão, projeção pública dos envolvidos ou outras circunstâncias de relevância, exigem o emprego conjugado de meios e/ou demandam atenção especial da polícia. Constituem exemplos dessas ações as manifestações, os tumultos, os motins ou revoltas em estabelecimentos penais, as ocorrências com reféns, as ações terroristas com a utilização de explosivos, a ameaça de bomba, o roubo a bancos, os desastres rodoviários, ferroviários ou com aeronaves, as calamidades, os incêndios e as ações criminosas contra autoridades.

O combate a ações criminosas de grande vulto, manifestadas através de atos que superam o poder de ação das unidades policiais convencionais e alcançam grande repercussão no seio de nossa sociedade, originando pensamentos de repúdio e descrédito na capacidade do Estado em zelar pela segurança da população, sempre ocupou lugar de destaque nas diretrizes administrativas de nossos Comandantes Gerais (REGATEIRO et al., 2009).

A atuação da Polícia Militar tem amparo legal consagrado nas Constituições federal e estadual, sendo que a primeira, em seu Art. 144, parágrafo 5^o, estabelece que: às polícias militares cabe a polícia ostensiva na preservação da ordem pública, o que, além de exigir ações predominantemente preventivas, requer as repressivas, para restaurar de imediato a normalidade. A segunda, em seu Art. 198, complementa a carta magna vigente ao estabelecer que: a Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares e subordinada ao governador do Estado do Pará, competindo-lhe, dentre outras atribuições o policiamento ostensivo fardado e a segurança interna do Estado.

Ora, a polícia, seja ela, preventiva ou repressiva, civil ou militar, não importa, em qualquer lugar do mundo, e o único organismo governamental disponível a toda hora e todos os dias, para responder as consequências das graves questões sociais, dentre elas a criminalidade violenta.

E hoje, o crime alcançou grande sofisticação, tanto no “modus operandi” de seus agentes, quanto na alta tecnologia dos instrumentos de execução (ANTONY, 2002).

Diante do crescimento das ocorrências de grande vulto no mundo, não só em termos quantitativos, mas também de forma qualitativa, há a necessidade de preparo adequado por parte das organizações policiais, a fim de enfrentar tais ocorrências de forma especial, buscando a solução mais aceitável para uma determinada sociedade. Para tanto, os Estados dispõem de unidades específicas – as tropas policiais de elite – para fazer frente, de forma repressiva, às ações criminosas que fogem da capacidade operacional do policiamento ostensivo de área. Segundo Souza (2004), tais tropas são unidades policiais de pequeno porte, com efetivo quantitativamente reduzido e qualificado, com base em uma doutrina de cunho internacional onde se busca o aprimoramento técnico-profissional de seus agentes em servir a sociedade de forma efetiva e imediata quando de seu emprego. Assim, tais unidades devem ser formadas por profissionais interessados no aperfeiçoamento e modernização do exercício da atividade policial.

Em se tratando da sociedade paraense, a Polícia Militar do Pará (PMPA) dispõe da Companhia Independente de Operações Especiais (COE) para dar uma resposta de forma repressiva às situações que exijam um emprego mais específico, visando sempre restaurar de imediato a ordem pública. A COE é, portanto, uma tropa de pronta resposta e de reserva do Comando Geral da Corporação, atuando como último recurso do estado no que tange à solução de ocorrências de altíssima complexidade no âmbito da segurança pública.

No Brasil, têm-se diversas unidades policiais de elite: em nível federal, o Comando de Operações Táticas (COT); em nível dos estados, destacam-se os Batalhões de Operações Policiais Especiais (BOPE) dos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso e do Distrito Federal; os Grupos de Ações Táticas Especiais (GATE) dos Estados de São Paulo e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; e as Companhias Independentes de Operações Especiais, como a 1ª CIOE do Estado de Pernambuco e, em destaque e objeto de estudo do presente trabalho, a COE do Estado do Pará.

A exemplo das demais unidades policiais de elite, devido ao treinamento e equipamentos especiais, a COE deve ser encarada como a última alternativa

tática a ser lançada operacionalmente, pois uma vez empregada, não restará, outra unidade policial melhor aparelhada para lhe substituir. Frente a esta realidade, cabe à COE apoiar toda e qualquer Organização Policial Militar (OPM) que, em ocorrências de altíssimo risco ou diante da superioridade dos elementos marginais, encontre-se incapacitada de atuar, justificando o emprego da unidade policial de operações especiais em estudo.

É importante lembrar que a COE ao ser empregada, não existirá alternativa negociável e o emprego da força letal poderá ser determinante na solução da ocorrência. Sua atuação, caso não seja bem medida, poderá trazer efeitos negativos, pois existirá uma grande probabilidade de reféns, policiais e criminosos saírem feridos ou mortos. Para que se tenha êxito em todas as ocorrências de altíssimo risco, há a necessidade do policial que integra a COE ser um agente de segurança pública fisicamente, tecnicamente e psicologicamente bem preparado para atuar nas diversas situações de crises. Tal como enfatiza Mcraven (1995), em sua teoria sobre operações especiais:

A razão da existência de uma Unidade de Operações Especiais e o seu emprego especializado. Para tal, o princípio fundamental desta deve ser o treinamento específico, constante e ininterrupto. Pois sua atuação operacional será determinante e, nem sempre a mais desejada, mas certamente a necessária e derradeira (MCRAVEN, 1995).

Neste contexto este trabalho visa apresentar o perfil do policial que integra a Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará.

Revisão bibliográfica

Segurança pública, poder de polícia e polícia

Moreira e Abreu (2006) entendem que segurança pública seja o estado antidelitual que resulta da observância dos preceitos estipulados pelas leis penais comuns e pela lei das contravenções penais. Em termos mais concretos, Amaral (2008) define a segurança pública como o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo o mal, que possa

afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade do cidadão. Este autor complementa que a segurança pública limita as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a.

Segundo Moreira e Abreu (2006), cabe aos agentes do Poder Público encarregados pela aplicação da lei, nos mais variados segmentos da administração pública, a faculdade do poder de polícia, de forma a condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício seja da coletividade ou do próprio Estado. O poder de polícia está definido no Art. 78 do Código Tributário Nacional da seguinte forma:

Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (FIGUEIREDO, 2005).

Figueiredo (2005) complementa a definição acima sobre o poder de polícia como um mecanismo de frenagem de que dispõe a administração pública, visando conter os abusos do direito individual, com a finalidade de proteger o interesse público. Constata-se, ainda, que o poder de polícia não é uma exclusividade dos organismos policiais, sendo instituído e outorgado pela administração pública como um todo com o objetivo principal de evitar colisões no exercício dos direitos individuais de todos os indivíduos da sociedade.

Para Amaral (2008), a polícia é a organização administrativa que tem por atribuição impor limitações à liberdade na exata medida necessária à salvaguarda e a manutenção da ordem pública. A polícia, no âmbito da segurança pública, é a instituição representante legal do Estado enquanto mantenedor da ordem pública. Desempenha as atividades coercitivas e

judiciárias em prol da coletividade ou do próprio Estado. E detém a faculdade do poder de polícia na manutenção e no restabelecimento da ordem pública. Tal como afirma Amaral (2008), é a polícia mais visível a todos.

Sobre a polícia, Bayley (2002) comenta que:

A origem da polícia, em termos gerais, está ligada diretamente à necessidade de proteção das cidades e das comunidades que estavam inseridas, surgindo assim como órgão responsável em garantir a segurança do Estado, que é constituído por bens e indivíduos, sofrendo transformações ao decorrer da história (BAYLEY, 2002).

Oliveira Neto (2004) complementa a concepção acerca da polícia ao citar a missão básica atribuída à mesma, nos seguintes termos:

O desempenho profissional da polícia, em tempo integral, na mediação dos conflitos que constituem naturalmente o ambiente democrático, buscando estabelecer a paz social através de meios também pacíficos, executando ações preventivas que visem combater o crime ou repressivas com emprego de força comedida, quando for necessário restabelecer a ordem social (OLIVEIRA NETO, 2004).

Histórico e missão da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará

Conforme preceitua o Planejamento Estratégico da COE da PMPA, esta unidade policial teve sua criação a partir da Portaria N^o 33, de 1^o de outubro de 1993, publicada no Boletim Geral da PMPA N^o 181, de 04 de outubro do mesmo ano.

Na concepção de Regateiro et al. (2009), a COE é uma unidade relativamente nova na corporação e, certamente, destaca-se entre as que mais se desenvolveram quantitativamente e qualitativamente neste pequeno lapso temporal.

Regateiro et al. (2009), ao elaborar o Planejamento Estratégico da unidade, afirmam que até os últimos meses de 1992, a segurança pública paraense, principalmente no que se refere ao policiamento das ruas da capital,

era garantida pela Companhia de Patrulhamento Tático Metropolitano (PATAM), cuja missão se limitava ao policiamento ostensivo motorizado, com armamentos mais potentes e viaturas mais velozes do que as ordinárias do rádio-patrulhamento diário. Durante sua existência, o PATAM atuou bravamente contra os elementos marginais que aterrorizavam a capital, contudo, progressivamente e devido a uma série de ações ilegais, foi alvo de críticas dentro e fora da Polícia Militar do Pará. A insatisfação se generalizou e culminou com o repúdio total da sociedade, manifestado por meio de decisão da Assembleia Legislativa Estadual, determinando a extinção do PATAM.

Destinada a continuar combatendo os criminosos mais perigosos e apagar de uma vez o nome PATAM da memória da sociedade paraense, surgiu a COE. Para dar resposta às primeiras críticas de que a COE seria o PATAM com outro nome, procurou-se desassociar ao máximo as duas unidades policiais. Pode-se observar que a COE surgiu em um período conturbado, onde a sociedade cobrava e ao mesmo tempo temia uma nova unidade de elite; onde inúmeras eram as críticas, comparações e lembranças das ações erradas da extinta unidade policial tática.

Em 2007, foi criado o Batalhão de Polícia Tática (BPOT), oriundo da Companhia de Policiamento Tático (CTO), criada em 2006, e estruturado em duas companhias de policiamento especial, a Companhia de Ronda Tática Motorizada (ROTAM) e a Companhia de Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (ROCAM), ambas com a missão de atuar no segundo esforço de policiamento, fornecendo apoio ao policiamento ordinário e, conseqüentemente, desafogando a COE com relação ao patrulhamento motorizado preventivo na Região Metropolitana de Belém (RMB). A partir de então, a COE passa a desempenhar a missão a qual se destina como tropa de pronta resposta e policiamento repressivo, configurando como tropa de reserva do Comandante Geral da Polícia Militar do Pará, atuando como terceiro esforço em situações relevantes.

A COE tem como missão legal, definida em portaria de criação atuar em situações de grande relevância no campo da segurança pública, em toda a área do estado. Além do patrulhamento motorizado preventivo e/ou repressivo na RMB (REGATEIRO et al., 2009).

O capital humano representa a maior virtude da COE, havendo o reconhecimento nacional de uma tropa altamente especializada e multiplicadora de conhecimentos técnico-profissionais no âmbito da

instituição PMPA. O policial da COE, por executar atividades de grande complexidade, deve apresentar uma postura rígida e conduta ilibada.

Por embasamento doutrinário, a COE da PMPA sustenta-se no culto ao símbolo das operações especiais: a faca na caveira, a qual na Idade Média, se constituía como símbolo da sabedoria, sendo deturpado a partir da Segunda Guerra Mundial ao se associar a caveira à morte por conta do holocausto. Muita gente acha que esse símbolo é uma apologia à morte, quando na verdade é justamente o contrário. Segundo Souza (2004), há um único significado para o símbolo: a vitória sobre a morte.

Assim, isso não significa que a COE, ao cultivar a faca cravada na caveira – símbolo das tropas de operações especiais –, valorize a perda de um policial militar durante as missões arriscadas e que muito menos desenvolva sua atividade operacional com base na truculência e abuso de poder. Mas sim, tal simbolismo representa o compromisso de forma voluntária do policial que integra a OPM em prol do bom condicionamento físico e técnico, o qual ocorre de forma intensa, rigorosa e realista. Para que dessa maneira o policial da COE esteja preparado para o cumprimento de qualquer missão, inclusive para conseguir obter a vitória sobre a morte, isto é, superar qualquer dificuldade, até mesmo a morte, a fim de se obter êxito na missão, tal como citado anteriormente.

Uso escalonado da força policial

O uso escalonado da força policial está relacionado às alternativas táticas que os organismos policiais possuem, enquanto agentes do Estado encarregados pela segurança pública, diante de uma situação de ocorrência policial de elevada complexidade. O escalonamento de emprego das alternativas táticas perante uma crise segue o mesmo princípio norteador do uso da força e da arma de fogo pelo policial por ocasião de uma ação policial preventiva.

Neste contexto, trata-se do exercício de um serviço público no qual o agente encarregado de aplicação da lei desempenha sua atividade profissional com a convicção de que está autorizado a atirar. Quando de fato, só estará autorizado a fazer o uso da arma de fogo quando esgotados todos os meios possíveis de reprimir a ameaça contra si ou contra terceiros, devendo para tanto a reação do policial ser proporcional à ameaça. Tal como excetua Souza (2010) ao afirmar que:

O uso da força letal não deve ultrapassar o limite do estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa que, sendo excludentes de ilicitude, tornam legítima a ação policial, ainda que o resultado seja a morte do agressor da lei (SOUZA, 2010).

Portanto, considerando-se que o policial age por delegação do Estado, sua atuação em prol do interesse da coletividade deve ser a mais regrada possível. Para Amaral (2008), o policial não está legalmente autorizado a lesionar alguém, até que este possa colocá-lo em perigo, todavia a reação do policial há de ser proporcional à ameaça. Vale ressaltar que há uma distinção técnica entre uso da violência e uso da força. A primeira estará sempre vedada ao agente encarregado da aplicação da lei, caso seja arbitrária, desnecessária, ilegal e amadora, enquanto que a segunda, ainda que empregada de modo repressivo, porém proporcionalmente necessária, será deferida a todos os policiais em circunstâncias graduais na escala de risco enfrentado.

Na concepção de Amaral (2008), o uso da arma de fogo só estará autorizado legalmente quando for o último recurso e depois que outros meios resultarem ineficazes. Havendo, pois, uma proporcionalidade a ser considerada antes do uso da força, culminando com uso de arma de fogo contra alguém. Neste caso somente quando estritamente inevitável e para proteger a vida humana, seja a do próprio policial ou de terceiros, tal como preceitua o Código de Processo Penal Militar sobre o emprego da força e uso da arma de fogo, respectivamente:

EMPREGO DA FORÇA – O emprego da força só e permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga. Se houver resistência da parte de terceiros, poderão ser usados os meios necessários para vencê-la ou para defesa do executor e auxiliares seus, inclusive a prisão do ofensor. De tudo se lavrará auto subscrito pelo executor e por duas testemunhas” (CPPM – DECRETO-LEI N° 1.002, 1969 apud SHULLTZ, 1997).

“USO DE ARMAS – O recurso ao uso de arma só se justifica quando absolutamente necessário para vencer a resistência ou proteger a incolumidade do executor da prisão ou de auxiliar seu (CPPM – DECRETO-LEI N° 1.002, 1969 apud SHULLTZ, 1997).

Isto posto, cabe às organizações policiais manter em seus efetivos um enquadramento doutrinário e mental que permita ao policial saber dosar razoavelmente o uso da força e emprego da arma de fogo, sobretudo em se tratando de uma tropa policial de elite que haja de forma repressiva.

Considerando-se, assim, que a polícia, ao desempenhar além das ações preventivas que visem a manutenção da ordem pública, também desenvolve as de caráter repressivo, por meio do uso escalonado da força, necessitando, portanto, condicionar, adestrar e principalmente especializar o agente encarregado de aplicação da lei ao emprego moderado e proporcional dos meios para garantir a manutenção da ordem pública.

Para Bayley (2002), especialização é um termo relativo, referente à exclusividade em se desempenhar uma tarefa. Em policiamento, esta tarefa é a aplicação da força física dentro da comunidade. Entende-se, então, que a polícia especializada passa a desempenhar o papel de polícia repressiva, aplicadora de coerção física, tornando-se especializada pelo treinamento específico para atuar em determinadas operações que exijam o emprego mais qualificado e imediato de seus agentes. Sendo empregada quando esgotadas as possibilidades de resolução de um evento crucial pelos meios mais brandos de policiamento. À polícia não especializada cabe a manutenção da ordem por meio do policiamento ostensivo preventivo.

A especialização da polícia tende a ser direcionada para a finalidade a que se destina determinada organização policial, vista enquanto unidade policial, o que é especificado em seu decreto de criação, constando a missão policial específica a que se destina, tal como fora anteriormente citada a missão a que se destina a COE da PMPA.

Para Santos (2010), alternativa tática significa a forma, a maneira, o modo e as opções que o comandante da operação possui para dar uma solução aceitável à mesa.

Percebe-se que, enquanto meios mais repressivos, tem-se o emprego do atirador policial de precisão e a intervenção tática, ambas realizadas exclusivamente pela COE, em se tratando de Polícia Militar do Pará, conforme propósito a que se destina esta organização policial militar foco do presente estudo. Ressaltando-se que, tanto a equipe de atiradores de precisão quanto a equipe de intervenção tática, devem ser formadas por policiais especializados, experientes, e muito bem treinados tecnicamente, emocionalmente controlados e equipados com os apetrechos e acessórios próprios para tal fim.

O emprego escalonado das quatro alternativas táticas representa a mais desejável forma de resolver situações de confronto entre a força policial e os elementos criminosos. Avalia-se que a cada passagem de alternativa, a possibilidade de sucesso está diretamente relacionada com o incremento do risco de vida dos agentes encarregados pela aplicação da lei, reféns, agressores e transeuntes.

Operações policiais especiais do Brasil e direitos humanos

Ao contrário do se que pensa, a atividade especializada da polícia voltada às operações policiais especiais por meio da atuação mais extrema e repressiva das alternativas policiais, representa um instrumento no âmbito global que interage com o sistema nacional de proteção dos direitos humanos no sentido de se evitar falhas ou omissão do Estado em garantir direitos fundamentais e em prover a segurança pública.

No texto constitucional de 1988, o serviço de segurança pública é de responsabilidade das polícias para manter a ordem pública dentro da nação. No decorrer das constituições, o papel das polícias militares sempre esteve ligado à doutrina e a disciplina das forças armadas brasileiras. Todavia, a constituinte de 1988 foi alterada para melhor adequar-se à Declaração Internacional dos Direitos Humanos, conforme descrito no primeiro tópico deste capítulo e a seguir relacionado no Art. 144 da Constituição Federal, mencionado por Figueiredo (2005), nos seguintes termos:

Art. 144. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares (FIGUEIREDO, 2005).

Neste sentido, a adequação da Carta Magna vigente no Brasil à Declaração Internacional dos Direitos Humanos tem como base maior a garantia da vida, seguida da liberdade, igualdade, segurança e propriedade,

sendo que todo o sistema de serviço público labuta para que cada cidadão tenha garantidos tais direitos. Essas garantias constitucionais do povo brasileiro estão registradas, como descreve Figueiredo (2005):

Art. 5 Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (FIGUEIREDO, 2005).

Com o crescimento da criminalidade violenta, principalmente a partir da década de 1980, passou-se a exigir um aprimoramento técnico-profissional das polícias brasileiras, mudando o viés dos serviços de segurança pública contra opositores do governo ditatorial, para o combate a criminosos que usavam cidadãos para se desvencilhar do cerco policial, causando pânico e trauma irreparável às vítimas ou até mesmo a morte.

A partir de então, os caminhos entre as operações especiais militares e policiais se fundem na aplicação da doutrina de gerenciamento de crises, no sentido de resguardar a vida de pessoas inocentes, além da garantia da segurança, igualdade, liberdade, propriedade dos cidadãos, sob a ótica dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

Nas polícias militares de todo o Brasil, para pertencer às unidades de operações policiais especiais, é necessário que seus membros possuam cursos específicos nessa área, os quais são realizados em várias instituições do país. Sabe-se que existe um curso que é considerado o mais difícil entre os órgãos de segurança pública, o qual condiciona de forma técnica, física e emocional o policial para o cumprimento das missões mais arriscadas, este é o Curso de Operações Policiais Especiais (COESP).

Cabe ressaltar que o atendimento de ocorrências de altíssima periculosidade em se tratando de Polícia Militar do Pará, em especial da COE, exige uma resposta especializada e o emprego adequado dos meios. Os problemas gerados ao sistema de segurança pública vêm aumentando a cada dia, havendo o risco de morte presente durante toda a ocorrência.

Neste sentido e de conformidade com a concepção internacional dos direitos humanos, as unidades policiais de operações especiais têm a missão de neutralizar qualquer ameaça de forma cirúrgica e pontual, ou seja, combater a fonte de perigo sem causar efeitos colaterais à população. Portanto, essa é a

razão de ser dos operadores policiais especiais que são treinados do decorrer de sua profissão para defender o bem maior do ser humano: a vida.

Materiais e métodos

Coleta de dados

A população submetida ao censo correspondeu ao quantitativo de 70 policiais do universo de 79 policiais que integram o efetivo da COE da PMPA, em 2011. Os dados foram coletados por meio do instrumento “formulário”, contendo em sua totalidade cinquenta e sete questões sobre o perfil da população em tela. As questões em sua maioria são fechadas, com algumas opções de respostas abertas. Somente duas questões são de múltipla escolha, podendo-se, portanto, marcar mais de uma alternativa. As alternativas são claras e mutuamente excludentes e quando solicitada a opinião do respondente, são fornecidas opções plausíveis e que atendam todas as respostas prováveis.

Análise descritiva

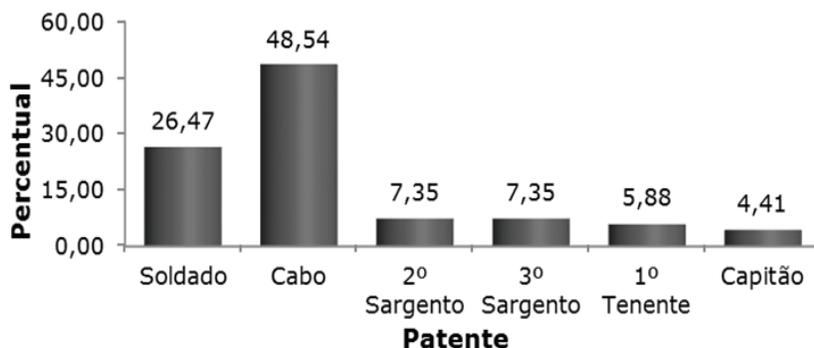
Neste trabalho foi utilizada a estatística descritiva, basicamente via tabelas e gráficos. Os dados obtidos foram tabulados e posteriormente apresentados por meio dessas ferramentas, possibilitando uma fácil análise do perfil do policial da COE.

Segundo Fonseca e Martins (2008), a estatística descritiva se constitui em um conjunto de técnicas que objetivam descrever, analisar e interpretar os dados numéricos de uma população ou amostra. Em suma, a estatística descritiva é aquela que se preocupa com a coleta, análise, interpretação e apresentação dos dados estatísticos. Os métodos descritivos têm por objetivo apresentar informações sumarizadas dos dados contidos no total de elementos da amostra estudada.

Resultados

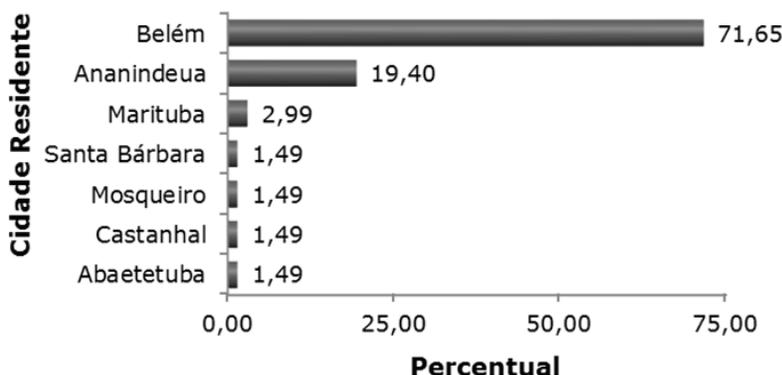
A Figura 1 mostra que a patente de cabos apresenta o maior percentual, com 48,53%, e em seguida a patente de soldado, com 26,47%.

Figura 1: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, entrevistados no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por patente



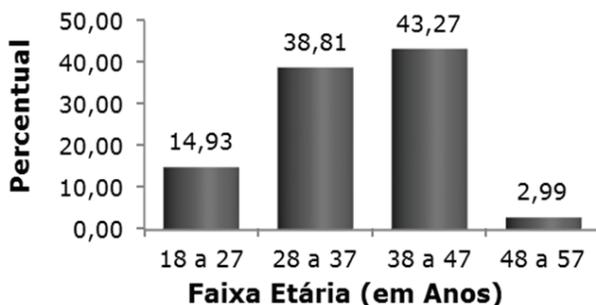
Na Figura 2 verifica-se que os policiais, em sua maioria, residem no município de Belém, com 71,64%, seguido do município de Ananindeua, com 19,40%.

Figura 2: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, entrevistados no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por cidade residente



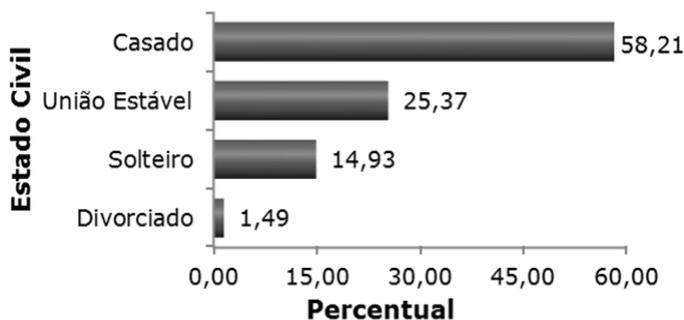
A maior parte dos policiais têm de 38 a 47 anos, com 43,28%, seguido da faixa etária de 28 a 37 anos, com 38,81% (Figura 3).

Figura 3: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por faixa etária em anos



A Figura 4 mostra que os policiais, em sua maioria, são casados, com 58,21%, seguido dos que possuem união estável (25,37%).

Figura 4: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por estado civil



Na Tabela 1 verifica-se que a maior parte dos policiais possuem uma renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, com 30,77%, seguidos dos que não declararam sua renda familiar, com 29,23%.

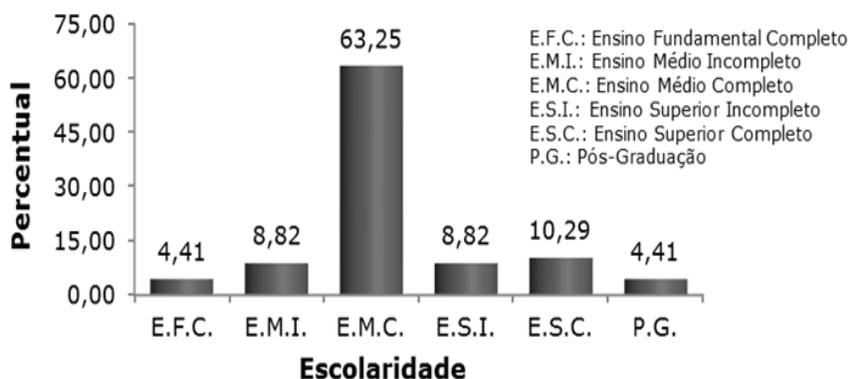
Tabela 1: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por renda familiar (em salários mínimos)

Renda familiar (SM)	Percentual
1 3	30,77
3 5	27,69
5 7	7,69
7 9	3,08
9 11	1,54
Sem declaração	29,23
Total	100,00

Nota: SM: Salário Mínimo = R\$ 545,00. O símbolo | inclui a informação à esquerda e exclui a informação à direita

A maioria dos policiais possuem o ensino médio completo, com 63,25%, seguido dos que possuem o ensino superior completo, com 10,29% (Figura 5).

Figura 5: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por grau de escolaridade



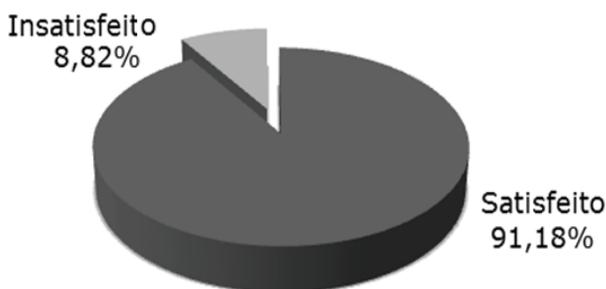
Na Figura 6 verifica-se que a maioria dos policiais consideram que seu potencial profissional sempre é aproveitado, com 51,47%.

Figura 6: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Para, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por aproveitamento do potencial profissional



Na Figura 7 a maioria dos policiais sentem-se satisfeitos com o trabalho, com 91,18%.

Figura 7: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por satisfação ou não com o trabalho



Na Tabela 2 verifica-se que os policiais, em sua maioria, possuem controle emocional bom, com 61,77%, seguido de ótimo, com 30,88%.

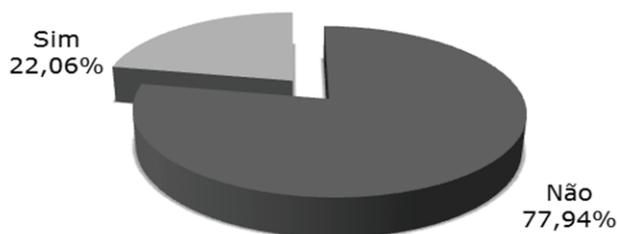
Tabela 2: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por grau de satisfação do controle emocional

Grau de Satisfação	Percentual
Regular	7,35
Bom	61,77
Ótimo	30,88
Total	100,00

Nota: As categorias Péssimo e Ruim não foram citadas

Na Figura 8 verifica-se que a maioria dos policiais consideram que o governo não dá condições adequadas para o trabalho, com 77,94%.

Figura 8: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por condições do governo adequadas ou não para trabalhar



A maioria dos policiais consideram como regular as condições que o governo dá para o trabalho, com 66,67% (Tabela 3).

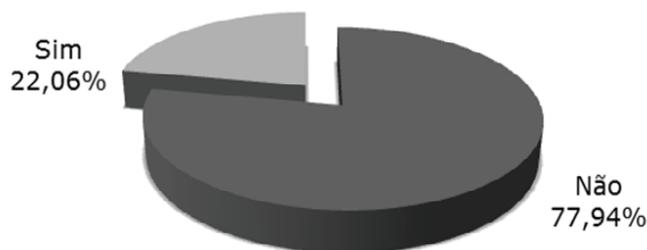
Tabela 3: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por nível de satisfação das condições para trabalhar

Nível de satisfação	Percentual
Ruim	13,33
Regular	66,67
Bom	13,33
Ótimo	6,67
Total	100,00

Nota: A categoria “péssimo” não foi citada

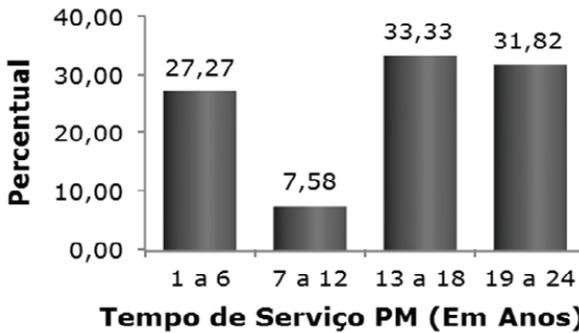
Na Figura 9 verifica-se que os policiais, em sua maioria, consideram que o governo está satisfeito com a atuação da COE, com 73,13%.

Figura 9: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no Período de 1 a 4 de novembro de 2011, por satisfação ou não do governo com a COE



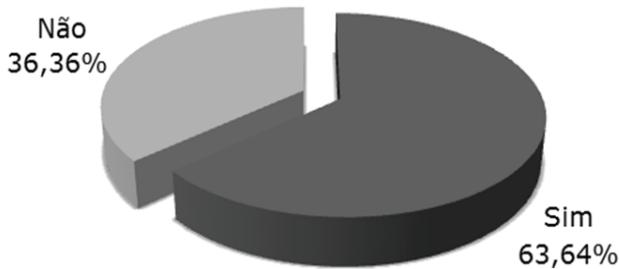
A Figura 10 mostra que a maior parte dos policiais possuem como tempo de serviço de 13 a 18 anos, com 33,33%, seguido de 19 a 24 anos, com 31,82%.

Figura 10: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por tempo de serviço na polícia militar (em anos)



Na Figura 11 verifica-se que os policiais, em sua maioria, fazem serviço extra, com 63,64%.

Figura 11: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por fazer serviço extra ou não (bico)



A maior parte dos policiais avaliam seu preparo físico como bom, com 46,96%, seguido de muito bom, com 28,79% (Tabela 4).

Tabela 4: Percentual de policiais da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Pará, no período de 1 a 4 de novembro de 2011, por avaliação do preparo físico

Avaliação do preparo físico	Percentual
Regular	13,64
Bom	46,96
Muito bom	28,79
Excelente	10,61
Total	100,00

Nota: A categoria “insuficiente” não foi citada

Considerações finais

Assim, diante dos resultados apresentados, confirma-se em parte a hipótese do presente trabalho, mostrando que o policial militar da COE da PMPA tem como perfil ser um profissional experiente, em boas condições físicas e que se julga emocionalmente controlado para servir com excelência à sociedade.

Em contrapartida, diante da importância da missão da COE da PMPA em desempenhar atividade de policiamento repressivo em todo o Pará, constituindo-se como o último recurso do estado frente às ocorrências policiais de maior relevância no âmbito da segurança pública e que fujam da capacidade operacional do policiamento de área, há a necessidade precípua e constante da qualificação técnico-profissional dos policiais que atuam na COE.

Constata-se, ainda, a necessidade de políticas públicas destinadas à melhoria de tais condições aos policiais militares como um todo da instituição Polícia Militar do Pará. Uma vez que os dados apresentados são referentes à tropa de elite da instituição, torna-se relevante, principalmente no que compete ao Estado, proporcionar melhores condições para a atividade da tropa de elite da corporação de forma a reconhecer a dedicação e o compromisso destes nobres heróis anônimos no que versa o cumprimento das missões policia de altíssimo risco, bem como a importância da COE e seus reais benefícios para a PMPA e para a sociedade.

Referências

- AMARAL, L. O. *Direito e segurança pública: a juridicidade operacional da polícia*. O Manual do Policial Moderno. Brasília: Consulex, 2008.
- ANTONY, M. M. *Sniper policial: um guia para as polícias brasileiras*. Manaus: 2002.
- BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- FIGUEIREDO, A. C. *Código Penal Brasileiro*. In: Vade Mecum. Acadêmico da Legislação Brasileira. São Paulo: Primeira Impressão, 2005.
- FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. *Curso de Estatística*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MCRAVEN, W. H. *Special operations-case studies in special operations warfare: theory and practice*. Presidio Press, 1995.
- MOREIRA, J. S.; ABREU, L. F. S. *Manual Básico de Policiamento Ostensivo*. 2. ed. Porto Alegre: Polost, 2006.
- OLIVEIRA NETO, S. B. *Vinho velho em odores novos: uma análise da experiência de integração da segurança pública no Estado do Pará*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- REGATEIRO, H. A. S.; ARAUJO, J. W. P.; OLIVEIRA, M. L. C.; SILVA, D. N. C. *Planejamento Estratégico da COE*. Belém: Periódico, 2009.
- SHULLTZ, H. J. *Biblioteca do Militar*. CPPM – Decreto-Lei N SANTOS, G.L. Como vejo a crise. 3. ed. Belo Horizonte: Biográfica, 2010. ^o 1.002, 1969. Rio de Janeiro: Santos & Queiroz Editora, 1997.
- SANTOS, G.L. *Como vejo a crise*. 3. ed. Belo Horizonte: Biográfica, 2010.
- SOUZA, C. E. M. *Ações táticas especiais*. 4^o Curso de Operações Especiais. Brasília: COESP, 2004.
- SOUZA, R. *Curso de Formação de Soldados*. Belém: PMPA, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso, 14-15, 59, 64, 68, 105, 108, 110, 113, 115, 385
Acidente, 138, 155, 239, 248, 285, 287, 288-293, 299-302, 304, 348, 362, 365, 368, 377
Acidente de trânsito, 105, 110, 254, 286- 291, 294, 297, 365
Ações Criminosas, 168, 379- 380
Acusado, 39, 129-131, 313-314
Agente
Agente, 76, 100, 106, 116, 138-142, 146, 156, 237, 244, 309, 319-320, 323, 335, 342, 362, 367, 381, 386, 387
Agentes de Segurança, 7, 137, 141, 154-156, 179, 239, 248, 323, 325, 330, 334
Agentes Penitenciários, 8, 33, 137, 139, 140, 142, 144-156
Agressão, 14, 94, 105, 108, 110, 113, 115, 196-199, 204-205, 209, 255, 348
Agressor, 93, 98, 198, 203- 205, 386
Ambiente
Ambiente prisional, 138
Ambiente virtual, 45, 56, 187
Amostra populacional, 270- 271, 282
Análise de Correspondência, 196, 201-202, 207, 209, 362
Análise Exploratória de Dados, 143, 201
Armas, 21, 63, 122, 314, 344, 348
Atividade Criminosa, 21, 32, 158
Atividades lícitas, 121, 126

B

Baleamento, 105, 110
Bandido, 32, 52
Bitcoin, 306, 310-311, 313- 316, 318

Boletim de Ocorrência, 102-103, 107-109, 127, 182, 188
Bullying, 9, 196, 197-201, 203-211, 215
Bullying escolar, 9, 196, 200-201, 203, 210

C

Cárcere, 8, 29-32, 34, 37-38, 43
Cárcere Feminino, 29-30
Carta Magna, 389
Carteira de Identidade Social, 217
Cidadania Homossexual, 80, 83, 95
Cocaína, 122, 125
Código Penal, 17, 37, 50, 57, 341, 356-357, 399
Comércio de Drogas, 119-121, 123-124, 126
Conflitos, 1, 2, 7, 45, 59, 80, 98, 119, 137, 156-157, 195, 267, 283, 306, 339, 357, 361
Conflitos Sociais, 245, 339, 343
Controle Social, 233, 236, 255
Corpo de Bombeiros, 285, 319- 323, 327
Corregedoria, 100, 102-104, 115, 127
Crack, 122, 125, 134
Crime
Crime, 14-15, 18, 24, 39, 78-79, 134-135, 158-160, 165, 172-173, 266, 297, 340, 356-360, 362
Crime de Trânsito, 362
Crime Virtual, 46
Criminalidade
Criminalidade, 1, 2, 7, 44, 195, 253, 355, 357-359
Criminalidade Urbana, 255, 343
Criminalidade Violenta, 341, 355, 378, 380, 389

D

Dados estatísticos, 17, 102, 158, 164, 179, 362, 390
Delinquência, 124, 342, 345, 350
Delito, 11, 98, 120, 127, 129, 160, 273, 306, 308, 317, 342
Denúncia, 22, 93, 103-105, 110, 129
Desigualdade Social, 123, 176, 254, 264, 342-343
Direitos Humanos, 8, 13, 21-22, 27, 51, 59-64, 76, 83-84, 101, 109, 111, 118, 216, 231, 286, 343, 388

E

Emprego da Força, 378, 381, 386
Escravidão Moderna, 8, 11
Espaço Público, 159, 171
Espaço Urbano, 158, 166-167, 170-172, 340, 343-345, 354, 362
Estatística Descritiva, 24, 86, 390
Evidência, 270, 273

F

Fenômeno Social, 82, 211, 362
Furto, 105, 110, 124-125, 128, 164, 167, 170-172

G

Guerra, 31, 75, 78, 254

H

Homicídio
Homicídio, 7, 9, 119, 121, 123, 125, 195, 253, 256, 264-265, 339, 348-351, 353-359
Homicídio Culposo, 371, 374
Homicídio Doloso, 120, 135, 342, 367
Homofobia, 88, 94, 96, 218, 231
Hot Spots, 177-179

I

Ilícito, 12, 21, 110, 113-115, 308-309, 313, 316
Índice
Índice, 73, 253, 257
Índice de Progresso Social, 253, 257-258, 261, 264
Índices de Criminalidade, 122-123, 165
Infração, 292, 297, 308, 316, 362, 364-365, 377
Infração Penal, 308, 316
Inquerito, 112, 119-120, 127-133, 135
Insegurança, 12, 87, 151, 158, 160, 171, 174-176, 199, 320
Investigação, 34, 52, 102-103, 114, 119, 130-131, 134, 140, 142, 146, 153, 163, 177, 324, 363

J

Justiça, 11, 15-16, 19, 26-27, 29, 77, 84, 113, 119-120, 129, 131-132, 134, 217, 219, 221, 231, 337, 342, 357, 359
Justiça Criminal, 120, 125, 135, 342, 343

L

Laudo, 128, 246
Lavagem de Dinheiro, 9, 306-309, 314-316
Lesão Corporal, 371-372
LGBT, 80-92, 94-97, 217-221, 223, 229-230

M

Maconha, 122, 125
Morte, 12, 37-38, 53-54, 124-125, 128, 130, 243, 254-256, 288, 290, 294, 342, 348, 385-386, 389-390

N

Narcotráfico, 12, 75, 124

O

Óbito, 254, 294, 367

Ofensa, 105, 110

P

Perícia, 128, 365

Pessoas Desaparecidas, 268

Planejamento Estratégico, 384, 399

Polícia

Polícia Civil, 127, 154

Polícia Militar, 8, 10, 51-52, 59-60, 63-67, 69, 71, 73, 75, 84, 99, 100-106, 111-112, 115, 117, 127, 157, 176, 181, 233-235, 244-245, 251, 321, 378-380, 382, 384-385, 388, 390-398

Polícia Rodoviária Federal, 286

Policiamento Proativo, 174, 176

Políticas Públicas, 12-13, 18, 25-26, 31, 43, 63, 67, 86, 96-97, 107, 138, 174-175, 177, 217, 219, 222-223, 229, 231, 266, 340, 349, 379, 398

Prisão, 29-34, 37-42, 106-107, 298, 341, 387

Probabilidade, 166, 203, 271, 322, 334, 381

Q

Queixa, 108, 110, 148

R

Rapto, 14-15

Rebeliões, 33, 138, 141, 151

Redes Sociais, 45-49, 51, 56

Refém, 141

Roubo, 37-38, 105, 110, 159, 164, 167, 170-172, 178, 181, 308, 379

S

Saúde Ocupacional, 138-139, 154

Segurança

Segurança, 7-8, 11-12, 21, 25, 28, 33, 52, 59-60, 62-65, 69-70, 73, 76, 78, 86, 96, 97, 101, 105, 116, 121, 123, 127, 131-132, 138, 140-141, 152-153, 156, 158, 160, 162, 164-168, 170-171, 174, 176-177, 195, 201, 209-211, 219, 229, 231, 236-239, 244-245, 247, 249, 251, 262, 264, 286, 289-290, 297, 302, 310, 319-320, 321, 323, 336, 340, 343-344, 348, 353-354, 366, 370, 372-373, 376, 379, 380-385, 388-390, 398-399

Segurança Cidadã, 8, 59-60, 63, 65, 70

Segurança Pública, 1-2, 5, 7, 9, 11, 17, 19, 24, 27, 28-29, 44-45, 55, 59-60, 63, 66, 80, 85-86, 95-96, 99, 105, 116, 120, 127, 138, 142, 153, 156, 164, 167, 171, 174-175, 180, 182, 186-187, 194-195, 217, 219, 220-221, 223, 229, 231-233, 236, 239, 251, 253, 283, 285, 306, 319-321, 323, 330, 334-337, 340, 346, 356, 359, 382-383, 385, 388-390, 398-399

Sociedade Digital, 46, 58

T

Técnica de Amostragem, 200

Tecnologia da Informação, 1-2, 7

Terror, 52, 54

Tráfico

Tráfico, 21, 23, 30, 37, 41-43, 75-76, 133

Tráfico de Drogas, 8, 29, 31-32, 36-37, 39-44, 66, 122, 126, 129, 195, 254-255, 314, 344

Tráfico de Pessoas, 8, 11-28

U

Urbanização, 195, 255, 340, 343, 345

V

Violência

Violência Escolar, 196

Violência Física, 36, 110, 208

Violência Homofóbica, 81, 92

Violência Sexual, 268

Vítima, 15, 31, 38, 49, 54, 93, 98,
122-123, 125, 127-129, 133, 197-199,
204-206, 256

Vulnerabilidade, 14-15, 25, 29, 37-38,
43, 62, 75, 83-84, 123, 164, 219-221,
265

Z

Zona, 123, 161

Autores

Adrilayne dos Reis Araújo
Albernando Monteiro da Silva
Alex Alfaia de Almeida
Amaury Suzart Farias da Silva
Andréa Bittencourt Pires Chaves
Angélica Varela de Lima
Beatriz de Oliveira da Silveira
Clay Anderson Nunes Chagas
Cristiane Nazaré Pamplona de Souza
Diego Sá Guimarães da Silva
Edson Marcos Leal Soares Ramos
Elson Luiz Brito da Silva
Fernanda Valli Nummer
Flávia Siqueira Corrêa
Gelilza Salazar Costa
Ivone da Silva Mendes
Jaime Luiz Cunha de Souza
João Francisco Garcia Reis

Jorge Wilson Pinheiro de Araújo
José Dilson Melo de Souza Júnior
José Eduardo Rollo da Silva
José Luiz de Carvalho Lisboa
Luana Andressa Freitas Ribeiro Peres
Marcelo dos Santos Rodrigues
Marcos Miléo Brasil
Maria Betânia Moraes Lisbôa
Máurea Mendes Leite
Meyre Esther Mendes Chagas
Monique Kelly Tavares Gomes
Nara Cristina Moura Pessoa
Sandro Mendes Leal da Silva
Sílvia dos Santos de Almeida
Sílvia Regina Messias Klautau Miléo
Tainah Sousa do Nascimento
Vicente de Paulo da Conceição Costa
Wilson José Barp

BRASIL

ISBN 978-85-63117-29-8



9 788563 117298

CABO VERDE

ISBN 978-989-8707-27-7



9 789898 707277